**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

ELAINE FERREIRA LIMA

**DA NAÇÃO AO MERCADO
Patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva
comparada**

**São Paulo
2014**

ELAINE FERREIRA LIMA

DA NAÇÃO AO MERCADO
Patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva
comparada

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

São Paulo
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

LIMA, E. F. **Da nação ao mercado:** patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva comparada. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Ao meu sobrinho, Heitor Carrer Lima, que veio ao
mundo para nos ensinar sobre o milagre da vida.*

AGRADECIMENTOS

No momento de conclusão deste trabalho, e olhando os caminhos percorridos até aqui, reconheço-me, como nunca, limitada, mas ao mesmo tempo agraciada com as possibilidades e contribuições que a vida me outorgou. Sendo assim, devo tornar pública minha gratidão àqueles que em diversos sentidos propiciaram a realização de mais esta etapa de minha vida acadêmica.

Primeiramente, devo externar meu reconhecimento e gratidão à Profa. Maria Arminda do Nascimento Arruda, que além de ter topado orientar esse trabalho, não desistiu de me trazer de volta para os caminhos da pesquisa quando, por diversas vezes, eu desviei do trajeto. Sem o seu profissionalismo e compreensão sei que dificilmente teria chegado até aqui. Portanto, gostaria de tornar pública não só a minha gratidão como também a minha grande admiração pelo seu trabalho, força e generosidade.

Também sou grata aos professores portugueses Carlos Fortuna, que orientou o estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra e me colocou em contato com importantes instituições da cidade de Guimarães, e Paulo Peixoto, que além de participar do exame de qualificação da tese, fez indicações bibliográficas e me encaminhou trabalhos que se mostraram imprescindíveis durante a realização da pesquisa. Aqui também devo mencionar a importante contribuição do professor da USP Fernando Pinheiro, que no exame de qualificação apontou erros a serem corrigidos e caminhos possíveis a serem seguidos.

Aproveito para agradecer também ao CNPQ pela bolsa de pesquisa e ao Programa de Mobilidade Internacional Santander, que financiou minha ida a Portugal e a realização do trabalho empírico na cidade de Guimarães.

À Luiz Phelipe Andrès agradeço pela gentileza de me conceder importantes documentos acerca do Centro Histórico de São Luís e por dedicar seu tempo a uma longa e minuciosa entrevista, a qual, além de elucidar muitos pontos deste trabalho, me proporcionou conhecer histórias e experiências impagáveis que se estenderam para além do tema desse trabalho.

Meus agradecimentos também se estendem aos colegas de doutorado da turma 2010, em especial à querida Isabelle Anchieta. Poucas vezes vi alguém tão entusiasmado e dedicado à ciência e devo dizer que, ainda que poucos, nossos encontros serviram de grande estímulo para mim.

Minha gratidão também à Sonia Graffietti, funcionária da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, que sempre me recebeu e me tratou com bastante profissionalismo e educação.

No âmbito pessoal, devo falar da minha gratidão a Deus. Ainda que em muitos momentos eu tenha tentado, conscientemente ou não, substituir a fé pela ciência, minhas experiências pessoais com esse ser supremo são marcantes demais para serem ignoradas pela minha limitada compreensão. Sendo assim, “graças te dou, visto que as tuas obras são assombrosamente admiráveis, e a minha alma o sabe muito bem” (Salmos 139:14).

Agradeço também aos meus pais, que não mediram esforços e bancaram comigo as mudanças necessárias para a realização deste doutorado, apoiando minhas escolhas mesmo quando não as entendiam. À minha mãe, devo dizer que além de amá-la profundamente, tenho-a como o meu maior exemplo de força e perseverança. Obrigada por sonhar e por realizar tudo ao meu lado.

Difícilmente encontraria palavras para agradecer ao meu irmão, Edilson Lima, e à minha cunhada, Danielle Carrer, pela acolhida em São Paulo e em suas vidas. Ainda que aqui não seja possível falar de tudo que vocês fizeram e ainda fazem por mim, recebam meu muito obrigada e saibam que os amo demais.

Também agradeço aos meus tios Neuza e Jurandir e aos meus primos Nice, Robson, Joaquim e Vagna. Tê-los como família e acima de tudo como amigos fez toda a diferença nesse tempo em São Paulo.

Aos meus amigos Evelyn Silva, Fabrício Silva, Júnior Matos, Patrícia Rejane, Maxwell Matos e Letícia Santana, agradeço o privilégio de, mesmo a distância, dividir minha vida com vocês. Em Aracaju ou em São Paulo, vocês são o que conquistei de melhor e de mais bonito nessa vida. Obrigada pela torcida de sempre.

Agradeço também às minhas amigas-irmãs e sociólogas preferidas Agnes Melo e Viviane Rodrigues. Depois de tantos anos de amizade, de tanto carinho externado verbalmente ou por meio de simples gestos, só posso reafirmar o quanto tê-las é precioso e imprescindível para mim. Em Canindé, em Brasília, em São Paulo ou em Aracaju, não posso duvidar de que nossa amizade é obra divina.

Registro também o meu muito obrigada à Camilla Ribeiro, amiga que conquistei nesse tempo em São Paulo, e à Sângela Hilarino, com quem pude conviver e aprender durante minha estadia em Portugal. Realmente a vida tem sido muito generosa comigo, e vocês são prova disso.

Por fim, agradeço ao querido Zidane, que por um longo tempo tornou minhas madrugadas dedicadas à escrita mais leves e divertidas.

Pedras tombarão,
torres e mirantes,
glórias e desgraças morrem com a cidade
se o destino a faz um lugar e
nada.
Restará no tempo a pedra
de sua alma.

Bandeira Tribuzi, *Poesias Completas*

RESUMO

LIMA, Elaine F. **Da nação ao mercado:** patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva comparada. 271f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A partir de um estudo comparativo que tem como universos empíricos os casos das cidades de São Luís, no Brasil, e Guimarães, em Portugal, essa tese procura investigar a conversão de centros históricos a Patrimônio Mundial pela Unesco, problematizando os tipos de intervenção urbana que acompanham esse processo em suas diferentes etapas. Se, por um lado, buscamos investigar qual o papel das políticas de revitalização na concessão desse título, por outro, importou-nos saber a pertinência de pesquisar se a eleição de um centro histórico como Patrimônio Mundial serve para legitimar práticas de enobrecimento urbano. Além disso, procuramos apreender as imagens citadinas e as identidades locais construídas e/ou reabilitadas nesse processo, atentando para os interesses e projetos políticos aí envolvidos. Apreender e analisar as especificidades, os aspectos variantes e as similitudes existentes nos dois casos nos permitiu colher preciosas informações acerca da atual valorização do patrimônio cultural enquanto estratégia de promoção das cidades. Para além de temas como identidade nacional e memória, tornar-se Patrimônio Mundial tem resultado no acúmulo vantajoso de capital simbólico e de marcos de distinção que são imprescindíveis na inserção desses lugares históricos em circuitos de fruição turística e de consumo cultural. Quando pensamos que uma das intenções de salvaguardar um bem como Patrimônio da Humanidade é gerar uma solidariedade mundial e pertença comum, somos levados à ideia de que o uso mercadológico exacerbado desses bens, naquilo que denominamos tragédia do patrimônio, tem resultado em um movimento contraditório, uma vez que a disputa de cidades e lugares no circuito turístico mundial gera muito mais competição do que solidariedade.

Palavras-Chaves: Patrimônio Mundial. Centros Históricos. Intervenção Urbana. Brasil. Portugal.

ABSTRACT

LIMA, Elaine F. **From nation to market: world heritages and urban interventions in comparative perspective.** 271f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

From nation to market: world heritages and urban interventions in comparative perspective From a comparative study that has as empirical universes the cases of the cities São Luís in Brazil and Guimarães in Portugal, this thesis investigates the conversion of historic centers to Unesco's World Heritage, discussing the types of urban intervention that accompany this process in its different steps. If, on the one hand, we seek to investigate the role of revitalization policies in the awarding of this title, on the other hand, imported us know the relevance of searching if the election of a historic center as a World Heritage serves to legitimize practices of urban gentrification. Furthermore, we attempted to apprehend the city images and local identities constructed and/or rehabilitated in the process, focusing on the political interests and projects there involved. Apprehending and analyzing the specificities, the variant aspects and similarities existing in both cases allowed us to gather valuable information about the current valorization of cultural heritage as strategy of promoting the cities. In addition to themes such as national identity and memory, becoming World Heritage has resulted in advantageous accumulation of symbolic capital and marks of distinction that are essential in the integration of these historical places in circuits of tourist and cultural consumption fruition. When we think that one of the intentions to safeguard an asset as Humanity's Heritage is to generate a global solidarity and common membership, we are led to the idea that the exacerbated marketing use of these assets, in what we call tragedy of heritage, has resulted in a contradictory movement, since the dispute of cities and places in the world tourist circuit generates much more competition than solidarity.

Keywords: World Heritage. Historic Centers. Urban Intervention. Brazil. Portugal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cidade de São Luís em gravura de 1860.....	82
Figura 2	Localização da Ilha de São Luís e do núcleo urbano original da cidade.....	83
Figura 3	Desenvolvimento urbano de São Luís a partir de seu traçado inicial.....	85
Figura 4	Artes utilizadas na comemoração dos 400 anos de São Luís.....	87
Figura 5	Bairros de origem fabril na capital maranhense.....	89
Figura 6	Igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos sendo demolida.....	93
Figura 7	Vista aérea do Centro Histórico de São Luís.....	93
Figura 8	Rua do Egito no início do século.....	94
Figura 9	Localização da ZBM no Centro Histórico de São Luís.....	95
Figura 10	Ponte José Sarney na década de 1970.....	97
Figura 11	Ponta d'Areia e Lagoa da Jansen em São Luís.....	98
Figura 12	Praça Benedito Leite em São Luís.....	102
Figura 13	Praça Gonçalves Dias em São Luís.....	103
Figura 14	Praça João Lisboa em São Luís.....	103
Figura 15	Largo do Desterro em São Luís.....	104
Figura 16	Área central de São Luís.....	105
Figura 17	Aspectos do Centro Histórico de São Luís na década de 1970.....	106
Figura 18	Aspectos de algumas vias do Centro Histórico de São Luís em 1981.....	114
Figura 19	Largo do Comércio em São Luís.....	115
Figura 20	Desenhos de Andrès e Edson Fogaça.....	117
Figura 21	Ruínas e obras de pavimentação realizadas pelo Projeto Reviver..	120
Figura 22	Aspectos da Praia Grande no governo de Cafeteira.....	121
Figura 23	Convento das Mercês e espaço destinado ao mausoléu de José Sarney.....	122
Figura 24	Telas expostas em galeria do Convento das Mercês.....	123
Figura 25	Telas expostas em galeria do Convento das Mercês.....	123
Figura 26	Casarão do Projeto Piloto de Habitação em São Luís.....	129

Figura 27	Casarão da Rua da Palma antes e depois do Projeto de Habitação em São Luís.....	130
Figura 28	Casarão da Rua do Giz restaurado pelo Projeto de Habitação do Centro Histórico de São Luís.....	131
Figura 29	Conjunto da Morada das Artes em São Luís.....	131
Figura 30	Imagens da novela "Da Cor do Pecado" gravada em São Luís.....	132
Figura 31	Imagens da novela "Da Cor do Pecado" gravada em São Luís.....	133
Figura 32	Placa de protesto localizada na Praça Deodoro.....	134
Figura 33	Cartaz do 8º centenário de D. Afonso Henriques.....	136
Figura 34	Estátua em bronze de D. Afonso Henriques.....	137
Figura 35	Escultura do artista plástico João Cutileiro.....	138
Figura 36	Restos da muralha medieval localizada no Largo do Toural em Guimarães.....	138
Figura 37	Crescimento da malha urbana de Guimarães.....	140
Figura 38	Muralha de Guimarães e sua divisão em vila alta e vila baixa.....	141
Figura 39	Rua de Santa Maria e casa do arco em Guimarães.....	142
Figura 40	Frente pombalina do Toural em Guimarães.....	143
Figura 41	Crescimento urbano de Guimarães nos séculos XIX e XX.....	146
Figura 42	Igreja de S. Miguel do Castelo em Guimarães.....	148
Figura 43	Largo do Toural.....	149
Figura 44	Quadro “A lição de Salazar” (1938) de Martins Barata.....	151
Figura 45	Obras na “Colina Sagrada” em Guimarães.....	151
Figura 46	“Colina Sagrada” em Guimarães.....	152
Figura 47	Demolição na área central de Guimarães.....	153
Figura 48	Largo da Oliveira em dias festivos.....	155
Figura 49	Aspectos de imóveis em estado de degradação na área central de Guimarães.....	158
Figura 50	Imagens da exposição “Habitar Guimarães”.....	160
Figura 51	“Casa da Rua Nova” em Guimarães.....	163
Figura 52	Imóvel do Centro Histórico de Guimarães.....	164
Figura 53	Casarão da Praça S. Tiago em Guimarães.....	166

Figura 54	Praças e largos do Centro Histórico de Guimarães.....	167
Figura 55	Edifícios e espaços públicos reabilitados no Centro Histórico de Guimarães e na Zona Tampão.....	170
Figura 56	Casarão do Centro Histórico de Guimarães sem reabilitação.....	173
Figura 57	Largo da Oliveira, Praça S. Tiago e outros espaços do Centro Histórico de Guimarães.....	174
Figura 58	Loja de artesanato local e <i>Root's Bar</i> no Centro Histórico de São Luís.....	193
Figura 59	Cidade intramuros e zona tampão da área central de Guimarães...	219
Figura 60	Zona dos Couros em Guimarães.....	219
Figura 61	Estado de abandono e restauração de casarões no Centro Histórico de São Luís.....	228
Figura 62	Charge publicada em jornal de São Luís local em 1997 referente ao título concedido pela Unesco.....	230
Figura 63	Apresentação e cortejo do “Boi” no Centro Histórico de São Luís.....	235
Figura 64	Charge publicada no jornal “O Estado do Maranhão” na Roseana Sarney é representada como ama do bumba-meu-boi.....	237
Figura 65	Roseana Sarney representada no “couro” do boi.....	238
Figura 66	Banner de divulgação da Feira Joanina de 2012.....	239
Figura 67	Feira Afonsina em Guimarães.....	244
Figura 68	Banner do Projeto Noc Noc 2011.....	245
Figura 69	Momentos do projeto Guimarães Noc Noc em diferentes edições.	247
Figura 70	Plataforma das Artes e Criatividade de Guimarães.....	247
Figura 71	Esplanadas da Praça da Oliveira em Guimarães durante apresentação do grupo “Gigantes Pela Própria Natureza”.....	248
Figura 72	Coração estilizado, símbolo da Capital Europeia da Cultura para o ano de 2012.....	250
Figura 73	Eventos da Capital Europeia da Cultura para o ano de 2012.....	251

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1	Edifícios Intervencionados na área central de Guimarães (1985 – 1999).....	168
Gráfico 1	Distribuição dos bens do Patrimônio Mundial por regiões geográficas.....	186
Gráfico 2	Programação por tipo durante a Capital Europeia da Cultura 2012.....	247

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - PATRIMONIALIZAÇÃO GENERALIZADA: ORIGENS HISTÓRICAS.....	48
1.1 A Invenção do Patrimônio Histórico.....	48
1.2 Brasil, Portugal e os caminhos do Patrimônio e da Identidade Nacional.....	54
1.2.1 <i>A imprensa e os literatos na gênese do debate patrimonial em Portugal.....</i>	<i>54</i>
1.2.2 <i>A era Salazar: Estado Novo e Patrimônio Nacional.....</i>	<i>62</i>
1.2.3 <i>Mário de Andrade e o Movimento Modernista na gênese do debate patrimonial no Brasil.....</i>	<i>65</i>
1.2.4 <i>O Estado Novo e o IPHAN.....</i>	<i>68</i>
1.3 As cartas patrimoniais e a invenção do patrimônio urbano.....	72
CAPÍTULO 2 - PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E INTERVENÇÕES URBANAS DE UM LADO DO ATLÂNTICO.....	82
2.1 A invenção do Centro Histórico de São Luís.....	82
2.1.1 <i>Cidade dos azulejos: formação e apogeu da área central ludovicense.....</i>	<i>82</i>
2.1.2 <i>Quando uma imagem e um lugar entram em decadência: a cidade dos azulejos e o discurso do progresso.....</i>	<i>88</i>
2.1.3 <i>Mudanças valorativas e patrimonialização.....</i>	<i>99</i>
2.2 Revitalização e reinvenção do Centro Histórico ludovicense.....	107
2.2.1 <i>Um engenheiro e um arquiteto: sai a nação, entra o turismo.....</i>	<i>107</i>
2.2.2 <i>As etapas do PPRCHSL e as apropriações políticas do patrimônio.....</i>	<i>113</i>
CAPÍTULO 3 - PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E INTERVENÇÕES URBANAS DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO.....	136
3.1 Centro Histórico de Guimarães: a cidade intramuros.....	136
3.1.1 <i>Fundamentos de uma rígida identidade vimarense.....</i>	<i>136</i>
3.1.2 <i>Elementos urbanos da cidade intramuros.....</i>	<i>141</i>
3.1.3 <i>Questões patrimoniais e urbanas no “Berço da Nação”: entre a demolição e a preservação.....</i>	<i>147</i>
3.2 Reabilitação urbana e reinvenção do Centro Histórico vimarense.....	157
3.2.1 <i>O discurso de crise urbana e a degradação da cidade intramuros.....</i>	<i>157</i>
3.2.2 <i>O GTL de Guimarães: o futuro do passado vimarense.....</i>	<i>162</i>
CAPÍTULO 4 - DO NACIONAL AO MUNDIAL: O PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE EM SÃO LUÍS E EM GUIMARÃES.....	176
4.1 A Unesco e o Patrimônio da Humanidade.....	176
4.1.1 <i>A Unesco e a cultura: conceitos e perspectivas.....</i>	<i>176</i>
4.1.2 <i>O Patrimônio Mundial e os “interesses comuns da humanidade”: solidariedade ou competitividade?.....</i>	<i>180</i>
4.2 Patrimônio Mundial e política no cenário ludovicense.....	187
4.2.1 <i>São Luís e a construção do mito da Atenas Brasileira.....</i>	<i>187</i>
4.2.2 <i>Patrimonialização à brasileira.....</i>	<i>195</i>
4.3 Patrimônio Mundial no cenário vimarense.....	204
4.3.1 <i>Patrimônio e concorrência intercidades.....</i>	<i>204</i>
4.3.2 <i>Disciplina e controle do espaço público urbano.....</i>	<i>210</i>
4.4 A tragédia do patrimônio.....	215
4.5 Patrimônio Mundial e uma identidade genérica.....	224
CAPÍTULO 5 - “É DO MUNDO”: O GERENCIAMENTO DA TRADIÇÃO EM CENTROS HISTÓRICOS PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE.....	227

5.1 As cidades e o patrimônio entre o global e o local	227
5.2 A (re)invenção do Centro Histórico de São Luís via elementos da cultura popular	230
5.3 Capital Europeia da Cultura: destradicionalizando a rígida identidade vimarense	239
6. Considerações Finais	253
REFERÊNCIAS	258

INTRODUÇÃO

1. Construção do Objeto: os casos empíricos

Essa tese toma a cultura como elemento altamente promissor para o entendimento das dinâmicas que movem a vida urbana e as cidades históricas contemporâneas, as quais têm adentrado em uma lógica empreendedora exacerbada, elegendo o patrimônio cultural como um elemento vantajoso no acúmulo de capital simbólico e de marcos de distinção imprescindíveis para sua inserção no circuito mundial de lugares.

Apesar do atual frenesi em torno desses bens culturais, foi ainda no século XVIII que determinados objetos e monumentos foram postos como herança pública, resultando disso as noções de patrimônio histórico e artístico. Vistos como testemunhas da história, estes estiveram em conformidade com as necessidades dos Estados Nacionais de legitimarem seu poder e cristalizarem uma perspectiva de unidade. Em linhas gerais, até o século XIX a construção da identidade nacional foi o maior objetivo imbricado na noção de patrimônio. Durante esse período estabeleceram-se duas tipologias de preservação, tendo sobressaído o modelo francês, vertente centralizadora que de maneira regulamentativa tinha como núcleo os interesses do Estado. Seu foco era a conservação de monumentos de caráter excepcional, constituindo-se assim um modelo de preservação que se tornou dominante nas sociedades ocidentais, tendo sido exportado para diversos países, dentre eles Brasil e Portugal.

Principalmente nas últimas décadas do século XX, em decorrência das reações suscitadas nos indivíduos por meio do contato com os monumentos, surgiram novas percepções e valores ligados ao patrimônio. Sobretudo por meio da etnografia e da antropologia, os bens patrimoniais passaram a ser legitimados como valores culturais. As práticas de preservação também passaram a superar certos princípios, a exemplo da ideia de que preservar significava salvaguardar bens excepcionais, postos em seguida como objetos de contemplação e conhecimento, em uma postura tipicamente museológica e elitista.

Nas últimas décadas, a perspectiva nacionalista embutida na formação do patrimônio também enfrentou certas mudanças: gradativamente ela tem sido substituída

por intenções mercadológicas que visam inserir cidades e lugares históricos como elementos de concorrência intercidades. Isto tem difundido a postura de que o Estado não deve ser o único agente envolvido na preservação do patrimônio cultural de uma sociedade, de modo que administrações locais buscam cada vez mais parcerias junto à iniciativa privada. Importante também para as novas formatações na noção e no trato do patrimônio foi a criação de organismo internacionais envolvidos com as questões culturais. A partir de 1950, a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) fez crescer a proteção internacional de bens materiais e imateriais, já que uma de suas funções é prezar pela conservação e proteção do chamado patrimônio universal, indicando as convenções internacionais dessa prática. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1964, quando ela passou a indicar a preservação de sítios históricos em sua totalidade.

A Carta de Veneza apresentou-se como o primeiro documento internacional a apontar para a preservação de trechos das cidades e de obras que, embora modestas, alcançaram com o tempo um significado cultural. Substancialmente novas, essas indicações representaram uma mudança de foco significativa, já que anteriormente apenas edificações monumentais e isoladas eram tidas como dignas de restauro e preservação. Na carta, afirmava-se que por vezes a conservação de um monumento tornava imprescindível a preservação de seu entorno.

Outra ação da Unesco que particularmente nos interessa foi a criação da Lista do Patrimônio Mundial. Em convenção realizada em 1972, uma gama de justificativas para a proteção internacional de bens culturais foi posta em evidência. Desde então, o rigor do processo de eleição e a credibilidade da Unesco parecem conferir atratividade e qualidade inestimável aos bens inscritos na lista. O status de Patrimônio da Humanidade tornou-se ponto de destaque no turismo internacional e cresce cada vez mais a ideia de que o patrimônio é um poderoso aliado para o desenvolvimento das cidades. Como elemento destacável da cultura, ele ocupa, na lógica do capitalismo contemporâneo, uma posição privilegiada.

Levando isso em conta, tomaremos como objeto empírico dois sítios históricos que nas últimas décadas receberam o status de Patrimônio da Humanidade. Estamos falando dos centros históricos de São Luís, capital do estado do Maranhão, localizado no Nordeste do Brasil, e de Guimarães, cidade do Norte de Portugal considerada o berço da nacionalidade portuguesa.

Em São Luís, o centro figurou até meados do século XX como o principal núcleo urbano, marcado incisivamente pela presença da elite local. Contudo, no período pós-1970 foram criados novos bairros, a cidade expandiu-se e presenciou a saída gradativa das classes que antes ocupavam o antigo núcleo urbano, dando margem para a ocupação desse espaço por camadas mais populares. A exemplo do que ocorreu com outras capitais brasileiras (LIMA, 2008), os novos espaços da cidade passaram a receber maior número de investimentos públicos e privados que, diminuídos ou mesmo retirados da área central, deram início ao seu processo de degradação física e de mudança em seus elementos residenciais.

Grandes casarões foram transformados em habitações coletivas, e foi a atividade comercial, ainda que em franca pauperização, que acrescida das atividades administrativas permitiram que o centro de São Luís continuasse figurando como importante área urbana. Além disso, contribuíram para a manutenção de sua importância os processos de patrimonialização iniciados em 1953, quando o tombamento federal do Centro Histórico de São Luís abriu caminho para seu tombamento estadual nos anos de 1980 e garantiu a preservação de um espaço que, apesar da inexistência nele de grandes monumentos, destaca-se por seu conjunto compacto de casarios e edificações coloniais de valor considerado inestimável.

Se as políticas de tombamento do Centro Histórico de São Luís tiveram início já na década de 1950, foi somente a partir dos anos de 1970 que se presenciou a formulação e execução de processos de intervenção urbana destinadas àquele espaço. O primeiro deles foi o Projeto Praia Grande, cuja finalidade era propor ações para revitalizar o Centro Histórico. Em 1986 esse projeto foi revisado e iniciou-se uma parceria entre os governos municipal, estadual e federal, representado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Originou-se assim o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), espaço que recebeu em 1997 o título de Patrimônio Mundial concedido pela Unesco.

O caso de São Luís guarda aspectos de grande valor para uma análise sociológica dos projetos de patrimonialização e revitalização no Brasil. O tombamento de seu centro histórico pelas instâncias federal e estadual mostrou-se pioneiro no país, já que segundo Telles (1984), embora seja possível identificar internacionalmente proposições sobre a preservação de sítios urbanos já na década de 1960, no Brasil é somente nos anos de 1980 que as práticas de restauração e preservação destes têm seu início mais efetivo. Além disso, chama atenção a longevidade da experiência. São mais

de três décadas de ações legislativas e investimentos efetivos voltados ao centro histórico dessa cidade.

Diferente da maioria das experiências de revitalização em sítios históricos brasileiros, o caso de São Luís apresenta outra singularidade: a preocupação com o aspecto residencial, sendo um dos poucos centros históricos no Brasil que após passar por incisivos processos de degradação e intervenção urbana ainda consegue manter os usos residenciais, mesmo que em condições precárias e dividindo espaço com outras atividades, a exemplo do comércio e do turismo.

Essa convivência entre os usos residenciais e turísticos também é realidade na outra experiência empírica aqui abordada. A exemplo do Centro Histórico de São Luís, Guimarães, que recebeu o título de Patrimônio Mundial em 2001, também tem sofrido importantes processos de patrimonialização e intervenção urbana, sendo que seu antigo núcleo urbano central chegou à década de 1980 marcado por significativos problemas no estado de conservação de seus edifícios e em seus aspectos habitacionais. Dessa maneira, em 1983 o poder público voltou sua atenção para essa região e propôs a criação de um gabinete municipal cujo olhar encontra-se desde então exclusivamente focado nessa parte da cidade. É assim que surge o Gabinete do Centro Histórico de Guimarães que, em 1985, passou a se chamar Gabinete Técnico Local (GTL).

A partir daquele ano, o Gabinete, que até então tinha se dedicado a identificar os problemas da região, passou a tomar ações mais efetivas, seguindo três eixos principais: a) reabilitação dos espaços públicos; b) reabilitação dos edifícios municipais; e c) apoio técnico e financeiro aos espaços privados. A instituição desse gabinete e as ações de conservação do patrimônio urbano marcaram uma gestão urbana estratégica que fez de Guimarães um caso pioneiro em Portugal.

O GTL trabalhou sobremaneira buscando evitar, pelo menos discursivamente, que residências fossem substituídas por atividades terciárias, sendo o responsável direto pelos licenciamentos e fiscalização de obras destinadas ao Centro Histórico. Apesar disso, ou justamente por causa disso, no período entre 1985 e 1998, obras de reabilitação foram realizadas em mais da metade dos edifícios que compõem o núcleo histórico da cidade. O nível de conservação de seu conjunto arquitetônico foi, inclusive, um dos três pontos positivos para a consideração do Centro Histórico de Guimarães como “Patrimônio da Humanidade”.

Segundo a Unesco, “Guimarães, uma cidade excepcionalmente bem preservada, reflecte a evolução de alguns edifícios particulares desde os tempos

medievais até ao presente, com particular incidência entre os séculos XV e XIX” (UNESCO, 2001, p. 1). Os outros dois pontos utilizados pela Unesco para sua inscrição estiveram baseados, por conseguinte, nos seguintes critérios: além de deter um considerável significado universal, já que nesta cidade se desenvolveram especializadas técnicas de construção de edifícios exportadas para as diversas colônias portuguesas, a história de Guimarães encontra-se fortemente associada à formação da identidade nacional e da língua portuguesa no século XII.

Nos últimos anos, o poder público português tem trabalhado fortemente para desenvolver o potencial turístico da cidade Guimarães. Entretanto, a aposta tem estado vinculada não só à oferta de um patrimônio bem conservado e de valor histórico reconhecido mundialmente, mas também à instituição de equipamentos de lazer e de novas festividades, a exemplo do Centro Cultural “Vila Flor”¹.

Considerando então esses dois casos, e a partir de um enfoque comparativo, importa-nos, problematizar os processos de conversão de centros históricos do Brasil e de Portugal em Patrimônio Mundial focando, para isso, os papéis desempenhados pelas políticas de revitalização e enobrecimento urbano em diferentes momentos desse processo. Interessa-nos identificar os tipos de intervenções urbanas que acompanharam a inscrição dos Centros Históricos de São Luís e de Guimarães como Patrimônio da Humanidade, analisando seus papéis e as estratégias políticas e urbanas montadas no período de candidatura e nos momentos posteriores à obtenção do título.

2. Centros Históricos e Intervenções Urbanas: delimitação do problema

As diversas vertentes dos estudos urbanos contemporâneos, e os casos que aqui serão trabalhados apontam para isto, demonstram que as estratégias de gestão urbana tendem cada vez mais a eleger como ponto focal de desenvolvimento a cultura e, por conseguinte, o patrimônio cultural.

Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais ou preservação e restauração de algo que é alçado ao status de patrimônio, constituem pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária. Hoje em dia a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas

¹ Como será discutido posteriormente, os investimentos nas atividades culturais e em equipamentos de lazer resultaram na eleição de Guimarães a Capital Europeia da Cultura para o ano de 2012.

mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio (ARANTES, 2000, p. 47-48).

Neste contexto, o patrimônio ganha contornos de mercadoria a ser oferecida para o consumo cultural. É dessa maneira que, nas últimas décadas, um número crescente de Centros Históricos identificados como áreas marginais da paisagem urbana tem sido alvo de políticas públicas que intentam práticas extensivas de consumo cultural, lazer e turismo, provocando sua reapropriação por novas camadas da população e pelo capital. Estas políticas urbanas, que trabalham atrelando a revalorização do patrimônio histórico à recuperação da infraestrutura urbana visando, sobretudo, benefícios para economia local, passaram a ser denominadas *gentrification* ou, no português, enobrecimento urbano.

Neologismo utilizado pela primeira vez nos anos de 1960 por Rute Glass a fim de designar a ocupação de bairros degradados de Londres por novos segmentos da população, os processos de *gentrification* foram compreendidos por ela a partir dos seguintes aspectos: primeiro referiam-se às mudanças que passaram a ocorrer nas áreas centrais, com a substituição das classes populares por parcelas da classe média; segundo, ligavam-se à consequente aplicação de grandes investimentos financeiros e simbólicos na recuperação e reabilitação dessas zonas centrais e de outros bairros históricos de residências populares (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Estendendo seu campo de ação para além das fronteiras inglesas, este fenômeno passou a compor de maneira dominante a formatação do Planejamento Urbano Estratégico e, por conseguinte, tornou-se uma espécie de linha mestra do urbanismo contemporâneo. Segundo Neil Smith (2006), os processos de *gentrification*, tidos por Rute Glass como uma anormalidade do mercado imobiliário de Londres, transformaram-se em uma “estratégia urbana articulada” (p. 73) e rapidamente apropriada por administrações municipais no intuito de reabilitar antigos centros, tornando as cidades mais atrativas e mais competitivas.

Desse modo, um acontecimento contingente desdobrou-se em um processo sistemático que se estendeu para países com realidades históricas e urbanísticas claramente distintas daquelas identificadas em Londres, Nova Iorque e Sidney, tidas como cidades detentoras dos casos mais emblemáticos de *gentrification*. Para Smith (2006), isso indubitavelmente nos leva à compreensão desses processos tanto de maneira horizontal quanto vertical, uma vez que o fenômeno da gentrificação tem se espalhado mundialmente, abarcando cidades de diferentes portes e tamanhos.

É claro que essas experiências de gentrificação são bastante diferentes e desiguais, e muito mais diversificadas que nos primeiros casos europeus e norte-americanos. Elas fazem parte de contextos culturais e econômicos de nível muito local e se conectam de maneira muito complexa com as economias nacionais e globais. Entretanto, o que se deve sublinhar aqui é a rapidez da evolução de um processo urbano particular ainda tão marginal, primeiramente identificado nos anos sessenta, e sua transformação em uma dimensão marcante do urbanismo contemporâneo (SMITH, 2006, p. 62).

Atualmente, *gentrification* passou também a ser utilizada como categoria de análise cujo intuito é dar conta dos processos de concentração de parcelas das classes média e alta em condomínios de luxo. Embora não tenhamos intenção de negar essa aplicabilidade, a concepção que aqui utilizaremos perpassa a ideia de mecanismos empreendedores que elegem paisagens marginais no espaço urbano a fim de reabilitá-las econômica e socialmente. Como concebe Leite (2004, p. 20), *gentrification* será trabalhada como “a transformação de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais”.

Numa espécie de “culturalismo de mercado” (ARANTES, 2000), as práticas de *gentrification*, geralmente concebidas por meio de parcerias entre os setores público e privado, são aqui abordadas como mecanismos cuja intenção principal é convergir cultura e capital. Nelas, o fator cultural serve principalmente como chamariz que, dentro de uma lógica mercadológica perpassada pelas políticas de renovação do espaço urbano e de *image-making*, procuram reinventar a cidade dotando-a de nova identidade a ser explorada pelo *citymarketing*.

Embora sejam localidades com capacidade destacável de convergir distintas sociabilidades públicas, os centros históricos que passam por esse tipo de intervenção figuram como objetos de políticas urbanas e culturais que visam (re)inventar seu patrimônio cultural a fim de torná-lo mais favorável à apropriação de partes específicas da população e do capital. Antigas áreas são, portanto, segmentadas e disciplinadas tendo em vista os usos voltados para camadas mais elitizadas, a exemplo do uso extensivo para o lazer e para o turismo.

Os referidos processos de *gentrification*, ou enobrecimento urbano, trazem ainda outra dimensão que merece ser discutida. Não raramente denominados por seus executores como “revitalização” ou “reabilitação” urbana, tem se deixado de levar em consideração que determinados espaços, embora estigmatizados e “marginais” na paisagem, podem ser tudo, menos destituídos de vida. Essas duas terminologias são

comumente usadas de maneira respectiva no Brasil e em Portugal para nomear processos de intervenção que embora aparentem dar conta de ações puramente técnicas, carregam consigo uma carga política que os aproximam dos processos de *gentrificação*, de higienização e mesmo de haussmanização (PEIXOTO, 2009).

A despeito de suas diferenças conceituais, essas práticas urbanas são irremediavelmente ideológicas e partem de uma filosofia patrimonial que, junto a outros fatores, se “liga intimamente à nostalgia de sociabilidades, de tempos e de espaços perdidos” (PEIXOTO, 2009, p. 49). Sendo assim, forjam constantemente imagens idealizadas do passado e, como tal, ligam-se frequentemente a intervenções em centros históricos. Além disso, por vezes, o uso indiscriminado dessas terminologias acaba por desprezar atores sociais que, apesar de serem em sua grande maioria pertencentes às camadas mais pobres da população, são praticantes desses espaços, oxigenando-os cotidianamente com inúmeros e diversificados trajetos e interações sociais.

Dessa forma, desponta outro aspecto da problemática, sendo que este se sobrepõe às questões terminológicas e, embora estejam aí imbricados, não mais se restringe a fatores econômicos e mercadológicos. A transformação de um espaço “marginal” da paisagem urbana em um novo “cartão-postal” costuma apresentar consequências muito custosas aos grupos sociais que frequentavam aquela localidade, tendo em vista que um traço comum a essas políticas de enobrecimento é a substituição destes atores sociais por novos usuários, os quais marcadamente estão inseridos numa camada social mais elevada.

Os processos de *gentrification* possuem uma indiscutível dimensão classista, muito embora a ideia de diversidade social esteja constantemente atrelada ao discurso de seus executores². Se levarmos em conta que, de maneira quase majoritária, os atuais centros citadinos possuem uma composição social popular, os mecanismos de reabilitação urbana e de revalorização do patrimônio cultural correspondem, na verdade, a ações voltadas para atração das camadas mais abastadas da população, o que muitas vezes tem resultado numa apropriação quase privada do espaço público e na expulsão de antigos usuários, no que Zukin (2000a) denominou muito bem de “higienização social”.

² Para Arantes (2000), o caráter de classe dos processos de enobrecimento urbano fica claro, de maneira vexatória, no próprio termo inglês *gentry*, tantas vezes substituídos por eufemismos, os quais tentam esconder que o sentido é realmente o retorno das classes abastadas aos centros das cidades.

Embora manifestas de distintas formas, justamente por causa das adaptações locais que são feitas, as políticas de enobrecimento urbano são intervenções que buscam restaurar e preservar espaços com fortes inserções históricas, inserindo atividades que junto com o apelo visual do patrimônio edificado possam despertar a atividade turística, de lazer e de consumo cultural, resultando em incisiva “espetacularização da cultura” (FEATHERSTONE, 1995; LEITE, 2009). Em alguns casos, trata-se também de reabilitar as funções residenciais perdidas nas décadas antecessoras.

Capazes de fomentar mudanças e formação de novas culturas e de diversas formas de sociabilidade, os processos aqui tratados têm influenciado significativamente, tanto no Brasil quanto em Portugal, no aparecimento de novas territorialidades e de diferentes formas de relação do homem citadino com o espaço público, elementos que devem ser observados de modo a formarmos embasamentos sociológicos mais refinados acerca da cultura urbana atual.

O status de Patrimônio da Humanidade tornou-se ponto de destaque no turismo internacional e cresce cada vez mais a ideia de que o patrimônio é poderoso aliado para o desenvolvimento das cidades. Como elemento destacável da cultura ele ocupa, na lógica do capitalismo contemporâneo, posição privilegiada.

Assim, partindo das questões abordadas, tomamos como norteadoras as problematizações levantadas pelas seguintes indagações: Que papel ocupam as políticas de revitalização nos processos de inscrição de Centros Históricos como Patrimônio Mundial pela Unesco? Em que medida seria possível falarmos que a eleição de um centro histórico como Patrimônio Mundial serve para legitimar práticas de enobrecimento urbano? E, por fim, uma questão mais específica que pode nos informar muito acerca das atuais intervenções urbanas em espaços públicos de reconhecido valor histórico: como os dois casos em questão estão conciliando, com políticas habitacionais, ações voltadas para o desenvolvimento do turismo e do consumo cultural?

Fora isso, pretendemos identificar os elementos identitários construídos e despertados pelas políticas de patrimonialização, compreendendo a função e o modo como foram requeridos pelos projetos de intervenção urbana desses sítios históricos. Por fim, além de apreender e analisar as especificidades, os aspectos variantes e as similitudes existentes nos dois casos, torna-se imprescindível entender, no âmbito dessas intervenções, como estão sendo feitas as conciliações entre os usos turísticos e de consumo cultural com os usos habitacionais.

Quando observamos os casos em análise e relacionamos nossas observações com as prerrogativas da “Convenção de Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (1972), reportamo-nos diretamente a uma das problematizações desse trabalho: segundo a convenção, um bem escolhido para ostentar tal título deverá se tornar um exemplo de “boa prática” no que se refere à gestão de áreas protegidas em todo o mundo. Essa ideia de “boa prática”, conforme tencionamos argumentar, estimula ainda mais as intervenções urbanas e os processos de revitalização desses bens que, cada vez mais, são trabalhados no intuito de se fortalecerem enquanto simbólica e economicamente rentáveis.

Desde 1972, o rigor do processo de eleição e a credibilidade da Unesco pareceram conferir atratividade e qualidade inestimáveis aos bens inscritos na lista e o status de Patrimônio da Humanidade tornou-se ponto de destaque no turismo internacional. Somos levados, então, a construir a tese de que o uso mercadológico exacerbado dessa categoria de patrimônio tem resultado em uma contradição bastante interessante quando pensamos que uma das intenções de salvaguardar um bem como Patrimônio Mundial é gerar uma solidariedade mundial e pertença comum, uma vez que passa ser da coletividade internacional a responsabilidade de preservar um bem que diz respeito a todos.

No entanto, a disputa das cidades e lugares por um “lugar ao sol” no circuito turístico mundial gera muito mais competitividade do que solidariedade. Trata-se cada vez mais de construir imagens-sínteses que, ao qualificarem de forma exacerbada o “nós”, acabam causando, de maneira indireta ou não, a desqualificação do “outro”.

3. Notas metodológicas para um estudo de perspectiva comparada

3.1 O lugar e os motivos da pesquisa

Embora o estudo dos processos de patrimonialização não seja algo recente nas agendas de pesquisas acadêmicas, o modo como o patrimônio e mais especificamente os centros históricos tornaram-se pontos-chaves nas políticas urbanas pode ser considerado um problema sociológico relativamente novo no Brasil e que remete às últimas décadas.

Essa temática, reunida a outros questionamentos acerca da cultura urbana atual, foi umas das preocupações que desencadearam a criação do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeurc) da Universidade Federal de Sergipe e do qual tivemos a oportunidade de participar a partir de 2003. Foi no âmbito do Labeurc que pudemos desenvolver nossas primeiras reflexões e trabalhos de sociologia urbana, os quais resultaram em nossa pesquisa de mestrado. Focada nas políticas de revitalização que ocorriam na cidade de Aracaju/SE desde a década de 1990, a pesquisa, como costuma acontecer nas empreitadas científicas, além de nos fornecer respostas a inquietações específicas, descortinou novos questionamentos e possibilidades analíticas. Portanto, é desse contexto que surgem os objetivos e a problemática que compõem esse trabalho.

A opção por um estudo comparativo também passa pelas pautas de pesquisa desse grupo. Embora existam outras justificativas para a escolha de São Luís e de Guimarães como nossos universos empíricos, faz-se necessário ressaltar que a proposta de estudo nasce na ambiência da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, a qual surge a partir de uma parceria do Labeurc com pesquisadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Sendo assim, esse trabalho se insere inicialmente em um contexto específico de agenda de pesquisa e seus aportes teórico-metodológicos iniciais estavam a ele ligados. Dizemos iniciais já que a mudança de ambiente acadêmico, resultante da própria realização do curso de doutoramento, desencadeou novas percepções acerca do problema de pesquisa e possibilitou novas abordagens e enfoques.

Assim como se mostra pertinente esclarecermos o lugar que a princípio possibilitou o desenvolvimento desse trabalho, pensamos ser necessário evidenciar que não se trata aqui de comparar realidades históricas, geográficas ou sociais. Cientes das disparidades que em vários pontos envolvem os dois casos estudados, mas admitindo certas coadunações, trata-se, acima de tudo, de comparar projetos e processos que em certa medida seguiram as mesmas lógicas de criação e execução, embora com resultados distintos.

Como bem procurou demonstrar Leite (2009), os estudos comparativos envolvendo políticas patrimoniais e processos de intervenções urbanas possuem pelo menos duas contribuições heurísticas que merecem ser observadas: em primeiro lugar, eles possibilitam aferir algo que está implicitamente envolvido no método comparativo, isto é, permitem que semelhanças e diferenças, aproximações e distorções sejam

apreendidas a partir de casos cujos fins pretendidos estavam em consonância, mas onde os resultados obtidos apresentaram especificidades marcantes. Em segundo lugar, a prática de estudos comparados representa uma possibilidade ímpar de formatar categorias de análise e de aprimorar marcos conceituais, depurando e expandindo suas capacidades explicativas.

Além disso, a pertinência de uma análise comparativa entre Brasil e Portugal se sustenta se levarmos em consideração suas relações históricas, como também as posições semiperiféricas que, “embora em moldes distintos, caracteriza o enquadramento dos dois países no sistema econômico e político internacional” (LEITE, 2009, p. 1). Estes fatores consentem, por sua vez, explorar significativamente alguns pontos:

O modo como essas tendências globais se manifestam, ao tempo em que as aproximações e os distanciamentos que marcam a relação histórica entre o Brasil e Portugal abrem outras possibilidades analíticas sobre a compreensão dos modos como se cruzam influências que remetem ora para os contextos nacionais, ora para as diversas mediações que determinam a sua inserção no cenário global (LEITE, 2009, p. 1).

Uma análise superficial de guias turísticos, peças publicitárias e estudos urbanísticos acerca da cidade de São Luís nos revela rapidamente que uma de suas principais imagens é especificamente construída a partir de suas relações com o contexto urbanístico e arquitetônico português. A ideia de que a capital do Maranhão é “a mais lusitana das cidades brasileiras” é um discurso constantemente retomado e que se forma principalmente a partir dos elementos de seu centro histórico, a exemplo de seus antigos casarões revestidos dos famosos azulejos portugueses, do traçado e da nomenclatura de suas ruas e demais logradouros. Se São Luís reivindica para si a imagem de grande exemplar de cidade lusitana no Brasil, Guimarães, reivindica a posição de berço da nacionalidade portuguesa.

Mesmo sabendo que nem só de similitudes é feita uma análise comparativa, vale destacar algumas semelhanças que chamam a atenção e que tornam pertinente o estudo comparativo entre os dois casos. Além da obviedade de se tratar de centros históricos que ostentam o título de Patrimônios da Mundial, e levando em consideração as semelhanças arquitetônicas derivadas da relação colonial, ambos foram assim considerados pela Unesco não por apresentarem grandes monumentos, mas pela riqueza de um conjunto urbanístico compacto que, nos dois casos, apresentam uma harmonia considerável.

Outra questão merecedora de nota é que, apesar de São Luís ser uma cidade datada de 1612, e Guimarães remontar a séculos bem anteriores, as referidas cidades chegaram à segunda metade do século XX com seus respectivos centros urbanos sofrendo caudalosos processos de modificação de usos e de usuários, deixando-se de lado, por exemplo, a função residencial. Também por conta desses fatores é que se iniciam, primeiro em São Luís e depois em Guimarães, os processos de patrimonialização e intervenções urbanas que guardam a similitude mais significativa para os nossos propósitos, qual seja: a preocupação em desenvolver ações voltadas para as questões habitacionais sem, no entanto, deixar de lado as preocupações de cunho turístico e de consumo cultural.

Diferente da maioria das experiências de revitalização em sítios históricos brasileiros, e semelhante ao que acontece com cidades portuguesas, o caso de São Luís apresenta uma grande preocupação com os elementos residenciais, ainda que isso não tenha resultado, como se quer, no retorno das classes que ocupavam esse espaço em sua época de glória. Desse modo, chamou-nos a atenção o fato da experiência ludovicense ainda encontrar-se longe de ocupar nos estudos urbanos brasileiros o mesmo papel de destaque conquistado por outros casos, como os de Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

3.2 Procedimentos de pesquisa

Tendo em vista as propostas e os objetivos de pesquisa definidos anteriormente, buscamos utilizar procedimentos metodológicos que nos permitissem a apreensão de aspectos do passado em articulação direta com as características do presente dos nossos objetos de estudo. Para tanto, seguimos os moldes qualitativos de análise. Segundo Deslauriers e Kérisit (2010), o delineamento da pesquisa qualitativa poderá variar tanto em função do objetivo quanto em função das possibilidades e dos limites envolvidos no desenvolvimento da análise, de modo que, no geral, cinco tipos de delineamentos podem ser identificados nas Ciências Sociais: o estudo de caso, a comparação multicaso, a experimentação no campo, a experimentação em laboratório e a simulação por computador (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 127). Aqui, o delineamento refere-se a uma comparação multicaso, a qual, de acordo com os autores, perpassa um dos temas mais privilegiados da pesquisa qualitativa, a saber: a análise e

avaliação de políticas sociais e organizacionais. Em nosso caso, a análise de políticas urbanas, culturais e patrimoniais.

Assim sendo, para melhor organização, dividimos a metodologia empregada em dois grupos: o primeiro ligado à pesquisa histórica e o segundo vinculado à observação direta. Tratou-se, portanto, de mobilizar informações de fontes variadas e que possibilitassem o enriquecimento da abordagem.

De acordo com Richardson (1999), a pesquisa histórica pode apresentar dois objetivos básicos: em um deles, no qual se realiza um corte transversal, a análise encontra-se focada em um momento dado; no segundo, centrado num estudo longitudinal, busca-se a compreensão de um acontecimento ao longo do tempo. É, pois, a este último objetivo que relacionamos nossa pesquisa. Neste sentido, um dos primeiros procedimentos utilizados consistiu no levantamento histórico-documental de fontes primárias e secundárias mediante os métodos tradicionais de catalogação e fichamento de documentos.

Além da análise de documentos tradicionais, como projetos destinados às áreas centrais objetos de nossa investigação, outra prioridade no levantamento documental consistiu na busca por material iconográfico. Como assevera Frehse (2005), “quando o campo é o arquivo”, fotografias podem revelar importantes informantes. É como se, dentro de uma moldura, arranjos espaciais e narrativos fossem postos em intensificada evidência, revelando também o comportamento corporal do próprio fotógrafo pelos lugares públicos.

A simples existência da imagem atesta que seu autor se encontrava no local no momento da tomada. E se encontrava envolvido em gestos e posturas que, em conjunto, compõem o ato de fotografar. É dessa movimentação que a fotografia de rua é, em primeira instância, documento (FREHSE, 2005, p. 13).

Já que os atuais processos de patrimonialização e intervenções no espaço urbano trabalham em cima de forte apelo visual e cenográfico, a criação de um considerável banco de imagens nos forneceu um significativo quadro de representações visuais capazes de contribuir para a formação de novas concepções acerca dos nossos objetos de estudo.

Neste sentido, formamos um corpus documental composto de produção midiática, jornalística, governamental, iconográfica e acadêmica. Obviamente, a longitude temporal que envolve os processos de patrimonialização e revitalização que estamos a tratar pressupõe a necessidade de seleção de determinados períodos para

focarmos a pesquisa documental. Sendo assim, no que se refere ao caso brasileiro, a pesquisa em jornais e revistas³ focou os períodos marcados pela implantação dos projetos de revitalização e nos anos 1996 e 1997, quando ocorreu a elaboração do dossiê de candidatura e a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade.

Quanto aos documentos governamentais, como projetos, dossiês, atas, ofícios, pareceres e relatórios técnicos, tivemos que nos submeter àquilo colocado à disposição pelos órgãos públicos após um verdadeiro trabalho de garimpo⁴. Praticamente todos os órgãos ligados à cultura e ao patrimônio de São Luís estão localizados no Centro Histórico e ocupam antigos casarões, os quais precisam passar por constantes reformas. Segundo alguns funcionários, esse fator dificulta a organização eficiente de arquivos. Além disso, a exemplo do que acontece com as pesquisas de campo tradicionais e etnográficas, quando o “campo é o arquivo” (FREHSE, 2005), e mais especificamente quando se trata de órgãos públicos cuja natureza principal não é a arquivologia, parece haver a mesma necessidade de levantar informantes e quebrar bloqueios e estranhamentos para com o pesquisador.

Só assim pudemos estabelecer relações de proximidade que contribuíram não só para a localização de determinados documentos, mas também para o contato e entrevista com um importante agente envolvido no processo de revitalização e patrimonialização do Centro Histórico de São Luís. Neste sentido, a escolha do agente entrevistado na pesquisa não se deu pela definição de um perfil fechado, mas seguiu os próprios encaminhamentos da pesquisa de campo. Assim, realizamos uma longa entrevista com Luiz Phelipe Andrès, ex-secretário de cultura do Maranhão e agente envolvido diretamente na construção e na execução de todas as etapas dos Projetos de Revitalização do Centro Histórico de São Luís⁵. Andrès escreveu algumas obras acerca da capital maranhense, foi também o responsável pela formulação do dossiê de candidatura desse sítio urbano a Patrimônio Mundial e tem sido presença constante no Conselho Estadual de Cultura do Maranhão.

³ A pesquisa em jornais e revistas foi realizada nas seguintes instituições: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Arquivo Público de São Luís e Fundação para o Centro Histórico de São Luís.

⁴ Além dos arquivos públicos municipal e estadual, foram pesquisados os seguintes órgãos: Superintendência do IPHAN no Maranhão, Departamento do Patrimônio Histórico do Estado do Maranhão, Secretaria de Cultura do Maranhão, Secretaria de Turismo do Maranhão, Biblioteca Pública Benedito Leite e Fundação para o Centro Histórico de São Luís.

⁵ Essa entrevista é fator primordial para sustentar a tese de que o título de Patrimônio Mundial concedido a São Luís, a despeito da importância de seu acervo patrimonial, foi um projeto político ligado à Família Sarney e que contou com a interferência direta do Senador José Sarney para sua aprovação.

No caso da pesquisa em Guimarães, o levantamento empírico foi realizado durante período de realização de estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra⁶. Nos quase três meses de estágio, pudemos não só iniciar o trabalho de campo envolvendo a conversão do Centro Histórico dessa cidade a Patrimônio Mundial, como percebê-lo dentro de um contexto maior, a saber: os processos de patrimonialização que nas últimas décadas estão sendo levados a cabo no contexto nacional português. Neste sentido, nosso estudo comparativo pôde avançar encontrando pontos de interconexões e de distanciamento entre os dois casos objetos de estudo de nossa tese⁷.

Quanto à pesquisa documental em Guimarães, seguimos caminhos parecidos com aqueles percorridos em São Luís. Na Câmara Municipal da cidade, onde tivemos acesso ao GTL, a pesquisa demandou maior tempo e teve menor êxito, tendo em vista o complicado processo burocrático para se ter acesso a informações e documentações. Já em outros órgãos públicos, o levantamento transcorreu dentro das nossas expectativas.

No Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, foi possível uma rica pesquisa estratégica no acervo de jornais vimaranenses⁸. Dizemos estratégica tendo em vista que, diante do pouco tempo disponível e da abrangência longitudinal de nossa pesquisa, foi necessário definir prioridades. Sendo assim, concentramos o trabalho de levantamento de fontes jornalísticas nos períodos pré e pós-obtenção do título de Patrimônio Mundial, ou seja, os anos 2000 e 2001. A pesquisa foi realizada nos dois jornais da cidade, a saber: *Notícias de Guimarães* e *O Comércio de Guimarães*. Além disso, foi possível ter acesso a um dossiê elaborado pelo GTL na década de 1980, cujo objetivo foi reunir matérias jornalísticas ligadas às intervenções urbanas realizadas na época na área central da cidade. Outras fontes documentais também foram acessadas, a exemplo de pesquisas sociais da área, projetos de intervenção urbana, legislações etc.

⁶ O intercâmbio foi possibilitado por Bolsa de Mobilidade Internacional - Santander 2012.

⁷ Durante o período em que pudemos permanecer na Universidade de Coimbra, foi possível usufruir de sua rica biblioteca, bem como de toda a estrutura do Centro de Estudos Sociais (CES). Neste sentido, realizamos considerável levantamento e leitura de referências bibliográficas envolvendo não só assuntos diretamente ligados ao nosso objeto de estudo, o centro histórico da cidade de Guimarães. Além de entrar em contato com uma vasta bibliografia acerca dos processos de revitalização e patrimonialização que estão ocorrendo em cidades portuguesas, foi possível entrarmos em contato com uma bibliografia ainda não disponível no Brasil, por exemplo aquela ligada ao direito internacional e que envolve o estabelecimento de bens considerados patrimônio da humanidade. Além disso, também foram de extrema importância as orientações realizadas pelo Prof. Dr. Carlos Fortuna, orientador do estágio realizado em Coimbra e coordenador português da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, o qual nos colocou em contato direto com administradores públicos responsáveis pelo setor da cultura na cidade de Guimarães.

⁸ Gentílico de Guimarães.

Já na Biblioteca Municipal Raul Brandão, o foco foi o levantamento de livros historiográficos, de monografias e de outras fontes bibliográficas acerca da história da cidade, de seu Centro Histórico e dos processos de patrimonialização ali desenvolvidos. Nesta instituição, também fizemos o levantamento de material promocional da cidade, a exemplo de guias turísticos de diferentes datas e momentos históricos. Por fim, tivemos acesso a publicações da Unesco e da Câmara Municipal de Guimarães acerca da eleição de seu Centro Histórico a Patrimônio Mundial.

Quanto ao segundo grupo de procedimentos metodológicos empreendidos nessa pesquisa, o foco centrou-se na observação direta. A pesquisa baseada na observação exigiu a presença prolongada no campo, em diferentes dias e horários, a fim de que fosse possível coletar dados suficientemente relevantes para a construção de interpretações válidas. Além de possibilitar a construção de novos dados, a observação direta contribuiu sobremaneira para definição e redefinição do problema de pesquisa levando, assim, a uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada. Nos dois casos, foi possível captar alguns de seus aspectos socioespaciais, presenciar o fluxo turístico do local e sua relação com as atividades cotidianas de seus moradores, conferir os eventos ali desenvolvidos e perceber a dinâmica impressa nesses espaços urbanos.

3.3 Plano de Capítulos

A disposição dos capítulos dessa tese segue o caminho que entendemos ser o mais adequado para elucidar seu problema de pesquisa, qual seja: entender o papel das políticas de revitalização para os processos de inscrição de Centros Históricos como Patrimônio Mundial pela Unesco. Neste sentido, o primeiro capítulo compreende a exposição e análise de antecedentes históricos e documentos internacionais vinculados à construção do campo do patrimônio. Em um primeiro momento, nos dedicamos ao entendimento de como determinados bens foram alçados à categoria de representantes de uma coletividade, no caso a nação, e colocados enquanto dignos de serem preservados e divulgados.

Ainda no Capítulo 1, a questão que se coloca é compreender como o espaço urbano, a exemplo dos antigos centros citadinos, foi posto em uma perspectiva histórica, e como o patrimônio foi gradativamente se tornando um ponto de debate internacional ou, como escreve Arantes (2009), como foi se formando uma esfera pública mundial para o patrimônio. Mostramos como esses bens foram se deslocando dos contextos

nacionais para um contexto mundial e esboçamos um dos principais pontos defendidos nesse trabalho: a ideia de que o patrimônio – a princípio um elemento de construção das identidades nacionais – foi sendo inserido em uma perspectiva de desenvolvimento econômico e, como tal, passou a ser utilizado a partir de seus valores mercadológicos. No mesmo sentido, esboçamos o argumento, confirmado pelos casos empíricos estudados, de que na atualidade, a ideia de unidade forjada nos processos de patrimonialização visa não mais o fortalecimento da identidade nacional, mas acima de tudo o fortalecimento de uma imagem de cidade apazível aos negócios e ao turismo cultural; uma imagem de cidade que os atuais processos de intervenção urbana em lugares históricos ajudam a construir.

Por conseguinte, os Capítulos 2 e 3 abordam, respectivamente, os processos de (re)invenção dos centros históricos de São Luís e de Guimarães. Neles, tratamos do modo como esses espaços urbanos deixaram, durante a segunda metade do século XX, de figurar enquanto espaços de elite para, em seguida, serem considerados lugares degradados e marginalizados da paisagem urbana. Enquanto tal, esses espaços foram alvos de processos de patrimonialização e de revitalização, os quais buscaram reabilitá-los simbólica e economicamente, tornando-os elementos de interesse cultural e turístico. Perceber os discursos e os agentes envolvidos nesses processos deu margem para compreendermos as identidades suscitadas e o modo como a revitalização desses espaços refletiu no posterior processo de candidatura a Patrimônio Mundial.

Já o Capítulo 4 tem justamente por intuito analisar o processo de candidatura e de eleição dos Centros Históricos de São Luís e de Guimarães a Patrimônio da Humanidade. A princípio, apresentamos alguns dos caminhos percorridos pelo conceito de cultura na ambiência e documentos da Unesco e, logo em seguida, argumentamos que o uso mercadológico exacerbado desse patrimônio tem resultado em uma contradição, quando pensamos que uma das intenções de salvaguardar um bem como Patrimônio da Humanidade é gerar uma solidariedade mundial e pertença comum, conforme coloca a própria Unesco.

No caso da capital maranhense, observamos as justificativas e os critérios utilizados, destacando essa eleição enquanto um projeto político ligado a um grupo tradicional da política local, o qual utilizou de sua influência para acelerar e viabilizar a obtenção do título. Além disso, mostramos como o título de Patrimônio Mundial se transformou rapidamente em uma propaganda de governo e foi personificado para resultar em dividendos eleitorais. Quanto ao caso de Guimarães, além de observar e

analisar as justificativas e os critérios utilizados no processo de candidatura, perpassamos também a formulação de mecanismos de concorrência intercidade e de controle e vigilância do centro histórico. Ainda no quarto capítulo, tratamos de elucidar a relação entre a revitalização e reabilitação desses espaços com o título concedido pela Unesco.

Por fim, no Capítulo 5, abordamos o modo como o título de Patrimônio Mundial resultou na tentativa de retraditionalização do Centro Histórico de São Luís e na tentativa de destraditionalização do Centro Histórico de Guimarães. Embora com suas peculiaridades, esses dois processos tiveram uma intenção em comum: vender esses espaços urbanos no circuito das cidades e lugares históricos.

Antes de passarmos a esses capítulos, cabe situarmos os pontos de partida conceituais dessa pesquisa, apresentando os autores e categorias de análise a partir dos quais sustentamos a abordagem empírica do trabalho. Também é pertinente situarmos as origens históricas dos processos de intervenção urbana dos quais aqui tratamos. A partir do urbanismo inaugurado por Haussmann na Paris do século XIX, buscamos esclarecer como os processos de *protogentrification* nasceram a partir de necessidades estratégicas de embelezamento dos espaços citadinos, contribuindo para a formação de uma imagem-modelo de cidade; nesse caso, Paris, “a capital do século XIX” (Benjamim, 1997). Por outro lado, tencionamos mostrar como as intervenções pioneiras na capital francesa influenciaram o urbanismo moderno⁹, tornando-se posteriormente, e com algumas modificações, uma das chaves mestras do Planejamento Estratégico e do Empreendedorismo Urbano que gerencia as cidades contemporâneas.

Após situarmos os problemas de pesquisa dentro da lógica do Planejamento Estratégico, coube também apresentarmos seus modos de atuação e a maneira como a cultura tem sido tratada como elemento primordial de promoção das cidades contemporâneas. Nessa ambiência onde “tudo é cultura” e onde tudo é estetizado, conforme nos lembra Simmel, o patrimônio, em suas nuances mercadológicas, apresenta-se como importante “renda monopolista” (Harvey, 2006) capaz de fazer cidades sobressaírem frente às demais.

⁹ Conforme veremos no Capítulo 1, as intervenções de Haussmann e o próprio urbanismo moderno serão elementos de grande influência na construção das diretrizes das principais cartas patrimoniais estabelecidas no século XX.

4. Cidade, Cultura e Planejamento Urbano: ponto de partida conceitual.

4.1 Cidade e Urbanismo: da *protogentrification* ao planejamento estratégico

Olhando para isto, imaginamos se esta é Paris, e [...], hesitamos em penetrar neste vasto dédalo onde já se acotovelam mais de um milhão de homens, onde o ar viciado de exalações insalubres se eleva, formando uma nuvem infecta que obscurece quase por completo o sol. A maior parte das ruas desta maravilhosa Paris nada mais é senão condutos sujos e sempre úmidos de água pestilenta. Encerradas entre duas fileiras de casas, as ruas nunca são penetradas pelo sol, que apenas roça o topo das chaminés. Também há ruelas, que não permitem a passagem de dois homens juntos, cloacas de imundície e de lama onde uma população enfraquecida inala cotidianamente a morte. São estas as ruas da antiga Paris, ainda intactas (¹⁰CHEVALIER, 1973 *apud* AZEVEDO, 1998).

Quando lemos a passagem acima, o cenário apresentado acerca do centro parisiense destoa da imagem de cidade considerada a “Capital do Século XIX”, conforme concebeu Benjamim (1997). Sem desprezar todos os elementos levantados na análise benjaminiana, que caminhou por entre as vias da modernidade, também é possível falarmos de uma série de problemas que na primeira desse metade daquele século agrediam de forma singular as áreas centrais parisienses e que são especialmente importantes para nossa análise. Citando Louis Chevalier, em sua “*Labouring Classes and Dangerous Classes in Paris During The First Half of The Nineteenth Century*”, Azevedo (1998) concebe que em 1849, pouco antes da conhecida intervenção haussmaniana, podia-se falar de Paris como um acumulado de casas amontoadas num vasto território e cuja zona central estava marcada por intenso adensamento e por dificuldades habitacionais e de higiene.

No intuito de superar esse cenário é que se realizou no período pós-1848 um grande programa de transformação no espaço urbano de Paris, o qual particularmente nos interessa. Sob o comando de Georges Eugène Haussmann, então prefeito da cidade e de sua circunvizinhança (1853 - 1870), esse programa, mais que uma ação no sentido de dotar a capital francesa de melhores condições de circulação, algo tão essencial para as novas cidades industriais, constituiu-se também em uma clara operação política. No cenário descrito por Chevalier (*apud* AZEVEDO, 1998), as barricadas e trincheiras tão comuns à vida pública parisiense, construídas pelos levantes populares dos movimentos socialistas e da classe operária, tornavam-se praticamente invencíveis. As tropas

¹⁰ CHEVALIER, Louis. *Labouring classes and dangerous classes in Paris during the first half of the nineteenth century*. Trad. F. Jellinek. New Jersey: Princeton University Press, 1973, pp. 155-156.

bonapartistas pouco podiam para alcançar seus alvos, os quais, no calor dos confrontos se dispersavam entre o emaranhado de ruas e vielas e reapareciam adiante ainda mais aguerridos.

Para além de melhores condições sanitárias, de circulação e embelezamento, criando assim a imagem de uma cidade condizente com os ideais da modernidade, as ações urbanísticas de Haussmann visavam também o saneamento de um adversário interno: “a abertura de grandes e largas avenidas não só dificultava a construção das barricadas operárias como ajudava a ação da cavalaria de Bonaparte” (LEITE, 2004, p. 18). A criação de uma nova malha de ruas retilíneas, que deu origem aos famosos *boulevards*, foi ação estrategicamente promovida visando melhor comunicação entre as principais zonas urbanas e a eficiência diretora do trânsito, mas foi também uma reforma que pretendia facilitar a movimentação das tropas evitando, assim, a insurreição das barricadas.

Definindo-se como o “artista demolidor”, Haussmann, além das novas avenidas que agora cortavam todo o antigo tecido medieval, preocupou-se com a reconstrução de edifícios monumentais, os quais, numa uniformidade e regularidade arquitetônica, dotaram o novo plano urbanístico de uma imponência espetacular. Segundo Benjamim (1997), isto teria desencadeado certo “enobrecimento de necessidades técnicas com pseudofinalidades artísticas”.

Numa espécie de *protogentrification* (LEITE, 2004), conciliando interesses estatais e financeiros, as referidas intervenções modificaram profundamente a fisionomia da capital francesa, aburguesando-a. Por conseguinte, Benjamim (1997) enxergou em Paris “uma cidade estranha para os próprios parisienses” (p. 75-76) e Baudelaire, em *Le Cygne*, concebeu:

A velha Paris não existe mais (a forma de uma cidade muda mais depressa, ai! Do que o coração de um mortal) Paris muda! Mas nada se moveu em minha melancolia! Palácios novos, andaimes, blocos, velhos subúrbios, tudo para mim se torna alegoria, e minhas caras lembranças são mais pesadas do que rochas (BAUDELAIRE, 1961, s/p).

Neste contexto, uma intensa especulação imobiliária se instaurou, empurrando para fora das áreas centrais a população menos abastada que passou a residir em zonas periféricas, formando a chamada “cintura vermelha” no lado oposto das fortificações de Paris (LIMA, 2008). Em contrapartida, impulsionado pelas novas formas de organização do espaço e intenso progresso da vida material e cultural nas sociedades capitalistas, um novo padrão de comportamento passou a se desenvolver.

Um novo modo de vida, agora tipicamente urbano, tornou a própria cidade sujeito artístico, político e cultural. Entre os anos de 1871 e 1914, período conhecido como Belle Époque, o modo de vida derivado da Europa, refletido nas manifestações artísticas de todo tipo, na arquitetura e também no urbanismo, passou a influenciar grande parte do mundo ocidental.

A partir de então, a cidade passa, por um lado, “a ser o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo e da consolidação de uma nova ordem e, por outro, a cidade se torna, ela própria, o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas” (PESAVENTO, 1999, p. 158). Neste contexto, Paris tornou-se um caso emblemático e deu margem para a construção de um mito. Mais que a “capital do século XIX”, como bem definiu Benjamin (1997), Paris passou a figurar como o modelo mais perfeito da cidade moderna, emblema do conceito de metrópole. É como se uma parte (Paris), pudesse expressar o todo: a modernidade em todas as suas dimensões, com destaque para a urbana.

As intervenções levadas a cabo por Haussmann contribuíram sobremaneira para fixar uma imagem e consolidar esse mito: Paris, a metrópole do século XIX. “Sua prática de intervenção urbana foi, ao mesmo tempo, continuidade e renovação, que deixou marcas visíveis no traçado urbano, cristalizando uma imagem visual da metrópole” (PESAVENTO, 1999, p. 98). Além disso, estas intervenções passaram a ditar as palavras de ordem de um novo modelo de desenho urbano.

A partir dos ideais de saneamento e embelezamento, o modelo haussmaniano ultrapassou as fronteiras parisienses para ocupar com maestria o lugar de paradigma basilar dos processos de intervenção urbana em grandes capitais. Até cidades fora do contexto econômico-cultural europeu e com histórias e aspectos sociológicos tão díspares adotaram a haussmanização como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Foi, por exemplo, o que ocorreu em cidades que, embora de maneiras distintas e tardiamente, vivenciaram sua Belle Époque e presenciaram mudanças significativas nos seus traçados urbanos, tudo inspirado no modelo Haussmann. Estamos falando das reformas urbanísticas empreendidas na cidade do Rio de Janeiro na administração de Pereira Passos (1903-1906), denominado por Benchimol (1992) “um Haussmann tropical”, bem como daquelas intervenções urbanas presenciadas na cidade do Recife a partir de 1910 e que ficaram conhecidas como o “bota abaixo” (LEITE, 2004).

Esse cenário só começou a mudar a partir de 1914: a Europa conheceu o fim da tão festejada Belle Époque e adentrou uma era de conflitos cuja força destrutiva era, até então, sem precedentes. Além de uma série de problemas políticos, econômicos e sociais, as duas grandes guerras mundiais trouxeram novas necessidades de reestruturação dos tecidos urbanos, muitos deles arrasados pelos conflitos. Daí surgiu novos e complementares paradigmas de organização urbana, cujas bases estarão calcadas em ideais modernistas. De acordo com Harvey (1992), esses ideais apregoavam a noção de que tanto o planejamento quanto o desenvolvimento urbano deveriam concentrar-se em planos “de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada” (p. 70).

Na Inglaterra, uma política de planejamento urbano foi posta em prática e contou com uma legislação municipal e nacional bastante rigorosa. A ideia principal foi a de restringir a suburbanização, buscando desenvolver de maneira planejada novas cidades. Ações no sentido de eliminar habitações precárias e miseráveis foram levadas a cabo, ao passo que construções de novas moradias, hospitais, escolas etc. foram desenvolvidas. Os Estados Unidos, por conseguinte, trabalharam no desenvolvimento de uma linha bem diferente de reestruturação urbana que contou com a maciça ação do governo no sentido de fortalecer intensa e rapidamente a suburbanização. Não obstante estas duas soluções encontradas tenham seguido contornos diferenciados, estiveram ambas apoiadas “na produção em massa, nos sistemas de construção industrializada e numa arrasadora concepção de como se fazer emergir um espaço racionalizado [...]” (HARVEY, 1992, p. 72), aspectos defendidos principalmente pelos arquitetos e urbanistas modernistas.

Durante os anos que marcaram o final do século XIX e o início do século XX, a arquitetura ocidental esteve esteticamente voltada para tendências neoclassicistas, ecléticas, e ligada a movimentos mais focalizados, como o Art déco e Art nouveau. Tendências vinculadas às artes plásticas, elas focaram de maneira mais específica edificações de caráter monumental. Estas, no entanto, passaram a figurar como distantes dos novos imperativos e dinamismo que a crescente sociedade industrial impunha (HOLSTON, 1993).

As novas necessidades advindas do contexto pós-guerra deram margem ao surgimento de uma nova arquitetura que propôs abolir os acentuados dogmas que marcaram o século XIX em favor da simplificação, da rapidez e da redução de custos e

tempo. Para tanto, necessitava-se eliminar os rígidos contornos e imagens das antigas edificações, assim como distanciar-se dos elementos decorativos e simbólicos. Por meio da chamada *standardization*, do uso repetitivo e padronizado de materiais industrializados, esta nova tendência buscava racionalizar o uso de qualquer elemento arquitetônico (HOLSTON, 1993).

Por seu turno, as obras de Le Corbusier despontam como uma espécie de bíblia da nova arquitetura e urbanismo. Ele, assim como grande parte dos modernistas, defendia uma divisão clara entre os espaços urbanos. Baseado na dicotomia “hora do trabalho e hora do repouso”, Le Corbusier enfatizou uma rígida separação entre as zonas destinadas às atividades produtivas e as áreas voltadas para a moradia. Numa perspectiva funcionalista, utilizando-se da metáfora do corpo humano, ele enxergava nas cidades, com seus congestionamentos e dificuldades, um doente que necessitava submeter-se a um ato cirúrgico (HOLSTON, 1993).

Apesar de empreenderem novas concepções urbanas, Le Corbusier e os demais arquitetos e urbanistas que formavam o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) eram grandes admiradores do Barão Haussmann e tinham em suas condutas dois importantes princípios: o uso de medidas geométricas e o esquema de largas avenidas para ligar áreas isoladas da cidade, numa clara alusão aos *boulevards* advindos de Paris. O urbanismo em larga escala, estabelecido pelo referido barão, foi amplamente incorporado pelos membros do CIAM que, assim como fizera Haussmann, “adotaram as justificativas técnicas, tecnocratas e morais da legislação de obras públicas para suas propostas de transformação das cidades” (HOLSTON, 1993, p. 54).

Com as mudanças estruturais do capitalismo vivenciadas a partir da década de 1970, as grandes metrópoles passaram por uma nova reconfiguração, agora relacionada ao processo de globalização da economia. As intensas transformações desencadeadas nesse período teriam induzido à formação de uma crise de centralidade econômica, com muitas das principais metrópoles perdendo o controle de grande parte das atividades industriais. Subsidiadas pelos progressos tecnológicos da comunicação e informação, grandes empresas passaram a vislumbrar outras localidades como mais favoráveis e com menores custos para instalação de suas sedes e, decorrente disto, uma considerável crise fiscal, seguida por questões como desemprego e desestruturação urbana puderam ser visualizadas, tornando o futuro das grandes metrópoles incerto para muitos (CARVALHO, 2000).

A visão modernista de cidade, a qual se encontrava intimamente vinculada à industrialização e ao *boom* decorrente do fim da Segunda Grande Guerra foi, ao passo dessas mudanças, atingida por um forte pessimismo. “Segregação, destruição, tensão, corrupção são, ao mesmo tempo, violências efetivamente vividas como sintomas de uma crise das cidades e da civilização urbana” (MONNET, 1996, p. 221). Um claro aumento das desigualdades urbanas foi ressaltado e, nesse contexto, as próprias intervenções do poder público no espaço citadino se descobriram responsáveis pela proliferação de variadas formas de segregação.

Leon Krier (*apud* HARVEY, 1992) observa que o planejamento urbano moderno se tornou responsável pela proliferação de uma contundente “pobreza simbólica” na paisagem urbana e na arquitetura, principalmente quando se levava em consideração as práticas de zoneamento monofuncional tão comuns aos planejadores modernos. Outra crítica destinada ao movimento modernista no que se refere à arquitetura e ao urbanismo foi a concepção de que ele fora responsável por propiciar o “desvirtuamento e inibição das localizações empresariais ótimas e, assim, pela decorrente degradação das áreas centrais” (ARANTES, 2000, p. 21).

Em detrimento de uma suposta crise das cidades, diagnosticou-se também uma mudança no perfil das metrópoles. Predominantemente industriais elas passaram a acompanhar as mudanças econômicas e, de maneira progressiva, tornaram-se estrategicamente importantes para o setor terciário, nomeadamente para a instalação de empresas transnacionais ligadas aos setores financeiros e da informação. Segundo Carvalho (2000, p. 2), não se tratou, portanto, de uma crise¹¹, mas de “uma re-significação no interior do sistema produtivo internacional” que, posteriormente, deu margem para o surgimento das chamadas cidades globais.

Nesse contexto, uma nova geração de urbanistas começou a atuar no cenário de planejamento e gerenciamento das cidades. Cientes do novo papel desenvolvido pelas cidades no mundo cada vez mais globalizado, essa terceira geração surgiu, pelo menos discursivamente, em ampla oposição ao modelo modernista.

Segundo Harvey (1992), presenciou-se assim a inserção do pós-modernismo na arquitetura e no urbanismo, marcando o surgimento de um movimento de ruptura com os planos em larga escala derivados do urbanismo moderno e, por conseguinte, marcando a proliferação de projetos e ações pontuais no espaço citadino. Estas novas

¹¹ Como veremos, essa ideia de crise serviu de alibi preponderante para o desencadeamento de intervenções nas áreas centrais urbanas, bem como para seus processos de patrimonialização.

ações, de acordo com o autor, seguem um modelo estrategicamente idealizado e voltam-se, sobretudo, para satisfação de demandas localizadas. A produção do espaço urbano distanciou-se das antigas configurações monofuncionais para adquirir o aspecto de um mosaico altamente fragmentado, permitindo a coexistência de manifestações urbanas antigas com novas áreas “revitalizadas”, formando o que o autor caracterizou como um “palimpsesto de formas passadas superpostas umas às outras e uma ‘colagem’ de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros” (HARVEY, 1992, p. 69).

Proliferou-se, então, o ideário de que a organização e comando da cidade pós-moderna só se tornariam possíveis tratando-a aos pedaços, como uma colcha de retalhos. Porquanto, a perspectiva pós-moderna de projeção da cidade atual trabalha acolhendo, ao menos no campo do discurso, a promoção da diversidade e do particularismo, em franca oposição ao urbanismo e à arquitetura homogeneizante do período precedente (LIMA, 2008).

Principalmente a partir da década de 1980, calcado em bases teóricas militares e empresariais e apoiado em jargões como gerenciamento, governabilidade, renovação e requalificação urbana, o Planejamento Urbano Estratégico criou um novo paradigma que propõe um jeito distinto de se “fazer a cidade”. No cerne desse novo paradigma há uma questão clara: a problemática da competitividade urbana.

É por causa dessa perspectiva, que segue uma lógica marcadamente orientada pelos imperativos de mercado, que Fortuna (1997) nos leva a pensar a ideia de “concorrência intercidades”. A globalização expandiu-se para além da esfera econômica, influenciando de forma incisiva a produção do espaço e agindo diretamente na legitimação de novas políticas urbanas. Tornar as cidades competitivas parece ter se tornado o carro-chefe do Planejamento Estratégico.

Presencia-se cada vez mais a criação do que Sánchez (2010) chama de “rede mundial de cidades” subsidiada pela constituição de “cidades-modelo” construídas por meio do agir simultâneo e combinado de governos locais, de atores hegemônicos e de agências multilaterais que atuam em escalas regional, nacional e global. Esses atores passam cada vez mais a estabelecer, mediante discursos e meios de difusão de suas concepções, imagens e representações sobre a cidade global, dando espaço para a expansão, dentro das políticas urbanas, do chamado *citymarketing*.

Assim, a procura por uma “imagem-modelo” e um lugar de relevo dentro do “mercado de cidades”, seja ele de âmbito nacional ou global, tem balizado as políticas urbanas em diversos locais, promovendo processos de adaptações técnicas do território

e de (re)qualificação da infraestrutura urbana. Estas ações, no entanto, vêm acompanhadas da necessidade de valorização de bens culturais e especificidades locais, vistos como pontos primordiais na apresentação de diferenças ambientais, históricas e culturais. Vê-se, por este prisma, a cultura como um dos elementos mais essenciais no desenvolvimento da boa imagem de uma cidade.

4.2 Empreendedorismo e competitividade urbana ou o que a cultura pode fazer pelas cidades

Ao observar “A produção capitalista do espaço”, Harvey (2006) ressalta o consenso que se estabeleceu na década de 1980, quando governos locais se viram diante de uma situação econômica e fiscal minada: mais do que administrar as cidades, se apegaram à ideia de que seus movimentos de ação deveriam seguir linhas inovadoras e empreendedoras. Estavam sendo calcadas as primeiras bases daquilo que logo em seguida seria denominado empreendedorismo urbano e que ficaria no centro das políticas urbanas e do desenvolvimento das cidades. Esse empreendedorismo, segundo o autor, fora construído a partir da união de pelo menos duas prerrogativas essenciais: parceria público-privada, na qual, numa quase maioria dos casos, o setor público assume os riscos e o setor privado logra os principais êxitos, e foco na economia política do lugar em detrimento do território.

Quando se refere a território, Harvey (2006) refere-se a projetos de caráter econômico que, ao tratarem de questões como moradia e educação, visam a melhoria da qualidade de vida em uma determinada “jurisdição específica”. Já na economia política do lugar, ressalta o autor, o foco encontra-se, por exemplo, na intervenção ou na construção de centros cívicos, culturais, de entretenimento, ou mesmo de parques industriais que supostamente resultariam na melhoria de toda a região metropolitana. No empreendedorismo urbano, a problemática que se coloca é que suas ações e empreendimentos se destinam ao desenvolvimento econômico a partir da “construção especulativa do lugar” (p. 174) em oposição à melhoria mais efetiva das condições de um território.

Na sua lógica, a cidade, a partir de determinados lugares eleitos para tal, deverá apresentar a imagem de um lugar inovador, criativo e seguro não só para se viver, mas também para visitar, consumir e divertir. “A valorização de regiões urbanas

degradadas, a renovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano, atrações para consumo e entretenimento se tornaram facetas proeminentes das estratégias de regeneração urbana” (HARVEY, 2006, p. 176). Espetáculo e exibição foram tomados como símbolos de uma cidade dinâmica e eventos culturais tornaram-se alvo de vultosos investimentos. As artes, vistas como elementos capazes de romper ciclos de estagnação econômica, passaram a ser tomadas como capazes de criar certo otimismo para a própria população local, atraindo assim a atenção das demais.

Por conseguinte, embora cada cidade apresente suas particularidades históricas, geográficas, políticas e culturais, no jogo do novo empreendedorismo urbano – ou do Planejamento Urbano Estratégico, como preferem autores como Vainer (2000) e Sánchez (2010) – todas acabam seguindo os mesmos padrões de comportamento, e tudo se trata, no final das contas, de colocar-se à venda e em vantagem competitiva.

Nesta conjuntura, as funções da cidade, inclusive aquelas ligadas à construção da memória e da identidade, devem ser mercantilizadas. Tomadas de maneira isolada ou em conjunto, essas funções devem ser abarcadas a partir de seus potenciais competitivos e favoráveis para a composição da imagem que se quer colocar à venda. Tudo isso levando em conta o mercado de cidades que se quer encarar. Assim, o planejamento é orientado para a demanda, para os consumidores e os grupos-alvos que as ações e intervenções pretendem alcançar. É justamente nesse público que o *citymarketing* se concentra, trabalhando para manipular seus gostos, seus destinos e seus padrões de consumo.

A supremacia das representações construídas pelos executores das intervenções, mais do que o embelezamento e a melhoria das qualidades materiais desses espaços, é ponto de disputa e necessidade ímpar para o bom alcance dos resultados esperados. Dessa forma, a reinvenção dos lugares ocorre, acima de tudo, por meio da reinvenção de suas imagens e representações, e a construção de imagens torna-se imperativa em dois pontos interligados: no âmbito externo faz parte das estratégias econômicas e urbanas que visam tornar a cidade conhecida e em posição de vantagem frente às demais com as quais compete e, no âmbito interno, acaba produzindo certa coesão social e consenso ao redor do programa de cidade que os grandes projetos urbanos tencionam construir.

No entanto, vale ressaltarmos que esses consensos vez por outra apresentam suas fissuras que são prontamente exploradas por agentes de disputa do campo simbólico. Como as imagens criadas para o bem ou para o mal são instrumentos de

poder, por mais que se tente afastá-lo, o dissenso volta à cena e a serviço de outros que tentam representar a cidade a partir de seus gostos e interesses, sejam eles legítimos ou não.

Segundo Sánchez (2010), a subjetividade do meio coletivo é fabricada pela iniciativa dos governos locais e, por intermédio dos meios de comunicação mais distintos, os cidadãos são chamados a participar do processo de renovação das cidades. Essa suposta participação, no entanto, deve ser consensuada gerando a exclusão do conflito e das diferenças que naturalmente fazem parte do cenário urbano.

Outro ponto que merece ressalva é que “por utilizar-se de instrumentos e clichês que são ‘moeda corrente’ na agenda urbana dominante, a imagem de uma determinada cidade, ao apresentar ao mundo seu projeto de cidade e cidadania, se aproxima daquela de muitas outras” (SÁNCHEZ, 2010, p. 69), de modo que o diferente acaba tornando-se igual.

Esse modelo de empreendedorismo urbano, baseado em processos de intervenção urbana e no desenvolvimento de centros culturais e de consumo que visam, acima de tudo, tornar a cidade competitiva, espalhou-se rapidamente, e as vantagens competitivas, antes mais ou menos exclusivas, alastraram-se significativamente. Nessa amalgama, os elementos de distinção deixam de existir: se todas as cidades são inovadoras e atrativas, de fato, nenhuma é. Não é de se estranhar, portanto, que diante de tantas outras opções que surgem como “novidades”, grandes projetos e investimentos amarguem um sucesso fugaz.

Em virtude das leis coercitivas da concorrência, as coalizações locais, para sobreviverem, não têm opção, exceto se conseguirem se manter na dianteira do jogo, engendrando saltos de inovação em estilo de vida, formas culturais, combinações de produtos e serviço e, inclusive, formas institucionais e políticas (HARVEY, 2006, p. 183).

Diante de toda essa lógica competitiva impregnada nas intervenções urbanas contemporâneas, Harvey (2006) pensou no conceito de “renda monopolista”, uma abstração linguística da economia política relacionada ao controle exclusivo de um item que apresenta aspectos singulares e irreplicáveis.

Observando esses fatores, pode-se dizer que a cultura tem estado cada vez mais atrelada às tentativas de resguardar ou de extrair o poder monopolista para cidades, tendo em vista que ela apresenta vantagens quando a questão que se coloca é alegar singularidade e autenticidade. Na lógica do empreendedorismo urbano, modos de

distinção são levantados e articulados na construção do discurso monopolista que acompanha esses itens.

Não é de admirar então, o fato de a cultura ter sido colocada por Arantes (2000) como uma espécie de porta que levou de volta à cidade arquitetos e urbanistas, causando uma coalizão entre planejadores urbanos e intermediários culturais. No centro dessa relação, está a ideia de que a “cultura é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável” (p. 29). Além disso, utilizada como combustível para a construção dos consensos de que os atuais tipos de empreendimentos urbanos necessitam, a cultura é colonizada de tal modo que se pode falar de um “culturalismo de mercado” e de um “tudo é cultura”.

Nestas circunstâncias não é de se estranhar que o arquiteto-urbanista tenha se tornado um dos operadores-chave desta máquina, reunindo em um só personagem o manager e o “intermediário cultural” – fração de classe fornecedora de bens e serviços simbólicos, cuja trajetória ascendente é reveladora do atual culturalismo de mercado. Bourdieu foi o primeiro a assinalar a existência deste personagem, ao mesmo tempo intermediário e empresário cultural, no qual Mike Featherstone por sua vez reconheceu um dos principais agentes da gentrification (ARANTES, 2000, p. 29-30).

Nas cidades que passam por processos de *gentrification*, a cultura está paulatinamente sendo moldada para constituir-se no principal negócio das cidades. Ao mesmo tempo, fica claro para “os agentes envolvidos na operação que é ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial” (ARANTES, 2000, p. 33). Assim, se um discurso politicamente correto apregoa como a cultura deixa seu elevado “pedestal elitista” para embrenhar-se por domínios outros, como o econômico e o político, Arantes (2000) frisa como a exploração do capital simbólico pelo *citymarketing* trabalha no intuito de construir uma imagem de cidade forte, positiva e capaz de competir com as demais.

Na simbiose íntima entre cultura e cidade, não se trata mais de perguntarmos o que podemos fazer pela cultura. De acordo com Rita Davies¹² (2008), trata-se agora de indagarmos o que a cultura pode fazer pelas cidades. Na sua perspectiva de diretora executiva de cultura, as administrações públicas precisam buscar algo diferente para sobressaírem-se, e nada melhor do que a cultura ou, mais amplamente, a esfera do imaginário para constituir essa diferença. A cultura, vista como “o futuro das cidades”, talvez tenha sido a esfera social que mais se dilatou tornando-se, inclusive, um elemento de mediação preponderante da vida social.

¹² Diretora executiva de Cultura para a Cidade de Toronto, agente do Plano Cultural para a Cidade Criativa e uma das responsáveis pela criação do novo Museu de Toronto.

Nesse momento de “hipercultura universal”, velhas dicotomias, hierarquizadas por antigas fronteiras simbólicas, foram diluídas ou passaram por uma profunda reelaboração, de modo que não se faz exagero falar que tudo hoje se alça ao título de cultura: já não faz mais tanto sentido colocar em oposição elementos como economia/imaginário, produção/representação, marca/arte, mercado/criação, dinheiro/arte, cultura comercial/alta cultura, espírito/divertimento. Esse desmanche de dicotomias parece acompanhar um mundo no qual a cultura se espalha para todos os setores da atividade humana e mantém uma relação cada vez mais íntima com a indústria mercantil, impondo-se como “mundo econômico” (LIPOVETSKI; SERROY, 2010).

Na hipermodernidade (LIPOVETSKI; SERROY, 2010), a cultura foi deslocada de seu antigo lugar, seu peso e suas significações foram reformulados e sua centralidade na vida econômica, com destaque para o desenvolvimento das cidades, é uma realidade pouco contestável. “A cultura, dos programas audiovisuais ao patrimônio, da edição à informação, é pensada em termos de mercado, de racionalização, de volume de negócios e de rentabilidade” (p. 32). Assim, torna-se uma esfera de disputa ainda mais politizada e, por vezes, trágica. Como o desenvolvimento da indústria cultural foi acompanhado de críticas que denunciam processos de padronização, de alienação e banalização da cultura, esse novo cenário de interligação entre cultura e cidade também é acompanhado por desconfiças e críticas ainda mais severas. As experiências de intervenção urbana denominadas pela teoria crítica enquanto *gentrification*, bem como a patrimonialização generalizada que hora presenciamos são, portanto, apenas alguns exemplos dessas críticas e desconfiças que estão diretamente imbricadas no atual planejamento urbano estratégico e no seu modo de se “fazer” e vender as cidades.

CAPÍTULO 1 - PATRIMONIALIZAÇÃO GENERALIZADA: ORIGENS HISTÓRICAS

1.1 A Invenção do Patrimônio Histórico

Embora seja perceptível a proliferação dos chamados não lugares, típicos da globalização e de seus fluxos acelerados e constantes, temas como patrimônio e reinvenção de lugares ligados à tradição estão cada vez mais em pauta. Se os processos de patrimonialização não são algo recente, seu sentido tem ganhado uma nova conotação e sua abrangência expandiu-se de maneira vertiginosa, tornando-se uma espécie de ponte a unir ainda mais cidade e cultura. É justamente acerca dessas novas significações e expansão que procuraremos discurrir nas páginas seguintes.

Antes, porém, assim como fez Arantes (2009), é imperativo destacarmos que o patrimônio cultural não é e nem deve ser visto como um instrumento teórico cujo objetivo é interpretar ou explicar o social. Embora não se possa negar sua importância na estruturação da experiência urbana contemporânea, essa expressão é, acima de tudo, uma construção ideológica, de valores e de sentidos, e é como tal que ela merece explicação.

Diversamente de outras representações coletivas, o patrimônio cultural *strito sensu* é instituído por um complexo processo de atribuição de valor que ocorre na esfera pública (...). Eis o universo mais amplo a que pertence as realidades culturais ditas patrimoniais, ou seja, o contexto em que o objeto específico dessa reflexão adquire a condição *sui generis* de integrar representações simbólicas de identidade e, como tal, de participar de processos culturais, políticos e da economia” (ARANTES, 2009, p. 12).

Enquanto uma construção ideológica de atribuição de valores, o patrimônio possui um tempo e um lugar de surgimento, de modo que se torna imprescindível reconhecermos que bens materiais, e mesmo imateriais, alçaram-se ao status de especiais e representativos de uma coletividade, chegando, inclusive, a serem considerados representantes da história e da diversidade mundial e dignos de políticas de preservação e divulgação. Em resumo, identificarmos quais sentidos serviram de base para a elaboração da ideia de patrimônio cultural nacional e mundial. Isto, por seu turno, passa necessariamente pelo conceito de monumento.

A palavra *monumentum* é um termo do latim derivado de *monere*, cujo sentido está vinculado ao conceito de “advertência”, de “lembrança”. Assim, seu sentido etimológico passa pela ideia de tornar perene e mais ou menos concreta uma memória viva e carregada de emoção. Isso nos remete ao fato de que, a princípio, apenas construções prévias e deliberadamente concebidas com a intenção de rememorar acontecimentos ou personagens ligados à história de uma comunidade ou grupo eram assim considerados. A partir do monumento, a memória seria trabalhada de maneira que passado e presente fossem mediados por meio da emoção. Entretanto, como afirma Choay (2006), esse passado “é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar” (p. 18). Neste sentido, o monumento apresentaria uma função antropológica ou mesmo ontológica, uma vez que localizaria origens, dissipando os efeitos aniquilantes do tempo sobre a memória e sendo, ao menos no seu sentido inicial, um elemento de segurança espacialmente localizado¹³.

Embora muitos desses elementos significantes ligados ao monumento continuem vinculados a ele, seus sentidos iniciais foram sendo gradativamente readaptados pelas sociedades ocidentais. Já no século XVII, ao monumento foi acrescentado o valor arqueológico: mais do que servir para lembrar algo às gerações futuras, ele passou a ser visto como testemunha de épocas pretéritas. Aos seus sentidos memorial e histórico também se acrescentaram os valores estéticos, uma vez que geralmente são construções soberbas e imponentes. A partir do século XVIII, os monumentos passaram a ser vistos como motivos de embelezamento das cidades e lugares (CHOAY, 2006), ganhando progressivamente uma notoriedade muito mais vinculada aos efeitos que aos motivos de sua edificação.

Mas foi principalmente a partir da França Revolucionária que esses sentidos conheceram uma expansão e uma readaptação merecedoras de nota, tendo em vista que nesse momento se assiste à invenção de um tipo de monumento às avessas: o monumento histórico. Embora não propositalmente construídos com tais intenções, edificações anteriormente destinadas a funções específicas – a exemplo dos locais de culto, de moradia e de instrução de grupos privilegiados – foram gradualmente sendo

¹³ No caso do patrimônio mundial, esse efeito de segurança ontológica ainda se sustenta, uma vez que a princípio a segurança que produz é espacialmente localizada e ligada à história particular de uma comunidade? Que tipo de segurança o patrimônio mundial proporciona? Abordaremos algumas dessas questões no quarto capítulo.

selecionadas, preservadas e convocadas para exercerem o papel de objetos do conhecimento e a função de testemunhas da história sem, contudo, terem sido construídas para tal função pedagógica e memorial.

Foram as ações de vandalismo desencadeadas pela Reforma e principalmente pela Revolução Francesa que, ao exacerbarem a possibilidade de destruição completa desses bens, permitiram o desenvolvimento das ações de preservação e deram início a políticas de promoção desses enquanto elementos de interesse público. Conforme argumentamos, desde o início de sua trajetória até as últimas décadas, são as situações e os discursos de crise os cenários que mais contribuíram para o desenvolvimento das políticas patrimoniais, em um movimento que a princípio relaciona-se com a tentativa de fazer surgir desses elementos seus sentidos de segurança ontológica e mesmo antropológica e que, na atualidade, liga-se com a necessidade de construção de consensos em torno de projetos de cidades.

De todo modo, até o século XVIII, a preservação de monumentos e do que mais tarde levaria o nome de monumento histórico era uma ação desenvolvida mais especificamente pela aristocracia e pela Igreja com o único intuito de preservar seus bens dos desgastes causados pela ação do tempo e de outras intempéries. Por conseguinte, embora considerados pelos antiquários elementos com considerável valor histórico e artístico, não foram esses os pontos que culminaram no desenvolvimento de ações sistemáticas de preservação.

Com a eclosão da Revolução Francesa, o confisco de bens ligados à Igreja, à aristocracia e à coroa, e a identificação desse patrimônio com as antigas classes dominantes desencadearam-se atos de vandalismo que colocaram em perigo e mesmo destruíram vários monumentos e objetos de caráter artístico e até histórico.

Assim, em um movimento contrário, o próprio governo revolucionário, que anteriormente havia identificado esses bens como o antigo regime, passou a arregimentá-los para compor o campo de ação de formatação do Estado Nacional, assumindo como justificativa seu papel pedagógico para o entendimento da formação da nação, bem como a ideia de desenvolver por meio deles sentimentos de pertença com raízes históricas, como que materializando essa “comunidade imaginada”.

Neste momento, estavam sendo construídos os alicerces que deram sustentação a toda valorização do monumento enquanto bem do patrimônio histórico e artístico das nações, numa consagração que só encontrará concorrentes a partir da década de 1960 com a publicação da Carta de Veneza pela Unesco. Portanto, foi

seguindo esse caminho que determinados bens chegaram ao século XIX assumindo a postura de herança pública, resultando disso a substituição da noção de monumento histórico pela noção de patrimônio histórico e artístico nacional, e pressupondo a ideia de preservação em nome da coletividade. Vistos como testemunhas da história e imbricados de significados como o de identidade cultural, estes, bem como sua preservação, estiveram em conformidade com as necessidades dos Estados Nacionais de legitimarem seu poder e cristalizarem a ideia de unidade.

É neste sentido que Fonseca (2005) concebe como a constituição do denominado patrimônio histórico e artístico nacional surgiu de uma necessidade prática e de outra de caráter mais ideológico: dar aos bens confiscados um novo estatuto evitando assim sua completa destruição, e ressemantizar esses bens de diferentes procedências, agora simbolicamente homogeneizados e colocados a serviço da construção do ideário de nação. Sob o domínio do Estado, esses bens foram gradativamente alçados à categoria de instrumentos capazes de despertar sentimentos de nacionalidade, e sua preservação passou a representar o cuidado com o patrimônio coletivo. Criou-se, portanto, um novo campo de atuação política e um novo corpo conceitual que distingue entre os bens móveis, destinados aos museus, e os bens imóveis, que deveriam ser utilizados para novas funções.

Já durante o século XIX, quando a Revolução Industrial e suas consequências se espalham pela Europa e por outras partes do mundo, a ideia de patrimônio histórico e artístico nacional se desenvolveu de maneira mais profícua para conhecer uma grande consagração no século XX. Como sugere Choay (2006, p. 136), na era industrial,

o mundo acabado do passado perdeu a continuidade e a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens. O monumento histórico adquire com isso uma nova determinação temporal. Doravante, a distância que dele nos separa se desdobra. Ele está refugiado num passado do passado. Tal passado já não pertence à continuidade do devir e a ela nada será acrescentado pelo presente ou pelo futuro. E, qualquer que seja a riqueza dos filões arqueológicos ainda inexplorados, essa fratura do tempo relega o campo dos monumentos ao canto de uma finitude inapelável. Após o Renascimento, as antiguidades, fontes de saberes e de prazeres, afiguravam-se igualmente como pontos de referência para o presente, obras que se podiam igualar e superar. A partir da década de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável.

Na França e na Inglaterra, o modo como a Era Industrial foi encarada, bem como suas consequências díspares, acabaram por desenvolver dois modos distintos de enxergar os monumentos históricos. Se na França, país cuja tradição rural era mais forte, mesmo os efeitos mais negativos da industrialização eram vistos como resultados legítimos do nascimento de uma modernidade, na Inglaterra, esse fatalismo causou maior incômodo, e o país, mesmo tendo sido o celeiro da Revolução Industrial, desenvolveu uma ligação mais contundente com passado, de modo que o novo momento tendeu a causar maior trauma. Enquanto para os franceses os monumentos históricos e sua preservação ganhavam um tratamento mais museológico visando, acima de tudo, a consolidação de um valor nacional recém-criado, para os ingleses, inconformados com as destruições causadas pelo estabelecimento da nova ordem, o patrimônio deveria ser tomado como elemento do cotidiano necessário à vida do presente e não como mero objeto contemplativo embutido de saberes acerca do passado.

Essas diferenças contribuíram grandemente para que o século XIX assistisse ao desenvolvimento de dois modelos distintos de preservação dos bens patrimoniais: o modelo anglo-saxão e o francês. O primeiro, por meio do apoio de associações civis, como sociedades de antiquários, considerava que a importância do monumento histórico e artístico estava muito mais vinculada a questões éticas do que estéticas. Nele, o patrimônio vai despertar uma espécie de culto e de valorização do passado e assumir uma posição de relíquia. Além disso, não apenas os monumentos excepcionais, mas toda obra que refletisse o esforço humano seria considerada digna de preservação¹⁴. Já no modelo francês, vertente centralizadora que de maneira regulamentativa tinha como núcleo os interesses do Estado, o foco era a conservação de monumentos tendo em vista sua posição excepcional. Esta segunda tipologia de preservação tornou-se a dominante nas sociedades ocidentais até meados do século XX, tendo sido exportada para diversos países, entre eles Brasil e Portugal. De caráter museológico e a partir de um aparelho burocrático estatal, a ideia da preservação não era cultivar o passado, mas garantir sentimentos de pertença e de identidade nacional, em um momento no qual a ideia de

¹⁴ Na Inglaterra, são os atos de destruição e vandalismo religioso desencadeados durante a Reforma Protestante que vão despertar a proteção de bens alçados ao status de patrimônio histórico e artístico. Mas, diferente do que ocorre na França, não é o Estado o único agente envolvido nessa preservação. Esse modelo será absorvido pelos Estados Unidos, enquanto o francês será exportado para outros países da Europa, para a América Latina e para suas ex-colônias.

nação estava intimamente atrelada não só à posse de um determinado território como também de uma cultura e de uma língua¹⁵.

Trabalhada e forjada enquanto uníssona, a construção dessa cultura se utilizou vigorosamente de determinados bens materiais que de algum modo puderam representar a trajetória histórica da nação que se estava a construir; é como se os bens patrimoniais fossem capazes de materializar e tornar visível a cultura nacional. De diferentes origens, esses bens foram homogeneizados segundo um mesmo ideal e alçados à categoria de propriedades da nação cuja posse coletiva era tida enquanto um elemento de cidadania. A partir do discurso de que esses, anteriormente pertencentes a grupos hegemônicos, eram agora propriedade coletiva da nação, difundia-se a percepção de que todos os cidadãos enxergariam nesses bens um reflexo de sua identidade e de sua história enquanto povo. O patrimônio histórico passou, assim, a funcionar como uma prova concreta da história oficial de uma nação, tanto para seu público interno quanto externo. Foram os discursos pedagógicos, identitários e relacionados à cidadania os que mais legitimaram as práticas de preservação, justificando assim uma atividade bastante onerosa e que encontrou diferentes adversários ao longo de sua história. Semelhante ao que acontece hoje na construção das imagens-sínteses das cidades e lugares, no modelo francês de preservação, a valorização dos bens patrimoniais caminhou junto com o escamoteamento de conflitos e diferenças internas. Diversas peculiaridades regionais a exemplo de costumes e dialetos foram muitas vezes ignoradas e mesmo suprimidas

¹⁵¹⁵ Dentro do recém-criado campo da restauração, logo se desenvolveram duas doutrinas distintas, cujas prerrogativas básicas estarão ligadas aos modelos de atuação que vão se desenvolver de maneira distinta na França e na Inglaterra. Estendendo-se para a maioria dos países europeus, o modelo francês teve no pensamento intervencionista de Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) sua âncora. Já no caso inglês, é a vertente anti-intervencionista de John Ruskin (1819-1900) que conhecerá maior aceitação. Viollet-le-Duc, naquilo que Choay (2006) vai chamar de “nostalgia do futuro”, desenvolveu uma visão quase que ideal do monumento histórico. Embora tenha sido muito criticado por ter deixado de lado suas próprias regras, realizando restaurações fantasiosas, para Viollet-le-Duc, “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado” (*apud*, CHOAY, 2006, p. 156). Sua concepção de restauração passava pela necessidade de restituir ao monumento sua formatação original, retirando dele todo e qualquer acréscimo que não fizesse parte de sua concepção inicial. Por meio de uma pesquisa arraigada de documentos e desenhos, o restaurador teria por função levar o bem restaurado ao seu estado mais puro, tentando perceber qual a ideia de seu projetista original, mantendo-se fiel ao estilo da obra e, acima de tudo, sem acrescentar qualquer tipo de contribuição de caráter pessoal ao monumento. A partir de sua distinta concepção de patrimônio histórico, Ruskin desenvolveu uma postura de preservação anti-intervencionista totalmente contrária àquela defendida por Viollet-le-Duc. Principalmente por conta das transformações e rupturas advindas da Revolução Industrial, para Ruskin o século XIX tinha mostrado a importância e o fato de que cada acontecimento e obra do passado possuía um sentido único e insubstituível, de modo que o trabalho empreendido pelas gerações passadas na confecção de uma construção dotava essa herança de um caráter sagrado. As marcas que o tempo nela imprimiu fazem parte de sua essência, de maneira que o monumento adquire um sentido de relíquia cuja intervenção não nos seria permitida. Para essa vertente de pensamento, a restauração seria como tentar ressuscitar um morto; uma mentira que, por assim dizer, resultaria em um ato de quebra de sua autenticidade.

visando a construção da ideia de unidade tão necessária aos recém-criados Estados Nacionais.

1.2 Brasil, Portugal e os caminhos do Patrimônio e da Identidade Nacional

1.2.1 A imprensa e os literatos na gênese do debate patrimonial em Portugal

Essa relação do patrimônio com a formação da identidade nacional foi um movimento também executado nos cenários português e brasileiro. Ainda que, obviamente por questões históricas, tenha se iniciado primeiro em Portugal, e não obstante apresente elementos distintos, tanto um quanto o outro instrumentalizaram o patrimônio em favor da construção de consensos políticos e identitários. Embora não seja nossa intenção aprofundar esse debate, acreditamos ser pertinente traçarmos, em linhas gerais, os caminhos percorridos pelo debate patrimonial nos dois países, ressaltando sua ligação com a tentativa de governos autoritários de construir sentimentos de pertença e de identidade nacional.

Em Portugal, assim como ocorrido na França, o tema do patrimônio despontou em um momento de forte instabilidade política e de queda do Antigo Regime. Foi durante a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834) que os monumentos foram tomados como instrumentos identitários nacionais. Uma vez obtida a vitória, os liberais portugueses, fortemente inspirados nos ideais da Revolução Francesa, deram início à formulação de uma legislação liberal que tratou de desconstruir os privilégios do clero, acabando com as ordens religiosas e procedendo com o confisco de seus bens.

De posse do Estado, esses bens clericais, que iam de obras de arte até grandes construções, passaram a figurar como uma boa oportunidade de aquisição de dividendos para os cofres públicos. Vendidos ou com usos alterados, esses bens, que remetiam ao antigo regime, entraram em considerável processo de degradação. Se no caso francês os perigos do vandalismo ideológico e da dispersão desse patrimônio resultaram rapidamente em uma legislação protetora que tratou de transformá-los em herança pública, em Portugal esse processo se deu de maneira mais lenta. A conjuntura

liberal resultou em um amplo estado de abandono desses bens, em uma situação que foi percebida a partir do estado de degradação e ruína de mosteiros, de igrejas e de antigos castelos medievais.

A percepção desse cenário de ruína e a posterior consagração do monumento histórico português foi um processo inicialmente gestado no seio da imprensa nacional que, inspirada nos periódicos franceses e ingleses, privilegiou não só a denúncia da situação de descaso, como se tornou ambiente de debate e formulação teórica sobre o tema, trabalhando na divulgação de amplo material iconográfico acerca dos monumentos e ajudando a difundir na opinião pública (ROSAS, 1995). Enquanto isso, algumas decisões governamentais ficavam encalhadas, como foi o caso do convite feito a Academia Real de Ciências de Lisboa para inventariar bens de natureza monumental e de importância histórica para a nação, mas que não saiu do papel durante décadas. Conforme assevera Rosas (1995), as questões envoltas na constituição e preservação do monumento histórico em Portugal se desencadearam por intermédio da imprensa ilustrada e também “pela via da disciplina histórica e da literatura, igualmente publicadas em revistas e jornais. Os mais precoces intervenientes na matéria foram intelectuais de formação literária e histórica da primeira geração romântica, como Herculano e Garrett” (p. 31).

Se em 1835 foi publicada a Carta de Lei de 15 de abril¹⁶, que determinava as regras para a venda desses bens nacionais, foram as publicações de Alexandre Herculano¹⁷, importante intelectual da época, que lançaram a base, os conceitos e os valores que posteriormente dariam a tônica das políticas de restauração e de conservação do patrimônio português. Entre 1838 e 1839, Herculano publicou quatro artigos na revista *O Panorama*¹⁸, nos quais denunciava a situação dos monumentos e exaltava a arquitetura gótica como aquela de maior representatividade para a história e cultura nacional. Dentro desses artigos e da própria intenção da revista estava uma “missão civilizatória” destinada às classes laboriosas e que acreditava na “ideia da felicidade pela instrução” (ROSAS, 1995, p. 18).

¹⁶ A referida lei “englobava as obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como monumentos históricos de grande feitos, ou de épocas nacionais” (apud, ROSAS, 1995, p. 12).

¹⁷ Herculano (1810-1877) foi um importante historiador, jornalista, poeta e romancista português. Além disso, foi também o redator principal da revista *O Panorama*.

¹⁸ Revista Semanal de grande tiragem e patrocinada pela Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis.

Embora Garrett¹⁹, outro importante escritor da época, tenha desencadeado uma análise mais estética dos monumentos portugueses, a verdade é que foi o critério da importância histórica e nacionalista, tão apresentado por Herculano, que ganhou maior destaque. Tanto que é possível detectar a existência de imprecisões cronológicas e estilísticas nos monumentos apresentados como góticos. Naquele momento, o que importava era a exaltação de uma época, reunida debaixo de uma capa chamada indiscriminadamente de arquitetura gótica. A época em questão era a Idade Média e compreendia, mais especificamente, o período de formação da monarquia (século XII) até o reinado de D. João I (século XV). Marcado por forte nacionalismo, a verdade é que Portugal do século XIX iria valorizar de maneira exacerbada as figuras míticas de heróis nacionais envolvidos com os eventos históricos do medievo. Os monumentos romanos, por exemplo, não despertarão tanto interesse, tendo em vista que eram anteriores à constituição da nação e, sendo assim, não podiam falar do heroísmo e de seu passado glorioso.

O que se percebe é que na primeira metade do século XIX, em Portugal, menos importava o estilo do monumento e mais importância tinha sua representação para o passado da nação. Nesse contexto, “quase poderíamos dizer que é indiferente que os monumentos sejam românicos, góticos ou manuelinos”. Não obstante serem todos colocados debaixo da chancela de gótico, “o que impôs primeiramente não foi o estilo, mas sim os monumentos enquanto memória” (p. 85). É a ideia de que os monumentos seriam a materialização da memória da nação que vai predominar, e essa é a perspectiva difundida por Herculano e por vários outros jornais e periódicos da época, marcados pelo pensamento romântico e, acima de tudo, preocupados em desenvolver na opinião pública uma ideia de valorização e de reencontro com a nação portuguesa.

Também em suas obras literárias, Herculano buscou dar destaque à questão dos monumentos, colocando, por exemplo, a figura dos castelos como importantes elementos da mitologia medieval portuguesa. Em seu romance histórico intitulado *O Bobo* (1843), o escritor abordou algumas questões políticas, como o conflito entre D. Teresa e seu filho D. Afonso Henriques, fundador e primeiro rei de Portugal. Esse contexto de surgimento da nação tem como cenário o Castelo de Guimarães, que além de amplamente descrito, por vezes apresenta-se mesmo como uma personagem do

¹⁹ Almeida Garrett (1799-1854) foi um destacável escritor e dramaturgo romântico português, que atuou como ministro de estado no período de implantação da política liberal.

romance, cujas qualidades eram aquelas próprias dos portugueses (HERCULANO, 1992).

Em toda a sua obra, a proposta de Herculano, que mais tarde acabará sendo incorporada nas iniciativas oficiais é, portanto, de valorização da arquitetura da Idade Média em detrimento da anterior supremacia simbólica da arquitetura clássica. Por outro lado, ele via uma ligação simbólica irremediável entre a arquitetura gótica e a história de Portugal. Destacando o modo como a preservação dos monumentos e dos bens da arquitetura nacional eram ações de cunho pedagógico e instrucional, ele alertava para os perigos que o progresso trazia para os monumentos e, por conseguinte, para a própria memória. Neste sentido, denunciava dois tipos de vandalismo contra os monumentos da nação: o vandalismo destruidor, que abrangia não só as questões ideológicas como a falta de uma legislação e de ações oficiais de salvaguarda e preservação, e o vandalismo restaurador, que se referia a um tipo de intervenção arquitetônica desleixada e pouco comprometida com a qualidade e autenticidade desses bens. Para ele, as parcas restaurações e intervenções da época fizeram dos templos elementos “iguais a salas de baile ou à praça pública: sem mistério, tradições ou saudade” (ROSAS, 1995, p. 24).

Já bastante atrasado com relação ao que vinha acontecendo na Europa, Portugal só iria desenvolver ações mais dedicadas à preservação do patrimônio a partir da criação da Associação dos Arquitectos Civis Português, em 1863. Se a princípio essa agremiação desenvolveu um papel mais preocupado em valorizar o trabalho dos arquitetos, muitas vezes executado por engenheiros de formação militar, logo sua preocupação se estendeu para o campo da valorização e da restauração da arquitetura medieval. A atuação de seus membros, que trabalhavam enviando inventários e estudos acerca de antiguidades e monumentos espalhados por todo o país, ajudou a criar uma importante rede de informação e fiscalização, que abrangia não só o estado de abandono como possíveis restaurações desastradas dos monumentos. Além disso, a associação contava com a participação de sócios estrangeiros de grande peso no assunto, a exemplo de Viollet-le-Duc.

O crescente prestígio dessa associação impulsionou uma série de recomendações feitas por ela ao governo, as quais sempre destacavam o sentido civilizador das ações de restauro e preservação. Em alguns casos isolados de restauro que começavam a se desenvolver, o governo passou inclusive a consultar essa agremiação de arquitetos que, em 1872, recebeu do poder público a outorga de Real

Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses. Sua importância crescente resultou na atribuição, feita pelo Ministério de Obras Públicas, de realizar o levantamento de todos os bens que pudessem ser considerados monumentos nacionais, o que se efetivou em 1881. Após ter a lista publicada, a Real Associação alertou o governo para a necessidade de um estudo de caráter mais científico, considerando-se, por exemplo, outras épocas e os vestígios dos povos que de alguma forma tinham deixado sua marca na formação histórica de Portugal. Nesse mesmo sentido, destacou também a necessidade de se abordar o próprio desenvolvimento da arte portuguesa, entrando aqui os elementos arquitetônicos de outras épocas.

O gosto pela descoberta arqueológica e a moda da antropologia alargavam o conceito de monumento o que engloba o alargamento do próprio campo da história. O estudo das épocas eleitas pelas décadas que temos vindo a estudar, épocas da nação, ou próximas do estabelecimento dos seus contornos, estende-se a todas as épocas vividas pelos diversos povos que deixaram marcas no território nacional. E o próprio conceito de tempo da nação que se prolonga para um passado cada vez mais longínquo, no qual se procuram as raízes da especificidade nacional para além dos factos históricos que propiciaram a definição do território e da sua independência. No último quartel do século exploravam-se os castros, começava a exaltar-se a cultura celta, e atribuíam-se importância ao factor rácico na distinção da produção artística entre as nações, sem dúvida à luz da enorme influência de Taine, também em Portugal, como é patente quando é percorrida a bibliografia dos protagonistas da comissão de 1875 e o "Boletim da Real Associação (...)", nas duas últimas décadas do século (ROSAS, 1995, p. 127).

Embora Rosas (1995) fale dessa expansão no conceito de monumento, é bom que se diga que junto a ele ainda subsistia a antiga percepção e valorização das grandes obras do período medieval. Em virtude de uma visão evolucionista da arte, as obras anteriores eram importantes justamente para mostrarem a evolução artística e arquitetônica vivenciada ao longo da história. Neste sentido, a lista de 1881 englobou não apenas os monumentos de natureza gótica, mas também os românicos e os manuelinos, embora distribuídos em diferente “classes” de importância. O Castelo de Guimarães, por exemplo, enquanto “berço da nação”, estava entre aqueles monumentos de primeira classe²⁰.

Na segunda metade do século XIX, vivenciava-se também a criação e extinção de uma série de comissões destinadas ao trato do patrimônio. É o caso pincelado na citação acima, que fala da comissão criada pelo governo para realizar uma reforma na Academia de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. Além disso, a comissão foi incumbida de apresentar um projeto de organização de um museu e um plano de

²⁰ Os monumentos foram divididos em seis classes por ordem de importância.

salvaguarda dos monumentos e dos achados arqueológicos. Publicou-se então um importante documento, o primeiro de caráter oficial, no qual se fazia um amplo diagnóstico do estado de abandono dos monumentos nacionais. Por meio do documento “Observações sobre o Actual Estado das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Archeologia”, o diretor da comissão de 1975 considerou:

O sudario das nossas miserias a este respeito é tal, que nos envergonha mesmo estende-lo aqui á puridade e diante só de olhos portuguezes. A maior parte d’aquellas venerandas reliquias do passado ou desapareceram para sempre ou estão ameaçando imminente ruina. Umas foram voluntariamente destruidas, depois de voluntariamente concedidas, para darem logar a construcções modernas; outras foram successivamente minadas pela implacavel mão do tempo; outras estão barbaramente deturpadas pela mão dos homens, que sob pretexto restaura-las, lhes tiraram toda a feição que as caracterizava (HOLSTEIN, 1875, p. 41).

Para além do calamitoso diagnóstico, já tão debatido na imprensa portuguesa, o documento trouxe uma novidade: apresentou algumas soluções para resolver tais problemas, entre as quais estavam a necessidade de técnicos habilitados, de verbas para a execução de um projeto de caráter mais global e menos pontual, e de ações mais contínuas de fiscalização.

Outra importante comissão estabelecida dentro dos órgãos oficiais do governo foi a Comissão de Monumentos Nacionais de 1894²¹, cuja ação inicial foi enviar um formulário, a ser preenchido pelas Câmaras, pelas Juntas de Distritos, administrações militares, paróquias e outros setores eclesiásticos. O objetivo do questionário era identificar bens de natureza patrimonial que estivessem de posse dessas autoridades e que deveriam constituir o patrimônio nacional português. Entre esses bens estavam monumentos pré-históricos, antiguidades românicas e góticas, tradições locais, monumentos árabes e portugueses (incluindo desde igrejas e castelos até peças de vestuários, brasões e pinturas), antiguidades de origem desconhecida, cartas geográficas, retratos antigos, entre outros (ROSAS, 1995). Além disso, o questionário interrogava acerca do estado de conservação desses bens, agora exemplares de um conceito de patrimônio bem mais alargado e que passou a incluir elementos para além daqueles arquitetônicos.

²¹ Naquele momento, eram considerados Monumentos Nacionais aqueles que “a) importem á historia do modo de ser intelectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento; b) que testemunhem e comemorem factos notáveis da historia nacional e c) os megalitos, e em geral os que constituam vestígios dos povos e civilizações anteriores à formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em território portuguez” (ROSAS, 1995, p. 142). Nota-se aí a amplitude que o conceito de patrimônio encontra na segunda metade do século XIX.

Essa amplitude conceitual era reflexo do pensamento de muitos dos membros da comissão, entre os quais destacamos o escritor Ramalho Ortigão²². Assim como vários outros intelectuais do chamado grupo “Vencidos da Vida”²³, da segunda metade do século XIX, Ortigão se desencantou com o cosmopolitismo e com a ideia de progresso tão apregoada por toda a Europa, voltando-se para o estudo das raízes e tradições portuguesas. Não por acaso, em um momento marcado pela humilhação de Portugal frente ao Ultimato Britânico de 1890, a comissão da qual Ortigão fazia parte tinha por objetivo a ideia de estudar o passado como forma de devolver o sentimento de nacionalidade à nação. Para ela, voltar os olhos para o tempo pretérito elevaria o espírito rumo a direções mais vitoriosas, de coragem cívica capaz de se sobrepor às dificuldades. Para tanto, nada mais importante do que a influência moral dos monumentos nacionais, testemunhos da força e do heroísmo português (ROSAS, 1995).

Esse sentido e a ideia de que era necessário resgatar as tradições portuguesas, entre elas os bens arquitetônicos, permeará toda a obra de Ortigão, que na última década do século XIX vai ser presença constante nas diversas comissões e conselhos criados na esfera da administração pública e voltados para o desenvolvimento da arte e do patrimônio português. Esse literato, embora identificado como um defensor da geração romântica da qual Herculano tinha feito parte, ampliou o conceito de tradição, incluindo aí os aspectos materiais e imateriais do povo português. Como dirá ele, toda a sua obra, permeada de livros e também de artigos publicados em jornais e revistas, terá por finalidade suscitar no povo sentimentos de amor e admiração pela sua pátria.

A terra ama-se por simples instinto, em virtude de leis naturais que prendem o afecto do homem aos lugares em que nasceu, assim como a raiz prende as árvores ao solo de que bebe a seiva. O amor da tradição, esse, é um resultado educativo. Para amar a tradição é preciso conhecê-la, e é no fundo desse conhecimento que verdadeiramente reside a consciência da nacionalidade (²⁴ORTIGÃO, 1956 *apud*, ALVES, 2009, p. 38).

Ortigão foi além das denúncias feitas por seus antecessores e responsabilizou o próprio Estado pela degradação, apontando sua reponsabilidade de

²² Ortigão desenvolveu parceria literária com Eça de Queiroz, foi seu professor e escreveu diversas obras com foco nas tradições portuguesas, além de inúmeros artigos para os periódicos locais.

²³ Grupo formado tanto por membros do governo quanto por outros indivíduos de forte prestígio na Casa Real, com destaque para Eça de Queiroz. Foi amplamente acusado de intensões partidárias, desenvolvendo um abandono do socialismo utópico e a idealização de uma aristocracia iluminada.

²⁴ ORTIGÃO, R. **Folhas Soltas** 1865-1915, Obras Completas de Ramalho Ortigão. Lisboa: Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & Cia (Filhos), Lda, 1956, p. 249.

agente responsável por ensinar o povo a amar sua terra. Em sua obra *O Culto da Arte em Portugal* (1896), o autor asseverou que o pessimismo embutido nas denúncias a respeito dos monumentos acabou por desencadear no público em geral a perda de sentimentos de nacionalidade e de valorização da pátria. Assim, alertou para os exagerados sentimentos de louvação para com os elementos estrangeiros, em detrimento daquilo que era português. Essa sua visão era, ao mesmo tempo, uma autocrítica, já que por muito tempo esse literato havia deixado de olhar para dentro de Portugal para admirar o progresso e cosmopolitismo das nações vizinhas. A necessidade de se buscar o verdadeiramente português passava, segundo ele, pelo conhecimento e valorização da arte local indo, nesse sentido, para além da supervalorização do gótico.

Ortigão defendeu a necessidade de se buscar um estilo arquitetônico tipicamente português, algo visualizado por ele no estilo manuelino, tomado como uma espécie de nacionalização do gótico e prova da originalidade da arte portuguesa. Para ele, “este ajustamento de um estilo artístico às realidades do local onde era implantado traduzia a força e independência de um povo, aceitando uma ideia vinda do exterior e transformando-a ao seu modo próprio (...)” (ALVES, 2009, p. 128). Por outro lado, esse autor abordou a importância dos achados arqueológicos e de se valorizar as obras e rudimentos deixados pelos homens pré-históricos, no mesmo sentido que valorizava os monumentos ligados ao surgimento da nação.

Ao comparar as obras do passado com aquelas produzidas no seu tempo, Ortigão via nas antigas construções legados construídos e pensados também para as gerações futuras, enquanto as construções contemporâneas tinham objetivos imediatos, dificultando a percepção dos monumentos enquanto herança coletiva. A arquitetura de sua época era vista por ele como um desserviço patriótico, tendo em vista que não só desprezava a exaltação da coletividade para tempos vindouros, como tendia a destruir exemplares do passado em nome do progresso, como se fosse impossível a convivência entre passado e presente.

O patriotismo de Ortigão e sua obra de valorização da arte portuguesa, bem como aqueles textos e o nacionalismo derivado do romantismo português de Herculano, ambos propagados no âmbito da imprensa nacional, foram elementos posteriormente utilizados como base ideológica do Estado Novo e suas ações de salvaguarda do patrimônio.

1.2.2 A era Salazar: Estado Novo e Patrimônio Nacional

Se o século XIX foi o momento de suscitar o debate acerca dos bens de herança pública, foi no século seguinte que as ações de salvaguarda se desenvolveram de maneira mais efetiva. No início do século XX, Portugal foi marcado por novas mudanças e instabilidades políticas que resultaram na instauração da República (1910). Nesse mesmo ano foi aprovado o decreto-lei de 19 de novembro, que legislava acerca da proteção dos bens patrimoniais e das regras para a saída de objetos históricos e artísticos do país, bem como uma lista dos Monumentos Nacionais, da qual ficaram de fora os paços episcopais. Logo o governo republicano e seus valores entraram em confronto com a igreja, e antigas leis anticlericais foram trazidas à tona. O estado não só acabou com as verbas destinadas aos cultos, como se declarou proprietário dos templos e de outras construções religiosas, recolhendo para museus objetos de valores artísticos e históricos encontrados nas paróquias.

Não obstante ações administrativas voltadas ao trato do patrimônio tenham sido implantadas nessa primeira fase da República, a exemplo da criação da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1920), foi com o golpe militar de 1926 e com a criação do Estado Novo que o tema do patrimônio foi transformado em política cultural oficial e em elemento de destaque na ideia de refundação do estado. De acordo com Alves [200-], a esfera patrimonial tornou-se um dos pontos de partidas para “colocar fim aos frágeis valores republicanos e, deste modo, enraizar na sociedade os valores de nacionalidade, família e religiosidade, traduzida posteriormente na tríade estadonovista: Deus, Pátria e Família” (p. 5).

Foi nesse sentido que se criou a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN (1929), que passou a definir o que era ou não digno de preservação, formulando as regras para intervenções nos monumentos, criando catálogos e organizando arquivos acerca desses bens, bem como promovendo a intermediação entre o Estado e os proprietários dessas construções. Além disso, a DGEMN trabalhou definindo zonas de proteção no entorno dos monumentos, necessárias para sua boa preservação. Para além dos homens das letras, esse novo departamento governamental passou a privilegiar a atuação de engenheiros civis, arquitetos e desenhistas.

Junto aos trabalhos mais técnicos da DGEMN, teve início um processo de releitura da história nacional, de modo a falar do passado de acordo com os interesses

ideológico do estado. Para tanto, criou-se também a Academia Portuguesa da História, que reformulou o ensino da disciplina nas escolas e trabalhou para reformular a própria historiografia, visando sempre a exaltação de valores e sentimentos nacionalistas, destacando-se para isso momentos históricos como a fundação da nação e os Descobrimentos, além de figuras que pudessem ensejar heroísmo. Obviamente que o patrimônio a ser exaltado deveria estar ligado a esses momentos e figuras heroicas, mesmo que para isso questões artísticas fossem deixadas de lado. No sentido de recuperar o estilo original desses monumentos, muitos foram restaurados de maneira que comprometeu seu conjunto, desprezando-se intervenções de outros períodos em nome de uma limpeza estilística muito defendida por Viollet-le-Duc, mas já criticada e reprovada em documentos internacionais encabeçados pela Unesco, a exemplo da Carta de Atenas (1931)²⁵.

Seguindo a tendência já sinalizada no século anterior, os estilos românico, gótico e manuelino serão aqueles mais valorizados, justamente por suas ligações com os momentos gloriosos da nação. Nesse contexto, serão valorizados os grandes monumentos, com destaque para os castelos e catedrais. Considerando-se portador de um sentimento realmente português, o governo de Salazar levou a cabo a ideia de Ortigão, segundo o qual o governo era o principal agente na criação de um sentimento patriótico e de valorização do nacional. Empreendendo uma “reeducação dos espíritos” (ROSAS, 1995), desenvolveu uma espécie de catecismo dedicado a nação que, por meio da Secretaria de Propaganda Nacional, fazia uso do patrimônio como elemento de construção de discursos ideológicos. Não por acaso, a DGEMN ficou a cargo do Ministério de Obras Públicas e Comunicações, órgão responsável não só por executar, como também por divulgar as ações do governo. Nas palavras de Neto,

o estatuto assumido pelos monumentos é indissociável da intenção nacionalista de reproduzir Portugal na tradição do seu passado épico, como determina um dos dez mandamentos do regime: ‘o Estado Novo quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vastos impérios. Quer voltar a fazer de

²⁵ Superando as visões românticas de Viollet-le-Duc e seu estilismo e de Ruskin com sua visão anti-intervencionista, a Carta de Atenas propagou o que mais tarde seria denominado “restauração científica”. No que tange à arquitetura e aos monumentos, este documento seguiu prerrogativas diferentes daquelas pregadas por Viollet-le-Duc em sua busca pela unidade de estilo. Enquanto ele recomendava que a reconstrução de um bem deveria levá-lo ao seu estado supostamente original, mas totalmente ideal e hipotético, esse documento defendia o respeito à autenticidade dos elementos originais e ressaltava a necessidade de distinguir aqueles introduzidos por necessidades da restauração daqueles já presentes no bem. Neste sentido, a ideia de reconstrução integral foi deixada de lado.

Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo (ALVES, [200-], p. 38).

Outro fator que no governo de Salazar ajudou a instrumentalizar os monumentos em favor da ideologia dominante foram as comemorações do chamado Duplo Centenário, realizadas em 1940. Nos últimos anos da década de 1930, a DGEMN selecionou importantes monumentos ligados à história nacional e empreendeu grandes obras de restauração visando preparar esses espaços para as comemorações do Nascimento (1140) e do Renascimento (1640) de Portugal. Como veremos mais adiante, entre os espaços intervencionados e transformados em lugares sagrados para a nação estava o Castelo de Guimarães, tomado como o berço da nacionalidade. Todas as ações de restauro e todo o sentido impresso nelas foram cuidadosamente lapidados pela DGEMN e são exemplo de como naquele período as políticas patrimoniais e urbanas estavam centralizadas nesse órgão, cabendo aos governos locais participações secundárias.

Ao criar um modelo de intervenção próprio e ideologicamente formatado, o governo de Salazar manteve a política patrimonial de Portugal afastada de muitas das prerrogativas já alicerçadas nas cartas da Unesco. Com a queda do regime em 1974, e ao contrário do que poderíamos imaginar, o país não se abriu para o cenário internacional, de modo que na constituição de 1976, a primeira instituída após a ditadura, nenhuma tipo de obrigação estatal relativa ao patrimônio foi criada. A questão passou despercebida e só voltou a ser pauta em 1982, com a realização da primeira revisão constitucional, quando o tema da cultura foi inserido na nova carta magna e criou-se, por conseguinte, o Ministério da Cultura. A partir daí novos órgãos e departamentos foram sendo criados para gerenciar o patrimônio, até que em 1985 foi criada a Lei do Patrimônio Cultural Português, que passou a seguir as prerrogativas apontadas nas cartas patrimoniais aprovadas pela Unesco. Hoje Portugal conta com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) e com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o que mostra uma preocupação mais específica, considerando-se que, diferente dos brasileiros, os centros históricos portugueses ainda mantêm características habitacionais. Com termos oportunidade de discutir nos Capítulos 3 e 4 desse trabalho, essas características estão cada vez mais esparsas e em ampla concorrência com as atividades turísticas tão objetivadas pelos projetos de reabilitação dos lugares históricos. Nesse novo contexto, a

formatação das identidades nacionais via patrimônio tendem cada vez mais a ceder lugar para intenções mercadológicas de concorrência intercidades.

Conforme argumentaremos, a ideia de unidade forjada nos processos de patrimonialização, embora ainda se faça bastante presente, visa não mais o fortalecimento da identidade nacional, mas acima de tudo o fortalecimento de uma imagem aprazível aos negócios e aos visitantes. É a imagem do lugar e não mais da nação que está em jogo, e o caso de Guimarães corrobora fortemente essa perspectiva. Amplamente usado pelo governo de Salazar, o “lugar sagrado” no qual nasceu o primeiro rei de Portugal e do qual brotou a nação, tem desenvolvido ações e políticas culturais que buscam ampliar sua imagem para além dessa, formatando para si novos conceitos e identidades, como cidade criativa e capital da cultura.

1.2.3 Mário de Andrade e o Movimento Modernista na gênese do debate patrimonial no Brasil

No Brasil, foram as questões artísticas e políticas das décadas de 1920 e 1930 que desencadearam não só um debate profícuo acerca do tema patrimônio, como também as primeiras ações no sentido de preservar bens e monumentos de natureza histórica e artística. Estamos falando especificamente do movimento modernista e da instauração do Estado Novo que, paradoxalmente, refletem um momento de renovação no campo da cultura, e de autoritarismo no campo político.

Se a Semana de 1922 representou um ideal de ruptura com o passado, não demorou muito para que os modernistas, principalmente no que se refere a Mário de Andrade, asseverassem-se na busca pelas características genuínas do Brasil, naquilo que Ribeiro (2005, p. 71) denominou “reabilitação do primitivo”. Passado o período de “exageros” da Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade se colocou à disposição para revisar suas posições, apontando a necessidade de os modernistas caminharem para “se reintegrar na torrente humana”, construindo e não mais destruindo. Para ele, o Brasil só seria realmente uma nação quando pudesse enriquecer a humanidade “com um contingente original e nacional de cultura” (ANDRADE, 1983, p. 18), elemento que seria buscado por ele no passado e na tradição embutidos na cultura popular. Para esse modernista, o entendimento da realidade brasileira era uma empreitada que deveria ser

realizada dentro do cenário latino-americano e que passava, por exemplo, pelo estudo do folclore.

Foi em Minas Gerais, longe do litoral e, portanto, da influência direta da metrópole, que Mário de Andrade encontrou o Brasil autêntico e primitivo representado, sobretudo, no barroco desenvolvido pelas mãos de Aleijadinho. Na obra desse artista, Mário de Andrade enxergou aquilo que considerou uma arte autônoma e desconectada de uma simples reprodução do modelo europeu. Na perspectiva andradina, o Barroco Mineiro era o legítimo representante das manifestações artísticas da nação chamada Brasil e a partir da qual seria possível encontrar o núcleo duro da nossa formação identitária que, incontestavelmente, passava pela religiosidade católica. Em Minas Gerais, a Igreja, mais interiorana e distante das influências lusas, teria sido levada a

“(…) proteger um estilo mais uniforme, mais original, que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião própria nos dois outros centros [Rio e Bahia]. Estes viviam de observar o jardim luso que a miragem do Atlântico lhes apresentava continuamente aos olhos: em Minas, se me permitirdes o arrojo da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimados ou por autóctones(...) como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional (ANDRADE, 1993a, p. 77).

Ao observar suas características, Mário de Andrade viu no Barroco Mineiro um traçado peculiar e uma arquitetura marcada pela modéstia, pelo equilíbrio e delicadeza e pela economia de elementos decorativos que, além de mostrar sua autenticidade frente ao barroco lusitano, caracterizado pela ostentação e suntuosidade, ligava-o também a uma perspectiva estética muito próxima dos princípios do neoclássico. Residiria aí outro aspecto de sua originalidade, fazendo do Barroco Mineiro um verdadeiro estilo artístico, a exemplo do gótico, do grego e do egípcio (ANDRADE, 1993a, p. 80) e capaz de colocar o Brasil no rol das grandes nações mundiais.

Foi nesse sentido, o de procura da cultura nacional, tão embutida nesse interior do país, que se seguiu a chamada “viagem de descoberta do Brasil”, na qual um grupo de modernistas, entre eles Mário de Andrade, desembarcou em Minas Gerais em 1924. Nesse momento, ocorreu o primeiro encontro de muitos deles com a obra de Aleijadinho, descrita na análise andradina como barroca, mas de sentimento renascente. Para ele, “o Aleijadinho soube ser arquiteto de engenharia. Escapou genialmente da luxuosidade, da superfetação, do movimento inquietador, do dramático, conservando

uma clareza, uma claridade é melhor, puramente da Renascença” (ANDRADE, 1975, p. 35).

Além da admiração causada pelas esculturas e pela arquitetura de Aleijadinho, o contato com o interior de Minas espantou os modernista, mas dessa vez pelo estado de abandono em que se encontravam as igrejas e seus acervos. Não por acaso, em suas “Crônicas de Malazarte VIII”, Mário de Andrade escreveu:

(...) em São José d'el Rei, moços bem vestidos só quase que nós. Miséria. Mornidão. Alguns cinzeladores. E uma olaria, ajunta o José Ferreira Gomes, escultor, sacristão e pirotécnico. (...) Que é da grandeza antiga? Essa dorme sono de cobra, enorme, tombando aos pedaços, apodrecida pelas goteiras, na Trindade, no Rosário, na casa de Tiradentes. É pena. Quanta obra de arte a se estragar! (ANDRADE, 1993b, p. 158).

Além do estado de degradação do acervo arquitetônico, causou espanto o relato de desaparecimento e mesmo da venda de imagens e de adereços de prata dos templos mineiros. O incômodo foi tamanho que desencadeou a proposta de criação da Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil, a partir da qual esses intelectuais tencionavam fazer frente ao estado de letargia do poder público e do clero frente à preservação dos elementos materiais representantes da nossa mais genuína essência identitária.

A missão de construir o estatuto dessa associação ficou a cargo de Blaise Cendrars, um poeta e romancista franco-suíço que motivou a viagem a Minas Gerais²⁶. Seguindo uma perspectiva que ligava essa associação ao modelo de preservação inglês, Cendrars a concebeu como uma entidade não governamental de interesse público, lembrando as associações de colecionadores e defensores do patrimônio que se desenvolveram na Inglaterra. Além disso, definiu o escopo do que seria considerado patrimônio, dando destaque aos monumentos históricos, mas sem deixar de considerar os bens de natureza móvel e imaterial, como as manifestações e festas populares. Caso a proposta tivesse sido realmente efetivada, essa associação teria resultado na primeira entidade brasileira destinada às questões patrimoniais.

Mais tarde, já em 1926, e ainda influenciado pela “viagem de descoberta do Brasil” que fizera a Minas Gerais, foi a vez de Oswald de Andrade desenvolver a ideia de criação de um Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil, cuja sede ficaria no Museu Nacional do Rio de Janeiro, tendo, portanto, uma

²⁶ Blaise Cendrars era pseudônimo de Frédéric Louis Sauser, que sugeriu aos amigos modernistas do Brasil uma viagem na qual eles partissem em busca das tradições brasileiras e que resultou na ida para Minas Gerais.

natureza de órgão público. O projeto de criação desse departamento teria sido entregue por Oswald a seu amigo pessoal, na época recém-empossado presidente da República, Washington Luís, tendo tido uma repercussão pouco profícua nesse governo e recebendo o mesmo destino do documento de Cendrars, ou seja, o esquecimento²⁷.

Ainda que passando ilesa à criação de uma instituição destinada ao patrimônio, a década de 1920 foi, portanto, aquela que viu nascer o debate patrimonial no Brasil, gestado no âmbito dos modernistas e de suas posições culturais e artísticas, e que enxergavam a necessidade premente de se edificar uma ideia de nação, em uma posição de “arautos da identidade nacional” (BARBATO JR, 2004). Essa perspectiva modernista desencadeou na década seguinte um amplo movimento de busca e salvaguarda daquilo delimitado como o mais genuíno passado da nação, colocado sob a égide de redescoberta do Brasil. Segundo Barbato Jr. (2004), muitas das obras publicadas na década de 1930 trabalharam revisitando o passado colonial como forma de explorar os caminhos futuros da modernidade.

Se em Portugal o governo autoritário foi buscar nos literatos e intelectuais do romantismo o discurso nacionalista que subsidiou o movimento de preservação dos monumentos portugueses, no Brasil, foram os ideais nacionalistas e identitários nascidos do movimento modernistas que seriam amplamente utilizados pelo Estado Novo e sua busca pela construção de uma brasilidade. Contudo, se no primeiro caso houve um retardo na abordagem mais artística acerca dos monumentos, de modo que primeiramente sobressaíram as questões históricas, no segundo houve uma abordagem inicial mais estética e estilística, embora sem desprezar sua importância como marcos históricos.

1.2.4 O Estado Novo e o IPHAN

Na primeira metade da década de 1930, dois textos legislativos abordaram a questão do patrimônio no contexto nacional: o decreto nº 22.928 de 1933 que, atendendo a reivindicações de intelectuais mineiros, fez de Ouro Preto a primeira

²⁷ Para mais informações sobre o projeto de Cendrars e de Oswald de Andrade, consulte: AQUINO, K. A. O projeto de Blaise Cendrars para a Sociedade dos Amigos dos Monumentos do Brasil e outros projetos patrimoniais dos anos 20 e 30. In: **Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual**. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/viewFile/508/354>. Acesso em: 28 mar. 2014.

cidade-monumento do Brasil, e a constituição de 1934, na qual se estabeleceu como competência da União e dos Estados “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934, s/p). Mas, a despeito dessas legislações, do projeto de Oswald de Andrade e da ideia de criação da Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil, a implantação de uma entidade destinada à questão patrimonial brasileira só se efetivou na segunda metade da década e, mais uma vez, com forte influência do pensamento andradino²⁸.

Em 1936, Mário de Andrade recebeu do ministro Gustavo Capanema o pedido para a formulação de um anteprojeto para a criação de uma instituição governamental que mais tarde receberia o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nessa época, esse modernista já integrava o famoso Departamento de Cultura de São Paulo e enxergava na cultura uma das maiores necessidades do país, considerando que a falta de consciência de sua importância era uma das nossas mais dolorosas imoralidades (BARBATO JR, 2004, p. 49).

Em um anteprojeto bastante denso, Mário de Andrade concebeu uma instituição que tivesse por finalidade “determinar, organizar, conservar, defender, e propagar o patrimônio artístico nacional”, concebendo a arte enquanto uma palavra cujo sentido geral significava “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (NASCIMENTO, 2009, p. 33). Essa definição de arte abrangia não só os bens de natureza tangível, como também aqueles intangíveis e amplamente presentes na cultura popular tão prezada por ele. Por conseguinte, esse modernista definiu a obra-de-arte patrimonial dentro de oito possibilidades de classificação: a arte arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita, nacional, erudita estrangeira, aplicadas nacionais e aplicadas estrangeiras. Estavam aí incluídas desde monumentos até paisagens e manifestações folclóricas, os quais deveriam ser inscritos, conforme

²⁸ De acordo com Telles (2009), além dessas propostas, três projetos de lei foram criados na década de 1920 e na primeira metade da década de 1930 visando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O projeto do deputado pernambucano Luís Cedro, de 1923, cuja proposta era a de criação de uma Inspeção de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil. Depois disso, existiram ainda o projeto de Lei Federal de autoria de um jurista mineiro, Jair Lins, de 1925, e o projeto do deputado baiano José Wanderley de Araújo, apresentado tanto em 1930 quanto em 1935, e que tratava da criação de uma Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais. Para Telles (2009), o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que passou a organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, deve muito de seu conteúdo ao projeto de lei do deputado José Wanderley.

sua tipologia e classificação, em quatro livros de tombo: arqueológico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas.

Com o golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo, ainda que o projeto de construção de uma ideia de brasilidade e de criação de consensos em torno de uma identidade nacional tenha sido reforçado pelo regime autoritário, o anteprojeto de autoria de Mário de Andrade foi preterido por um projeto formulado por Rodrigo Mello Franco²⁹, a partir do qual se originou o Decreto-Lei nº 25, de 1937 que estabeleceu a criação e as atribuições do SPHAN. Entre o projeto andradino e esse texto legislativo existiram muitas conexões, mas também alguns distanciamentos, como o destaque dado por Mário de Andrade à arte popular, inexistente no documento oficial.

Assim, como bem concebe Miceli (2001), além de ser um dos capítulos da história intelectual e institucional da geração modernista, o SPHAN constituiu-se também em um dos capítulos da história contemporânea da elite brasileira, principalmente se lembrarmos o tipo de monumento inventariado como patrimônio nacional nas primeiras décadas de sua atuação³⁰. Esses bens são, para o autor, a materialização da classe dirigente brasileira, fosse ela rural ou urbana, leiga ou eclesiástica, afluente ou decadente. Em detrimento das manifestações populares e de caráter imaterial lembradas no projeto de Mário de Andrade, firmou-se a supremacia do patrimônio de pedra e cal, seguindo-se, por muito tempo, a doutrina de restauração de Viollet-le-Duc. Como se vê, a exemplo do ocorrido em Portugal, o modelo centralizador de proteção, de origem francesa, tornou-se dominante também no Brasil.

Também como em Portugal, o Estado Novo tomou a proteção do patrimônio nacional como uma política cultural interessada, entre outras coisas, na consolidação das bases ideológicas do regime autoritário, despertando sentimentos de pertença e de identidade nacional capazes de escamotear conflitos e construir consensos. Para um país novo, nada mais natural que uma identidade nacional clara e bem formatada. Foi em nome da cultura e da história da nação que ambos os governos instauraram uma rede de proteção e de regulamentação do patrimônio. Em um nacionalismo ufanista, esses governos autoritários souberam muito bem arregimentar esses bens na construção de marcos simbólicos de autoidentificação da sociedade para com instituições políticas,

²⁹ Que assumiu a direção do SPHAN, tendo sido indicado por Mário de Andrade, e permaneceu no cargo durante 30 anos. Para mais informações a esse respeito e acerca da formação do IPHAN, consulte: FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005; MinC – Iphan.

³⁰ Para mais informações acerca desses bens, consulte: RUBINO, S. O Mapa do Brasil Passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4, Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

fazendo-nos lembrar “que as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWM, 2004, p. 19).

No caso do Brasil, os próprios modernistas foram colocados a serviço do Estado Novo, atuando em muitas esferas do aparelho estatal, principalmente no campo da cultura e do patrimônio³¹. Não por acaso, os tombamentos estabelecidos nos primeiros anos de atuação do SPHAN tiveram como alvo os monumentos e as cidades mineiras, tão admiradas pelos modernistas desde a década de 1920. Transformadas em cidades-monumentos, elas foram tomadas como testemunhos materiais de um dos momentos mais prósperos e gloriosos da nação: o ciclo do ouro.

Formou-se, portanto, uma supremacia do barroco e do patrimônio de pedra e cal, o que se estendeu até a década de 1970, quando Renato Soeiro assumiu a direção do SPHAN, transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse momento, o Brasil entrou em contato mais direto com o debate realizado no âmbito internacional, a exemplo da Carta de Veneza, solicitando inclusive a visita de técnicos da Unesco ao Brasil. Esse pedido resultou na vinda de Michel Parent, inspetor-chefe dos monumentos franceses, o qual realizou visita à cidade de São Luís e construiu o primeiro plano de intervenção para aquele espaço. Além da capital maranhense, Parent conheceu outros lugares históricos e tratou de alertar o país para as potencialidades turísticas desses lugares, de modo que essa questão tornou-se constante nos planos de revitalização destinados aos centros históricos brasileiros, os quais se proliferaram sobremaneira nas décadas de 1980 e 1990.

Assim, se Miceli (2001), assevera que “os dilemas com que na atualidade se defronta qualquer política de patrimônio, inclusive a brasileira, se referem quase todos à democratização” (p. 368), diríamos mais: os casos brasileiro e português nos mostram que os dilemas relativos à democratização do patrimônio passam cada vez mais pela sua inserção no mercado de bens patrimoniais via processos de intervenção urbana e concorrência intercidades.

³¹ Além de Mário de Andrade e de Rodrigo Mello Franco, outro modernista que se destacou nesse cenário foi Lúcio Costa. Segundo Rubino (2002, p. 8), Lúcio foi “o homem do patrimônio, o arquiteto que ao lado de Rodrigo foi peça fundamental nas definições da política de salvaguarda da memória nacional”. Para saber mais a respeito, consulte: RUBINO, S. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**. São Paulo, n. 53, 2002, p. 7-17.

1.3 As cartas patrimoniais e a invenção do patrimônio urbano

Como vimos, foram as questões envoltas na constituição das identidades nacionais as que mais contribuíram para o desenvolvimento inicial das práticas de valorização e de preservação dos monumentos e bens patrimoniais. Enquanto elemento de formação dessas identidades, o culto ao patrimônio conheceu um tempo de grande progresso durante o período marcado pelas duas Guerras Mundiais. Durante esses conflitos, amplamente permeados por sentimentos nacionalistas, não raramente o patrimônio foi lançado como testemunha histórica da nação e de sua suposta supremacia frente às demais: enquanto os italianos utilizaram vestígios romanos “como exemplos do domínio do mundo pelos romanos e seus herdeiros”, o nazismo alemão utilizou vestígios germânicos “encontrados em territórios de outros países, como a Polônia, para justificar reivindicações territoriais e invasões militares” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 22).

Mas foi com o fim da Primeira Guerra Mundial que as preocupações quanto ao restauro e preservação não só de monumentos, mas de pedaços inteiros da paisagem urbana, estenderam-se para outros países da Europa, sobretudo para aqueles cujos territórios e patrimônios foram atingidos pelo conflito. Foi principalmente a partir desse momento que as práticas e o debate patrimonial se internacionalizaram. As relações políticas internacionais e o urbanismo que marcou o pós-guerra³² vieram acompanhados do reconhecimento de que a preservação dos bens patrimoniais era uma questão que não deveria ficar restrita às fronteiras nacionais e que seu progresso seria potencializado se o debate ganhasse contornos mais amplos. Por conta disso, dentro da Sociedade das Nações (1919), o Comitê Internacional de Cooperação Intelectual, criado em 1922 com intuito de instigar as relações culturais entre os Estados membros, passou a organizar um evento cujo resultado principal foi a formulação do primeiro documento de alcance internacional a respeito da proteção de bens do chamado patrimônio histórico e artístico. Estamos falando da Conferência Internacional de Atenas (1931), a qual resultou na primeira carta patrimonial: a Carta de Atenas³³.

³² Como vimos na introdução desse trabalho, esse período foi marcado pelo ideário do urbanismo moderno.

³³ Além disso, a Carta de Atenas (1931) observa a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade como um interesse da comunidade internacional, destacando os Estados envolvidos nessa empreitada enquanto guardiões da civilização. Assim, esperava-se que esses guardiões, “agindo de acordo com o espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente para

Nesse documento, a concepção do patrimônio continuou inegavelmente vinculada ao seu caráter excepcional, e o monumento isolado permaneceu como a grande chave de debate. Os conjuntos urbanos e a arquitetura vernacular só são referidos quando se trata de falar da vizinhança dos monumentos antigos e justamente quando se coloca em pauta a inserção de novos elementos edificados em sua ambiência urbana. Ainda sob a influência das intervenções empreendidas por Haussmann, essa carta seguiu valorizando os monumentos históricos de maneira isolada, mas tendo em seu entorno paisagens remodeladas a partir das novas necessidades citadinas de circulação e de produção³⁴.

Com a eclosão da Segunda Grande Guerra e o cessar dos conflitos em 1945, a internacionalização da questão patrimonial, bem como a própria concepção do que seria digno de preservação conheceram mudanças e ampliações significativas. Em primeiro lugar, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) veio acompanhada por novos debates e necessidades acerca das relações internacionais e acerca dos direitos e deveres de seus Estados membros. Nessa conjuntura, criou-se a Unesco (1946), cujo objetivo principal perpassa a ideia de articular as questões culturais entre os vários países do globo. Obviamente, o patrimônio entra nessa ambiência, de modo que esse órgão passou a tutelar as prerrogativas e as recomendações internacionais acerca dos bens patrimoniais.

Por outro lado, a força destruidora dos conflitos no que tange aos espaços urbanos desencadeou a necessidade de novas formas de intervenção e de recuperação não só dos monumentos, como também de partes significativas das cidades, muitas de elevado aspecto simbólico para a história da nação. Mais do que intervenções pontuais de restauração, fez-se necessária a elaboração de projetos de reestruturação das paisagens urbanas, fazendo germinar com maior força a ideia de patrimônio urbano.

Sob o amparo da Unesco, realizou-se em 1954 a “Convenção de Haia Para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado”. Além de definir quais bens

favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história”. Essa cooperação, por seu turno, vai ser denominada uma “cooperação técnica e moral”, na qual as instituições mais diversas possam contribuir para a “salvaguarda das obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto e que se apresentem ameaçadas” (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931, p. 3-4).

³⁴ A recomendação desse documento foi a de manutenção da uniformidade dos conjuntos urbanos e de suas “perspectivas pitorescas”. Essa postura foi veementemente criticada na segunda Carta de Atenas (1933), na qual as discussões acerca do patrimônio urbano ganharam maior fôlego, embora o monumento continuasse ocupando o centro do debate.

deveriam ser assim considerados³⁵, a própria ideia de “bens culturais” apresentou-se como uma novidade que seria absorvida nas próximas convenções e cartas ligadas ao tema do patrimônio. Contudo, é somente na década de 1960 que esses bens culturais passam a abranger novas categorias, deixando-se de lado, ainda que de maneira gradativa, seu caráter elitista e reducionista de outrora.

Nessa década, a Carta de Veneza (1964) apresentou-se como o primeiro documento internacional a apontar para a possibilidade de preservação de trechos das cidades e de obras que, embora modestas, alcançaram com o tempo um significado cultural. Substancialmente novas, as prerrogativas trazidas por esse documento modificaram a própria definição de monumento histórico, a qual, para além da “criação arquitetônica isolada”, passou a abarcar também sítios urbanos ou rurais cujos elementos pudessem ser tomados como “testemunhos de uma civilização particular, de uma evolução particular ou de um acontecimento histórico” (UNESCO, 1964, p. 2).

Aprovada pelo Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, a Carta de Veneza ampliou os usos, as tipologias e integrou o patrimônio com novas problemáticas, a exemplo daquela envolta no “para quem preservar”. Assim, esse documento, referindo-se às “obras monumentais” dos povos, corroborou a ideia de que esses bens seriam de interesse não só das nações, mas de toda a humanidade. Segundo seu texto, “a humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, reconhece-se solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade” (UNESCO, 1964, p. 2). Para tanto, ressaltou a carta, fazia-se necessário que os princípios de restauração e conservação fossem formulados em uma ambiência também internacional, mesmo que cada país trabalhasse aplicando-os dentro de suas necessidades e particularidades.

³⁵ A Convenção de Haia de 1954 agrupa os chamados “bens culturais” em três categorias: “a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos; b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado; c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados ‘centros monumentais’” (UNESCO, 1954, p. 2).

Outro ponto de destaque desse documento foi a declaração de que o processo de conservação de um monumento seria favorecido se a este fosse destinado um uso útil, para além da pura contemplação. Admite-se, assim, a possibilidade de que o patrimônio passe por uma refuncionalização, sendo utilizado para usos diferentes daqueles ligados à sua história inicial. Essa nova forma de enxergar os bens culturais, ressaltando suas possibilidades de uso, foi significativa para o processo de mercantilização do patrimônio formatado nos anos seguintes.

Em 1967, durante a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), essa perspectiva mercantilizadora do patrimônio foi apresentada de maneira mais efetiva. Nas chamadas Normas de Quito, declarou-se, entre outras coisas, que a razão primordial da reunião seria “dar um novo impulso ao desenvolvimento do continente”, aceitando-se o fato de que os bens do patrimônio cultural apresentavam significativo valor econômico, sendo suscetíveis de serem abordados enquanto “instrumentos do progresso”. Sendo assim, e levando em conta o estado de abandono em que se encontrava boa parte dos monumentos americanos, destacou-se a necessidade de “formulação de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social” (OEA, 1967, p. 1).

O documento constatou que o desenvolvimento socioeconômico implicava em mudanças urbanas, a exemplo de instalações industriais e construções imobiliárias, que poderiam comprometer a paisagem, apagando marcas do passado e tradições históricas inestimáveis, no que o documento vai chamar de vandalismo urbanístico e de “mal entendido progresso urbano” (OEA, 1967, p. 3). Frente a essa situação que vinha marcando as cidades ibero-americanas nas últimas décadas, as Normas de Quito propuseram uma “solução conciliatória” entre o progresso urbano e a defesa do patrimônio. A proposta principal foi a de que os bens patrimoniais deixassem o caráter de empecilhos para o progresso, para se tornar seu aliado, naquilo que o documento vai denominar “valorização econômica do monumento”.

Neste sentido, a OEA (1967) destacou:

Trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de por em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares. Em síntese, a valorização do patrimônio monumental e artístico implica uma ação sistemática, eminentemente técnica, dirigida a utilizar todos e cada um desses bens conforme a sua natureza, destacando e exaltando suas

características e méritos até colocá-los em condições de cumprir plenamente a nova função a que estão destinados (OEA, 1967, p. 6).

Como fica claro nesse documento, os bens culturais deveriam passar por uma refuncionalização visando um novo público; um público consumidor para além daqueles ligados à formulação da ideia de pertencimento e de identidade nacional. No Ano do Turismo Internacional³⁶ (1967), é justamente o turista que se apresenta como o mais novo e potencial consumidor do patrimônio. Assim, o documento em questão, ao pensar o “monumento em função do turismo” (OEA, 1967, p. 7), destacou que os valores culturais não são necessariamente desnaturalizados e comprometidos quando vinculados aos interesses da chamada “indústria sem chaminé”. Ao contrário, a ideia era a de que o interesse turístico pudesse servir para consolidar a importância do monumento e que isso pudesse contribuir para confirmar sua significância cultural e nacional. Para justificar esse novo uso do patrimônio, as Normas de Quito relacionaram o considerado nível de conservação do patrimônio europeu ao vigente turismo ali desenvolvido ao longo das últimas décadas. O documento recomendou, então, que patrimônio e atividade turística fossem integrados a um só plano de desenvolvimento regional, algo que nas décadas seguintes será bastante incorporado pelas administrações municipais no intuito de promover cidades e lugares. Além disso, destacou-se a necessidade de que organismos financeiros “comprassem” esse plano de desenvolvimento integrado, investido na restauração e conservação do patrimônio e, por conseguinte, no desenvolvimento da indústria do turismo. Por outro lado, destacou-se a necessidade de investimento em outros aspectos do espaço citadino. Segundo o que se coloca, para que o monumento seja turisticamente consumido, por vezes se faz necessário investimento no seu entorno, restaurando bairros e centros históricos, e investindo em meios de acesso a esses bens e em infraestrutura urbana.

Por seu turno, essa nova forma de gestão dos bens culturais, integrando patrimônio, turismo e desenvolvimento urbano, no plano interno, deveria contar com o apoio das populações locais assim como da iniciativa privada. O desenvolvimento de um “interesse social” e de uma “ação cívica” é posto como imprescindível para aplacar uma possível “zona de resistência na órbita dos interesses privados”. Desse modo, frisou-se a necessidade de esses planos de ações serem acompanhados simultaneamente de um programa de educação cívica. Por outro lado, formulou o documento, para

³⁶ Assim declarado pela ONU durante a Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em 1963 na cidade de Roma.

apaziguar essas resistências, nada melhor do que a contemplação do próprio exemplo (OEA, 1967, p. 9). Uma vez apreciados os resultados positivos da restauração ou revitalização de um monumento ou lugar, seria quase certo o desenvolvimento não só de identificação da população local, como também de paralisação de ações destruidoras por parte de entes privados tão ávidos pelo desenvolvimento. Já no plano externo, o destaque do documento foi dado à necessidade de cooperação entre os Estados americanos³⁷ e à necessidade de estes aderirem aos preceitos da Carta de Veneza, criando assim um padrão de ação no trato do patrimônio.

Portanto, as Normas de Quito representaram não só a indicação de ações mais efetivas no que tange a Carta de Veneza, detalhando, por exemplo, meios de preservação do monumento, do seu entorno e de sítios históricos como um todo, como representou a adesão dos países americanos a ela. Além disso, o documento da OEA inaugurou a possibilidade de preservação de bens de natureza eclética e moderna, tão presentes nos países latino-americanos, o que Choay (2006) definiu como uma ampliação cronológica do patrimônio.

Nas décadas seguintes, principalmente nos anos de 1980, as indicações das Normas de Quito, acrescidas daquelas inscritas em novos documentos e cartas, foram levadas a cabo nas expensas dos projetos de revitalização e reabilitação dos chamados centros históricos e vão dar margem à integração entre os processos de preservação e as ações de planejamento urbano e planejamento econômico das cidades, unindo o patrimônio a iniciativas não só de caráter cultural, como também econômico e turístico.

Em 1972, conforme tencionamos argumentar em tópico específico, a formulação, pela Unesco, da Convenção de Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural veio a se somar com a tendência de mercantilização do patrimônio enquanto elemento de comercialização turística criando, por conseguinte, uma nova esfera de proteção e uma nova categoria patrimonial, esta agora de caráter mundial. Assim, a universalidade desponta como novo critério de atribuição de valor patrimonial.

Por ocasião de congresso realizado em Amsterdam durante o ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico (1975), a preocupação relativa a esse caráter universal dos bens patrimoniais entrou mais uma vez em destaque. Segundo os documentos desse congresso, a arquitetura dos países europeus deveria ser considerada não apenas um patrimônio desse continente – o que exigia um trabalho conjunto de proteção – como

³⁷ Tendo em vista as relações históricas, o documento também destaca a necessidade de cooperação entre os membros americanos e países como Portugal e Espanha.

também uma parte significativa do patrimônio cultural de todo o mundo. Em um momento no qual as discussões acerca da implantação da União Europeia já se desenvolviam de maneira consistente, a Declaração de Amsterdam ressaltou o modo como o patrimônio cultural europeu poderia trabalhar para desenvolver em seus povos “a consciência de uma história e de um destino comuns” (COMITÊ DOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA, 1975, p. 2).

Por outro lado, e como que prevendo as consequências do uso mercadológico e turístico do patrimônio, essa declaração postulou a necessidade de as administrações locais desenvolverem uma política integrada que levasse em consideração certos fatores sociais, integrando o patrimônio à vida social local. Assim, a “reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos” (COMITÊ DOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA 1975, p. 2). Para tanto, além dos especialistas da arquitetura e do urbanismo, a opinião pública deveria estar envolvida, tendo acesso a informações completas e objetivas em todas as etapas de execução dos projetos de reabilitação.

Assim, se de um lado essa declaração ratificou as ideias contidas na Carta de Veneza, nas Normas de Quito e na Convenção do Patrimônio Mundial, admitindo, por exemplo, a concepção do patrimônio para além do monumento isolado de caráter elitista e corroborando sua universalidade, por outro, anteviu certos efeitos perversos que os processos de *gentrification* iriam desencadear de maneira mais contundente nas décadas seguintes³⁸. Neste sentido o documento é ávido em ressaltar:

Para evitar que as leis do mercado sejam aplicadas com todo rigor nos bairros restaurados, o que teria por consequência a evasão dos habitantes, incapazes de pagar aluguéis majorados, é necessária uma intervenção dos poderes públicos no sentido de moderar os mecanismos econômicos, como sempre é feito quando se trata de estabelecimentos sociais (COMITÊ DOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA 1975, p. 6).

³⁸ Apesar das inovações que traz para o debate, assim como nos documentos anteriores, essa declaração manteve intacta a ideia de que apenas bens tangíveis, naturais ou não, poderiam angariar o título de patrimônio, algo que vai consolidar uma supremacia do chamado patrimônio de pedra e cal. Somente décadas mais tarde essa supremacia foi drasticamente abalada pela Convenção Sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (2003). Embora precedida de outros documentos que já caminhavam por essa trilha, a exemplo da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore (1989), e da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001), o documento de 2003 passou a legitimar os bens intangíveis e seus processos de produção, das mais diversas naturezas, como elementos referenciais e identitários igualmente importantes para os grupos sociais.

Olhando para essas cartas e demais documentos e para seus objetivos de criar princípios e parâmetros para a salvaguarda das heranças culturais de variados povos, fica claro como cada um é fruto de um tempo e de seus problemas, ao passo que é também o propulsor de novas práticas de preservação e da relação entre cidade e cultura. No plano geral que marca as primeiras décadas do século XX, pode-se dizer que foi o ritmo frenético das mudanças vivenciadas na sociedade industrial que consolidou essa prática. A imposição de novos valores e a disseminação de sentimentos de insegurança e de novos estilos de vida desencadearam um estranhamento do indivíduo no que concerne aos lugares nos quais estava acostumado a viver. Disso teria resultado crises identitárias e uma busca por elementos que pudessem refletir uma imagem de sociedade com a qual este indivíduo estivesse mais identificado (CHOAY, 2006). O patrimônio despontou, por seu turno, como elemento propício para tal, de modo que na década de 1960 os processos de patrimonialização conheceram uma aceleração considerável.

De acordo com Gonçalves (1996), esses processos de patrimonialização estão intrinsecamente relacionados a um discurso de perda que transforma os bens patrimoniais em objetos celebrados e de desejo. Esse contexto se daria a partir de uma nítida percepção de história enquanto um movimento implacável que leva à destruição e perda de valores, de instituições e de objetos íntimos de uma cultura, de uma tradição ou mesmo de uma identidade. Essa percepção, por conseguinte, resultaria no desenhar de um “enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, à destruição e homogeneização do passado e das culturas” (p. 22). Conforme pudemos esboçar anteriormente, os anos que se seguiram à década de 1960 foram aqueles marcados pelo que muitos consideraram uma crise cidadina, perfeitamente utilizada como álibi para as práticas preservacionistas.

Foi também a partir dessa década que a noção de patrimônio passou por nova ressemantização, estabelecendo-se para além dos Estados Nacionais e envolvendo agora novos atores, como segmentos da sociedade civil, e novas formas de gerenciamento, como aquelas levadas a cabo pelas administrações municipais e voltadas à promoção das cidades e sua inserção em novos mercados.

Neste aspecto, houve o que Choay (2001) chamou de “ampliação cronológica do patrimônio”, admitindo-se, por exemplo, a inclusão de bens ligados à modernidade como passível de receber tal conceituação. Além disso, houve também a

sua ampliação tipológica. A noção de monumento passou por um alargamento de significado, e aos valores histórico e artístico foi acrescentado o valor cultural, o que permitiu que obras mais modestas fossem assim consideradas, tendo em vista sua representatividade para um coletivo. Bens de diversas naturezas, como habitações operárias e instalações industriais puderam ser reconhecidos como bens cujas características poderiam incidir valor cultural.

No entanto, entre todas essas mudanças, destacamos aquela de revalorização do patrimônio que ocorreu muito diretamente ligada à tendência de disponibilizá-lo como produto de caráter econômico e passível de ser consumido por um público cada vez maior. No período pós-década de 1960, no auge da indústria cultural e da sociedade do lazer, o patrimônio se encaminhou por dois aspectos centrais: o de permitir o desenvolvimento de um tipo de saber e de conhecimento, e outro relacionado à sua produção enquanto bem cultural fabricado para o turismo regional e internacional (CHOAY, 2006).

Nesse contexto, conforme as palavras de Lipovetski e Serroy (2010), surge um tipo de turismo cultural que

(...) já nada tem a ver com a viagem à Itália, cara a qualquer jovem artista desejoso de concluir a sua formação (...). Também já nada tem a ver com a arte de apreciar a beleza, cultivada por Stendhal e reservada aos seus happy few. A arte passou a atrair a multidão itinerante: os grandes monumentos tornaram-se etapas de cruzeiros, viagens, circuitos e excursões. São considerados produtos apelativos e particularmente rentáveis pelas agências que os vendem e pelos organismos que os gerem. Para além disso, dão ao turista que percorre o mundo de guia cultural na mão um sentimento de rentabilização intelectual e artística” (LIPOVETSKI; SERROY, 2010, p. 113).

Somos cada vez mais espectadores e atores de uma supervalorização de bens materiais e imateriais classificados enquanto heranças e tesouros da humanidade. As obras expostas em museus e os monumentos já não são objetos cuja contemplação e veneração ocorre em um silêncio respeitador. Tudo agora é alvo do olhar fugaz do turista que, embora embutido de certa admiração, muitas vezes faz a rápida contemplação por meio do visor de uma câmera fotográfica. Nos centros históricos, essa ambiência é facilmente notada. “A atmosfera decorrente da aura da obra de arte deu lugar a uma experiência turística, sintomática da sociedade de hiperconsumo” (LIPOVETSKI; SERROY, 2010, p. 132).

Por outro lado, não podemos negar que os processos de massificação típicos da sociedade contemporânea possibilitaram um maior acesso aos bens patrimoniais. O

próprio turismo e a ampliação dos meios de comunicação permitiram que um número inimaginável de pessoas tivesse algum tipo de acesso a museus e obras que de outra forma lhe ficariam alheios. Essa exposição pela mídia dos lugares, obras, centros históricos e paisagens, ao contrário de resultar em uma diminuição do fluxo de visitantes e observadores, caiu em um efeito contrário: o de estimular o estar lá, o ver com seus próprios olhos, o tirar suas próprias fotos e fazer seus próprios vídeos.

Assim, mais do que ameaças ao patrimônio histórico, como muitos autores insistem em colocar em evidência, essas questões, que envolvem mercantilização da cultura, indústrias culturais e de turismo, devem ser enxergadas enquanto os novos contextos de existência desses bens e, sendo assim, enquanto imprescindíveis quando o intuito é compreender sua produção e significado. Foram eles que permitiram que as ciências sociais refletissem acerca do patrimônio histórico e artístico, derivando daí importantes reconceitualizações.

Se antes a concepção do patrimônio estava quase que exclusivamente relacionada à constituição da ideia de nação, os recentes “processos de urbanização, industrialização e massificação da cultura, as migrações e a transnacionalização dos bens materiais e simbólicos, a globalização e as formas de integração econômica exigem a redefinição do que hoje podemos entender por nação” (CANCLINI, 1994, p. 96).

No campo do patrimônio, essa redefinição vem acompanhada pelo surgimento da cidade enquanto novo protagonista que, por meio dos empreendimentos urbano-culturais, ganha contornos daquilo que Vainer (2000) vai denominar de cidade-pátria. Se antes o foco era favorecer um consenso de nação, agora a questão que se coloca é utilizar os potenciais e as rendas imbricadas nos bens patrimoniais para a construção de um projeto consensuado de cidade cujo objetivo maior é a inserção desse novo protagonista em mercados regionais, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO 2 - PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E INTERVENÇÕES URBANAS DE UM LADO DO ATLÂNTICO

2.1 A invenção do Centro Histórico de São Luís

2.1.1 Cidade dos azulejos: formação e apogeu da área central ludovicense

Figura 1. Vista da cidade de São Luís em gravura de 1860. Autor desconhecido. Acessado em: 15 de fevereiro de 2013. Fonte: www.iphan.gov.br.

a

li do meu navio, eu contemplava, acolá da muralha, casas e coqueiros, a cidade em dois níveis, parte baixa e parte alta. Em algum trecho do porto, na baía, em outros coloniais tempos, o cais, aqui, da San' Luiz do Maranhão, se chamava "O Cais do Desterro". (...) Conhece São Luís? É antiga, tresanda e decorosas famagorias, e grava com um relento de torpor o passado, não obstante a certa e simpática veemência de seus habitantes. Achei-lhes encantos. A cidade estimável, com ruas desenvolvidas de distortas, de várias ladeiras, as ricas igrejas de repente vetustas, diz-se que são entre si ligadas por subterrâneos cheios de morcego. Os sobrados centenários, imensas quadras desses, sobradões de dois ou três andares, mansões de beirais salientes, balcões com grades de ferro bem trabalhadas, mirantes. E azulejos, azulejos, por vezes se estendendo até as cimalhas; depoentes aspectos (Guimarães Rosa, 1969).

Ilha do Amor, Atenas Brasileira, Cidade dos Azulejos, Jamaica Brasileira, França Equinocial e Patrimônio Mundial são apenas algumas das representações criadas ao longo dos anos para dar conta da história e da identidade de São Luís. Em cada uma

dessas representações, parte de sua história é ressaltada e, em alguns aspectos, elas dão margem para a construção de representações identitárias contraditórias. É o que acontece, por exemplo, quando pensamos em São Luís enquanto França Equinocial e enquanto Cidade dos Azulejos, em alusão ao material tipicamente português que marcou a paisagem urbana ludovicense desde seus momentos iniciais. Essas duas representações são, por seu turno, elementos heurísticamente relevantes para pensarmos o processo de formação do sítio urbano que hoje figura enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade.

A fundação da cidade de São Luís e, portanto, de seu núcleo urbano original, é permeada de diferentes versões. Até o século XX, a historiografia brasileira e maranhense atribuía a fundação da cidade aos portugueses, os quais, após a expulsão dos franceses do território brasileiro, teriam se preocupado em lançar as bases de uma ocupação territorial e urbana, atribuindo tal empreitada ao recém-nomeado capitão-mor do Maranhão, o mestiço pernambucano Jerônimo de Albuquerque. Em 1911, coube ao historiador maranhense Ribeiro do Amaral questionar tal fundação, defendendo a ideia de que São Luís teria sido fundada em 1612, quando uma expedição francesa invadiu essa parte do território brasileiro com o intuito de fundar a França Equinocial na entrada da região amazônica. Esse “mito de fundação” é prontamente recebido pela elite local e, posteriormente, por historiadores e intelectuais, de modo que em 1912 a cidade de São Luís comemorou seus supostos 300 anos e inventou uma de suas principais singularidades: seria a única cidade brasileira de origem francesa.

Figura 2. À esquerda, localização da Ilha de São Luís no território do Estado do Maranhão. À direita, localização do núcleo urbano original da cidade de São Luís, hoje Patrimônio da Humanidade. Fonte: Andrès, 1998. Digitalização e adaptações da autora.

Embora esse mito, construído no século XX, tenha sido recentemente questionado pela historiadora Maria de Lourdes Lacroix (2008)³⁹ e por uma nova geração de historiadores, a verdade é que a suposta história da fundação francesa da cidade é ainda hoje arregimentada para construir a singularidade de uma cidade que, contraditoriamente, é Patrimônio da Humanidade justamente por apresentar um conjunto urbano de casarios que são testemunhas da presença portuguesa e de seus métodos de organização urbana na América Latina.

Assim, a história que se difunde acerca de São Luís é a de uma cidade fundada não pelos portugueses e sob a iniciativa de um mestiço brasileiro, mas pelo fidalgo e senhor de La Ravardière⁴⁰, Daniel de La Touche⁴¹, que comandou a expedição de invasão do território brasileiro em 1612 e construiu o Fort Saint Louis⁴².

A despeito do mito de fundação que se criou e de suas relações com a realidade, fato é que os franceses só permaneceram cerca de três anos no território em questão. Além disto, é somente após a reconquista do território pelos portugueses, e visando garantir a ocupação lusa, que um projeto urbano começa a ser desenhado. Em 1615, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, o engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita traçou um plano de arruamento que, com seu traçado quadriculado, junto ao antigo Forte de São Luís, originou o núcleo histórico da capital ludovicense e orientou seu crescimento por quase 300 anos.

³⁹ Para mais informações acerca das diferentes versões e mitos de fundação da cidade de São Luís, consultar: AMARAL, J. R. **Fundação do Maranhão**. São Luís: Editora da UEMA, 2008. LACROIX, Maria de Lourdes. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís: Editora UEMA, 2008.

⁴⁰ A presença de Daniel de La Touche nas terras ludovicenses é hoje homenageada na denominação do Palácio de La Ravardière, sede da Prefeitura Municipal de São Luís e localizado em uma das regiões mais emblemáticas do centro histórico: a Av. Pedro II, ao lado da sede do Governo do Estado, o Palácio dos Leões.

⁴¹ Em 2012, dentro da agenda de comemoração dos 400 anos de São Luís, uma comitiva da cidade de Cancele, na França, visitou a capital maranhense. Foi desta cidade que o senhor de La Ravardière partiu com sua expedição para conquistar a Ilha do Maranhão e fundar a cidade de São Luís. Além da visita da comitiva, um busto de Daniel de La Touche foi inaugurado na cidade de Cancele, como forma de “simbolizar a amizade entre franceses e maranhenses”.

⁴² O forte foi assim batizado em homenagem ao santo e ao jovem rei francês Luís XIII. De *ludovicus*, termo latim para Luís, surge então a alcunha de ludovicense para os nascidos na capital maranhense. No local onde foi instalado o forte, hoje está localizado o Palácio dos Leões.

Figura 3. Mapas representativos do desenvolvimento urbano de São Luís a partir de seu traçado inicial. Na primeira imagem, circulado em azul, localização do Forte de São Luís. Nela, é possível visualizar aspectos do traçado urbano original da cidade. Na segunda imagem, circulado em verde, região dos bairros de Praia Grande, nas proximidades do Forte, e Desterro. Fonte: Andrès, 1998. Digitalização e adaptações da autora.

Principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o Marquês de Pombal criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e quando o estado conheceu um acelerado desenvolvimento econômico, a cidade de São Luís presenciou contundentes melhoramentos em suas feições urbanas, em um processo embalado pela elite rural maranhense que, a partir daquele momento, iria atuar como agente de destaque na vida econômica, política e cultural da colônia, fazendo de São Luís, já nos anos de 1874, o quarto centro urbano mais importante e desenvolvido do Brasil (MEIRELES, 1980).

O desenvolvimento econômico do estado e sua forte produção agrícola⁴³ refletiram na constituição de um importante comércio na região da Praia Grande e do porto ali instalado. Na região do Desterro (ver segundo mapa da Figura 2), refletiram na instalação de um conjunto de grandes casarões construídos pela elite latifundiária a partir do estilo arquitetônico pombalino, importado da renovação urbana que atingiu a cidade de Lisboa após o terremoto de 1755.

Construtores e mestres-de-obras vindos diretamente de Lisboa ou do Porto passaram a utilizar materiais importados, como cantarias de lioz, azulejos e serralherias (...). Surgiram, nessa época, os detalhes construtivos mais sofisticados e adaptados ao clima tropical úmido, como as varandas posteriores em madeira, guarnecidas por rótulas móveis, os forros “espinha de peixe” e o pé direito elevado deixando passar a ventilação (ANDRÈS, 2008, p. 234).

Foi assim que entre os anos 1761 e 1779 o então governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, balizado pelo projeto urbano de seu tio, o Marquês de

⁴³ Com a criação da Companhia Geral do Comércio, além de cultivar arroz a partir de sementes selecionadas e utilizando uma maquinaria desenvolvida, o Maranhão melhorou o cultivo do algodão e pôde integrar de maneira massiva o comércio mundial desses dois produtos. Há de se lembrar que boa parte da segunda metade do século XVIII é marcada pela guerra de independência dos Estados Unidos e por conflitos nas colônias francesas do Caribe, fazendo tanto o arroz quanto o algodão sofrerem vertiginosa alta de preços.

Pombal, empreendeu uma série de melhoramentos urbanos que começaram a dotar o núcleo original da cidade de São Luís de elementos típicos de uma centralidade. Casebres, igrejas e sedes da administração pública foram postos abaixo e deram lugar a construções inspiradas no modelo pombalino, bem como a largos e jardins que embelezaram e dotaram o bairro Praia Grande e o Desterro de um novo status. Em 1774, indícios da preocupação e da intenção de se construir nesse espaço urbano um lugar simbolicamente superior pode ser vislumbrado em um decreto que, entre outras questões, exigia o uso de materiais “nobres” nas construções empreendidas naquele perímetro urbano (IPHAN, 2007). Nesse período, a ampliação das medidas dos lotes de terra urbana, permitindo que construções maiores e mais abastadas fossem realizadas, também aponta para a intenção de se construir um lugar de prestígio.

Embora seguindo o plano de arruamento original da cidade, o século XIX foi marcado pelo surgimento de novos bairros no entorno da Praia Grande e do Desterro, espaços estes que cada vez mais assumiam o título de espaço de elite, reunindo suas sociabilidades comerciais, de lazer e de moradia. Nesse período, sem vestígios urbanos de uma fundação francesa, e influenciada por sua ligação econômica e cultural⁴⁴ com Portugal, São Luís passou a ostentar um conjunto urbano que logo lhe proporcionou o título de *la petite ville aux de porcelaine*⁴⁵, em alusão aos azulejos que recobriam as fachadas de suas construções civis e que, na Península Ibérica, eram tidos como reflexo de progresso material⁴⁶. O uso dos azulejos apresentava-se como uma forma de enobrecer as residências e passou a apresentar-se como simbolicamente importante quando São Luís, nesse período, buscou se diferenciar de Alcântara, cidade vizinha e rival dos ludovicenses, acusada por eles de atrasada e rural.

Inúmeros viajantes, a exemplo de Daniel Kidder (1980)⁴⁷, ao relatarem a pujança econômica da cidade dos azulejos, acabavam estimulando cronistas e pensadores locais a romantizarem suas visões acerca da cidade. Nas palavras de Kidder, São Luís apresentava

(...) ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras capitais do império. Além disso, são poucas as choupanas e

⁴⁴ O desenvolvimento cultural da cidade de São Luís no século XIX também lhe rendeu o codinome de Atenas Brasileira, uma construção identitária que será trabalhada no capítulo seguinte.

⁴⁵ “A pequena cidade com palácios de porcelana”.

⁴⁶ Na segunda metade do século XIX, o Maranhão conheceu outro foco de desenvolvimento econômico, já que a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, possibilitou que o algodão maranhense fosse utilizado pelas fábricas inglesas.

⁴⁷ Pastor da igreja metodista que veio ao Brasil com a missão *American Bible Society* e esteve em várias províncias brasileiras, passando por São Luís em 1840.

casebres. Nenhuma de suas igrejas é de grande porte ou por demais suntuosa; entretanto, muitas residências são de fina construção, estilo elegante e aparência sólida. As paredes são fortes, construídas de pedra britada e cimento. Conquanto o casario seja denso, a cidade espalha-se por uma grande área (1980, p. 166).

Principalmente durante o século XIX, a cidade que futuramente se descobriria “de origem francesa”, desenvolveu-se a partir dos bairros Praia Grande e Desterro, cuja arquitetura no estilo barroco colonial de inspiração pombalina, enfeitada com os famosos azulejos, abrigou em seus solares, sobrados e casarões as famílias da elite agroexportadora maranhense e todo o comércio ligado a elas, bem como toda a atividade portuária da região.

Assim, a capital do Maranhão, a partir de seu núcleo urbano original, o qual conheceu grande apogeu durante o século XIX, construiu, ainda nesse período, uma de suas principais marcas simbólicas: “a cidade dos azulejos portugueses”. Essa imagem, formatada a partir de um elemento material tido como enobrecedor, foi contemporaneamente reavivada, mesmo que destoando de uma de suas outras imagens: São Luís, a única capital brasileira de origem francesa. Embora arregimentando elementos difusos e contraditórios, essas duas imagens, construídas a partir de suas origens urbanas, contribuem para fortalecer o discurso de que a capital maranhense é singular e, portanto, digna de louvação.

Figura 4. Artes utilizadas na comemoração dos 400 anos de São Luís. Além de reafirmar a ideia de França Equinocial, oficializando o ano de 1612 e o mito da origem francesa da cidade, a arte apresenta os motivos dos azulejos portugueses presentes nas fachadas dos casarões do Centro Histórico ludovicense. Acessado em: 22 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://saoluís4seculos-homenagemao tempo.blogspot.com.br/2012/09/projeto-academia-de-letras-artes-e.html>.

2.1.2 Quando uma imagem e um lugar entram em decadência: a cidade dos azulejos e o discurso do progresso.

Embora o discurso de exaltação de São Luís “enquanto cidade dos azulejos” seja contemporaneamente valorizado, tendo recebido grande exaltação durante os processos de patrimonialização que marcaram as últimas décadas do século XX, essa foi uma imagem avidamente combatida até meados do século.

São Luís chegou ao final do século XIX apresentando consideráveis elementos urbanos⁴⁸ e um conjunto arquitetônico que, como vimos, era tido como o maior reflexo de sua vocação para o progresso material e cultural. Contudo, é justamente nesse período que seu desenvolvimento econômico conhece mudanças significativas de direção e de importância, refletindo diretamente em suas configurações socioespaciais. O sistema econômico agroexportador que vigorava no Estado sofreu diretamente com as mudanças políticas e econômicas que estavam a se desenvolver no contexto nacional. Conforme observa Meireles (1980), a projeção política, econômica e cultural da capital maranhense, cuja base era escravocrata e agrícola, sofreu diretamente os efeitos da Abolição e da proclamação da República, fazendo com que o Maranhão entrasse em uma marcha de decadência.

A derrocada de seu antigo modelo produtivo e da atividade exportadora a ele ligada vieram, contudo, acompanhadas da valorização da indústria têxtil⁴⁹, cuja instalação repercutiu diretamente na expansão do solo urbano, pois possibilitou que a malha urbana e sua ocupação se estendessem para além da antiga área central. A Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, criada em 1890, permitiu, por exemplo, o desenvolvimento do Anil, bairro localizado a quase 10 km da antiga área central e que se constituiu no primeiro bairro suburbano da cidade. Já a Companhia Fabril Maranhense, de 1893, possibilitou o desenvolvimento do Bairro Fabril, enquanto que a Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo (1891) e a Fábrica Santa Amélia (1892) influenciaram diretamente no desenvolvimento do Bairro Madre de Deus (ver Figura 5)⁵⁰.

⁴⁸ Nesse período, e diferentemente das demais cidades do Norte e Nordeste, São Luís já apresentava um considerável sistema de transportes urbanos, a exemplo do bonde, e já contava com companhias públicas de águas, limpeza e telefonia.

⁴⁹ Na última década do século XIX, São Luís já contava com cerca de 10 indústrias têxteis espalhadas no entorno do Centro antigo.

⁵⁰ Grande parte dessas e de outras fábricas fazem parte do patrimônio fabril do estado do Maranhão. Tombadas, algumas dessas construções foram restauradas e abrigam desde centros culturais e comerciais até escolas e unidades da Universidade Federal do Maranhão.

Figura 5. Bairros de origem fabril na capital maranhense. No contorno em preto, localização do Bairro do Anil; no detalhe em amarelo, localização do "Fabril"; e no detalhe em vermelho, localização do "Madre de Deus". Fonte: <https://maps.google.com.br>. Digitalização da autora.

O grande surto populacional que resultou desse desenvolvimento industrial da cidade chamou a atenção para uma nova necessidade: a organização e o disciplinamento do espaço urbano. A antiga capital, com seus aspectos coloniais e de base econômica rural, passou a ser vislumbrada como inadequada, tendo em vista seu desenvolvimento urbano e industrial. A partir da primeira década do século XX, a ideia de progresso e modernização de suas feições urbanas entra em cena, justamente quando cidades como Rio de Janeiro e Recife realizavam seus “bota abaixo” inspirados nas reformas urbanas de Haussmann.

Não por acaso, é também nesse período, quando Paris vivencia sua Belle Époque e ainda mantém vivos os aspectos urbanos modernizantes que a fizeram a “Capital do Século XIX” (BENJAMIN, 1997), que desponta o mito da fundação francesa da capital maranhense. Que cidade no Brasil, além daquela supostamente fundada por franceses, poderia melhor representar o progresso e o glamour de Paris do que São Luís? A “cidade dos azulejos”, de arquitetura e organização espacial colonial e portuguesa, começou a ser vista como um sinal de atraso, e os discursos modernizantes e higienistas entraram em cena pela ação de grupos de elite da cidade. Nas palavras de Carvalho (2009),

Em São Luís, alguns grupos da elite comercial, industrial e intelectualizada da cidade (...), investiram na produção de uma nova imagem que refletisse os projetos de modernização do país, a partir de símbolos representativos das tecnologias, civilização e progresso. Compõem essa simbologia o parque industrial têxtil; as Exposições realizadas na tentativa de consolidar o discurso industrial; os Códigos de Postura, mecanismo legitimado da máquina estatal para organizar o espaço urbano; o discurso médico sanitário, que combinado com o discurso de engenheiros, instituem novas formas de disciplinamento dos corpos, por meio de uma nova configuração geográfica, em nome de um novo processo civilizatório (p. 49).

De acordo com Norbert Elias, o sentido intrínseco ao conceito de civilização deve ser entendido como um processo de “mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (1998, p. 193). A ideia de civilização está indubitavelmente ligada a uma gama de fatores que transitam por questões tecnológicas, científicas, costumes, ideias e modos de agir, de maneira que tudo pode ser executado de forma civilizada ou incivilizada. Segundo Elias (1998), ao longo de séculos, o conceito de civilização serviu a diferentes nações ocidentais para que, por meio dele, estas pudessem expressar o caráter “especial” de que tanto se orgulhavam e, assim, em cada sociedade, o conceito de civilização se desenvolveu tendo por base conotações diferenciadas. A ideia de civilização percorreu um importante itinerário no contexto da modernidade, indo desde o desenvolvimento de ações e condutas tidas como “finas” e polidas, passando pela concepção europeia de desenvolvimento moral, intelectual, social e político, até chegar a ligar-se com a concepção de progresso, justamente o destino tão almejado e difundido para São Luís na primeira metade do século XX.

Embora por motivos distintos daqueles que motivaram o embelezamento estratégico da antiga área central de Paris, as ruas estreitas de São Luís, sinônimo do período colonial e não de progresso, passaram a ser vistas com preocupação. Já em 1902, o engenheiro Palmério de Carvalho Cantanhede, ao elaborar e apresentar ao governo do Maranhão o relatório “Saneamento das cidades e suas aplicações à capital maranhense”, tomava as medidas sanitárias realizada em Paris como exemplo e demonstrava grande preocupação higienista, estética e comercial em relação a São Luís, propondo o alargamento das antigas ruas da área central. Em 1920 foi a vez de um decreto municipal condenar os aspectos colônias da capital maranhense, sugerindo intervenções em seus casarões e exigindo a instalação de platibandas, o que acabou por descaracterizar algumas construções barrocas. Contudo, foi a partir da década de 1930 que as mudanças vão ser desenvolvidas mais fortemente, principalmente a partir de intervenções que tinham por base os princípios difundidos por Le Corbusier e pelos arquitetos modernos do CIAM, amplamente apresentados na segunda Carta de Atenas.

Assinada em 1933 pela Assembleia do CIAM, a segunda Carta de Atenas, assim como a primeira⁵¹, continuou a tratar de questões relacionadas ao patrimônio, mas trouxe também discursões acerca dos elementos cidade e urbanismo, relacionando a constituição das cidades com questões geográficas, econômicas e político-

⁵¹ A primeira Carta de Atenas é abordada, no primeiro capítulo desse trabalho, como forma de apresentar as primeiras preocupações internacionais envolvidas na preservação do patrimônio.

administrativas. A cidade, com sua arquitetura e traçados distintos, é posta como o tabuleiro no qual a história inscreve suas marcas, estando, portanto, vinculada às mudanças constantemente vivenciadas no mundo de Clio. Admitindo que “no decorrer da História, circunstâncias particulares determinaram as características das cidades” (CIAM, 1933, p. 4), o documento passa a relacionar a situação vivida pelos espaços citadinos daquele momento com a industrialização então vivenciada, uma realidade da qual São Luís não estava alheia.

Obviamente, são as perspectivas e as soluções defendidas pelos arquitetos e urbanistas modernos que se sobressaíram na segunda Carta de Atenas. Problemas como densidade demográfica nos núcleos históricos, desordem higiênica das cidades, erros ou falta de zoneamento dos espaços citadinos e falta de incorporação dos subúrbios ao domínio administrativo das cidades são pontos tratados no documento, o qual apresenta a necessidade de a cidade assumir quatro funções básicas: habitação, trabalho, lazer e circulação.

Vinculando a arquitetura vernacular a condições insalubres de vida na cidade, o documento destaca a necessidade de bairros inteiros serem completamente destruídos em nome da saúde pública e de outros bairros, “em função das memórias históricas ou dos elementos de valor artístico que contêm” (CIAM, 1933, p. 12), serem parcialmente respeitados. Segundo essa carta:

É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aqueles que ainda estão bem vivos. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. (...). Nos casos em que estejam diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. (...). A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes. (CIAM, 1933, p. 26).

Na carta, os bens patrimoniais são apresentados como a própria alma da cidade e, como tal, responsáveis pela formatação de sua personalidade. No entanto, admite-se a necessidade da existência de critérios para definição do que seria ou não digno de preservação e do título de patrimônio, de modo que o culto ao passado não sacrificasse condições de vida mais salubres e socialmente justas, nem que para isso ambiências seculares tivessem que ser sacrificadas.

Fato é que o patrimônio de São Luís⁵², para utilizarmos a ideia de personalidade da Carta de Atenas (1933), formatava uma personalidade distinta daquela pretendida pela cidade industrial. Portanto, foi influenciado pelas prerrogativas desse documento que o então interventor federal do Maranhão, junto com a administração municipal, deu início a uma séria de intervenções urbanas.

A partir de 1936 a administração municipal deu ênfase às práticas higienistas voltadas para (...) as unidades habitacionais, através do Serviço de Salubridade das Habitações, que teve como alvos preferenciais os cortiços da cidade e os casarões que foram transformados em habitações multifamiliares para locação. Outra prática higienista adotada regularmente era a demolição de ruínas, consideradas focos de proliferação de doenças. Foi o caso do chamado “palácio do *holandeses*”, casarão onde se acreditava que os invasores holandeses alojaram-se no período de sua dominação, no século XVII. Demoliu-se o palácio dos *holandeses*, liberando o local onde seria construído o prédio do Hotel Central, edifício de linhas Art Déco que seria cedido à Associação Comercial do Maranhão (LOPES, 2008, p. 30).

Em 1939, mesmo após a criação do SPHAN e de sua valorização no que tange ao estilo colonial, o interventor Paulo Ramos e o médico Pedro Neiva de Santana, então prefeito da cidade, continuaram com a mentalidade de renovação urbana, destacando a importância de se construir um “patrimônio coletivo” (RAMOS, 1939) digno do povo ludovicense e da situação de progresso vivenciada pelo país. Obviamente, esse “patrimônio coletivo” não era o histórico e cultural, mas sim aquele que pudesse ligar a cidade à ideia de modernidade. Por outro lado, vale ressaltarmos que São Luís não apresentava grandes monumentos e, como tal, ainda não havia chamado a atenção dos protetores nacionais do patrimônio, de modo que nesse ano a igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição do Mulatos, datada do século XVIII mas de arquitetura e adereços modestos, foi demolida para possibilitar o alargamento da rua e a melhoria na circulação de bondes elétricos. Seguindo essa perspectiva, a construção de casas modernas foi incentivada, e as moradias do tipo porta-janela, tão comuns à parte antiga da cidade, tornaram-se sinais de insalubridade e alvos de taxações municipais. As preocupações higienistas também respaldaram na demolição do antigo mercado, localizado na Praia Grande, e na construção de um novo mercado municipal tido como símbolo da nova imagem que se queria imprimir na cidade de São Luís.

Já em 1940, ao apresentar seu relatório ao presidente Vargas, o interventor Paulo Ramos destacou, por exemplo, a abertura da Avenida Magalhães de Almeida

⁵² Embora admitamos que essa ideia de patrimônio ainda não estivesse difundida na capital ludovicense, ele estava amplamente representado nos seus casarões e na área central.

como sendo a obra que marcaria a passagem de São Luís para outro patamar urbano, “modificando por completo a feição colonial” (RAMOS, 1940, s/p).

Figura 6. Igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos sendo demolida em 1939. O episódio causou certa comoção popular, mas, segundo Lopes (2008), tudo dentro do tipo de manifestação permitido pelo Estado Novo. Fonte: arquivo central do IPHAN. Foto: Noronha Santos. Digitalização da autora.

Para que o progresso pudesse passar, casarões foram demolidos, ruas foram alargadas, avenidas foram implantadas e projetos de arborização e jardinagem foram desenvolvidos. Assim, além da abertura da nova avenida, a Rua do Egito, na qual ela se iniciava, foi completamente alargada e remodelada, ao passo que o Largo do Carmo e a Praça João Lisboa, que faziam a ligação entre ambas as vias, passaram por forte reurbanização. Como no caso da igreja de Imaculada Conceição, essa reurbanização causou certa comoção social, mas não por questões patrimoniais ou históricas. No primeiro caso foi por se tratar de um bem sagrado e, no segundo, pelo corte das antigas árvores que serviam de sombra e de lugar de sociabilidades da população local.

Figura 7. Vista aérea do Centro Histórico de São Luís. No detalhe, Rua do Egito, Largo do Carmo e Praça João Lisboa. Partindo dali, na diagonal, a Av. Magalhães Almeida. Fonte: google.maps. Digitalização da autora

Paralelamente a essas intervenções, desenvolvia-se a desvalorização residencial do antigo centro. As classes mais abastadas passaram a visualizar em novos espaços da cidade possibilidade residências mais “sofisticadas”, a exemplo dos bangalôs, das quintas e das chácaras, as quais eram mais condizentes com a nova

legislação sanitária (LOPES, 2008), além de material e simbolicamente distintas dos casarões coloniais. Os casarões desocupados, por seu turno, passaram a abrigar outros tipos populacionais provindos das classes menos abastadas, bem como de variadas atividades comerciais. Em ambos os casos, muitas construções foram adaptadas e seus aspectos arquitetônicos prejudicados: no primeiro caso para abrigar, por exemplo, mais de uma família, e no segundo para criar vitrines, locais de estoques etc. Em muitas situações, as partes superiores dos casarões e solares mantiveram

Figura 8. Na primeira imagem, Rua do Egito no início do século XX. Cartão-postal de 1911. Fonte: www.kamaleao.com.br. Na segunda imagem, Rua do Egito na atualidade, na qual podemos visualizar os aspectos da alargamento realizado em 1940. Fonte: Ramos, 2008.

seus aspectos residências, enquanto que os pavimentos térreos foram adaptados ao comércio.

Assim, apesar das ações modernizantes do poder público durante as décadas de 1930 e 1940, a saída das famílias abastadas era cada vez mais uma realidade incentivada por uma mudança valorativa quanto à antiga “cidade dos azulejos”, tida agora como reflexo de um tempo de atraso, embora tenha se desenvolvido justamente a partir do progresso econômico da mesma classe que agora não se via mais morando e ostentando riqueza ali. Essa visão acerca dos antigos casarões e de sua arquitetura tipicamente portuguesa, que em muitos momentos chegou a denotar repúdio, reforçou o mito da fundação francesa, como que apresentando novas possibilidades de identificação da cidade para além de seu passado colonial. A necessidade dessa ruptura

e o desprezo pela “cidade dos azulejos” podem ser visualizados em vários jornais impressos da época. Em 1948, por exemplo, o jornal *O Globo – São Luís* destacou, em momentos distintos, as características incômodas da capital do Maranhão:

(...) para aqueles que nela residem ou a visitam e conhecem outras capitais nada mais representa que uma simples cidade tipicamente colonial. Com mais de três séculos de existência, em trabalhos árduos e contínuos, desde quando vivíamos sob o jugo de Portugal, até esta época de progressos de todas as espécies, nossa cidade em matérias de arquitetura, permanece ainda no mesmo estado de atraso que caracteriza a arquitetura antiga (...). Se o moderno chegou, devemos pois, optar por ele. Do contrário, (...) ficaremos apenas guardando o que os lusos nos legaram naqueles tempos (O GLOBO – SÃO LUÍS, 1948a, s/p.).

Corroborando essa matéria que, entre outras coisas, fala da antiga São Luís e de seus “casarões assombrados”, o jornal ainda publicou, em outubro, outra reportagem.

A maioria das casas da zona urbana é constituída de construções cinquentenárias e centenárias. As janelas em estilo romano e miguelino; as portas, à moda portuguesa; as sacadas de ferro e os sobradões cheirando a sinhás e mucamas, a origem e a idade da vetusta cidade. São raras as ruas onde as construções modernas são em número superior às antigas. Ainda dominam as meias-moradas, a porta e janela, as moradas-inteiras, espaçosas, sólidas, sem jardins e área livre: sinal de que pouco ou nada se constrói em São Luiz (O GLOBO – SÃO LUÍS, 1948b, p. 4).

Outro forte indício da saída das famílias mais abastada do antigo núcleo urbano de São Luís, da desvalorização e dos novos usos e atores sociais que gradativamente vão se instalando nessa localidade é a institucionalização, na primeira metade da década de 1940, da Zona do Baixo Meretrício (ZBM). Obra do interventor Paulo Ramos, essa zona legalizada de prostituição nos leva a pensar sobre duas questões: a necessidade de delimitar e disciplinar essa atividade que já se espalhava por toda a região, a qual ainda figurava como residência das chamadas “famílias ludovicenses” e o consequente estigma que trouxe a todo o centro antigo, ajudando a dotá-lo de elementos marginalizantes.

Figura 9. Localização da ZBM no Centro Histórico de São Luís. A zona de prostituição legalizada abrangia parte da Rua da Estrela e da Rua Jacinto Maia, a Rua Afonso Pena, e as Travessas Portinho, Lapa e Feliz. Fonte: google.maps. Digitalização da autora.

Ao entrevistar antigos moradores do Centro Histórico de São Luís, Ferreira (2008) destaca:

Isabel – que morou até os doze anos na região de “baixo”⁵³ (...) – recorda que, no tempo de sua infância, por volta da década de 1950, eram “famílias de nome que moravam no Desterro”. O “nome”, porém, para essa moradora, está mais ligado à distinção social do que à condição econômica. Segundo ela, ali não havia ricos, “eram pessoas remediadas”. (...). Como aponta Glória, com a chegada da ZBM, moradores e visitantes “tradicionais” foram se afastando do “Desterro”. Assim se refere ao tempo em sua mãe chegou a essa região: “Bem, quando ela veio pra cá [região de “baixo”], apesar de ter só famílias tradicionais, porque ali [região de “cima”] era zona, da zona pra cá que era famílias tradicionais. Aí, quando veio a zona, as famílias tradicionais foram se mudando” (p. 31-33).

Neste sentido, a ZBM é ao mesmo tempo consequência e uma das causas da marginalização da área central de São Luís. É consequência da ideia, difundida desde os anos de 1930, de que aquela área não condizia com a imagem da cidade moderna e em progresso que se estava a construir, e é, junto a isto, um dos fatores que proporcionaram a formação da imagem de um lugar cujas atividades imorais não eram condizentes com as sociabilidades e práticas das tradicionais famílias ludovicenses. Essa marginalização foi se acentuando nas décadas seguintes, embalada pela saída dos antigos moradores e pela inserção de novos usos, em um processo que, para usarmos os conceitos de Zukin (2000b), nos sugere a substituição de uma “paisagem de poder” por um espaço “vernacular”.

Pensar os espaços públicos urbanos implica pensar em um agente que, a partir de suas características, pode deter a capacidade de disciplinar usos e formas de conduta dos cidadãos, mas que ao mesmo tempo é forjado pelas múltiplas relações sociais que o permeiam. É neste sentido que Zukin (2000b) postulará a existência de uma “ordem espacial” destacadamente importante na estrutura urbana: a paisagem. Ao constatar grande ampliação no significado e no conceito de paisagem, a autora passa a enxergá-la como extremamente vantajosa para a compreensão do espaço e suas transformações. A paisagem é posta por ela enquanto uma “ordem espacial” simbólica e materialmente conferida a um determinado ambiente, portanto, uma típica construção social estabelecida concretamente por meio da assimetria entre o poder econômico e o poder cultural.

Essa assimetria possibilita que a paisagem apresente sentido dual: concebida enquanto a marca “das instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de

⁵³ Ao falar de “região de baixo”, a autora refere-se ao Desterro, localizado abaixo da ZBM. Já “região de cima” corresponde à própria ZBM.

algum modo” (ZUKIN, 2000a, p. 84). Este primeiro sentido levou Zukin a pensar numa oposição, bastante significativa, entre o que ela vai chamar de “paisagens de poder” e “vernacular”. Segundo esta autora, falar em “paisagens de poder”, ou paisagem dos poderosos, implica discorrer sobre segregação de atividades e de grupos sociais e intensificação das diferenças. De outro modo, o “vernacular” está intimamente relacionado aos desprovidos de poder, às suas construções e às suas relações sociais. Assim, o “vernacular” contrasta com a “paisagem de poder” e, na maioria das vezes, estas duas ordens espaciais entram em amplo conflito, com uma sendo enfraquecida pelas características da outra.

Nas décadas de 1970 e 1980 a intensificação das características vernaculares da área central ludovicense corria em paralelo à construção de novas paisagens de poder na cidade de São Luís, dando origem a duas cidades distintas: uma antiga e estigmatizada e outra moderna e valorizada. A inauguração da Ponte José Sarney, em 1971⁵⁴, permitiu, por exemplo, que a parte significativa da população abastada de São Luís migrasse para a região litorânea da cidade, na outra margem do Rio Anil, dando origem a novos bairros e a novos modos de vida representados pelos condomínios de luxo e pelas sociabilidades ligadas às praias. Assim, do outro lado da ilha, surgia uma nova centralidade simbólica, com comércio e equipamentos de lazer e serviços voltados para seus novos moradores.

Figura 10. Ponte José Sarney na década de 1970. Foto: autor desconhecido. Fonte: Lopes (2008).

No geral, essas novas centralidades surgiram como espaços de prestígio dotados de uma considerável capacidade de convergir determinados grupos sociais e de catalisar uma gama de novos serviços, negócios e lojas (FRÚGOLI, 2000). Facilmente relacionáveis com as paisagens de poder, as centralidade representam um anseio para com o poder cultural e detêm duas características bastante marcantes: uma de mercado, por atrair novos empreendimentos e instituições; e outra simbólica, uma vez que se

⁵⁴ Nesse período, José Sarney encerrava seu primeiro mandato de governador do estado, cujo lema foi o desenvolvimento de um “Maranhão Novo”, e caminhava para consolidar sua família como oligarquia política no Estado, elegendo, por exemplo, seu sucessor em 1970.

apresenta como a parte mais elegante e glamourosa da cidade, ocupando importante papel no discurso de uma cidade moderna, sofisticada e apta para adentrar a rota do turismo e do consumo cultural (ZUKIN, 2000a).

No que se refere à apropriação social dos espaços urbanos na cidade contemporânea, e São Luís é um claro exemplo disso, visualizamos cada vez mais a forte tendência de ocupação das áreas centrais deterioradas pelas camadas populares, as quais, segundo Frúgoli (2000), desenvolvem e se articulam em diferentes culturas de rua. Em contrapartida, as camadas mais favorecidas tendem a procurar espaços mais privatizados, a exemplo dos *shoppings centers* e condomínios residenciais. Nessa fuga para longe dos tumultuados centros tradicionais as classes abastadas exercem importante papel, criando, atraindo e deslocando centralidades.

A atual realidade metropolitana tem, portanto, revelado cada vez mais a existência de cidades “policentristas”, com áreas em ampla competitividade e onde fatores como dinâmica econômica, empresas instaladas, ações do poder público e dos diferentes grupos sociais se tornam importantes pontos de superação e hegemonia dentro da área citadina (FRÚGOLI, 2000). Ao falar do desenvolvimento de novas centralidades, Frúgoli demonstra muito bem como estas “se alimentam em grande parte da decadência da anterior, tornando-se visível nessa dinâmica não só as forças e limites específicos de cada uma quanto à atração do setor terciário moderno, bem como os distintos tipos de crescimento metropolitano como um todo em jogo” (2000, p. 216).

Figura 11. Do outro lado da Ilha, a Ponta d'Areia e, ao fundo, Lagoa da Jansen ainda com os vazios urbanos típicos de uma área em formação e desenvolvimento. Hoje, a região se encontra muito mais adensada e preenchida pelos grandes edifícios, hotéis e condomínios de luxo. Foto: autor desconhecido. Fonte: Lopes (2008).

No caso de São Luís, se por um lado o surgimento das novas centralidades litorâneas é um processo reforçado pelo poder público e suas ações de desenvolvimento metropolitano, a decadência de sua centralidade tradicional é, por outro, um processo

que passa a ser motivo de atenção e preocupação principalmente a partir do plano diretor de 1974. Esse documento é reflexo da necessidade de se organizar e mesmo estimular o desenvolvimento de novos espaços urbanos. Ao mesmo tempo, é uma tentativa de resposta às necessidades patrimoniais que naquele momento já ganhavam corpo considerável, substituindo o horror pelo passado colonial que vigorou na primeira metade do século XX.

2.1.3 Mudanças valorativas e patrimonialização

Embora o horror pelo passado arquitetônico e a desvalorização da área central ludovicense tenham se desenvolvido na primeira metade do século XX, é também nesse momento que a proteção do patrimônio barroco colonial desponta no Brasil, de modo que suas prerrogativas não foram completamente ignoradas em São Luís. Enquanto o poder público se preocupava em dotar a capital maranhense de elementos modernos e uma parte de sua elite buscava construir outra imagem para a cidade, um grupo de intelectuais, em conexão com aquilo que vinha sendo pensado pelo SPHAN – e reforçando a importância dessa elite para os iniciais processos de patrimonialização no Brasil –, desenvolvia certa preocupação com os vestígios da história da cidade, embora essa preocupação não refletisse com veemência na população local e nos meios de comunicação.

Por conseguinte, o ano de 1940 é marcado pela primeira intervenção do SPHAN na cidade de São Luís. Diferente da igreja de Imaculada Conceição dos Mulatos, que em 1939 havia sido demolida para possibilitar a melhor circulação dos bondes, a igreja de São José das Laranjeiras constituiu-se no primeiro bem tombado em São Luís e inscrito no livro de Belas Artes desse órgão federal. Claramente de origem elitista e localizada na antiga Quinta das Laranjeiras, que também teve seu portão tombado na mesma época, a igreja foi erguida em 1811 pelo maior comerciante do Maranhão durante o período colonial, e é definida pelo IPHAN como:

(...) um belíssimo exemplar da arquitetura religiosa predominante no Maranhão no século XIX, justamente a época de maior opulência econômica do Estado. A análise estilística da sua decoração interna revela um conjunto harmônico de altar-mor, arco-cruzeiro, guarda-corpo e sanefa, os quais, apesar de possuírem características neoclássicas, guardam ainda elementos do momento artístico anterior, o rococó. Trata-se também, da única edificação religiosa de São Luís que possui o copiar,

uma área avarandada que servia como espaço de transição entre o interior (sagrado) e o exterior (profano) dos templos (IPHAN, 19--)⁵⁵.

Esse primeiro passo do SPHAN em São Luís e sua atuação no âmbito nacional acabaram por despertar o interesse de preservação em alguns intelectuais preocupados com as intervenções urbanas realizadas por Paulo Ramos e Pedro Neiva de Santana entre os anos de 1936 e 1941. Encabeçados por Antonio Lopes, cientista social e responsável pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, esse grupo de intelectuais institucionalizou as discussões patrimoniais, participando da criação da Comissão de Patrimônio e Artístico Tradicional de São Luís. Com membros do setor público e da sociedade civil, a referida comissão tinha por função reconhecer e catalogar “os monumentos, edifícios e objetos que interessem ao patrimônio artístico e histórico da cidade e de propor ao Governo Municipal as medidas para a conservação desses tesouros” (Decreto-Lei nº 474, 1943).

Em discurso proferido em 1943, José Luso Torres, um dos membros dessa comissão, apresentou importantes prerrogativas e funções dessa nova instância municipal, destacando, em um tom de crítica para com aqueles que defendiam uma total renovação urbana da cidade, as necessidades de se conciliar as perspectivas de futuro com a história pretérita. Além disso, Torres é ávido em apresentar os intentos nacionalistas das ações patrimoniais do período, demonstrando a necessidade de São Luís se inserir no projeto de construção da identidade nacional que estava sendo levada a cabo pelo SPHAN. Segundo ele,

[...] espeitar e amar o passado não é ser retrógrado ou passadista, a ponto de rebelar-se a gente contra as leis incoercíveis da evolução e só querer respirar o bafio das velharias. Nenhuma rebeldia é, porém, mais inútil, mais ineficiente e ridícula do que a rebeldia sistemática contra o passado. O passado impõe-se e comanda [...]. Sem muitas vezes darmos por isso, volta-se o nosso espírito a cada instante para ele. Não quer isto significar que devemos calar os erros do passado. A nossa missão, ao procurarmos resguardar o que houver de histórico e artístico em S. Luiz, é missão espiritual de patriótica atualidade. [...] Muito se tem falado dos sobrados de S. Luiz, e é visível que contra eles se enfileiram os bangalôs, residências de chiquismo, em cujas portinholas os móveis, às vezes, só passam desmontados... Valeria a pena estudar sociologicamente o esplendor e decadência dos sobrados. Eles ainda são, apesar de tudo, uma das características da nossa antiga fisionomia urbana, sob vários aspectos, e o que o Maranhão puder conservar desses sobrados, de linhas austeras e sólidas paredes de pedra-e-cal, deve conservar, pelo que eles representaram de grandioso em nossa vida passada e pelo que representam

⁵⁵ Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1239.

de rigidez, de simplicidade retilínea [...] (⁵⁶TORRES, 1943, *apud* LOPES, 2005, p. 72).

Embora não negasse a importância de se preservar a arquitetura tradicional que fazia de São Luís uma cidade de identidade colonial, Antonio Lopes, se comparado a Torres (1943), apresentava outra preocupação patrimonial, esta voltada para a recuperação das tradições locais e não apenas para a construção de uma identidade nacional, em uma postura que refletia sua própria oposição ao Estado Novo. Ao relatar as atividades da comissão, Lopes (1944)⁵⁷ destaca:

Até agora a atividade da comissão tem se limitado quase tão somente ao patrimônio artístico - estético da urbs, principalmente, - e histórico. Terá, porém, de penetrar a fundo no setor - tradição. Deve trabalhar pela restauração das festas tradicionais da cidade. Não é impossível ao Maranhão de agora dar vida nova à festa dos Remédios e fazer voltar do passado a festa de Santa Filomena. Podemos e devemos, os sanluizenses de hoje, realizar tais festas até com brilho mais intenso do que tiveram outrora. E porque não havemos de fazer um esforço nesse sentido? (1944, *apud* LOPES, 2005, p. 75).

Ainda que partissem de lugares politicamente distintos e olhassem o patrimônio a partir desses lugares, tanto Torres quanto Lopes, e de modo geral a comissão⁵⁸, partiam de um “discurso de perda” que, como aponta Gonçalves (1996) ao falar do contexto nacional, toma a história como um movimento implacável que leva à destruição de aspectos materiais e imateriais da cultura, os quais necessitam ser preservados. Fato é, portanto, que no que tange os elementos materiais, essa comissão teve influência direta na preservação de aspectos arquitetônicos coloniais, principalmente a partir da aprovação do decreto municipal n. 476 de 1943, que proibia a demolição de sobrados que possuíssem revestimento de azulejos ou mirantes, como forma de preservar os aspectos tradicionais e peculiares ameaçados, como estavam, pelo progresso e pelo desenvolvimento urbano. A demolição, no entanto, estava permitida se esses bens patrimoniais representassem um empecilho incontornável para o plano de urbanização definido para a cidade ou, de outro modo, se apresentassem condições de higiene e salubridade contraditórias àquelas exigidas pelos códigos e leis municipais.

⁵⁶ TORRES, J. L. **São Luiz**. Diário do Norte, 6 jun. 1943.

⁵⁷ LOPES, A. **Nossa cidade**. O Imparcial. São Luís, 7 out. 1944.

⁵⁸ Outro intelectual que deu grande contribuição para o desenvolvimento de uma consciência patrimonial em São Luís foi Raimundo Lopes da Cunha. Além de estudos acerca do acervo histórico da cidade, realizados já em 1937, Lopes ainda foi grande colaborador do SPHAN no Maranhão e escreveu importantes artigos para a revista desse órgão federal.

Desse modo, nesse momento inicial, as políticas patrimoniais de São Luís ainda estavam subordinadas às “ideais preservacionistas do urbanismo higienista moderno e testemunhavam a perspectiva de continuidade na execução de um ‘plano de urbanização da cidade’” (LOPES, 2005, p. 77). Por outro lado, as ações preservacionistas derivadas dessa comissão e da ação do poder público local iriam apresentar uma característica ainda pouco difundida no Brasil e também no mundo. Enquanto o campo do patrimônio estava permeado pela ideia de que apenas bens monumentais eram dignos de serem preservados, refletindo, no Brasil, na supremacia de construções ligadas aos poderes instituídos como a Igreja e o Estado, em São Luís, as políticas patrimoniais antecederam alguns dos pontos de destaque da Carta de Veneza (1964), a exemplo da ideia de que bens domésticos também poderiam ser alvos de ações preservacionistas, mesmo que muitos desses bens ainda fossem de caráter elitista. A permanência desse caráter elitista pode ser visualizada na proibição de demolições de casarões com mirantes, um elemento majoritariamente presente nas residências construídas por famílias abastadas da cidade.

Embora a visão pessimista acerca do acervo arquitetônico da área central ludovicense ainda persistisse no final de 1959, conforme a arquiteta Dora Alcântara infere em parecer apresentado ao SPHAN nesse ano, a verdade é que essa visão já

começava a dar lugar a uma mudança valorativa de grande significado. A atuação da Comissão do Patrimônio de São Luís e os tombamentos federais que se seguiram nos

Figura 12. Ao lado, Praça Benedito Leite em postal de 1910. Foto: autor desconhecido. Fonte: www.kamaleao.com.br. Abaixo, Praça Benedito Leite na atualidade. Foto: autor desconhecido. Fonte: www.raimundofilhobl.org.blogspot.com.br

anos de 1950 contribuíram sobremaneira para que um novo discurso surgisse, inclusive ganhando as páginas dos jornais. A partir de 1954 o próprio prefeito da cidade, Pedro

Guimarães Pinto, tomou a iniciativa de solicitar o tombamento federal de alguns bens, ressaltando não só a importância deles para a história e identidade locais como também para a própria nação (IPHAN, 2007). Em 1955, o tombamento federal de quatro importantes conjuntos urbanos, e não apenas de elementos isolados, embora tenha causado incômodo em alguns, foi motivo de orgulho para outros. Estamos falando do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e urbanos da Praça Benedito Leite (Figura 12), da Praça Gonçalves Dias (Figura 13), da Praça João Lisboa (Figura 14) e do Largo da Igreja de São José do Desterro (Figura 15).

Figura 13. À esquerda, Praça Gonçalves Dias em postal de 1914. Fonte: www.kamaleao.com.br. À direita, vista da Praça Gonçalves Dias na atualidade. Foto: Baeta. Fonte: www.robertlobato.com.br.

Figura 14. Na primeira imagem, Praça João Lisboa em postal da década de 1910. Na segunda, Praça João Lisboa na atualidade. Fotos: autores desconhecido. Fontes: www.kamaleao.com.br.

Se a ação de intelectuais locais e do SPHAN ajudaram a abrir os caminhos para uma mudança valorativa quanto ao patrimônio ludovicense, a verdade é que essa mudança só é concretizada a partir da década de 1960, com a vinda de pesquisadores estrangeiros da Unesco para a cidade. O primeiro deles, incumbido de estudar o conjunto arquitetônico da cidade e elaborar um plano de preservação para ele, chega à cidade em 1966 a pedido do próprio poder público local, que já demonstrava preocupação com os estado de abandono, com a crescente marginalização e com as

intervenções particulares que tendiam a descaracterizar os antigos casarões. Nas palavras de Andrès,

Preocupado com tal processo de modernização inconsequente, já em 1966 o Governo do Estado solicitou à Unesco a contribuição de um especialista, tendo sido enviado como consultor o arquiteto francês Michel Parent, que elaborou um conjunto de orientações para a preservação do Centro Histórico de São Luís. No entanto, não se tem notícia do atendimento a tais recomendações importantes (1998, p. 54-56).

Figura 15. Largo do Desterro na atualidade. Foto: autor desconhecido. Fonte: www.passeiourbano.com.br.

Sem resultados práticos, o relatório do consultor e arquiteto francês caiu no esquecimento, e a questão só voltou à tona quando, em 1973, outro consultor da Unesco, o arquiteto português Viana de Lima, foi enviado a São Luís com o mesmo propósito. Embora Andrès (1998) postule que no âmbito local o relatório desse segundo consultor tenha tido o mesmo destino do anterior, ou seja, “o esquecimento e o abandono burocrático” (p. 56), no âmbito federal resultou no tombamento do Centro Histórico de São Luís (1974), formado pelos bairros de Praia Grande, Desterro e Ribeirão, demonstrando o quanto o Brasil estava em consonância com a Carta de Veneza (1964) e a perspectiva de que, para além dos monumentos isolados, sítios urbanos também poderiam integrar os bens patrimoniais de um país. Além disso, ainda em 1973 foi criado pelo governo do estado o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP/MA, cuja função estava calcada nas ações de preservação desses bens visando “a consolidação da identidade nacional e manutenção dos valores éticos e sociais” (IPHAN, 2007, p. 61), em um discurso nacionalista que logo seria enfraquecido e daria lugar ao discurso desenvolvimentista e turístico da cidade.

No âmbito municipal, o tombamento federal repercutiu na elaboração do projeto denominado “Mirantes”, cujas ações estavam voltadas para devolver os nomes

originais às ruas do recém-inventado Centro Histórico de São Luís⁵⁹, bem como para a concessão de 60% de desconto no imposto predial àqueles proprietários que realizassem obras de recuperação das fachadas de seus imóveis⁶⁰. Outra ação municipal foi a inclusão de questões patrimoniais no primeiro Plano Diretor da cidade, elaborado em 1974.

Figura 16. Mapa da área central de São Luís, com os limites dos tombamentos federal, estadual e mundial. A área é contornada por um anel viário construído a partir da década de 1970. Fonte: Lopes (2008)

Esse Plano Diretor (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 1974), além de definir zonas de interesse histórico, estabelecendo e separando seus usos residenciais e comerciais, projetou também a criação de um anel viário (ver Figura 16) cujos objetivos podem ser assim resumidos: por um lado, facilitar a ligação entre os dois lados da ilha, ou seja, a centralidade antiga com as novas centralidades que começavam a ser planejadas para a região litorânea e, por outro, retirar da área central e de preservação histórica o tráfego pesado de veículos. Essa obra, que vai se estender pelos anos seguintes, estimulou a expansão da cidade em direção às praias e, segundo Andrès (1998), acabou por desestimular os processos de especulação imobiliária para a região

⁵⁹ Algumas ruas da área central tiveram seus antigos nomes substituídos pelos de figuras ilustres da cidade. Em 1974 houve, portanto, a retomada de seus nomes antigos. A Rua José de Bonifácio, por exemplo, voltou a se chamar Rua dos Afogados. Já a Oswaldo Cruz, voltou a se chamar Rua Grande.

⁶⁰ Essa lei vigorou até 1982, tendo sido restituída em 1994, por meio de um projeto de Lei municipal apresentado pelo vereador Ivan Sarney (ANDRÈS, 1998).

central e a pressão por renovação dessa área. Segundo ele, isso teria ajudado a preservar esse núcleo histórico. Contudo, apreendemos que isso resultou também na diminuição dos investimentos públicos e privados destinados ao núcleo central, que foram deslocados para as regiões mais promissoras dos outro lado da ponte, ajudando no deslocamento das residências de elite remanescentes dessa região e, acima de tudo, ajudando a consolidar sua marginalização ao separar fisicamente, por meio do anel viário, a cidade antiga da cidade nova, ou seja, a cidade atrasada da cidade moderna. Sem a definição de melhorias efetivas para a área de proteção histórica, o que se viu ao longo da década de 1970 foi o agravamento de seus problemas infraestruturais e a

Figura 17. Aspectos do Centro Histórico de São Luís na década de 1970. Fotos: autores desconhecidos. Fonte: acervo do IBGE.

consolidação dessa área como uma região permeada por um comércio popular e por moradores provindos das camadas menos abastadas da população, marcada por sociabilidades marginais e por antigos casarões transformados em cortiços e em ruínas. A própria administração pública, nos anos seguintes, viria a abandonar algumas de suas sedes históricas e preferir instalações e zonas mais modernas da cidade. Assim, embora

objeto de proteção do SPHAN, o Centro Histórico de São Luís, inventado na década de 1970, alcançava quase dez anos sem grandes investimentos e sem intervenções urbanas que pudessem melhorar seus aspectos físicos ou alterar suas configurações sociais.

2.2 Revitalização e reinvenção do Centro Histórico ludovicense

2.2.1 Um engenheiro e um arquiteto: sai a nação, entra o turismo

Embora o campo do patrimônio tenha se desenvolvido em São Luís a partir da década de 1950, e ainda que sua formação tenha contado com a atuação de intelectuais e agentes locais, sua consolidação esteve diretamente relacionada à atuação de agentes externos. O próprio SPHAN e a chegada de consultores internacionais destinados ao estudo do patrimônio ludovicense são indícios dessa afirmativa. Contudo, os exemplos mais marcantes dessa participação externa estão relacionados à atuação de dois agentes estrangeiros em São Luís e que chegaram à cidade por circunstâncias particulares e desprendidas de intenções patrimoniais diretas, mas que foram pivôs de mudanças significativas no que se refere ao patrimônio e à elevação de seu Centro Histórico a Patrimônio Mundial.

O primeiro desses agentes, por nós entrevistado em 2012, mostra-nos como os processos de intervenção e revitalização foram despertados e iniciados em São Luís ainda nos anos de 1980 e como eles foram elementos que desencadearam o título de Patrimônio da Humanidade conquistado em 1997. Definindo-se enquanto “um engenheiro que desenha”, Luiz Phelipe Andrès chegou a São Luís em 1977 para trabalhar na Companhia Elétrica do Maranhão (Cemar). Nascido em Minas Gerais e grande admirador do patrimônio mineiro, habituado a desenhar os casarões e monumentos da cidade histórica de Ouro Preto, na entrevista Andrès revela-nos com emoção o impacto que o Centro Histórico de São Luís lhe causou.

Naquela época, no Brasil, se ouvia falar muito de Ouro Preto, das cidades históricas de Minas e até de Paraty, uma cidade histórica a beira mar. Depois você ouvia falar muito de Salvador, primeira capital, e Olinda. Isso era o máximo de Centro Histórico que se conhecia no Brasil. Umas quatro pessoas me falaram insistentemente de São Luís, e falavam que tinha um Centro Histórico aqui. Mas eu nunca imaginava que pudesse ter a dimensão, a força, a densidade do que eu encontrei. Mas ao mesmo tempo, um quadro de abandono arrasador.

Embora já tombado pelo SPHAN e alvo de leis municipais e estaduais, até aquele momento o Centro Histórico ludovicense não havia sido alvo de nenhum processo prático de intervenção, figurando como uma região legalmente protegida, mas sem ações do poder público que pudessem garantir sua preservação efetiva. Essa

preservação ficava a cargo das pequenas e monitoradas intervenções dos proprietários desses bens, os quais estavam, em linhas gerais, inseridos em dois grupos: aqueles de pequeno poder aquisitivo, que não dispunham de condições para realizar grandes intervenções e seguir os parâmetros determinados pela legislação de tombamento, e aquele formado por donos de casarões vazios, arrendados por família de baixa renda ou ocupados por comércio popular e que visualizavam no estado de ruína dessas construções a possibilidade de aproveitamento mais vantajoso do terreno no futuro, abrindo espaço, por exemplo, para estacionamentos e novas construções. Daí resultava o quadro de abandono relatado por Andrès, ao qual era adicionado o crescente estigma direcionado a essa zona da cidade.

Nesse período, Andrès tomou conhecimento de uma ação do Projeto Rondon, que em São Luís era realizado por meio da “Operação Especial Monumentos Históricos”, cuja finalidade consistia em identificar 60 monumentos maranhenses, catalogá-los e fotografá-los, construindo ao final uma cartilha para as escolas, numa espécie de projeto de educação patrimonial que envolvia pesquisadores-estudantes dos cursos de História, Letras, Engenharia e Comunicação da Universidade Federal do Maranhão. Projeto de extensão universitária criado pelo Governo Federal na década de 1960 e cujo lema, desenvolvimentista e ligado à ideia de segurança nacional, visava a integração do território, o Projeto Rondon levava estudantes e pesquisadores para regiões remotas do país. Em São Luís, no entanto, o projeto era desenvolvido sem esse deslocamento de estudantes e, embora pudesse aparentar estar distante dos projetos desenvolvidos em outras partes do país, ao que nos parece, visava desenvolver outro elemento de integração nacional, a saber: a identidade por meio da educação patrimonial⁶¹.

Interessado no patrimônio ludovicense, Andrès se ofereceu como voluntário e acabou sendo cedido pela Cemar para trabalhar no Projeto Rondon, iniciando assim sua trajetória no campo do patrimônio em São Luís, o que se estende até os dias de hoje. Ao coordenar as ações desse trabalho, esse engenheiro iniciou uma profunda pesquisa nos arquivos do SPHAN localizados no Rio de Janeiro e, em São Luís, foi apresentado ao arquiteto norte-americano John Gisiger, cujo Projeto de Revitalização do Centro

⁶¹ A pesquisa resultou, em 1979, na publicação do livro *Monumentos Históricos do Maranhão*, de Luiz Phelipe Andrès.

Histórico tornou-se a base de todas as políticas de intervenção urbana que se seguiram nessa zona histórica.

Radicado no Brasil há vários anos, Gisiger havia chegado à capital maranhense naquele mesmo ano, a bordo de uma canoa costeira e após uma profunda crise existencial que o fez abandonar sua família e a direção de um importante escritório de arquitetura no Rio de Janeiro. Impressionado com a magnitude, mas também com o estado de abandono do Centro Histórico da cidade, o arquiteto norte-americano se instalou no mirante do Hotel Ribamar – um casarão datado do ano de 1756 localizado no Largo do Carmo – e logo se tornou figura marcante no Centro Histórico, desenhando suas ruas, casarões e mirantes. O “gringo” desenhista logo chamou a atenção da mídia local que realizou grande entrevista com Gisiger, demonstrando claramente a mudança valorativa pela qual havia passado a imagem de cidade dos azulejos com seus casarões coloniais. Segundo reportagem da época, Gisiger estava “boquiaberto” com aquele conjunto histórico, mas estava também surpreso com seu estado de ruína. Na opinião do estrangeiro, relatava o periódico, “estamos cometendo um verdadeiro crime, pois poucas cidades no mundo podem orgulhar-se de possuir algo tão portentoso (...)” (O ESTADO DO MARANHÃO, 1977b, p. 3). A esse respeito, a matéria jornalística ainda destacou:

Infelizmente não sabemos agora de nenhuma iniciativa séria, capaz de ir adiante em seus propósitos, visando salvar um conjunto arquitetônico de tamanha importância e que, no futuro, pode ser a maior fonte para nossa capital, quando o turismo estiver realmente funcionando em nosso país (O ESTADO DO MARANHÃO, 1977b, p. 3, grifo nosso)

Os “propósitos” referidos no texto dizem respeito ao plano de intervenção urbana que Gisiger estava a formular e que, naquele momento, despertou a imprensa e o poder público estadual para o potencial econômico daquele patrimônio. A partir dali, não são mais as prerrogativas nacionalistas que irão formatar as ações patrimoniais, mas a perspectiva de um aproveitamento turístico daquele acervo cultural que estava inserido em amplo estado de abandono e crise. A identidade a ser despertada a partir de agora era a identidade local, imprescindível para a construção de um consenso: o de que São Luís era uma cidade singular, que necessitava recuperar sua história material e sua identidade, e que por meio de seu patrimônio tinha a vocação de ser apresentada ao Brasil e, posteriormente, ao mundo.

Conforme buscamos apresentar anteriormente, os grandes projetos urbanos formatados nas expensas do Planejamento Estratégico necessitam que toda a cidade seja unificada a seu favor. Para isso, nada mais notável que a construção de consensos. O primeiro desses consensos, por seu turno, é uma percepção generalizada de crise. As configurações socioespaciais das antigas áreas urbanas servem bem a esse propósito e são facilmente arregimentadas para comprovar a ideia de crise urbana. Neste contexto, muito mais importante que a existência real da crise é a generalização de sua percepção e suas consequências: uma espécie de apaziguamento dos conflitos internos em favor de uma causa maior. Isso possibilita, segundo Vainer (2000, p. 95), a substituição do sentimento de crise por um “patriotismo de cidade”, que calcado na ideia de pertença comum e de crença no futuro da urbe, é tanto causa quanto consequência de intervenções e projetos para os espaços urbanos. Neste sentido, as populações urbanas, diante dos problemas reais e imaginários da cidade, são facilmente alistadas a apoiar a entrada de suas cidades na competição que se coloca.

A difusão de uma ideia de crise urbana em São Luís é percebida nos meios jornalísticos e pode ser exemplificada por matéria publicada em 1979. Intitulada “Um plano para salvar São Luís, unindo o velho e o novo”, ela destaca:

A Praia Grande, onde velhos casarões assombrados ainda guardam memórias de um tempo em que São Luís era uma das mais ricas e importantes cidades brasileiras, talvez atravessasse hoje, como afirma alguns urbanistas, a fase mais crítica de um longo processo de deterioração. Em breve, porém, poderá transformar-se no bairro comercial e institucional mais valorizado da capital maranhense. Quem propõe isso através de um plano detalhado de renovação urbana (...) é o arquiteto John Gisiger. Ele fez todo o levantamento do local, com suas ruas e praças, construções centenárias e outras mais recentes, pontos de grande valor histórico-cultural e outros já atingidos pela modernização (...) (O IMPARCIAL, 1979, p. 20, grifo nosso).

Nesse momento, Gisiger, junto com Andrès, já havia sido contratado pelo poder público estadual por meio da Secretária de Planejamento do Maranhão e já havia formulado um “Projeto de Renovação Urbana da Praia Grande”. Embora o projeto tivesse como foco a preservação do patrimônio ludovicense a partir de um amplo conjunto de ações infraestruturais e econômicas, sua denominação logo causou preocupação no IPHAN e em seu recém-empossado presidente, Aloísio Magalhães. Embora experiente no trato da arquitetura moderna, e ainda que tenha desenvolvido um plano de revitalização urbana em conformidade com aqueles que estavam sendo

desenvolvidos no Brasil e no mundo, Gisiger parecia desconhecer os jargões e os eufemismos utilizados nos processos de intervenção urbana.

A preocupação de Aloísio Magalhães, que logo desembarcou em São Luís para trabalhar junto ao governador o impedimento dessa intervenção, estava justamente no sentido adquirido, já naquele momento, pelo conceito de renovação urbana. Por renovação entende-se o processo de “demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitectónicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área” (IGESPAR, 1995, p. 1), geralmente marcada por tecidos urbanos degradados, mas sem componentes históricos e patrimoniais. A confusão conceitual de Gisiger, ainda que desfeita, serviu para que Aloísio Magalhães sugerisse a terminologia “revitalização” e a organização de um seminário para discutir as propostas desse projeto.

Na “Carta de Lisboa Sobre Reabilitação Urbana Integrada” (IGESPAR, 1995), elaborada durante o 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, buscou-se dar conta dos conceitos de “reabilitação” e “revitalização”, os quais, no mais das vezes, não passam de eufemismos para o enobrecimento urbano. No documento, a reabilitação é apresentada como ações que buscam a melhoria da qualidade de vida de uma determinada região por meio da valorização de suas potencialidades econômicas, sociais e funcionais. Para tanto, a reabilitação deve trabalhar com a instalação de variados equipamentos e infraestrutura, mas procurando manter as características e identidades do espaço alvo da intervenção.

Já a revitalização engloba mais especificamente sua ligação com áreas ditas decadentes da cidade e com a intenção de “relançar sua vida econômica e social” (IGESPAR, 1995, p. 1). Embora próximo da reabilitação urbana, mas diferente desta, o conceito de revitalização não manifesta muita preocupação com questões como identidade e características dos espaços, e a pauta de manutenção das funções residenciais não fica clara, embora não seja negada. Talvez por isso o uso do termo revitalização seja mais comum no Brasil, tendo em vista que a saída de moradores das áreas centrais se apresenta de maneira mais contundente, se comparada a outras localidades como Portugal, França e Inglaterra, e o retorno de moradores para o centro da cidade tem se mostrado um projeto fracassado na maioria das experiências, fazendo com que o foco no turismo se sobressaia.

Destacando potencialidades culturais e econômicas a partir do patrimônio histórico e do turismo, a proposta de Gisiger para São Luís ressaltava a extensão de seu Centro Histórico, comparando-o com áreas históricas de outras cidades, a exemplo de Salvador e Olinda, e destacava assim seu potencial competitivo. Além disso, dava ênfase aos seus valores turísticos como os mais promissores do Estado, propondo a “revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato das atividades relacionadas ao turismo cultural”. Para além de intervenções em imóveis isolados, e deixando de lado questões identitárias nacionalistas, a proposta era de um programa global que reunisse a participação dos setores públicos e privados em um plano que considerasse “realisticamente, os interesses econômicos, tanto quanto os culturais” (GISIGER, 1978).

Assim, realizou-se em 1979 o Primeiro Encontro Nacional da Praia Grande, no qual a proposta de Gisiger foi discutida. No ano seguinte, a partir daquilo que foi posto durante o encontro e das intenções levantadas pelo arquiteto norte-americano, concluiu-se o documento “Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL)”, cujas ações seriam coordenadas por Andrès. Contando com a participação de várias entidades públicas, a exemplo da Cemar, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Empresa Maranhense de Turismo (Maratur) e do Iphan, o “Encontro Praia Grande” contou apenas com uma entidade civil, sem grande expressividade popular, denominada “Sociedade dos Amigos do Centro”.

Base de todas as intervenções realizadas no Centro Histórico de São Luís ao longo de quase três décadas, a proposta do PPRCHSL foi dividida em diversos subprogramas assim definidos: a) subprograma de obras do largo do Comércio, cujo objetivo era promover a recuperação social e econômica dessa região da Praia Grande; b) subprograma social de habitação do Centro Histórico, que visava aumentar a oferta habitacional na região e criar condições para que as famílias que ainda habitavam a área pudessem ali permanecer; c) subprograma de pesquisa e documentação; d) subprograma de revitalização das atividades portuárias, com ações que pudessem refletir na geração de emprego e renda; e) subprograma de aquisição e recuperação de imóveis para implantação de projetos sociais; f) subprograma de restauração do patrimônio artístico e arquitetônico, voltado para bens mais inéditos e religiosos, ou seja, de caráter mais monumental; g) subprograma de restauração de prédios públicos, geralmente sede de

órgãos municipais e estaduais; h) subprograma de recuperação da infraestrutura urbana e serviços públicos, a exemplo do transporte, limpeza urbana, drenagem, iluminação, redes de esgoto etc.; i) subprograma de recuperação da arquitetura industrial, adequando as instalações das antigas indústrias a usos voltados para a comunidade; j) subprograma de planejamento e administração, com a formação de uma equipe regular e destinada aos trabalhos do programa; l) subprograma de recuperação do patrimônio ambiental urbano, cujo foco era as praças e jardins da região e m) subprograma editorial e de divulgação, que pudesse dar conta da promoção publicitária das ações do programa e de seus potenciais turísticos (MARANHÃO, 1981 e 1986)⁶².

Figura 18. Aspectos de algumas vias do Centro Histórico de São Luís em 1981. Foto: autor desconhecido. Fonte: SEEBLA – Engenharia de Projetos.

2.2.2 As etapas do PPRCHSL e as apropriações políticas do patrimônio

No decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000, o PPRCHSL foi levado a cabo pelos governos estaduais que se sucederam no Maranhão, contabilizando mais de

⁶² O documento completo do PPRCHSL, segundo Andrès concluído em 1980, não foi encontrado nos arquivos públicos do Maranhão de maneira completa, mas desmembrado em diversos documentos cuja origem, conforme nos contou Andrès, era o PPRCHSL e a proposta inicial de Gisiger (1978).

US\$ 100 milhões investidos⁶³ até 1998 e seis etapas de revitalização (ANDRÈS, 2012, p. 82) cujo ponto alto foi a eleição do Centro Histórico a Patrimônio Mundial. Conforme nos relata Andrès, “cada governo sabia que não poderia fazer todo o programa, então elegia uma prioridade”. Mas, mais do que isso, o que aconteceu sucessivamente foi a tentativa de minimizar as ações do governo precedente, relançando o programa a partir de interesses políticos e econômicos e, em alguns casos, construindo slogans e campanhas publicitárias para fixar no imaginário local as intervenções daquele momento, daquele governo. Por outro lado, percebe-se que mesmo com esse constante relançar do programa, o PPRCHSL foi um projeto político de construção de uma identidade para a cidade e amplamente ligado à família Sarney.

A primeira dessas etapas (1980-1982), que se iniciou com a própria formulação do programa em 1980, ficou conhecida como “Projeto Praia Grande”, em alusão ao núcleo ao qual ficou limitada. Naquele momento, o Centro Histórico da cidade, que de acordo com o tombamento do Governo Federal correspondia a uma área muito mais ampla⁶⁴, passou a ser sinônimo do Bairro Praia Grande; aquele que suspostamente apresentava maior tradição e história. Realizada no governo de João Castelo (1979 – 1982), político que chegou ao poder por indicação de José Sarney, essa 1ª etapa consistiu na recuperação do Largo do Comércio e do Beco da Prensa, e na restauração de um imóvel para abrigar o Albergue do Voluntariado de Obras Sociais. Além disso, foram restauradas e reorganizadas a Casa das Tulhas e a Feira da Praia da Grande que nela funcionava. Na ordem de R\$ 2,5 milhões (ANDRÈS, 1998), essas obras tiveram o apoio e financiamento da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), do Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do próprio IPHAN, que naquele momento já contava com uma recém-criada superintendência no Maranhão, coordenada pelo intelectual Ivan Sarney.

Ao nos relatar essa primeira etapa, Andrès concebe:

⁶³ Investidos em estudos e pesquisas, projetos e obras (ANDRÈS, 1998).

⁶⁴ A Praia Grande corresponde a uma área de 11,7 ha.

Primeira experiência que eu tenho notícia de programa de preservação com participação da comunidade, por meio do Sindicato dos Feirantes.

Figura 19. Largo do Comércio em diferentes momentos históricos: 1908, 1980 e na atualidade. À direita, com frontão triangular, Casa das Tulhas. Foto 2: Andrés. Foto 3: Nominato. Fonte: aventure-se.com.

(...). Essa etapa serviu como uma espécie de bandeira. A feira, que era um pardieiro, era uma imundície, virou um modelo de feira, de mercado popular. O beco da prensa, que era um esgoto a céu aberto, virou uma via pública transitável, de pedestres. O albergue era uma ruína, se tornou uma obra social que abrigava as pessoas que chegavam à capital sem documento, sem rumo, sem nada. E a Praça da Praia Grande era um terreno baldio cheio de lixo se tornou uma praça agradável e de convivência da comunidade. Com essa bandeira, a gente transformou isso em uma espécie de argumento pra avançar, pra conquistar, as outras etapas. (grifos nossos)

A intenção turística dessas primeiras intervenções, embora inegável, esteve mesclada com interesses sociais e contou com a participação de representantes dos trabalhadores da região⁶⁵. Com essa participação⁶⁶, com as questões sociais ali envolvidas e com as mudanças visíveis na paisagem urbana, o Projeto Praia Grande serviu como álibi para muitas das etapas subsequentes do PPRCHSL, mesmo quando essas perderam seu caráter social. Embora sem reverter por completo o estado de deterioração infraestrutural da zona histórica, foram importantes “para estabelecer um novo referencial, junto à população, do que seria possível fazer” (ANDRÈS, 2012).

Na imprensa local, ele

⁶⁵ Segundo Carvalho (2009), embora essa participação não tenha sido discreta, além do Sindicato dos Feirantes, nas reuniões para as tomadas de decisão relativas a esses projetos estavam também presentes representantes do Sindicato dos Moços Remadores e Contramestres, do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e do Sindicato dos Carroceiros.

⁶⁶ Apesar dessa participação popular, houve processos de desapropriação, a exemplo de 22 edículas pertencentes a comerciantes das áreas externas da casa das tulhas. Embora Andrès destaque que essa foi uma “ação amigável”, não se pode negar seu caráter indigesto para quem, por muitos anos, havia sido dono do espaço.

repercutiu positivamente e criou a expectativa de que São Luís, com seus casarões azulejados e com grande gama de bens culturais, poderia ser o novo polo turístico do Nordeste⁶⁷. Na prática, essa 1ª etapa acabou por reascender o comércio local, que com uma feira mais higienizada e organizada chamava mais a atenção do consumidor e despertou também o interesse de investimento de alguns comerciantes, empolgados com as possibilidades turísticas e de lazer do local, embora efetivamente a indústria do turismo no Maranhão ainda fosse incipiente.

Contudo, em 1983, com a troca de governo, o PPRCHSL entrou em sua segunda etapa (1983-1987) e deixou de ser prioridade, entrando em uma fase sem ações práticas. Conforme nos relata Andrès:

Teve um período, logo em seguida, que foi muito ruim. Que entrou no governo Luiz Rocha, que era um homem egresso do movimento estudantil, mas voltado ao campo, e não deu importância pra essa questão. O projeto foi abandonado, eu perdi a equipe toda. O Jonh (Gisiger), com a entrada desse governo que abandonou o projeto, se desencantou e resolveu dar um tempo e foi para os Estados Unidos fazer mestrado.

Embora em entrevista Andrès afirme ter perdido toda a sua equipe, em livro publicado em 1998, o coordenador do PPRCHSL relata esse momento como marcado pela falta de recursos financeiros, e não pela falta de interesse político. Os investimentos ocorrem então em outros campos do programa, a exemplo de pesquisas socioeconômicas para definição do perfil dos moradores do Centro Histórico e projetos de microfilmagem e transcrição de documentos históricos, todos eles financiados por órgãos federais por meio de editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Como se o simples tombar de uma área fosse capaz de preservá-la, esse governo também decretou a criação de uma zona de tombamento estadual, que além do perímetro protegido pela instância federal, englobou as áreas de seu entorno, envolvendo quase 4 mil imóveis sem, contudo, promover ações efetivas de preservação.

Em uma imprensa que naquele momento já havia desenvolvido um discurso de defesa do Centro Histórico e já se conectava com as discussões patrimoniais desenvolvidas para além das fronteiras locais e nacionais, não tardou para que as críticas quanto ao abandono do patrimônio ludovicense voltassem a surgir.

⁶⁷ Como exemplo, podemos citar a matéria do jornal *O Imparcial*, de setembro de 1982, intitulada “São Luís: grande centro turístico” (*apud*, SILVA, 2009).

Hoje, quando tanto se fala da preservação dos bens culturais, inclusive com o tombamento e elevação de núcleos urbanos como Ouro Preto e Olinda, e o sítio histórico de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, à categoria de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, é no mínimo, revoltante constatar o quanto São Luís está desfigurada pela ação vandálica daqueles que não têm o menor respeito pela herança cultural do nosso passado, esse passado que dá forma e atualiza continuamente a dinâmica da nossa identidade enquanto processo histórico social (O ESTADO DO MARANHÃO, 12 de maio de 1985, p. 1).

O patrimônio só voltou a ser pauta governamental em 1987, quando Epitácio Cafeteira, eleito com o apoio do então Presidente da República José Sarney, assumiu o Estado e realizou o famoso projeto Praia Grande – Reviver, configurando a 3ª etapa do PPRCHSL (1987-1990). O interesse de Cafeteira pela revitalização da Praia Grande foi despertado pela própria equipe de Andrès, que depois de quatro anos sem atividades práticas construiu, a partir de um cenário e de uma situação problema, um argumento dramático para a necessidade de intervenção urbana. A equipe apresentou ao governador alguns desenhos, comparando a situação urbanística e arquitetônica daquele

Figura 1: Consequências do Abandono

Figura 2: Benefícios da Restauração

Figura 20. Desenhos de Andrès e Edson Fogaça. Acervo pessoal de Andrès.

momento com as perspectivas programadas para o futuro. Os desenhos “Consequências do Abandono” e “Benefícios da Restauração” (Figura 21) foram construídos a partir da seguinte narrativa:

O sobrado da Praça do Comércio, o maior da Praia Grande, jazendo em ruínas no meio a um panorama generalizado de sujeira e monturos de escombros. Em meio a uma paisagem de praças abandonadas, logradouros sujos e esburacados, apresentava-se a cena do desastre. A presença

de ambulâncias que já transportavam os corpos de vítimas de um desabamento. De um lado, uma equipe de televisão da TV Globo registrava o episódio em rede nacional. De outro lado, um pelotão de policiais isolava a área, tentando conter uma passeata de protesto e um comício contra o abandono do centro histórico em frente à Câmara dos Vereadores. Na fachada deteriorada de um dos prédios vizinhos ao desabamento e bem em frente ao local onde se colocara a equipe de TV,

estava colado um cartaz do próprio governador na então recente campanha eleitoral. Já o segundo desenho representava o “cenário” da mesma área integralmente recuperada. Denominava-se Benefícios da Restauração. Aí se podia admirar a beleza dos prédios completamente recuperados, fachadas sem interferência dos postes, fios e transformadores, as ruas bem calçadas, arborização refeita e povoado de pessoas caminhado pelas ruas livres do tráfego de veículos, enquanto crianças brincavam nas praças limpas e arborizadas (ANDRÈS, 2012, p. 79-80).

Após essa argumentação de caráter trágico, a proposta de retomada da PPRCHSL foi aprovada. Ainda que seguisse todas as diretrizes da proposta de Gisiger, envolvendo uma intervenção global, de infraestrutura, de renovação de redes de água, esgoto, drenagem, redes subterrâneas de energia, renovação de pavimentação, alargamento de calçadas, modificações no tráfego de veículos, restauração de imóveis e implantação de atrativos turísticos, Cafeteira relançou o programa com outro nome. No relato de Andrès,

Na hora de lançar o projeto, ele fala: eu não quero mais esse nome no projeto. Isso me lembra João Castelo, é de outro governo. Vamos mudar esse nome. Esse é um nome grande demais, ninguém vai guardar. Esquece isso, tem que ter uma marca. Eu quero alguma coisa que lembre... nós vamos recuperar essa área como ela era antes. Eu quero alguma coisa que lembre os nossos avós, o tempo que eles andavam por aqui, que era uma área bonita, com lâmpões iluminando, tudo novo, tudo funcionando.

A partir de uma proposta da Secretária de Cultura, Cafeteira tem então a ideia de lançar o Projeto “Reviver”, um palíndromo que se tornou marca de todos os processos de intervenção urbana no Centro Histórico, mesmo quando os futuros governantes tentaram imprimir marcas próprias. A ideia era, portanto, rememorar, a partir do aporte material do Centro Histórico, os tempos passados. Revitalizar um espaço como se por meio disso fosse possível resgatar um tempo posto como melhor; como se fosse possível “reviver o passado” e reconstruir a história. As palavras elogiosas de um membro da Academia Maranhense de Letras ao governador Cafeteira revelam esse sentido:

Ao criar e dinamizar o Projeto Reviver, o então Governador Cafeteira propôs-se, numa atitude de amor e ousadia, manuseio da história: o delicado e perigoso manuseio da história. Foi iniciado então o alterar sem adulterar, o mexer sem remexer. Começou enfim o lento refazer do passado, o cuidadoso reescrever de um poema que, num determinado período, o fausto e a abundância escreveram numas páginas de cantaria postas sobre as areias de uma beira-mar acolhedora. [...] A nós, coube o raríssimo privilégio de ver o tempo sendo refeito, a história sendo recontada, o passado sendo revivido. A cidade foi misturada ao que já acontecera e, de repente, São Luís voltou a ser ontem, adquirindo então a possibilidade de continuar amanhã. [...]. Sempre foi sabido que é sobre o passado que se constrói o futuro e que é sobre a memória que se elabora o

projeto. Ao Projeto Reviver cabe o imensurável mérito de, refazendo o passado, revitalizar o presente e possibilitar o futuro. (AZEVEDO NETO, 1994, p. 15, grifos nossos)

Segundo Peixoto (2003, p. 213), as atuais transformações que modificam de maneira intensa o espaço urbano trazem consigo uma espécie de sensação de perda de um passado em harmonia, ao ponto que os antigos centros são colocados como testemunhas desse pretérito, dando origem a uma “metalinguagem do patrimônio”. Dito de outra maneira, a expressão “centro histórico”, enquanto metalinguagem, acaba por representar elementos supostamente perdidos nos contundentes contextos de urbanização e, desse modo, apresenta-se enquanto um dispositivo retórico bastante utilizado pelas políticas de patrimonialização e de reabilitação do espaço urbano. “A consciência patrimonial que subjaz à expressão ‘centro histórico’ revela que os núcleos urbanos antigos são um reflexo do nosso presente e do nosso futuro mais do que do nosso passado [...]”.

Pode-se postular que essa consciência patrimonial, a qual se refere o autor, mais do que elemento identitário, apresenta-se como uma espécie de ação reativa cujo fator mais importante é a assimilação das mudanças de uma maneira coletiva, levando-se em conta as mutações abruptas e, em alguns casos, dolorosas, por que tem passado o espaço citadino. Realiza-se, então, uma espécie de rito de passagem a partir do qual se inicia o luto e a exaltação do defunto. Este rito parece permitir ao grupo social a aceitação da mudança de maneira mais amena e, por conseguinte, gera o consenso necessário para a regeneração do espaço. Assim, não é de se estranhar a difusão dos atuais discursos que corroboram uma suposta morte das áreas centrais, colocando-as como carecedoras de mecanismos de “reabilitação” e “revitalização”, numa clara alusão às expectativas futuras que a consciência patrimonial acaba por suscitar; uma consciência futura que, no caso de São Luís, pode ser visualizada no discurso de Azevedo Neto (1994) e a concepção de que “ao voltar a ser ontem”, a cidade estava sendo preparada para “continuar amanhã”.

Tidos como uma parte fundamental da cidade para a memória pública, os espaços dos antigos centros passaram a ser cada dia mais convocados para desempenhar o papel de testemunhas da história e representantes da “memória da cultura do passado”. Entretanto, como bem destaca Zukin, cada espaço faz referência a distintas narrativas históricas, de modo que quando o colocamos como “histórico” estamos recuperando apenas “uma interpretação específica da história” (2000b, p. 109-110). No caso do

“Projeto Reviver”, a pergunta que fica é que história, ou que passado, foi posto como digno de ser revivido.

Embora pareça óbvio que a ideia irrealizável de reviver o tempo “de nossos avós”, conforme pensou Cafeteira, implicaria retomar as funções residenciais e as sociabilidades ligadas à elite maranhense, quando Andrès nos conta as perspectivas do governador para o projeto de revitalização, a questão residencial ganha outro rumo. Ciente da improbabilidade de as camadas mais abastadas da população ludovicense abandonarem suas novas centralidades e partirem de volta ao centro, Cafeteira teria deixado claro não acreditar “nesse negócio de habitação em centro histórico, que isso iria era virar bordel”. Se a ideia era vender aquele espaço como produto cultural, elementos marginais deveriam ser varridos para debaixo do tapete urbano, e novas formas de uso deveriam ser estimuladas.

Figura 21. Na primeira imagem, ruínas que seriam recuperadas durante o Projeto Reviver. Na segunda, obras de pavimentação realizadas no período. Fotos: autores desconhecidos. Fonte: <http://www.senado.gov.br>.

A ação do Estado concentrou-se, assim, na restauração de antigos casarões e ruínas que foram destinados a equipamentos de lazer e de consumo cultural ou a órgãos da administração pública. Só para as funções administrativas, 26 casarões foram restaurados. Concentrou-se também no embelezamento de praças e largos, no alargamento de calçadas de acordo com suas medidas originais, na recuperação de becos, escadarias e ruas, no redirecionamento do tráfego de veículos e na definição de ruas exclusivas de pedestres, bem como em contundente obra de infraestrutura urbana que chegou a descobrir e recuperar redes subterrâneas com mais de 200 anos. 107 mil metros quadrados dessa região foram incluídos nas obras, contabilizando 15 quadras e 200 edificações atingidas por algum tipo de intervenção, desde a recuperação de ruínas até a pintura de fachadas ou restauração de azulejos. Em um tempo recorde, a fisionomia da Praia Grande e de alguns pontos do seu entorno mudou drasticamente. Já

no primeiro ano das intervenções a vocação de novo cartão-postal da cidade já havia sido inventada.

Figura 22. Aspectos da Praia Grande no governo de Cafeteira. Fotos: autores desconhecidos. Fonte: www.senado.gov.br.

Entre as obras que mais chamaram a atenção, destacaram-se a restauração da Fábrica Cânhamo, localizada no entorno da Praia Grande, a restauração de um conjunto de antigos galpões que abrigava no passado atividades ligadas ao porto, a restauração de dois casarões em ruínas localizados na Rua da Estrela e na Rua Portugal e a doação e restauração de uma edificação com paredes desabadas do Centro Histórico ao SENAC, com a finalidade de instalação de uma escola profissionalizante de hotelaria, na qual foi incluído um restaurante e um bar requintados que passaram a atrair não só a atenção de turistas, como da própria população local. A Fábrica Cânhamo, por sua vez, passou a abrigar o Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular, enquanto o conjunto de galpões foi transformado no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, um centro cultural que reúne biblioteca, sala de cinema e teatro, além de cursos e oficinas de artes plásticas. Já os casarões da Rua da Estrela e Portugal foram transformados em um Museu de Artes Visuais (MAV) que recebeu coleções e acervos espalhados em outras instituições do estado.

Contudo, entre as obras desse período, um caso emblemático acerca do uso político do patrimônio refere-se ao Convento das Mercês. Enquanto as diversas etapas do PPRCHSL apontam para uma utilização política indireta dos bens patrimoniais, calcada na promoção publicitária das intervenções visando o acúmulo de dividendos eleitorais, o caso desse convento é ainda mais contundente, fazendo desse espaço um símbolo material da família Sarney e de seu poder político e econômico, em uma espécie de personificação do patrimônio. Com mais de 5.000 m², o Convento das Mercês tem sua origem na segunda metade do século XVII e, após pertencer à

Arquidiocese do Maranhão, passou para o domínio do Estado no início do XX, tendo sido transformado em Quartel da Polícia Militar. Tombado pelo IPHAN em 1977, esse monumento foi restaurado pelo Projeto Reviver e doado à Fundação José Sarney. O Convento das Mercês, restaurado com dinheiro público, foi doado em um processo repleto de irregularidades⁶⁸, no qual um bem tombado pelo Governo Federal, e portanto tido como bem de herança pública, foi colocado sob o domínio de uma instituição privada. Além de abrigar as atividades ligadas à fundação, ali foi instalada um espécie de museu com exposições acerca da história da República Brasileira e, principalmente, do período em que José Sarney foi presidente. O Convento das Mercês, cuja história está intimamente relacionada ao Padre Antônio Vieira e aos jesuítas (AZEVEDO, 2006), passou a ser palco das festividades e eventos ligados a essa família, ainda que sempre revestidos de caráter público.

Figura 23. Na imagem superior, vista aérea do Convento das Mercês. Fonte: www.google.imagens.br. Na imagem inferior, espaço inicialmente destinado ao mausoléu de José Sarney. Fonte: Azevedo (2006).

Além disso, o projeto inicial para o espaço previa a construção de um mausoléu para o patriarca do clã Sarney, apresentado em reportagem do jornal *Brasil de Fato* como o “Faraó do Maranhão” (BRASIL DE FATO, 2005). Tendo como lócus o Convento das Mercês, um bem patrimonial justamente de origem sacra, o culto à imagem de Sarney e de seus descendentes ainda apresenta outros elementos de destaque: em uma sala interdita para visitação pública, uma coleção de quadros exibe membros e aliados da família Sarney com elementos e indumentárias sagradas, a exemplo

de mantos, hábitos, crucifixos e túnicas, em imagens que parecem colocá-los como dignos de canonização.

⁶⁸ Para mais informações acerca do processo de doação, consultar AZEVEDO, 2006.

O fato, que já apresenta características no mínimo estranhas, torna-se ainda mais perturbador: em 2011, após a Fundação ter sido envolvida em escândalos de corrupção e problemas financeiros, a então governadora Roseana Sarney aprovou projeto de lei que estatiza a Fundação, transformando-a na Fundação da Memória Republicana Brasileira. Embora o convento tenha voltado para o domínio público, a lei que instituiu tais mudanças estabelece o ex-presidente José Sarney enquanto patrono vitalício e hereditário da nova fundação⁶⁹, de modo que esse patrimônio deve continuar ligado à construção da imagem dessa família e gestado de acordo com os interesses desse grupo.

Figura 24. Fotos das telas expostas em galeria do Convento das Mercês. À esquerda, imagem do ex-governador e ex-presidente José Sarney. Ao centro, sua esposa Marly Sarney e à esquerda, sua filha e governadora Roseana Sarney. Fonte: www.folha.com.br. Acesso em: 25 de agosto de 2013.

Figura 25. Na primeira foto, a imagem de José Sarney Filho. Na segunda, seu irmão Fernando Sarney. Fonte: www.folha.com.br. Acesso em: 25 de agosto de 2013.

Se o caso do Convento das Mercês se destaca, o desenvolvimento de atitudes que trabalharam a personificação do patrimônio não ficou aí restrito. Mesmo

⁶⁹ Por esses e outros inúmeros motivos, a referida Lei encontra-se sob questionamento judicial.

após sua saída do governo, Cafeteira continuou desenvolvendo estratégias para ligar a revitalização do Centro Histórico ao seu nome. Agradecendo em muitos momentos o apoio financeiro e político do presidente José Sarney e destacando-o enquanto um entusiasta da cultura maranhense (CAFETEIRA, 1994), Cafeteira foi a jornais e revistas para afirmar a grandiosidade de sua obra e para frisar seu compromisso com o patrimônio ludovicense. Já em 1992, dois anos após sua saída do governo e quando ocupava cadeira no senado brasileiro, ele lançou, por exemplo, um livro no qual relata o Projeto Reviver e direciona para si decisões e escolhas que teriam feito dele um sucesso irretocável.

Demonstra-se, através daquele trabalho, que uma comunidade organizada e um governo responsável podem preservar o patrimônio histórico como um auspicioso portal para o século XXI. Para atingir esse nível de qualidade, tive que superar desafios, a começar pela complexidade das redes de infraestrutura urbana. Projetos inéditos foram desenvolvidos. Para prevenir o alastramento de incêndios, determinei a instalação de uma rede de hidrantes, a única do gênero em um centro histórico do país (CAFETEIRA, 1994, p. 18, grifos nossos)

Esse livro, escrito em português e em espanhol, foi distribuído pelo ex-governador às mais diversas autoridades, instituições e intelectuais brasileiros e estrangeiros, num tentativa de espalhar o máximo possível sua obra de intervenção urbana e de preservação do patrimônio. Ainda hoje, na página de Cafeteira no site do Senado Federal, o Projeto Reviver e os discursos quanto ao seu empenho pessoal e abdicado a essa obra ocupam grande espaço.

Busquei no amor que em mim sobrava o poema que a inspiração me negava. E fiz reconstruir casa por casa, praça por praça, calçada por calçada, grade por grade, com cuidado e o esmero com que o poeta cria sua poesia. O Reviver era o poema de amor que, enfim, me era possível escrever. Era o meu soneto, a minha estrofe. E assim, ao verso final, pude enfim sentir, após poeta, o maranhense que sempre quis ser. Rimei amor com labor, saudade com cidade e fiz um poema ao qual intitulei Reviver (CAFETEIRA, 2013).

O Projeto Reviver, executado em menos de dois anos, modificou drasticamente a aparência da Praia Grande, englobando também outras áreas do Centro Histórico, como o Desterro, o Portinho e o Madre de Deus, e resultou na reinvenção desse lugar, de sua imagem e de suas representações. De lugar marginal da paisagem urbana, despontou como cartão-postal, como o novo *point* da cidade, como o lugar da moda. Por meio de uma contundente propaganda de governo, revestida de elementos de *citymarketing*, a Praia Grande ganhou uma nova marca e logo passou a confundir-se com a nomenclatura do próprio projeto que a reinventou: um dos topônimos mais

antigos da cidade passou a ser denominado “Projeto Reviver”. Ainda hoje é muito comum as pessoas marcarem encontro no “Reviver”; estabelecimentos comerciais, por seu turno, incorporaram essa marca no nome fantasia; o Departamento de Trânsito passou a indicar, por meio de suas placas informativas, a direção do “Projeto Reviver”; a companhia telefônica da cidade, ao instalar um posto no Centro Histórico, estampou em sua fachada a nomenclatura “Posto Projeto Reviver”. A marca foi trabalhada de tal forma que nem as tentativas dos governos subsequentes de apagá-la obteve sucesso absoluto.

Durante todo o famoso Projeto Reviver, as melhorias infraestruturais e, principalmente, a transformação daquele lugar histórico em produto de consumo turístico e cultural não deixou de respingar diretamente na vida e no comportamento da população de baixa renda que, principalmente a partir da década de 1970, passou a ocupar os espaços deixados pela elite ludovicense que partiu em busca de novas centralidades. Alguns dos relatos orais de Andrès nos apresentam esses fortes respingos:

A população toda de São Luís correu pra lá, aquilo virou moda, ficava lotado. Mas assim, como acontece em outras cidades de porte médio, vira moda, corre todo mundo pra lá, aí o comerciante se deslumbrou com aquilo, começou a aumentar o preço.

[...] Toda vez que eu ia fazer uma palestra, sempre tinha um sociólogo na plateia que levantava o dedo e falava ‘vocês vão expulsar a comunidade’, porque era um dilema tremendo. Porque nós vivemos inseridos em um modelo de economia capitalista forte e principalmente selvagem. Ou você deixa tudo degradado, ou você recupera. Se você recupera, você valoriza, não tem jeito. Você tem uma rua, com esgoto transbordando, com a calçada esburacada, o lampião quebrado, escuro, cheiro de fezes, os prédios todos em ruínas. Se você vai lá, conserta a rede de água, conserta a rede de esgoto, melhora a iluminação pública, conserta pavimentação e restaura o prédio, você valoriza. Se você valoriza, aquela população que não pagava nada, que ninguém tinha interesse naquilo, o proprietário daquele prédio que invadiram, o olho dele cresce. O IPTU da Prefeitura aumenta, vai ter uma taxaço muito maior, ele vai querer um retorno, aí ele vai querer tirar aquela população que invadiu o prédio dele, vai começar um movimento pra tirar aquele povo dali. Então não tem jeito, a não ser que a gente vivesse em uma redoma isolada do sistema capitalista. Então é isso, o que você prefere? Vamos deixar ruir? Não vamos fazer mais nada, deixa cair o patrimônio? Porque se a gente recupera, faz uma infraestrutura, recupera o patrimônio, o que nós estamos fazendo? [...] Você não pode manter a miséria se você recupera e valoriza. E valoriza, não tem jeito. O estado não pode ser dono de tudo, bancar o Robin Hood, comprar tudo em um paternalismo gigantesco [...]. O estado também não tem essa decisão política de investir dessa forma. Ele mal consegue manter os próprios prédios. Tem muito prédio do estado que está abandonado.

Além da estimativa de que quase 70% da população que habitava a Praia Grande se deslocou para outras zonas da cidade, a exemplo de conjuntos habitacionais

mais distantes e com preços mais acessíveis, registra-se também a compra de muitos casarões por estrangeiros, a exemplo de dinamarqueses, franceses e portugueses, que os transformaram em pontos comerciais de interesse do turismo (CARVALHO, 2009).

Embora Andrès ressalte que a valorização do lugar e suas consequências econômicas para a população local sejam resultados indiretos das ações de infraestrutura e consequência direta do interesse financeiro dos comerciantes e proprietários dos casarões, a verdade é que boa parte dessa especulação quanto aos dividendos financeiros desse espaço decorre e é alimentada pela própria ação do Estado, que vincula esse espaço com o turismo e com os benefícios financeiros dessa prática. As intervenções urbanas dessa ordem não buscam simplesmente dotar de melhores condições de vida a população local, o melhoramento da infraestrutura urbana ou a preservação do patrimônio. Tudo isso é um meio para que a cidade possa criar um atrativo turístico capaz de fazê-la sobressair frente às demais. Esses interesses aparecem constantemente no discurso de seus executores e, nesse caso específico, no argumento apresentado por Cafeteira para justificar os investimentos de sua grande obra.

Vejo, portanto, plenamente justificado os investimentos feitos pelo Governo Estadual, em montante superior a 200 milhões de cruzados novos (em valores de novembro de 89), por esse intenso processo de dinamização sócio-cultural, turística e econômica que se iniciou no Centro Histórico de São Luís (CAFETEIRA, 1994, p. 19).

As mudanças infraestruturais, o investimento em equipamentos de lazer e de consumo cultural e a chegada de um novo público consumidor refletiram também no tipo de comportamento que a partir daquele momento deveria permear aquele lugar, posto sob o signo da civilidade e da higiene. O “embelezamento estratégico” (LEITE, 2004) e o marketing urbano que costumam acompanhar os processos de enobrecimento tendem também a dizer como os espaços renovados e responsáveis pela nova imagem de cidade deverão ser consumidos. Trata-se de dizer como as pessoas deverão se comportar neles e como a cidade deverá ser vivida a partir de então. Uma matéria publicada no dia da inauguração do Projeto Reviver dá o tom do tipo de disciplinamento esperado para aquele espaço reinventado e revalorizado e, por conseguinte, apresenta as expectativas que se tinha para o restante da cidade, como se aquela parte pudesse influenciar o todo. Essa expectativa, como bem nos lembra Harvey (2006), é, acima de tudo, a tendência de valorização da economia política do lugar em detrimento do território.

[...] Ele (Andrès) acha que o Centro Histórico funciona como um espelho para o resto da cidade e que, por essa razão, deve ser limpo, higienizado e

urbanizado para servir de exemplo aos demais bairros: ‘Com a recuperação do Centro Histórico se instaura um parâmetro civilizatório que antes não existia e isto exercerá um efeito pedagógico muito grande sobre a população’, salienta, frisando que o Reviver transformou a Praia Grande numa área limpa, higiênica, iluminada, com praças, jardins tratados e sobrados recuperados. Depois de destacar o componente civilizatório do projeto, Luiz Phelipe Andrès ressaltou a extraordinária vocação social do processo de recuperação do Centro Histórico [...]. Toda vez que se investe e se recupera o Centro Histórico de São Luís, além de estar recuperando a identidade cultural e a memória do povo, e além de estar dando um exemplo de civilidade, resolvem-se também problemas sociais através da geração de empregos, acentua Phelipe Andrès (O ESTADO DO MARANHÃO, 22 de dez. de 1989, p. 5).

Quando se trata dos atuais processos de enobrecimento e revitalização urbana, esse novo viver a cidade, “civilizado” e disciplinado, é permeado pelas práticas de consumo, mas, sobretudo pelo consumo de imagens. Nesses processos que envolvem espaços degradados da paisagem urbana, a questão não é apenas recuperar suas qualidades materiais, mas reinventar seu valor simbólico. Essa reinvenção, no entanto, não se dá sem maiores prejuízos. Ela ocorre a partir da eleição de determinados aspectos e no camuflar de outros considerados indesejáveis. Em muitos casos, a revalorização e a criação de determinados elementos simbólicos são inclusive superiores à atenção dada aos aspectos materiais. No caso de São Luís, a ideia de civilidade e de higiene não levou em consideração a falta de saneamento e os demais problemas urbanos que já naquela época assolavam a cidade, nem o fato de o Maranhão figurar entre os estados brasileiros com os piores índices de desenvolvimento humano.

As intervenções no sentido de transformar o lugar da memória em um lugar turístico e de fazer dele a imagem da cidade também foram a tônica da 4ª etapa do PPRCHSL (1991-1995), quando Edison Lobão, outro aliado de Sarney, assumiu o governo do Estado. Durante esse período, o investimento em equipamentos culturais resultou na restauração do Teatro Arthur Azevedo (1817), o segundo mais antigo do país. Fora isso, o programa de preservação realizou a restauração pontual de alguns casarões, com destaque para aquele que seria destinado a um Projeto Piloto de Habitação. O casarão em ruínas, que anteriormente havia sido invadido e transformado em um cortiço, apresentava péssimas condições de infraestrutura e de salubridade e foi restaurado para abrigar 10 famílias, dentre as quais estavam os próprios moradores responsáveis pela invasão e outros cujos critérios de seleção não conseguimos identificar na documentação e obras pesquisadas. Enquanto os pavimentos superiores

foram adaptados para as moradias, o pavimento inferior recebeu a instalação de duas lojas.

Embora não possamos negar o objetivo definido por seus executores, ou seja, resgatar os usos residenciais do Centro Histórico, esse projeto de habitação deveria resolver outro ponto incômodo daquele que seria o maior cartão-postal da cidade: a presença de cortiços, com sua imagem e sociabilidades nada civilizadas e impróprias para o consumo turístico. O projeto logo foi popularmente batizado de albergue e mostrou-se, na visão de seus executores, inadequado. Embora o casarão apresentasse melhores condições físicas, isso não conseguiu alterar o comportamento e o modo de vida “inadequado” de seus moradores. Segundo Andrès, “aquilo foi uma péssima experiência”, responsável por deixar “a imagem do Centro Histórico ainda pior”. Em sua fala, Andrès destaca as brigas constantes dos moradores do local e suas práticas “anti-higiênicas”.

Por esse motivo, a 5ª etapa (1995-2002) do PPRCHSL desenvolveu novas estratégias habitacionais para essa área, recuperando antigos casarões para a moradia de um novo público: funcionários públicos, cujas sociabilidades cotidianas seriam mais condizentes com aquele lugar turístico. Após a obtenção do título de Patrimônio Mundial concedido pela Unesco – processo que marca os três primeiros anos dessa fase – o Centro Histórico de São Luís precisava manter aspectos e atributos condizentes com tal marca de distinção patrimonial e turística. Para tanto, o Estado do Maranhão, que durante esses 8 anos teve como governadora Roseana Sarney, passou a contar com o apoio do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE)⁷⁰. Criado pelo Governo Federal e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo Federal, esse programa tem como finalidade “tanto criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas” (PRODETUR, 2013).

⁷⁰ A obtenção do título de Patrimônio Mundial e a relação de São Luís com o Prodetur/NE serão aspectos trabalhados no capítulo subsequente.

No caso de São Luís, se por um lado as obras financiadas por meio do Prodetur tinham a intenção clara de melhorar a “qualidade da atividade turística”, cumprindo assim as prerrogativas do programa, por outro, quando pensamos na ideia de promoção da “qualidade de vida das populações residentes”, elas apresentaram forte

Figura 26. Casarão do Projeto Piloto de Habitação já em 2006. Foto: GONÇALVES (2006).

contradição. Embora várias ações pudessem de fato melhorar a qualidade de vida dos que ali habitavam⁷¹, o Projeto de Habitação do Centro Histórico de São Luís realizado nesse período restaurou antigos casarões pertencentes ao Estado, mas que foram destinados à moradia não daqueles que precariamente habitavam os cortiços e outros casarões da região, mas sim de funcionários públicos que moravam em outras zonas da cidade.

Até 2004, já haviam sido recuperados e adaptados 5 casarões pertencentes ao Estado⁷², contabilizando a instalação de 18 estabelecimentos comerciais⁷³ em seus pavimentos térreos e 35 apartamentos em seus pavimentos superiores (ANDRÈS, 2012). O projeto teve como público-alvo funcionários da administração estadual que não possuíam imóveis, que trabalhavam na região do Centro Histórico, mas que moravam longe do local de trabalho, e que possuíam renda mínima de R\$ 600 mensais. Após apresentarem as condições mínimas exigidas, esses funcionários participaram de um sorteio e receberam os imóveis com as seguintes condições: 1) assinatura de um contrato anual de aluguel; 2) pagamento mensal de um valor estipulado, podendo, no prazo de 10 anos, usar esses valores corrigidos para a compra do imóvel; 3) compromisso de residir efetivamente no imóvel; 4) autorização para o desconto do valor da mensalidade em folha de pagamento;

⁷¹ Referimo-nos às obras que reformaram o Cais da Praia Grande, o Terminal Hidroviário do Centro Histórico e redes elétricas, telefônicas e de abastecimento de água. Além disso, referimo-nos ainda ao calçamento de ruas e passeios e da restauração de importantes casarões, destinados a equipamentos culturais e de lazer, a exemplo do Solar Lilah Lisboa, que recebeu uma Escola de Música, e do Solar dos Vasconcelos, no qual foi instalado o Memorial do Centro Histórico. Outras obras desse período referem-se à restauração de casarões para as instalações da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, da Casa do Maranhão e da Casa Nhôzinho, ambas ligadas ao folclore e a outros elementos da cultura popular local.

⁷² Casarões localizados na Rua da Estrela (nº 350), na Rua J. Gualberto (nº 49), na Rua do Giz (nº 66) e na Rua da Palma (nº 336 e nº 337).

⁷³ Os estabelecimentos comerciais foram arrendados a entidades sem fins lucrativos por meio de contrato de cessão de uso e sob a exigência de que ali sejam desenvolvidas atividades compatíveis ao uso residencial.

5) possibilidade de perder o direito de uso do imóvel diante do não cumprimento das cláusulas contratuais; 6) compromisso de respeitar as normas de conservação e de preservação do imóvel, elementos alvo de fiscalização dos técnicos do programa; 7) eleição de um síndico responsável pela administração do imóvel, que seria também representante dos moradores junto à administração estadual; 8) pagamento das despesas derivadas das áreas comuns dos casarões, a exemplo do que ocorre em condomínios.

Figura 27. Casarão da Rua da Palma antes e depois de restaurado pelo Projeto de Habitação. Foto: GONÇALVES (2006)

Embora não possamos negar que esse programa estimulou os usos residenciais do Centro Histórico, o fato é que não melhorou as condições de moradia de quem ainda ocupava cortiços e edificações em condições de ruínas. Esses e os demais processos de valorização da área resultaram, por exemplo, no aumento dos aluguéis, e esses moradores continuaram sendo empurrados para regiões periféricas da cidade, enquanto a vinda de um novo público foi estimulada. Ainda que essa vinda não tenha figurado no retorno da elite ludovicense ao centro da cidade, já que esses funcionários estavam inseridos em camadas menos abastadas do funcionalismo público estadual, como a dos professores e policiais, o fato é que o programa buscou evitar aspectos do Projeto Piloto de Habitação realizado na etapa anterior e tido por seus executores como uma experiência desastrosa. Frisando não ser possível “fazer turismo com caridade”, durante entrevista Andrès não deixou de ressaltar o fato de esses novos moradores possuírem melhores condições de arcar com as despesas da nova moradia, e a ideia deles estarem inseridos em um grupo do qual se pode esperar, pelo menos teoricamente, “atitudes mais educadas” ou, em outras palavras, mais condizentes com um lugar a ser turisticamente consumido.

Assim, esse projeto valorizou a vinda de moradores que no geral não possuíam relações afetivas com o Centro Histórico e com aquele patrimônio⁷⁴, e que tiveram que se adaptar a uma nova maneira de morar, permeada pela fiscalização e

Figura 28. Casarão da Rua do Giz restaurado pelo Projeto de Habitação do Centro Histórico. Foto: GONÇALVES (2006).

disciplinamento direto do Estado quanto aos aspectos físicos da moradia e quanto aos seus usos cotidianos. Em uma ambiência na qual a relação entre a “a casa” e “a rua”, entre o público e o privado, ganha novas formatações, esses novos moradores se veem inseridos no meio de elementos e imagens turísticas e em um ambiente em que a morada, e em

muitos momentos o próprio morador, ganham contornos de atração turística.

Essa relação do ambiente da casa com um espaço de fruição turística foi, inclusive, exacerbado de maneira intencional em outro Projeto de Habitação desse período, denominado “Morada das Artes”. A partir desse projeto, um conjunto de galpões do antigo porto da Praia Grande foi recuperado para a instalação de apartamentos e ateliês de artistas plásticos. Assim, a parte térrea foi transformada no local de criação e de exposição de suas obras, em lugar de visitação turística, enquanto a parte superior foi transformada no local de moradia desses artistas.

Figura 29. Conjunto da Morada das Artes. Foto: GONÇALVES (2006).

O Projeto de Habitação e as ações pontuais de restauração de casarões e ruínas, bem como a promoção publicitária desse espaço continuaram na etapa

⁷⁴ De acordo com Gonçalves (2006), após ampla pesquisa com os moradores de quatro dessas cinco unidades habitacionais, apenas 8,3% disseram ter vontade de morar no centro histórico, de modo que ali estavam por causa das condições financeiras, da precariedade e da distância de suas antigas residências do local de trabalho e, principalmente, pela possibilidade futura de adquirirem o imóvel, conquistando assim o sonho da casa própria.

subsequente (2002-2006) do PPRCHSL, quando José Reinaldo Tavares, vice de Roseana Sarney⁷⁵, assumiu o governo do Maranhão. Embora marcada pela diminuição dos investimentos na zona histórica, nessa fase mais 23 apartamentos foram entregues a funcionários públicos e o Centro Histórico Patrimônio da Humanidade ganhou considerável notoriedade nacional.

No final de 2003, a cidade de São Luís se encheu de orgulho quando a Rede Globo de Televisão escolheu a capital maranhense como cenário da nova novela das 19h. Ambientada no Centro Histórico, “Da Cor do Pecado” (2004) contava a história de amor de Preta (Taís Araújo) e Paco (Reynaldo Gianecchini): ela, a linda moça pobre e negra, moradora e vendedora de ervas da região do “Projeto Reviver”; ele, o filho de um rico empresário carioca que conheceu a moça ao visitar a “Ilha do Amor”.

Figura 30. Imagens da novela "Da Cor do Pecado" (2004), gravadas no Centro Histórico de São Luís. Fonte: www.globo.com. Digitalização da autora.

Não demorou muito para que a novela fosse divulgada internamente como a prova da vocação cultural e turística do Centro Histórico de São Luís, Patrimônio da Humanidade. Fora do Estado, a novela despertou o interesse turístico pela cidade. Dois meses depois da estreia do folhetim, uma reportagem da seção “Turismo” da Folha de São Paulo destacou:

Patrimônio histórico da humanidade, o centro antigo de São Luís é usado como cenário da novela "Da Cor do Pecado", da Rede Globo. Ruas calçadas de pedras, escadarias, casarões azulejados, as cores e os sons da capital maranhense são complemento para a trama do folhetim das 19h (horário de Brasília). A casa de Preta (Taís Araújo), personagem principal, fica aos pés da escadaria da Rua do Giz e já virou ponto de visita turística. No Beco Catarina Mina, um casarão de paredes alaranjadas, pintado pela produção da novela, é o cenário para a casa de pai Helinho (Matheus Nachtergaele), uma espécie de vidente que é o melhor amigo da protagonista (FOLHA, 2004a).

⁷⁵ A governadora deixou seu segundo mandato antes do fim, já que pretendia candidatar-se à presidência da República. Após alguns escândalos envolvendo seu nome, esse projeto de candidatura foi suspenso e ela acabou eleita senadora pelo estado do Maranhão.

A difusão da imagem do Centro Histórico de São Luís pela Rede Globo

Figura 31. Imagens da novela "Da Cor do Pecado" (2004), gravadas no Centro Histórico de São Luís. Na primeira imagem, cena gravada na Feira da Praia Grande. Na segunda, cena em que mulheres dançam o Tambor-de-Crioula em beco do Centro Histórico. Fonte: www.globo.com. Digitalização da autora.

atraiu olhares, despertou o orgulho local e o discurso de autoelogio daqueles que, ao governarem o Maranhão, procuraram valorizar esse patrimônio por meio das várias etapas do PPRCHSL. A novela parecia legitimar a singularidade daquele espaço que, agora, fora finalmente reconhecido pelo restante do Brasil. Nos três primeiros meses do folhetim, pudemos identificar pelo menos 8 reportagens da Folha Online apresentando pacotes turísticos, roteiros e relatando as belezas e a cultura maranhense. Essa atenção, se por um lado colocou São Luís em melhor condição na concorrência intercidades, principalmente diante de outros roteiros turísticos do Nordeste, também permitiu a identificação de fissuras que a publicidade e

as propagandas de governo insistiam em camuflar ao supervalorizar obras e estratégias de ação, e ao divulgar o próprio título de Patrimônio da Humanidade.

A mesma matéria jornalística da Folha que destacava o cenário do folhetim também postulava:

[...] O turista é facilmente abordado por pedintes, crianças e adultos, que muitas vezes não parecem mendigos, mas são capazes de utilizar argumentos insistentes para conseguir dinheiro. "O folhetim não aborda isso. É um povo abandonado. Um custo de vida muito alto. As pessoas 'cortam um dobrado' para viver e, para o consumo do turista, o custo também é caro", diz o ator Matheus Nachtergaele (FOLHA, 2004a).

Assim, em uma única matéria jornalística, dois Centros Históricos ludovicenses são apresentados. Em um primeiro momento, desponta o Patrimônio da Humanidade: um lugar com forte inserção cultural e turística, cuja imagem positiva foi sendo construída por meio de processos de revitalização e de valorização do acervo patrimonial; um lugar singular, digno de ser conhecido, digno de orgulho e do qual o dissenso foi imagética e discursivamente camuflado; um lugar caro e na moda. Em um segundo momento, surge um outro Centro Histórico, esse agora apresentado por meio

da fala de um ator que soube muito bem separar a realidade da ficção. Um lugar repleto de exclusão social, no qual as desigualdades econômicas desembocam na mendicância; um lugar marcado pelo dissenso e nada singular, já que permeado por uma série de problemas sociais encontrados em vários outros lugares e cidades brasileiras.

Esses dois Centros Históricos, construídos durante as várias etapas do PPRCHSL e no fazer de quem pratica cotidianamente esse espaço, são ainda hoje elementos de reinvenção. Enquanto um continua sendo alvo de ações de revitalização e de construção de imagens turísticas e publicitárias, o outro é inventado e reinventado cotidianamente por aquele que Certeau (1994) define muito bem como “herói comum, personagem disseminada, caminhante inumerável” (p. 57). Ali, o popular, na pessoa do “homem ordinário”, realiza constantemente operações disjuntivas e “táticas” que golpeiam planos espaciais e de linguagem, apresentando artes de fazer que se mostram resistentes ao sistema imposto. O dia a dia desse lugar revela, portanto, um constante jogo de interesses em que, por vezes abatido, mas ressurgindo com os novos desafios, o “homem ordinário” constrói o seu viver cotidiano e as suas sociabilidades públicas. Os usos determinados pelos processos de revitalização para espaço do Centro Histórico, embora se firmem por meio do discurso de seus executores nas imagens criadas por eles, são muitas vezes subvertidos em forma de contra usos (LEITE, 2004) que minam as configurações socioespaciais estrategicamente estabelecidas.

Por conseguinte, a análise de toda a trajetória de preservação e de (re)invenção do Centro Histórico de São Luís nos mostra como o patrimônio foi utilizado para revalorizar um lugar outrora marginal na paisagem urbana. A cidade dos azulejos, hora reflexo de desenvolvimento material, hora sinônimo de atraso, foi fixada como uma das marcas de singularidade desse espaço. Por meio da formatação e da união de construção identitárias por vezes contraditórias, a “pequena cidade de porcelana”, a França Equinocial de arquitetura portuguesa tornou-se, em 1997, Patrimônio Mundial da Humanidade. Antes e depois desse título, o PPRCHSL, levado a

Figura 32. Localizada na Praça Deodoro, a placa ironiza o patrimônio, denunciando os perigos envoltos em alguns casarões e espaços públicos do Centro Histórico. Foto: autores desconhecido. Fonte: CRISOL - Grupo de Pesquisas e Estudos Culturais.

cabo e reivindicado como obra máxima de diferentes governos, seguiu incorporando ações que buscavam dotar o Centro Histórico de São Luís de elementos condizentes com o consumo cultural e a fruição turística. A questão habitacional, por se turno, apareceu como forma de estimular a vinda de um novo tipo de morador para o Centro Histórico, considerando os tipos de sociabilidades consideradas mais condizentes com a imagem que se quer vender do lugar.

Por quase 30 anos, São Luís vivenciou as mais diversas estratégias de enobrecimento urbano. Algumas delas encalharam ou foram subvertidas pela realidade local, enquanto outras culminaram nos objetivos propostos. Em todo o caso, a intenção esteve sempre relacionada à ideia de valorizar, promover ou mesmo criar elementos patrimoniais ricos em potencial econômico/cultural, capaz de promover uma imagem de marca para a cidade. Por outro lado, essas estratégias foram perpassadas por objetivos políticos muito claros: além de transformar um lugar histórico em um segmento de mercado, o processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís foi amplamente utilizado para a promoção política de seus executores. Principalmente nos casos de Cafeteira e Roseana Sarney, esse último a ser abordado no capítulo seguinte, o *citymarketing* confundiu-se rapidamente com propaganda de governo e vice-versa.

CAPÍTULO 3 - PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E INTERVENÇÕES URBANAS DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

3.1 Centro Histórico de Guimarães: a cidade intramuros

3.1.1 Fundamentos de uma rígida identidade vimarense

Figura 33. Cartaz das comemorações ao 8º centenário de D. Afonso Henriques, fundador e primeiro rei de Portugal, ocorridas em 1911 na cidade de Guimarães, supostamente sua cidade natal. Imagem: acervo pessoal. Fonte: <https://www.facebook.com/PostaisAntigosDaCidadeDeGuimaraes/info>.

“Não, não sou português, sou mais do que isso, sou de Guimarães! Com efeito, sou de uma pátria pequenina e sólida chamada Guimarães (...). O resto, meus velhos amigos, é a fronteira de um outro mundo” (Novais Teixeira, 1956).

Como no caso de São Luís, importa aqui analisarmos o processo de formação e consolidação do Centro Histórico de Guimarães enquanto espaço urbano digno de políticas patrimoniais e de intervenções urbanas. Assim como ocorre na capital ludovicense, a área central da cidade portuguesa, por sua vertente histórica, encontra-se também intimamente relacionada à identidade local.

Qualquer pessoa que se disponha a percorrer o espaço delimitado como Centro Histórico de Guimarães será, vez por outra, obrigada a se deparar com a figura emblemática de um cavaleiro de armadura, empunhando espada e escudo. Constantemente presente em lojas de souvenirs e em logomarcas de distintos estabelecimentos comerciais, a imagem quase mitológica, de caráter altivo, ameaçador e viril, e que reproduz a cultura guerreira da Idade Média, corresponde à estátua criada em 1887 pelo artista plástico Soares dos Reis para representar D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

Figura 34. Na primeira foto, a estátua em bronze de D. Afonso no Largo do Toural, sua segunda localização e para onde foi transferida em 1911. Foto: autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Na segunda foto, a estátua em sua localização atual, na Colina Sagrada, para onde foi transferida em 1940. No detalhe, o rosto criado por Soares dos Reis para representar o monarca português. Fotos: da autora (2012).

Embora existam algumas divergências na historiografia acerca do local de nascimento de D. Afonso (1109-1185), conhecido como “O Conquistador”, a versão mais difundida é aquela que estabelece Guimarães como o local de seu nascimento. Alguns pesquisadores defendem a cidade de Viseu⁷⁶ ou mesmo Coimbra, mas, ainda que essas cidades tenham tentado desenvolver no imaginário português essa ideia, a verdade é que Guimarães, a despeito de questionamentos históricos, conseguiu de maneira exemplar construir para si a imagem de cidade natal do herói português.

⁷⁶ Em julho de 2013, o Viseu anunciou a instalação de uma estátua de D. Afonso Henriques na cidade, como forma de referenciar que foi ali o local de nascimento do “Conquistador”.

A imagem de D. Afonso, do qual não se tem registros históricos visuais, vinculou-se de tal forma àquela criada pelas mãos de Soares Reis que em 2001, durante

Figura 35. Escultura em mármore do artista plástico João Cutileiro, representando D. Afonso Henriques. Foto: da autora (2012).

as comemorações do aniversário de Portugal, a inauguração de uma segunda estátua do “Conquistador” causou grande comoção social em Guimarães. Encomendada pela Câmara Municipal ao escultor João Cutileiro, e com intuito de adornar uma das entradas do Centro Histórico que naquele momento vivia a expectativa do título de Patrimônio Mundial, a nova estátua teve como proposta uma releitura da primeira,

retratando o ilustre filho vimaranense a partir de uma perspectiva mais moderna. Esculpida em mármore, a nova estátua foi inspirada nos livros de instrução primária da década de 1940 e não agradou em nada a população local. Com um rosto disforme, embora empunhando escudo e espada, a escultura estilizada foi vista como infantil e como um afronte ao guerreiro português e à sua personalidade altiva e viril. Abstrata e menos figurativa se comparada à primeira, a obra de Cutileiro desconstruiu a imagem mitológica e mesmo cinematográfica de D. Afonso.

Esse episódio, que tomou as páginas dos jornais locais e que nos foi relatado de maneira emocionada por uma jovem senhora que mostrava a escultura para um grupo de parentes, apresentou-se como uma importante pista para

Figura 36. Restos da muralha medieval localizada no Largo do Toural, na qual consta a inscrição “Aqui Nasceu Portugal”. Foto: da autora (2012).

entendermos a construção da identidade local. No imaginário dessa cidade, ser vimaranense passa, acima de tudo, por um mito fundador: além de cidade natal do “Conquistador” português, Guimarães trabalhou para si o título de “Berço da Nação”. No que restou da antiga muralha medieval em uma das entradas do Centro Histórico, a

inscrição “Aqui Nasceu Portugal” aparece como que legitimando aquele espaço como o lugar a partir do qual a essência de um povo teria irradiado.

Guimarães, antiga Villa de Vimaranes⁷⁷, teria sido a vila mais importante do Condado Portucalense⁷⁸, cuja independência foi garantida quando D. Afonso Henriques derrotou as forças lideradas por sua mãe, naquela que ficou conhecida como Batalha de S. Mamede. Supostamente ocorrida em 1128 em um campo vizinho ao atual Centro Histórico de Guimarães⁷⁹, essa batalha – e a independência portucalense que dela resultou – é tida como mais um elemento que comprova que a origem da Nação Portuguesa se deu em terras vimaranenses e por via da coragem de um de seus filhos. No dossiê de candidatura da área central a Patrimônio Mundial, essa ligação histórica é constantemente reforçada para legitimar a excepcionalidade do lugar, como que gerando uma importante “renda monopolista” (HARVEY, 2006). Nas palavras de Matoso (1998), “estes factos históricos ligam indissoluvelmente as origens da nacionalidade à cidade de Guimarães. São efetivamente factos fundadores no sentido próprio do termo” (p. 5).

Assim, o que se percebe é que diferentemente de São Luís, que gravitou em torno de várias representações identitárias contraditórias, a cidade de Guimarães se manteve, pelo menos até a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade (2001) e de Capital Europeia da Cultura (2012)⁸⁰, quase que exclusivamente ligada a uma única representação, expressa em designações sinônimas, como “Berço da Nação”, “Altar da Pátria” e “Cidade Berço”. Neste contexto, se Guimarães é o “Berço da Nação”, o espaço do Centro Histórico da cidade corresponde ao travesseiro sobre o qual Portugal recostou sua cabeça nos primeiros séculos de sua longa vida. A origem⁸¹ do Centro Histórico de Guimarães remonta ao século X, quando a condessa Mumadona Dias mandou construir na sua Quinta de Vimaranes um mosteiro, cuja localização corresponde àquela ocupada hoje pela Igreja de Nossa Senhora da Oliveira. O mosteiro, que logo cresceu em importância, atraiu considerável contingente populacional e tornou-se cada vez mais

⁷⁷ Vimaranes teria evoluído, por meio do latim, para Guimarães. Daí resultaria o gentílico vimaranense.

⁷⁸ Condado vassalo do Reino de Leão, um dos reinos ibéricos originários da reconquista cristã.

⁷⁹ A localização dessa batalha também é questionada por alguns historiadores, mas amplamente defendida pela cidade de Guimarães e pelo imaginário local.

⁸⁰ Como veremos em momento propício, a obtenção do título de Capital Cultural para o ano de 2012 obrigou Guimarães a construir novas representações, a exemplo de cidade criativa.

⁸¹ Obviamente não se trata aqui de tentar reconstruir a história desse espaço cuja formação se desenvolveu durante séculos, mas apenas de pontuar alguns de seus aspectos históricos enquanto urbano, sempre levando em consideração o entendimento de como esse espaço se tornou digno de políticas de patrimonialização e intervenções urbanas.

vulnerável ao ataque dos mouros e normandos. Para resolver o problema de segurança, seguiu-se a tradição da época, construindo-se um castelo em uma colina ao norte do mosteiro. Mosteiro e Castelo, respectivamente, deram origem à Vila Baixa e à Vila Alta, de modo que Guimarães, diferentemente do que ocorreu com São Luís, desenvolveu-se de maneira policentrista⁸², com dois pontos aglutinadores de comércio e habitação. Mais tarde, foram se abrindo vias de circulação ligando as duas vilas, de modo que em 1389, na administração de D. João I, elas foram fundidas e circundadas por uma única muralha envolvente. “Constituída por agricultores, comerciantes e artesãos dedicados fundamentalmente à produção de cutelarias, ourivesaria e curtumes, Guimarães viverá até aos finais do século XIX densificando a cidade intramuros” (GESTA, 1987, p. 32).

Figura 37. Crescimento da malha urbana de Guimarães. Fonte: GESTA (2011). Digitalização da autora.

⁸² Como trataremos em momento posterior, esse policentrismo tem consequências que podem ser visíveis ainda hoje na rivalidade que por vezes se apresenta entre os comerciantes da colina do castelo e os do Largo da Oliveira.

(ROSAS, 1995, p. 261) e começou a deixar sua marca na imagem urbana de Guimarães, também como forma de se distinguir das classes menos abastadas. A nobreza, por seu turno, deu continuidade à construção de seus paços, e os espaços da cidade intramuros foram tomando feições mais urbanas, com a abertura de artérias ligando a parte alta e parte baixa da urbe, com lotes mais alinhados e com construções com frentes mais regulares.

Contudo, se o emaranhado de ruas e vielas da cidade intramuros vai se definindo ainda nesse período, a verdade é que grande parte de sua estrutura edificada foi composta e recomposta ao longo das décadas, de modo que hoje, o que chamamos de Centro Histórico de Guimarães, muitas vezes evocando seu passado medieval, remonta aos séculos XVII e XVIII. Se levarmos em conta a série de intervenções que começaram a ser empreendidas para disciplinar o espaço intramuros principalmente a partir do século XVIII, chega-se à conclusão de que o Centro Histórico de Guimarães não é tão medieval quanto querem seus promotores.

Figura 39. Rua de Santa Maria, uma das primeiras vias da cidade de Guimarães, cuja importância, ao ligar a parte alta e a parte baixa do antigo burgo, foi refletida na construção de importantes casarões e paços, principalmente a partir do século XII. Ali foram erguidas importantes edificações, como a Casa do Arco (detalhe da primeira foto), solar que remonta aos anos finais do século XIII. Apesar da existência de alguns elementos dos séculos XVIII, a exemplo da Casa dos Peixotos, a rua de Santa Maria é aquela que mais guardou os aspectos medievais da cidade. Fotos da autora (2012).

Diante das perspectivas urbanas desencadeadas pela reforma pombalina em Lisboa, Guimarães também procurou desenvolver um aparato legislativo reformista, a exemplo de um código de posturas e de um requerimento dirigido em 1792 à rainha, solicitando a autorização para que fossem dados “o plano e risco de todos os edifícios que na vila se construíssem como se fazia no Porto para que assim a vila se aformoseasse e regularizasse”. Como resposta, Guimarães foi instruída pela coroa a deixar a inspeção a cargo do Juiz de Fora, de modo que uma ordem pudesse ser

instituída às obras que fossem ser construídas. Por outro lado, a coroa advertia para que “não se metessem em grandes projectos e que só se lembrassem que numa vila, ainda que tão notável, se devia primeiro que tudo olhar com decência e comodidade dos habitantes, dispensando-lhes facilmente certas formalidades que se têm lugar nas grandes cidades” (BRAGA, *apud* FERRÃO e AFONSO, 1998, p. 39).

Essa resposta real nos mostra dois pontos importantes: primeiro, o fato de a vila vimezanense, embora ainda relevante, já ter perdido parte de sua antiga importância para outras cidades, a exemplo do Porto e, segundo, o fato de Guimarães ter chegado tardiamente para implantar de modo mais efetivo as perspectivas intervencionistas pombalinas. Naquele momento, Pombal já havia se afastado de suas atividades e o

Figura 40. Frente pombalina do Toural. Na segunda foto, resquícios do pano amuralhado da cidade medieval. Fotos da autora (2012).

caráter centralizador de suas intervenções urbanas já estava sendo questionado. A influência da reforma pombalina só foi sentida tardiamente na urbe vimezanense, e ficou restrita à destruição, autorizada em 1793, de partes da antiga muralha, fato que iria possibilitar o reordenamento da Praça do Toural e a abertura de frentes comerciais no estilo pombalino, com fachadas disciplinadas e estandardizadas. Apesar das críticas que hoje se possa fazer à destruição das muralhas medievais, essa prática permitiu não só a abertura de novas artérias urbanas, como também possibilitou uma maior

integração entre o setor intramuros e as partes exteriores às muralhas.

Já em meados do século XIX, a vila de Guimarães vivenciou uma espécie de renascimento, fruto de um forte desenvolvimento industrial, ancorado na produção têxtil, na cutelaria e em seus tradicionais curtumes, e também de considerável expansão

comercial e urbana, fruto do progresso possibilitado pela chamada Regeneração Portuguesa. Elevada à categoria de cidade em 1852, justamente quando se iniciaram as reformas urbanísticas de Haussmann em Paris, Guimarães começou a desenvolver as famosas preocupações higienistas e disciplinadoras do espaço. Um hospital foi estabelecido, uma praça de mercado para concentrar as várias feiras existentes e facilitar a vigilância das condições de higiene foi construída, e um matadouro público para substituir os açougues de características ainda medievais foi instalado.

No tecido urbano, a necessidade de intervenções mais contundentes foi estabelecida e surgiu o primeiro plano urbanístico vimaranense: o Plano de Alinhamento e Melhoramento da Cidade (1863-1867) no qual novas ruas foram planejadas, implicando na demolição de partes de tecido urbano, e outras foram apontadas como necessárias de realinhamento, tudo para facilitar a circulação e a higiene. Embora prevendo a preservação de alguns “monumentos de recordação nacional”, a exemplo da Igreja de S. Miguel do Castelo e do Castelo de Guimarães, o Engenheiro Almeida Ribeiro, autor do referido plano, defendia a demolição de propriedades em “bairros mais insalubres e mais indecentes da cidade”, correspondendo justamente àqueles localizados na zona mais antiga da urbe. Seguindo essas indicações, em 1869 a Igreja de São Sebastião foi demolida e seguiram o mesmo destino construções alpendradas da Praça da Oliveira e da Alfandega. De todo modo, tivesse esse plano de Almeida Ribeiro sido executado totalmente, as feições do Centro Histórico de Guimarães, pelo menos na sua antiga parte baixa, seriam hoje muito distintas, e o seu valor patrimonial arquitetônico menos complexo. Enquanto isso, a parte alta da cidade, nas imediações do Castelo, vivia forte abandono, presenciando a deterioração de suas características físicas e simbólicas e sendo alvo de insignificantes intervenções urbanas.

Ainda na segunda metade do século XIX, a cidade também presenciou a instalação da Comissão de Melhoramentos Urbanos (1869), a qual trabalhou para inserir espaços verdes previstos pelo Plano de Alinhamento da Cidade. Além disso, Guimarães foi sede da Exposição Industrial de 1884, evento que destacou a importância regional da cidade, cuja expansão urbana para além das antigas zonas medievais se fazia sentir cada dia mais presente (FERRÃO; AFONSO, 1998). No final desse século, ao estudar seus

aspectos físicos e materiais, o Padre Ferreira Caldas⁸⁴ (1996 *apud*, CARNEIRO, 2004, p. 39) afirmou:

Não pode dizer-se, como geralmente se diz, que Guimarães ficará num estado indolente, em face do movimento progressivo das mais cidades do país; pois estudada esta terra, na sua parte material, depressa nos convencemos que, há uma década de anos, a maior parte das suas ruas e largos têm experimentado importantes reformas, dando-lhes um aspecto completamente novo e agradável.

Foi nesse ritmo pujante de desenvolvimento econômico e expansão urbana que a cidade de Guimarães chegou ao século XX. Com a proclamação da República em 1911, e seguindo a tendência republicana portuguesa de valorização do municipalismo (FERRÃO; AFONSO, 1998), a criação e o fortalecimento de comissões executivas municipais permitiram que novos planos de melhoramentos fossem gestados e, alguns desses planos, executados. Entre eles estavam a implantação de um bairro operário e a construção de um novo Paço do Concelho, cujo projeto do arquiteto Marques Silva visava refletir as “tradições históricas da cidade”, envolvendo assim elementos de importantes referências da paisagem urbana, a exemplo do Castelo de Guimarães, da Capela de S. Miguel e de outras igrejas locais, mostrando que naquele momento a preocupação com a preservação do passado citadino começava a ser uma pauta nas questões locais. A construção desse novo Paço serviu também para a expansão da cidade, uma vez que se decidiu por construir uma nova praça para sua instalação, convergindo para lá novos arruamentos.

Ficava claro que os novos planos de urbanização deveriam começar a pensar a cidade para além dos muros medievais, uma necessidade consagrada em 1925 por meio de um novo Plano, assinado pelo capitão Luís Pina. Para Pina, “a cidade engarrafada entre duas linhas paralelas da velha muralha tinha necessidade de romper esse renitente obstáculo e de sair dele de uma forma rasgada, com amplitude, ar e luz”. Carregadas de certo sentido militar, as palavras do capitão colocavam as antigas muralhas como uma espécie de inimigo a ser vencido, fazendo parecer que sua intenção era acabar com a antiga urbe e seus aspectos indesejados, a exemplo das ruas abafadas e escuras que formavam o velho labirinto medieval. Entretanto, o plano de Pina trazia uma preocupação patrimonial pioneira: não se tratava de acabar com a antiga cidade, mas de contorná-la. Diferentemente de Almeida Ribeiro, que pregava o aniquilamento de partes do antigo burgo, tendo resultado na derrubada de importantes exemplares

⁸⁴ CALDAS, Padre A. J. F. **Apontamentos para a sua história**. Guimarães: Edição de Câmara Municipal de Guimarães, 1996.

arquitetônicos civis e religiosos, Pina atentava para a necessidade de “conservar o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional” (*apud*, FERRÃO e AFONSO, 1998, p. 57). A ideia era, portanto, preservar a antiga urbe, construindo ao seu lado outra cidade, mais moderna e mais condizente com os preceitos civilizatórios da época.

Figura 41. Crescimento urbano de Guimarães nos séculos XIX e XX. Fonte: Gesta (2011). Digitalização da autora.

Nas décadas seguintes, conciliar o novo e o antigo seria um dos maiores desafios de Guimarães, principalmente quando considerados a crescente expansão da cidade e o contundente processo de degradação urbana e de pauperização que, principalmente a partir da década de 1940, foram se instalando gradativamente na cidade intramuros. Nesse período, Guimarães continuou a ser expandida para além do antigo traçado das muralhas, e novos bairros começaram a se desenvolver. O momento foi de criação de bairros sociais em zonas mais distantes da antiga cidade, a exemplo do Urgeses, inaugurado em 1941 e descrito por seus executores como um bairro de “casas lindas, confortáveis e higiénicas” (FERRÃO; AFONSO, 1998, p. 60).

Além desses fatores, há de se levar em conta outras questões políticas que despertaram a questão patrimonial, dando a ela um novo peso dentro das ações de planejamento urbano da época; estamos falando da ideia de fortalecimento da identidade nacional gestada nas expensas da ditadura que se instalou em Portugal na época. “Berço da nação”, Guimarães e seu patrimônio foram peças fundamentais no

processo de fortalecimento da nacionalidade, algo comum aos governos ditatoriais empenhados em criar consensos e símbolos patrióticos.

3.1.3 Questões patrimoniais e urbanas no “Berço da Nação”: entre a demolição e a preservação

Embora as ações de preservação do patrimônio vimarense tenham se desenvolvido de maneira mais robusta a partir do século XIX, indícios de uma consciência patrimonial já podiam ser percebidos no século XVII, quando a cultura antiquária da época impulsionou reclamações e pedidos para que a corte olhasse o estado de ruína em que se encontrava o Castelo de Guimarães, apontado já naquela época como o “mais suntuoso do reino” e um motivo de honra para a vila, tendo em mente o fato de ali ter nascido o primeiro rei de Portugal (FERRÃO, 1998, p. 2).

No século seguinte, as preocupações e questões de caráter patrimonial, ainda que embrionárias, ficaram quase que restritas ao espaço e aos elementos arquitetônicos localizados na colina do castelo, a começar por um decreto de 1721, no qual D. João V estabeleceu a manutenção do Castelo de Guimarães por seu já citado valor simbólico. Acerca desse período, Ferrão (1998, p. 3) assevera:

Até finais do século XVIII parece poder verificar-se, no contexto urbano vimaranense, que consciência popular, autorizações régias, posturas municipais, apelos nas cortes, reclamações públicas e até alguma produção arquitectónica arcaizante, indiciam uma sensibilidade colectiva aos valores simbólicos expressos em certas construções, consensualmente consideradas como excepcionais, o que justifica a exigência e desejo da sua conservação.

Essa “consciência popular” a que se refere Ferrão (1998) não considerou, entretanto, a necessidade de preservação das muralhas, cuja destruição⁸⁵ foi autorizada por D. Maria em 1793, alegando-se para tanto sua inutilidade e ignorando-se que ali pudesse haver qualquer valor histórico ou simbólico. Por outro lado, poucos anos depois, em um embrionário pensamento patrimonial – e quando os processos de vandalismo ideológico e a consequente preservação de bens ligados à história nacional e às artes já haviam ganhado espaço na França – um aviso régio português (1799) passou a proibir qualquer obra na colegiada de N^a S^a da Oliveira (localizada na parte baixa da vila), tendo em vista a “venerável antiguidade” que nela havia.

⁸⁵ A destruição das muralhas de Guimarães se estendeu até o século XX.

Esse movimento concomitante de destruição e preservação que marcou incipientemente o século XVIII, asseverou-se na primeira metade do século XIX, justamente quando o conceito de monumento histórico patinava diante de interpretações contraditórias, principalmente em países como França, Inglaterra e Itália. Em Portugal, mais especificamente em Guimarães, enquanto importantes exemplares da arquitetura religiosa eram postos abaixo, a exemplo da Igreja de S. Tiago, D. Pedro IV decretava a continuidade de preservação do castelo, contrariando o pedido de demolição e de reaproveitamento de suas pedras realizado pela chamada Sociedade Patriótica Vimaranense. Como um exemplar português da postura assumida pelo vandalismo ideológico descrito por Choay (2006), essa entidade defendia que o fato de o Castelo de Guimarães ter servido de prisão política no reinado de D. Miguel depunha contra ele e contra a história de Portugal, devendo por isso ser demolido. Prevaleceu, contudo, a

Figura 42. Igreja de S. Miguel do Castelo, localizada na colina que mais tarde receberia o nome de “Colina Sagrada”, entre 1926 e 1928. Foto: autor desconhecido. Fonte: acervo da associação “A Muralha”.

ideia de que ali havia nascido o reino e o primeiro rei de Portugal, cujo simbolismo nenhum evento subsequente conseguiu apagar, sendo reforçado anos mais tarde com a formação de uma comissão denominada “Os Amigos do Castelo” (1850), que objetivava defender a

“fortificação-berço”, explorando, reedificando e embelezando esse monumento.

Em 1876, é a vez da capela de S. Miguel do Castelo ser alvo de atenção; uma atenção mais efetiva e que resultou na primeira restauração que se tem notícia em Guimarães. Realizada pelo arqueólogo e escritor português Martins Sarmento⁸⁶, a obra teve como princípio norteador o rigor e o respeito ao estilo original da edificação, seguindo-se os preceitos estabelecidos por Viollet le Duc e sua ideia de fidelidade extrema ao estilo da obra.

Se os elementos da colina do castelo receberam atenção considerável durante o século XIX, o restante da cidade intramuros continuava sem o status da preservação. Mesmo no início do século XX, apenas o Castelo havia sido classificado

⁸⁶ De Martins Sarmento podemos também ressaltar a produção de importantes obras acerca de elementos arquitetônicos e arqueológicos portugueses e vimarenses.

como Monumento Nacional, embora houvessem outros elementos vimarenses dignos de tal título. Somente na década de 1910 outras partes do setor intramuros passaram a ter atenção, ainda que em muitos momentos seguindo a tendência monumental da época. Em 1911, com a intenção de causar boa impressão aos visitantes, a Câmara Municipal decidiu, por exemplo, melhorar os aspectos físicos da cidade, a começar pelo Largo do Toural, uma espécie de sala de recepção de Guimarães. Nesse momento, uma legislação específica também foi elaborada com o intuito de preservar objetos e obras de arte da Igreja, muitos dos quais foram recolhido para a Sociedade Martins Sarmento⁸⁷.

Figura 43. Largo do Toural antes e depois da intervenção do início do século XX. A primeira foto, sem datação mais precisa, representa algum momento entre 1870 e 1910. Já a segunda, entre 1905 e 1911. Fonte: acervo da associação “A Muralha”.

Marcados pelo plano de urbanização elaborado por Pina, a conservação da antiga urbe apareceu de maneira mais contundente durante os anos de 1920. Se a ideia de Pina era resguardar a antiga cidade, nem tudo era visto como digno de preservação. No caso da colina, o plano era preservar seus grandes monumentos, ou seja, o castelo, sua capela e o Paço dos Duques de Bragança, e limpar seu entorno, deixando a área “livre dos velhos casebres e quintais de forma a construir um terreiro do qual livremente se admirem as elegantes formas dessa

reliquia do passado” (FERRÃO; AFONSO, 1998, p. 61). Embora não tenham sido executadas naquele momento, essas ideias foram retomadas alguns anos mais tarde e serviram de base para as ações patrimoniais que inauguraram novas perspectivas de preservação e de valorização da tradição e do passado vimarense.

⁸⁷ Instituição de caráter cultural e museológico fundada em 1881.

Foi a partir daí que a questão patrimonial adentrou com maior força os projetos urbanos desenvolvidos nas expensas da ditadura militar instituída em 1926. Nesse ano, a Comissão Administrativa Vimaranesa lançou a renovação da antiga praça S. Tiago e demonstrou significativo interesse nos monumentos da cidade, apresentando um aspecto bastante novo: a “reabilitação dos edifícios históricos e seu aproveitamento turístico” (FERRÃO; AFONSO, 1998, p. 60). A questão turística foi novamente levantada em 1936, quando Alfredo Guimarães⁸⁸, diretor do museu vimarense Alberto Sampaio, usou o 1º Congresso Nacional de Turismo para destacar a importância desses monumentos como vetores de atração de visitantes, tendo em vista a amplitude dos elementos arquitetônicos, arqueológicos e artísticos do concelho⁸⁹.

Além desse principiante interesse turístico, interesses estratégicos do governo ditatorial intensificaram as questões patrimoniais na década de 1930. Justamente no ano de lançamento da primeira Carta de Atenas (1931), a Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães preocupou-se em criar uma comissão de estética urbana para a cidade, objetivando “submeter à sua jurisdição todos os projectos que visassem alterar quaisquer edifício com carácter arquitectónico ou estrutura geral da cidade” (*apud*, FERRÃO, 1998, p. 9). Em uma ação pioneira em Portugal, essa comissão realizou uma ampla intervenção na Rua de Santa Maria, melhorando as fachadas dos seus antigos casarões em um projeto que Alfredo Guimarães (1940) denominou “renovação artística”.

Enquanto “berço da nacionalidade”, Guimarães apresentava elementos promissores para o governo ditatorial e sua necessidade de promover valores pátrios e identitários capazes de despertar sentimentos de pertença e de coesão social. As intervenções da DGEMN em Guimarães se tornaram intensas nos quatro últimos anos da década de 1930, quando o governo começou a preparar o país para o ano de 1940, emblemático pelas comemorações centenárias do Nascimento (1140) e do Renascimento (1640) de Portugal.

⁸⁸ Alfredo Guimarães foi diretor do Museu Alberto Sampaio, a instituição do gênero mais importante da cidade, por quase 20 anos. Nos anos de 1920 e 1930, Sampaio trabalhou reunindo o espólio das igrejas, bem como do mosteiro de Guimarães, já extinto na época. Além disso, empreendeu campanhas bem-sucedidas junto a particulares e antiquários, adquirindo um acervo vultoso para o museu.

⁸⁹ Baseado nessas riquezas, e por ocasião de inúmeras comemorações que iriam marcar o país em 1940, Guimarães (1940) publicou nesse ano o Guia de Turismo da cidade, até hoje a mais importante publicação vimarense do gênero.

Figura 44. A lição de Salazar (1938), quadro de Martins Barata que apresenta a Colina Sagrada antes, em estado de ruína, e mostra como ela deveria ficar após a intervenção da DGEMN, definida como um processo de renascimento do património histórico e artístico da Nação. FONTE: <http://www.oliveirasalazar.org>.

As obras de intervenção envolveram principalmente os monumentos localizados na colina do Castelo, que após uma ampla desapropriação e demolição dos elementos arquitetónicos supostamente inconvenientes, passou a ser chamada de

Figura 45. Obras de formação da “Colina Sagrada”, provavelmente na década de 1940. No canto esquerdo, visualizam-se a Capela de São Miguel e o Castelo de Guimarães, provavelmente já intervencionados. No primeiro plano da foto, notam-se as obras de restauração do Paço dos Duques de Bragança. Foto: autor desconhecido. Fonte: www.olugarondevivemos.tumblr.com.

“Colina Sagrada”. Em nome de uma revalorização do património monumental, áreas habitacionais envolventes foram postas abaixo, já que não eram vistas como de valor histórico para Portugal e seu passado glorioso. Seguindo as prerrogativas da Carta de Atenas (1933), as quais asseveravam a necessidade de “destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos” como uma boa “ocasião para criar superfícies

verdes” (CIAM, 1933, p. 26), a ideia era que aquele espaço servisse a partir de então como uma espécie de “moldura” para as importantes edificações do lugar, especificamente o Castelo, a Igreja de São Miguel e o Paço dos Duques de Bragança,

todos eles também intervencionados entre os anos de 1936 e 1937⁹⁰. Para a DGEMN, essas restaurações eram acima de tudo “um acto de devoção nacional” (FERRÃO; AFONSO, 1998, p. 10) levadas a cabo pelo governo central.

Enquanto a “Colina Sagrada” teve seu projeto final⁹¹ inspirado nos jardins da França, país cuja capital exercia enorme fascínio urbanístico nos dois lados do Atlântico, as intervenções nos referidos monumentos seguiram os preceitos de Viollet-le-Duc e buscavam “integrá-los na sua beleza primitiva expurgando-os de excrecências posteriores e reparando as mutilações sofridas” (DGEMN, *apud* FERRÃO; AFONSO, 1998, p. 62). Embora já ultrapassadas na época, a DGEMN seguiu os preceitos desse arquiteto, buscando assim uma pureza estilística que mutilou parte desses monumentos, eliminando deles elementos de distintas épocas e ignorando a influência das diferentes fases históricas em favor de um suposto traçado original.

As comemorações de 1940 também desencadearam intervenções em outras zonas da antiga urbe, mas nesse caso se concentraram quase que absolutamente em criar condições de acesso para a “Colina Sagrada”. Ruas foram abertas em sua envolvente e, para tanto, partes da antiga muralha, ainda tidas como sem valor patrimonial, foram destruídas junto com pedaços inteiros de conjuntos urbanos residenciais.

Figura 46. Na primeira foto, aspectos do Castelo em 1908. Na segunda, obras de construção do parque envolvente no momento de rearranjo da colina entre os anos de 1936 e 1940. Na terceira, a “Colina Sagrada” pronta para receber as comemorações do ano de 1940. Fotos: autores desconhecido. Fonte: acervo da associação “A Muralha”.

⁹⁰ Apenas o Paço dos Duques de Bragança não ficou pronto a tempo das comemorações de 1940, sendo que sua intervenção se estendeu em várias etapas até a década de 1960.

⁹¹ As obras na colina sagrada foram interrompidas várias vezes e também só foi definitivamente concluída nos anos de 1960.

Passadas as comemorações centenárias, a década de 1940 também presenciou a elaboração de um “Anteplano de Urbanização de Guimarães”, ainda permeado por uma visão monumentalista e pela política de restauração e de preservação do DGEMN, o que significa dizer que as questões patrimoniais continuaram quase que exclusivamente restritas ao espaço da “Colina Sagrada”. Para além dessa colina, o anteplano formulado por Moreira da Silva (1949) focou em projetos de expansão da cidade, deixando o núcleo histórico da antiga Vila Baixa novamente em esquecimento. Esse esquecimento envolvia não só a falta de intervenções e de melhorias em sua infraestrutura, como a falta de preservação daquele conjunto urbano, que sofria cada vez mais com mutilações e demolições.

Figura 47. Demolição realizada na década de 1940. Provavelmente trata-se de panos da muralha postos abaixo. Foto: autor desconhecido. Fonte: acervo da associação “A Muralha”. Digitalização da autora.

Esse abandono se refletiu em um estado de degradação considerável, despertando a atenção do próprio Ministério de Obras Públicas. Em 1955, esse órgão central determinou à Câmara de Guimarães que todos os projetos destinados àquela região, a exemplo de “novas ocupações ou

remodelações das existentes”, passassem a ser monitoradas por um arquiteto camarário, instituindo-se uma “regulamentação municipal destinada a preservar a pureza arquitectónica dos edifícios antigos” (FERRÃO; AFONSO, 1998, p. 71). Para tanto, algumas zonas foram demarcadas com vistas a especificar quais partes daquele tecido urbano poderiam ou não ser remodeladas.

Naquele ano, o Ministério de Obras Públicas também formularia um grande projeto de recuperação da Rua de Santa Maria, prevendo-se o restauro de 11 casas e a construção de outras 34 destinadas a alojar os habitantes que dali seriam retirados. Pensando na “valorização da parte antiga da cidade”, esse projeto pretendia “processar o saneamento moral e social de uma muito infestada zona”, da qual seriam “deslocadas autênticas colmeias humanas” (*apud*, FERRÃO; AFONSO, 1998, p. 72). Apontado para o sentido marginal e pejorativo que já naquele momento se começava a construir para o centro da cidade, esse projeto – em uma espécie de *protogentrification* – foi concluído

em 1971 e resultou na restauração de nove prédios: um destinado a habitação e o restante a restaurantes e estabelecimentos comerciais. Com a cidade em plena expansão urbana, a saída dos elementos habitacionais da antiga área central e sua refuncionalização em um sentido mais comercial começava a dar seus primeiros passos.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a administração municipal também realizou trabalhos de urbanização de alguns largos e desencadeou, por seu turno, amplas demolições do antigo tecido urbano, mantendo a velha atitude concomitante de preservação e demolição. De novidade, houve nesse período o levante mais intenso de indignações populares contra as demolições levadas a cabo pela câmara municipal e por outros agentes do espaço público. Solicitando a intervenções do DGEMN, esses levantes denunciaram, por exemplo, o estado de abandono de alguns conventos e igrejas, colocados em situação de inferioridade se comparados aos elementos da “Colina Sagrada”.

Marcada por amplo desenvolvimento industrial, a Guimarães da década de 1960 precisou, por seu turno, conciliar as crescentes restrições que iam sendo impostas pela Política dos Monumentos Nacionais com a necessidade de melhoramentos da infraestrutura urbana. Tudo isso, em uma cidade que vivia grande expansão e adensamento populacional, junto de um consequente processo de congestionamento e de degradação da antiga área intramuros.

Assim, até os anos de 1970, Guimarães vivenciou posicionamentos patrimoniais simultaneamente contraditórios de preservação e demolição, mesmo quando a Carta de Veneza (1964) passou a apontar para necessidade de preservação de trechos urbanos e de obras que, embora modestas, tinham alcançado um significado histórico e cultural, abrindo novas possibilidades para a política restritiva de preservação monumental. Em 1971, a demolição de várias casas na Rua Santo António para a ampliação do edifício dos Correios de Portugal em Guimarães foi chamada por Simões (1985, p. 15) de uma “provocação à cidade medieval”, em uma época em que a valorização dos bens patrimoniais já havia alcançado importância vultosa nos dois lados do Atlântico. Enquanto o prédio do correios foi levantado seguindo padrões arquitetônicos da época, no Largo da Oliveira, um antigo conjunto de casarões foi posto abaixo para dar lugar à construção da Pousada das Oliveiras, cuja arquitetura imita os caracteres arquitetônicos do entorno. Hoje, poucos observadores conseguem perceber seu deslocamento temporal diante de um conjunto que remonta ao burgo vimaranense seiscentista.

Esses exemplos nos mostram como, em Guimarães, os preceitos da Carta de Veneza (1961) tardaram a se estabelecer, sendo que só seriam observados de maneira mais contundente a partir de 1975, quando a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico reforçou algumas de suas prerrogativas e colocou os bens patrimoniais enquanto “formados não somente pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades e as nossas aldeias tradicionais, integrado nos seus ambientes natural e construído” (IGESPAR, p. 1975, p. 1). É seguindo essas perspectivas, bem como aquelas da Carta de Veneza, que Fernando Távora construiu no início da década de 1980 o novo Plano Geral de Urbanização para a cidade, e passou a considerar toda a antiga área urbana como de “valor cultural”, independentemente de suas vertentes monumentais ou elitistas.

Neste plano, o arquiteto nota uma desconexão entre os setores antigos da cidade e suas zonas de expansão, o que fazia da urbe vimaranense um elemento pulverizado e incoerente. A partir dessa percepção, Távora lançaria por meio desse plano as bases das políticas de patrimonialização e requalificação urbana desenvolvidas em Guimarães, partindo sempre do pressuposto de que essas políticas precisavam considerar a cidade como um todo, e não desmembrada em antigo e novo. Esse plano também será a base do futuro “Plano Director Municipal” e do projeto de criação do

Figura 48. Largo da Oliveira em dias festivos. Na primeira imagem, provavelmente nos primeiros anos da década de 1920, destaque para os casarões que foram demolidos nos anos de 1970 para dar lugar à construção da Pousada das Oliveiras. Foto: autor desconhecido. Fonte: acervo da associação “A Muralha”. Na segunda imagem, o destaque em vermelho aponta para a referida pousada, construída por meio da imitação dos padrões arquitetônicos de seu entorno. Foto da autora (2012).

futuro Gabinete do Centro Histórico de Guimarães, estabelecido em 1983 (PEIXOTO, 2006).

Nesse período, o estado de abandono do patrimônio e de marginalização urbana da cidade intramuros já era uma realidade visível em Guimarães. Espaços públicos e praças centrais já haviam sido transformados em locais de estacionamento, o adensamento das práticas comerciais já era um processo construído desde os anos de 1970 e tendia a se asseverar, e as antigas construções estavam em estado de degradação visível, criando conflitos entre proprietários e inquilinos, uma vez que alugar ou vender as antigas propriedades em busca de construções mais modernas nas novas zonas tornou-se uma opção cada vez mais utilizada por quem usufruía de melhores condições de vida.

A visibilidade desses problemas e o crescimento das discussões acerca do patrimônio nas esferas nacional, europeia e também mundial, convergiram para um despertar patrimonial de setores da sociedade civil vimarense. Em 1981, um elemento urbano visto como inútil desde o século XVIII passou a denominar a recém-criada associação “A Muralha”. A referida associação surgia com o intuito de “contribuir para a defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural, sua conservação e recuperação, bem como a prática de quaisquer outras atividades de índole cultural” (MURALHA, 1981, p. 1), propondo uma atuação independente e com isenção frente aos órgãos públicos de qualquer natureza ideológica. A própria denominação dessa associação aponta para uma nova consciência patrimonial em Guimarães. Para além da Colina Sagrada, ela mostra que a questão que se coloca a partir de então terá toda a antiga cidade intramuros em foco. “A Muralha” passou também a exercer um papel fundamental na mediação entre os setores público e privado, estabelecendo acordos que pudessem garantir a preservação dos bens patrimoniais de Guimarães. Por meio de seminários, de visitas guiadas, dos encontros de seus sócios e da publicação de boletins periódicos, laços mais fortes de ligação da população com os bens patrimoniais se estabeleceram.

Se até então a retórica nacionalista havia permeado todas as ações de preservação do patrimônio vimarense, das mais incipientes até aquelas levadas a cabo na construção da “Colina Sagrada”, o momento que se seguiu foi o de fortalecimento de um novo discurso. Assim como no caso de São Luís, a ideia de crise urbana se instalou também em Guimarães, despertando uma nostalgia do passado e construindo a percepção de que as sociabilidades públicas pretéritas, com todas as suas supostas

singularidades e segurança, estavam a se perder junto com os exemplares arquitetônicos. No caso brasileiro, a ideia de crise urbana desencadeou a valorização das vertentes turísticas e culturais do patrimônio como forma de se vencer a crise e instituir processos de desenvolvimento econômico e cultural. No caso português, de maneira distinta, a construção do discurso de crise urbana se deu fortalecendo a perspectiva de que Guimarães, enquanto “Berço da Nação”, deveria ser valorizada, tornando-se assim um orgulho nacional.

3.2 Reabilitação urbana e reinvenção do Centro Histórico vimarense

3.2.1 O discurso de crise urbana e a degradação da cidade intramuros

Conforme nos apresenta Peixoto (2006), as cidades portuguesas passaram por três ciclos de governança política durante o século XX: o ciclo da espontaneidade, presente na década de 1970 e marcado pela atuação dos movimentos sociais e pela participação popular; o ciclo marcado pela “recomposição política do Estado”, presente na década de 1980 e caracterizado pela atuação mais presente dos poderes locais; e o terceiro ciclo, desenvolvido na década de 1990 e marcado pelo esforço de “europeização” das cidades e pela relevância dada às políticas culturais.

Embora seja possível detectar no primeiro ciclo de governança a implantação de decretos e programas de recuperação de imóveis, apenas a partir da década de 1980 Portugal começou a implantar programas destinados à reabilitação de espaços públicos, justamente no momento em que as cidades começavam a colocar em prática planos diretores municipais. É também nesse segundo ciclo que uma suposta crise urbana entra em cena, tendo no estado de degradação das antigas áreas centrais um alibi considerável. Em Guimarães, mesmo durante a obtenção do título de Patrimônio Mundial (2001), agentes da Câmara Municipal e meios de comunicação faziam questão de lembrar que na década de 1980 a cidade intramuros estava ancorada em um estado de abandono e de degradação exacerbados.

De facto a realidade social do centro histórico de hoje nada tem a ver com o do início do processo de reabilitação. Dantes, e não passaram muitos anos, o que hoje é Património Mundial, era um espaço urbano onde a degradação e a sujitividade coabitavam paredes meias com a marginalidade. De resto, era um espaço que provocava medo, ninguém lá queria passar, muito menos ficar (NOTÍCIAS DE GUIMARÃES, 12 dez. 2001, p. 18).

Por motivos reais ou imaginados, a verdade é que nos anos de 1980 o Centro Histórico de Guimarães era um lugar estigmatizado da paisagem urbana.

Figura 49. Aspectos de imóveis em estado de degradação ou em ruínas no Centro Histórico de Guimarães antes dos processos de reabilitação. Fonte: GESTA (2011).

Prostituição, tráfico de drogas e deterioração física das edificações e espaços públicos eram motivos apresentados para que camadas mais abastadas da população se mantivessem cada vez mais longe daquele lugar. Ao relembrar sua vivência enquanto uma jovem vimarense na década de 1980, Carneiro (2004) postula:

No início dos anos 80, a vida social e cultural dos jovens da minha geração desenvolvia-se quase totalmente à margem das rotinas e práticas sociais desenvolvidas pelo tecido social extremamente heterogêneo constituído pelos moradores da vasta zona de origem medieval intra-muros. O Largo do Toural era, pela sua localização, a “sala de visitas da cidade”, o centro social e comercial, o espaço de encontro sobretudo para quem frequentava os cafés e as pastelarias que existiam na altura, a toda a volta da praça. Muitos desses cafés foram entretanto substituídos por bancos, escritórios ou lojas comerciais continuando o Toural a ser o

principal centro de negócios da cidade de Guimarães mas não o seu centro cívico e social (p. 23).

Assim como aconteceu em São Luís, a perda de centralidade simbólica da área central vimarense era evidente. Com exceção relativa do Largo do Toural – que, como visto anteriormente, foi remodelado pelo Estado Novo para ser o “cartão de visitas” de Guimarães e, portanto, passou por melhoramentos urbanos significativos – o setor intramuros foi perdendo as atividades comerciais, de lazer e de diversão, que migraram em busca do novo. Esquecido, mas não esvaziado, o centro de Guimarães continuou sendo palco de uma teia de sociabilidades públicas cotidianas que, embora fizessem daquele um espaço vivo, davam-lhe um sentido marginal e distante dos anseios de uma sociedade que “se modernizava”. Ao falar da Rua de Santa Maria, aquela que na década de 1970 foi alvo de um projeto inacabado que asseveramos como de *protogentrification*, um antigo morador relata:

Há 40 anos, esta rua era porca, tal como a Praça de Santiago. Era muito frequentada por mulheres de vida fácil. Não havia casas de passe mas havia tascas. Havia pessoas que não passavam aqui com medo. A rua era de tal

ordem que as pessoas chegavam à esquina e evitavam passar onde estivesse muita gente. Aqui era como uma zona de barracas. Era de “faca e alguidar”. Morar aqui antigamente era complicado, complicadíssimo. Havia o Casarão [actualmente a Pousada da Oliveira] onde viviam talvez 60 famílias (CARNEIRO, 2004, p. 24).

Como se vê, os relatos e discursos acerca do Centro Histórico de Guimarães poderiam ser facilmente substituídos por aqueles apresentados no capítulo anterior acerca de São Luís. A despeito das realidades que realmente passaram a ocupar esses espaços, como a saída das classes mais abastadas – um fenômeno que se processou também em várias outras cidades brasileiras e portuguesas –, o que notamos é a repetição de um discurso que toma os novos elementos desses espaços, alguns nem tão novos assim, como ameaçadores para o restante da cidade. Prostituição e moradores de baixa renda com suas sociabilidades “pouco civilizadas”, só para citar os exemplos mais comuns, passaram a ser os álibis perfeitos para se criar o sentimento de crise urbana. Até mesmo quem habitava esses espaços foi levado a reproduzir esse discurso que, entre outros pontos, apresentava grande conotação higienista.

(...) a prostituição estava cada vez pior. (...) Estavam [as prostitutas] aí nas beiras dos passeios e insultavam quem passava. Um dia, meia dúzia de homens juntaram-se e foram dizer-lhes que tinham que acabar com aquilo. Os chulos apareceram e foi o fim do mundo. Durou um mês a guerra: era por turnos, homens e mulheres. Vigíavamos a rua noite e dia. Veio a TV e o Presidente [da Câmara] e a polícia meteram-se nisso. Aos poucos lá foram saindo. Foi assim que se limpou a rua. As mais educadas ficaram aí, arranjaram casa, algumas até tiveram filhos (D.G *apud*, CARNEIRO, 2004, p. 137, grifo nosso).

(...) atiram água pela janela, põem roupa a secar e a pingar. Aqui é um atraso de vida. A Câmara devia proibir a roupa a secar. Eles proibiram mas não cumprem. Devia haver vigilância. Em 20 anos não evoluíram nada. Fazem fogueiras na rua para assar sardinhas, sentam-se em bancos nos passeios a falar. Sacodem os tapetes à janela. Pegam-se e insultam-se muito. É falta de cultura. (...) Isto afasta os turistas. O aspecto das pessoas assusta os turistas. Têm medo de ser assaltados. Não sorriem, não cumprimentam, não param. Fotografam sempre a correr. Prejudica o turismo e o comércio (M.G *apud*, CARNEIRO, 2004, p. 158).

Se o primeiro depoimento, que relata um fato anterior ao processo de reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, demonstra a introjeção do discurso higienista pelos próprios moradores do local, o segundo, relativo a um momento posterior a reabilitação e ao título de Patrimônio Mundial, aponta para a introjeção de um discurso que aqui chamaremos de “costumes civilizados para turista ver”. O secar de roupas nas varandas e sacadas externas são um costume recorrente na paisagem urbana não só de Guimarães, mas das cidades portuguesas como um todo. Porém, o depoimento mostra como se tentou proibir essa prática, vista pelo depoente como um

“atraso de vida”. Curioso nesse caso é que um elemento antes visualizado como poluidor do ambiente é justamente um dos que hoje mais chamam a atenção dos turistas e da lente de suas câmaras fotográficas.

Em 2012, ano em que Guimarães ostentou o título de Capital Europeia da Cultura, pudemos observar vários visitantes buscando o melhor ângulo para fotografar aquilo que, segundo um turista brasileiro, era “algo típico de Portugal”⁹². Em uma mudança estratégica, e não por acaso, no ano em que a cidade mais recebia turistas, sacadas e janelas ostentavam roupas e varais sem nenhum tipo de proibição ou constrangimento. Além disso, uma intervenção artística realizada em casarões em processo de reabilitação lembrava que aqueles elementos, mais do que um costume local, eram uma “prova” de que o Centro Histórico de Guimarães continuava habitado e que aquele ambiente era, portanto, autêntico e genuíno. Denominada “Habitar Guimarães”, a intervenção do artista vimarense Fúlvio Mendes, em parceria com a “Between Art and Life”, recebeu o selo da Capital Europeia da Cultura e, ao cobrir casarões com varais e peças gigantescas de roupas, tinha a intenção de dotar esses espaços em processo de reabilitação de “apontamentos da vida cotidiana”. Assim, pudemos notar como elementos tidos anteriormente como inadequados foram estrategicamente absorvidos e transformados em um costume civilizado para turista ver e consequentemente incorporados como adequados pela própria população.

Figura 50. Imagens da exposição “Habitar Guimarães”. Na segunda imagem, roupas estendidas na fachada de uma casa mostram o cotidiano que inspirou a intervenção do artista Fúlvio Mendes. Fotos da autora (2012).

A construção de consensos, sejam eles em torno da ideia de civilidade ou da nostalgia de um suposto passado em comum, são, portanto, fatores indispensáveis na construção de um discurso de crise urbana, o qual tornou as políticas de revitalização e

⁹² Conforme conversa informal realizada na tarde do dia 1º de outubro de 2012 no Largo da Oliveira, enquanto o grupo brasileiro “Gigantes Pela Própria Natureza” realizava performance artística.

reabilitação uma questão quase indispensável para o futuro das cidades. É neste sentido que na década de 1980 Guimarães também adentra no universo das intervenções de cunho gentrificador, ainda que desde o início seus executores façam questão de negar essa vertente enobrecedora. O primeiro passo neste sentido se dá na administração municipal de António Xavier, socialdemocrata eleito em uma das primeiras eleições após a Revolução de 25 de Abril de 1976. Em 1983, quando Guimarães discutia as normas provisórias do futuro Plano Diretor Municipal, o arquiteto Nuno Portas, responsável por formular vários projetos e políticas de habitação, de planejamento urbano e de reabilitação para os três primeiros governos provisórios pós-1976, sugere a criação de uma autarquia denominada Gabinete do Centro Histórico, objetivando gerenciar os problemas daqueles espaços problemático e ao mesmo tempo promissor da cidade.

Para Portas (1985), as formas e estruturas das “cidades existentes” deveriam ser consideradas um dado econômico e cultural, fazendo-nos lembrar das prerrogativas do Planejamento Urbano Estratégico que, na época, nascia com a perspectiva de que “a valorização de regiões urbanas degradadas, a renovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano, atrações para consumo e entretenimento, se tornariam facetas proeminentes das estratégias de regeneração urbana” (HARVEY, 2006, p. 176). Nas palavras de Portas,

Os conceitos e processos de intervenção sistemática na cidade existente têm evoluído significativamente ao longo das últimas décadas e, em consequência, mudaram de intenção e de figura os instrumentos de planeamento e projecto bem como a organização da gestão. Por intervenção na cidade existente entendemos o conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, actuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc. (1985, s/p).

É seguindo esses princípios que o Gabinete do Centro Histórico será montado e seus trabalhos instituídos. Em seus primeiros anos, esse gabinete dedicou-se quase que exclusivamente a detectar os problemas do Centro Histórico, de modo que foi somente com sua transformação em Gabinete Técnico Local que ações mais efetivas foram levadas a cabo. Em 1985, a Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo de Portugal criou um Programa de Reabilitação Urbana (PRU) cujo objetivo era dar apoio técnico e financeiro às autarquias municipais interessadas em intervir nas estruturas

urbanas e habitacionais dos seus setores históricos. A ideia era criar os GTLs e reunir neles processos antes dispersos em vários órgãos da administração municipal, dotando-os, por conseguinte, de autonomia. O pioneirismo das ações do gabinete de Guimarães e seus métodos de intervenção logo se tornaram referência em Portugal. Foi no âmbito de sua atuação que o Centro Histórico da cidade alcançou o título de Patrimônio da Humanidade e foi por meio dele que um futuro para o passado vimarense foi gestado.

3.2.2 O GTL de Guimarães: o futuro do passado vimarense

Em 1985, a aprovação da proposta da Câmara Municipal de Guimarães (CMG) para a instalação de um GTL na cidade resultou em uma considerável ampliação da equipe técnica do antigo Gabinete do Centro Histórico. Com as verbas derivadas do PRU, foi possível aumentar a equipe, liderada pela arquiteta Alexandra Gesta, de três para dez profissionais, entre eles arquitetos, engenheiros, economista e assistente social.

A primeira atuação dessa equipe foi a restauração daquela que seria sua sede e que ficou conhecida como “Casa da Rua Nova”, uma edificação de origem medieval⁹³ com três pisos e um pequeno jardim interno. Comprada pela CMG, a ideia era que essa restauração tivesse um efeito exemplar para o restante da cidade intramuros, exercendo um “acto pedagógico e um incentivo para a reabilitação do Centro Histórico da cidade. (...) Para o feito foi utilizada mão-de-obra local e materiais e técnicas tradicionais, não só no sentido de obter uma unidade construtiva como uma unidade formal e ambiental” (CMG, 2012, s/p). O sucesso arquitetônico dessa obra resultou na obtenção do prêmio “Europa Nostra”⁹⁴, usado como uma prova do sucesso do GTL, de seu futuro promissor e principalmente de seus métodos de trabalho.

⁹³ Embora de origem medieval, a casa sofreu grandes intervenções e remodelações nos séculos XVII e XIX.

⁹⁴ Uma importante condecoração oferecida pela rede pan-europeia de salvaguarda do patrimônio denominada “Europa Nostra”, composta por 250 organizações envolvidas no assunto do patrimônio e da cultura.

Nas palavras de Aguiar (1998), o GTL agiu desde o início de maneira contrária a um planejamento rígido e fechado, evitando “negativismos regulamentares”

Figura 51. Nas fotos acima, a “Casa da Rua Nova” antes e depois da restauração. Fonte: Rodrigues (2012). Na foto ao lado, seu interior transformado em escritório do GTL. Foto: Nelson Garrido. Fonte: facebook.com.br.

e preferindo o que ele chamou de “prática de projecto e desenho em tempo real” (p. 1). Isso quer dizer que, diferentemente do caso de São Luís, não houve a formulação de um projeto geral e amplo de intervenção no Centro Histórico, com etapas e ações a serem cumpridas. A ideia era que as intervenções fossem pensadas caso a caso, de maneira pontual e levando em consideração não apenas aquele espaço, mas um projeto de cidade que se queria construir e na qual o velho e o novo pudessem formar um todo coerente e quase indivisível. Segundo

Alexandra Gesta (1986)

um plano global de reabilitação não constitui, por si só, caminho andado na reabilitação dum Centro Histórico, por não poder contar com rigor com os recursos mobilizáveis, mais numerosos que os disponíveis à partida. Cremos, pelo contrário, que esse plano se constrói à medida da dinâmica que cada actuação possa despertar, dos agentes que possa pôr em jogo e fazer participar e dos recursos que possa activar. Deste modo, ganha particular importância o processo que se põe em marcha, apoiado num Plano/Orientação prévio, que enuncia, reúne e fixa os critérios formais e as orientações essenciais para o desenvolvimento das actuações. Mas não limita nem fixa soluções particulares que só deverão ser desenhadas quando reconhecidos os agentes, e avaliadas as tendências de transformação que suscitarão. (...) O centro Histórico de Guimarães não deve ser uma área recuperada em circuito fechado, mas um lugar de cidade que se vivera de modo fluido, em unidade com a cidade, sem necessidade de ocasião e razão privilegiadas para sua visita e seu uso (s/p).

Se se evitou a formulação de um projeto de intervenção, houve uma séria preocupação em criar mecanismos de gestão que pudessem diminuir a burocracia envolvida nos processos de reabilitação, fossem eles relativos a espaços públicos ou referentes a obras em casas e construções particulares localizadas no Centro Histórico e, portanto, protegidas pelas leis do patrimônio. Um protocolo adotado junto ao Instituto Português de Patrimônio Cultural (IPPC) diminuiu, por exemplo, os caminhos percorridos pelos pedidos de licenciamento de obras que, centralizados no GTL, eram negociados diretamente entre a equipe do gabinete e os interessados. Em muitos momentos, os próprios arquitetos e engenheiros do GTL realizavam os projetos necessários para a obtenção das licenças,

Figura 52. Imóvel do Centro Histórico antes e depois de intervençionado.
Fonte: GESTA (2007).

desburocratizando o processo. De acordo com Aguiar (1998), em 1981, cerca de 80% dos pedidos de licenciamento de obras na cidade intramuros eram negados pelo IPPC ou mesmo pela CMG. Como é de se imaginar, isso desencadeava intervenções clandestinas que comprometiam os elementos arquitetônicos das edificações. A partir da atuação do GTL (1985) até 1998, quase metade dos edifícios do Centro Histórico vimarense já havia sido reabilitada.

Em um ambiente marcado pela cisão entre inquilinos e proprietários, quando em muitos casos o primeiro se negava a pagar e o segundo se recusava a empreender qualquer obra de melhoramento na edificação, o trabalho do GTL foi pontual, procurando os dois lados da questão e propondo acordos que pudessem gerar a intervenção necessária no espaço. Essa intervenção, por conseguinte, levava em consideração o estado de deterioração da construção, o poder de investimento do proprietário e, em muitos casos, do próprio inquilino, que não raramente teria sua despesa com aluguel aumentada. Por isso, além de procurar mecanismos de financiamento que pudessem subsidiar a intervenção, o GTL procurava realizar intervenções mínimas e pontuais, de forma que não precisasse ocupar o lugar da iniciativa privada, tornando-se, por exemplo, dono de outros casarões além daqueles

ocupados por órgãos e departamentos da CMG. Apenas em alguns poucos casos o município tomou posse administrativa de construções amplamente degradadas e com donos desinteressados em empreender qualquer obra. Desse modo, evitava-se que edifícios intervencionados tivessem que conviver com ruínas que acabariam desvalorizando o espaço.

Essas preocupações demonstravam uma intenção que desde cedo rondou o discurso do GTL: a ideia de tentar manter a população ali residente, atraindo, ao mesmo tempo, novos moradores para as edificações desocupadas. No texto que apresenta no Dossiê de Candidatura de Guimarães a Patrimônio Mundial, Aguiar (1998, p. 1), destaca que desde o início tratou-se de uma reabilitação urbana “para as pessoas, contra *gentrification*”. Contudo, no

mesmo texto, o autor escreve que os investimentos da CMG em obras de “melhorias na qualidade dos espaços públicos exteriores, na arquitectura e no funcionamento da cidade histórica” eram importantes para seduzir “o interesse privado pelas mais valia possibilitada” por essas intervenções (AGUIAR, 1998, p. 10). O interesse em gerar o que ele chama de “mais valia” nos mostra que, embora o discurso e algumas ações apontem para a manutenção da população residente, a ideia era valorizar o espaço, atraindo para ele um novo tipo de morador e de público consumidor, capaz de dotá-lo de elementos mais atrativos ao consumo cultural e turístico que se

queria desenvolver. Não por acaso, as incursões etnográficas realizadas no Centro Histórico de Guimarães em 2012 nos mostraram como essa zona histórica guarda importantes elementos de um espaço enobrecido para o turismo.

Figura 53. Na primeira imagem, casarão da Praça S. Tiago entre 1930 e 1940. Foto: autor desconhecido. Na segunda imagem, o mesmo casarão em 2012. Aqui, nota-se que o térreo foi transformado em um restaurante que espalha suas cadeiras e atendimento pela praça. Foto: Carlos Lobo. Fonte: Lobo (2012).

Se na década de 1970 essa zona citadina havia perdido 16% de sua população residente, na década de 1980, justamente quando se iniciaram os processos de intervenção do GTL, esse número cresceu para 21%⁹⁵. Entre 1981 e 2001, quando as intervenções já se desenvolviam intensamente e o espaço se tornava cada vez mais importante para a cidade, o centro histórico perdeu 17% de sua população residente, embora tenha vivido o adensamento de outras atividades. Esse último número, não obstante pareça minoritário, envolve a década de 1990, quando a cidade presenciou um crescimento populacional na ordem de 13%, algo não acompanhado pela zona histórica central (ATLANTE, 2005). Outro indício de como o incentivo à habitação não reverberou tanto quanto o incentivo ao setor terciário – comercial e de lazer – é o fato de o Centro Histórico de Guimarães apresentar uma população envelhecida, contrariando a perspectiva de se atrair para ali um novo contingente populacional.

Assim, ainda que não se possa negar sua atuação junto à melhoria do parque habitacional, o GTL atuou junto aos espaços públicos, tencionando adequar sua estrutura à nova imagem que se queria construir e induzindo, com isso, o interesse do setor privado pelo local. A atuação do gabinete, conforme postula Gesta (1987, s/p), tencionava, ir “manchando a cidade de objetos que por pretenderem um caráter exemplar”, induziriam a um “processo de contágio levando ao longo da malha a teoria de intervenção pela via da prática”. O interesse privado, obviamente, viria não apenas por meio da reabilitação das habitações, mas também por intermédio da instalação de estabelecimentos de consumo e de entretenimento.

Em 1987, um caso apresentado pela própria arquiteta demonstra como a intervenção do GTL acabou por incentivar processos de enobrecimento urbano, em detrimento da valorização habitacional tradicional da área. Neste ano, a CMG tencionava adquirir dois imóveis em estado de degradação localizados no Largo da Câmara. Entretanto, com o início das intervenções nesse espaço público, alterou-se completamente a intensão de seus proprietários. Enquanto um duplicou o valor do imóvel, o outro desistiu da venda, pretendendo residir em uma parte do casarão e arrendar o restante para galerias e ateliês (GESTA, 1987).

Foi nesse sentido de contágio que inicialmente se empreendeu a recuperação da Casa da Rua Nova, sede do GTL, e se escolheu, em 1987, a antiga “Casa dos

⁹⁵ Pode-se argumentar também que foi na primeira metade dos anos de 1980 que o processo de degradação do centro histórico se agudizou, resultando em um maior abandono populacional. Contudo, deve-se levar em consideração que as realizações do GTL empreendidas na segunda metade dessa década, ainda que possa ter amenizado, não reverteu o quadro de crescente esvaziamento populacional da região.

Carneiros” para sede da Biblioteca Municipal Raul Brandão⁹⁶. Além de valorizar e atrair os olhares para aquela área, o investimento nesse edifício demonstrava também outra intenção: atrair jovens e crianças ao Centro Histórico, ajudando não só a dinamizar o espaço, mas a diminuir o estigma que há muito tempo havia sido criado para aquela região. Como assevera Gesta, ao escolher esse equipamento cultural como uma das primeiras intervenções do gabinete, se estava a pensar que “a localização dos equipamentos faz-se também em funções do tipo de pessoas que vai utilizar e, portanto, (...) os edifícios são escolhidos estrategicamente para a colocação dos equipamentos” (apud, PEIXOTO, 2006, p. 111).

Mesmo após cessar a ajuda técnica e financeira do governo central ao

Figura 54. Na primeira imagem, praças e largos do Centro Histórico de Guimarães transformados em estacionamento. Na segunda, um comparativo desses espaços públicos antes e depois de intervencionados e da proibição do tráfego de veículos daí derivado. Fotos: GESTA (2007).

GTL⁹⁷, a CMG incorporou o gabinete à sua estrutura administrativa e continuou as ações estratégicas de intervenção nos espaços públicos centrais. Procedeu-se, em consecutivo, a intervenção em locais para instalação de postos de turismo, em um tema que progressivamente vai aparecendo nas entrelinhas de atuação do poder público, e a reabilitação da Praça S. Tiago, dos largos da Câmara, da Condessa do Juncal e João Franco, todos eles com projetos do arquiteto Fernando Távora. Em meados de 1989, 60 dos 64 imóveis da Praça S. Tiago já haviam sido intervencionados (O

⁹⁶ O projeto de criação e de instalação da referida biblioteca foi consolidado em 1992.

⁹⁷ Ocorrida no ano de 1986.

COMÉRCIO DO PORTO, 25 jan. 1991). Ao passo dessas intervenções, muitos edifícios de exceção, como construções de grande porte, casas nobres e antigas construções religiosas, foram reabilitadas pelo município visando, na maioria dos casos, instalar equipamentos culturais, de lazer ou que pudessem atrair considerável público ao Centro Histórico. Foi o que aconteceu com a “Casa dos Coutos”, que passou a acolher um tribunal, com a Albergaria S. Crispim, com a sede da associação “A Muralha” e com a “Casa de Navarros de Andrade”, na qual foi instalado o Arquivo Público Municipal. As intervenções também tomaram conta das ruas Dr. Avelino Germano (1990) e Gravador Molarino (1992), da Rua da Rainha (1995), da Rua Nunos Álvares Pereira (1996), bem como da Rua do Anjo (1996) e da Rua Egas Moniz (1998) e adjacências, sendo que em muitos casos o tráfego de veículos foi readaptado ou mesmo extinto⁹⁸.

Em 1999, ou seja, treze anos depois de iniciadas as atividades do GTL, cerca de 90% dos espaços públicos haviam sido reabilitados. Por outro lado, dos 493 imóveis da zona intramuros, 225 já haviam sido alvo de intervenções (ver Tabela 1). Destes, 96 foram intervencionados com apoio financeiro de programas do Governo Central, a exemplo do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) (1976), e do Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) (1987).

Tabela 1 - Edifícios Intervencionados (1985 – 1999)

ANO	Obras de Beneficiação	Intervenção Profunda	PRID		RECRIA	
			Intra-muros	Fora-muros	Intra-muros	Fora-muros
	Intra-muros					
1985	4	4	6	2		
1986	7	7	20	12		
1987	6	10			13	2
1988	8	6			16	1
1989	5	3			4	6
1990	6	5			2	4
1991	5	2			4	1
1992	8	1			6	4
1993	16	2			5	2
1994	13	5			3	
1995	13	1			2	1
1996	13	5			2	
1997	14	4			6	
1998 ¹⁶	6	21			7	
1999	15	10				
			26	14	70	21
Totais	139	86	40		91	
Total dos edificios intervencionados			331			
Total dos edificios intervencionados na zona intra-muros			225			
Total de edificios existentes intra-muros			493			

Fonte: GTL / CMG

⁹⁸ A partir do ano 2000, vários outros logradouros urbanos foram intervencionados, a exemplo da Rua das Trinas, da Rua de Santa Maria, da Rua Gravador Molarinho, da Alameda de S. Dâmaso e da Rua de São Vicente.

Os outros 129 imóveis da cidade intramuros foram intervencionados com recursos financeiros exclusivamente privados, o que demonstra a atratividade e os resultados alcançados pela ideia de contágio e pelo apoio técnico empreendido pelo GTL junto aos proprietários. Conforme nos mostra os dados da tabela anterior, o contágio se estendeu inclusive para zonas no entorno do setor intramuros, também pertencentes aos domínios de atuação do gabinete.

A década de 1990 presenciou a intensificação dos processos de reabilitação e administrativamente foi marcada por pelo menos quatro eventos importantes para os caminhos seguidos pelo GTL. Em 1992, a zona de atuação desse gabinete foi alargada com autorização da CMG, em uma prova de que o departamento vinha cumprindo satisfatoriamente seu papel e de que sua atuação necessitava ser estendida principalmente para setores que, embora centrais e de interesse histórico, estavam posto fora da cidade intramuros (ver Figura 54). Em 1993, a Associação dos Arquitectos Portugueses, que costumeiramente premiava autores com seus projetos individuais, premiou coletivamente a equipe do GTL de Guimarães. Nesse mesmo ano, o GTL também foi condecorado com um Prêmio da Real Fundação de Toledo, como que confirmando a efetividade de seus meios de atuação. Já em 1994 foi publicado o primeiro documento municipal para regulamentar as intervenções no espaço central da cidade. Tratava-se do Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães (RICUH), destacando, entre todas as suas regras, que urgia preservar o patrimônio arquitetônico da cidade, já que “apenas através dele se manterá viva a memória de um passado comum” (GUIMARÃES, 1994, p. 1). Em 1995, por conseguinte, Alexandra Gesta foi substituída por Teresa Costa na direção do GTL, tendo voltado logo em seguida para sua antiga função. Seu retorno foi tomado como mais uma prova de que a política adotada pelo gabinete era a mais adequada. Essa política, por seu turno, foi mais facilmente consolidada por ter sido desenvolvida durante a administração de praticamente um único presidente camarário. Ainda que o GTL tenha sido implantando em 1985 na administração de António Xavier, foi principalmente durante os seis mandatos consecutivos do socialista António Magalhães da Silva⁹⁹ que o gabinete se consolidou.

Além dos pontos já destacados, como a ideia de contágio das intervenções, a política do GTL envolvia fazer da zona central um exemplo urbano para o restante da

⁹⁹ Esses seis mandatos de António Magalhães se estenderam de 1989 a 2013. Antes disso, Magalhães foi também vice-presidente camarário de seu antecessor.

cidade, assemelhando-se, nesse ponto, às intenções envolvidas na revitalização do Centro Histórico de São Luís. É como se esses lugares centrais, antes usados para corroborar a ideia de crise urbana, passassem a ser vistos como prova de que a suposta crise citadina poderia ser superada, olhando-se para o passado como forma de possibilitar um futuro mais promissor. Como postula Peixoto (2006), “os centros históricos requalificados não são apenas um protótipo para os outros centros históricos. São também, ou pretendem sê-lo, para o resto da cidade” (p. 37); um protótipo de vida urbana, de sociabilidades públicas, de relação do homem citadino com o ambiente urbano. Corroborando esse aspecto, Aguiar (1998) assevera que a reabilitação desses núcleos urbanos históricos deve induzir processos similares nas zonas periféricas da cidade, fazendo novamente desses espaços centrais “núcleos de referência” (p. 3) no âmbito de todo o território.

Figura 55. Mapa dos edifícios e espaços públicos reabilitados no Centro Histórico de Guimarães e em sua Zona Tampão até o ano de 2004. Nota-se que o processo de reabilitação já se derramava para setores extramuros, como que cumprindo o efeito de contágio tão prezado nos discursos do GTL. Fonte: CMG.

Quando se tratou de ser um protótipo para os demais centros históricos, o GTL fez de Guimarães um caso admirado por arquitetos e urbanistas, inaugurando novas formas de intervenção, muitas delas centradas nos detalhes e não em grandes

obras. Para sua principal arquiteta e idealizadora, “o valor de um trabalho num centro histórico não reside tanto nas obras em grandes edifícios, mas no cuidado que se põe nas diversas intervenções, seja um puxador de uma porta, uma caxilharia, um beiral” (GESTA, *apud* O COMÉRCIO DO PORTO, 25 jan. 1991, p. 11). Foram esses detalhes que fizeram do GTL um gabinete tão premiado e internacionalmente reconhecido e foi neste sentido detalhista que se procurou, acima de tudo, preservar a autenticidade de materiais e aplicação de técnicas tradicionais de construção.

Para tanto, foi necessário criar um corpo de profissionais adequados a essas perspectivas de atuação, tendo o GTL optado por dar ele mesmo cursos de formação para os mais diversos profissionais envolvidos nos processos de reabilitação, incluindo aí os mais simples operários, como jardineiros, pintores e carpinteiros. Assim, Guimarães não só supriu uma necessidade de mão de obra, como ajudou a criar em Portugal um novo campo de atuação profissional, muito incentivado também pela existência de outros GTLs no país. Se quisermos comparar esse novo “campo específico” com o “campo científico” apresentado por Bourdieu (1983), podemos colocar o GTL de Guimarães na posição de “autoridade”, compreendida “enquanto a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada” (p. 123). Hoje, em Portugal, quando se fala em processos de reabilitação de centros históricos, o caso de Guimarães serve de exemplo de sucesso; um sucesso corroborado pelos prêmios que já conquistou, pelo título de Patrimônio da Humanidade e, mais recentemente, pelo título de Capital Europeia da Cultura para o ano de 2012.

Se externamente os trabalhos do GTL são amplamente reconhecidos, no âmbito interno eles são constantemente atribuídos ao carinho e interesse do presidente da Câmara Municipal com aquele pedaço da cidade. Embora a população, principalmente aquela que reside e trabalha no Centro Histórico, saiba bem quais são as atividades desenvolvidas pelo GTL¹⁰⁰ e esteja sempre em contato com seus técnicos, na prática pouco relaciona o sucesso das reabilitações com as escolhas técnicas e estéticas dessa equipe. Mesmo liderado quase que desde sua fundação pela figura marcante da arquiteta Alexandra Gesta, presença costumeira nos jornais locais quando o assunto é o

¹⁰⁰ Enquanto esperávamos o atendimento da equipe do GTL, pudemos presenciar a chegada de vários moradores e proprietários interessados em saber de processos, projetos e licenças relacionados aos seus locais de trabalho e/ou residência. Nota-se que o GTL é um departamento bastante respeitado pela população, mas que, segundo queixas, deixou com o tempo de agilizar com tanta rapidez os processos de licenciamento e de outra natureza.

Centro Histórico, os trabalhos do GTL são sempre atribuídos à pessoa de António Magalhães. Ao analisar o grau de satisfação dos moradores e comerciantes locais com os processos de reabilitação, Carneiro (2004) postulou que todos eles, por unanimidade, tomavam o “presidente como grande obreiro de todas as melhorias, o único responsável por tantas modificações”. Em seus levantamentos, pudemos apreender com muita constância frases como “o presidente tem sido formidável para o centro histórico”, “desde que esse presidente foi para a câmara esta cidade não parece a mesma”, “é um fiscal, o presidente”, “isto são as meninas dos olhos dele”, “fez mais que os outros que eram da cidade”, “ele tem um gosto nisso”, “foi ele que fez tudo” (p. 117).

Se no caso de São Luís essa consagração dos políticos que tiveram suas administrações marcadas pelos processos de revitalização parte, na maioria dos casos, de uma “autoexaltação”, subsidiada acima de tudo por jornais e revistas, por publicações oficiais e principalmente, por meio de propagandas eleitorais pesadas, o caso de Guimarães mostra algumas amenidades. Com mais de 20 anos no poder, a administração de António Magalhães não tem com quem competir na instrumentalização política dos processos de reabilitação, ainda que a implantação do GTL, ocorrida em 1985, tenha sido obra de outro presidente camarário. Assim, o aproveitamento político da reabilitação do Centro Histórico tende a limitar-se aos momentos de alguma condecoração ou título e períodos eleitorais, conforme exemplificam os fragmentos de notícias abaixo.

Uma opção primeiramente política tomada por Antonio Magalhães, o presidente da Câmara, que muitas vezes, debaixo de fortes críticas da oposição, decidiu sempre que a aposta era no centro histórico. Hoje, não há quem não reconheça em António Magalhães o esforço e vontade que teve em demonstrar que Guimarães pode ser um exemplo para o Mundo (PÚBLICO, 13 dez. de 2001, p. 6).

Bragança sublinhou também a “dívida de gratidão” que os socialistas têm para com António Magalhães pelo seu trabalho como presidente de câmara, desde 1989, elencando os feitos alcançados nesse período, em particular o reconhecimento do centro histórico da cidade como Património Mundial e a Capital Europeia da Cultura do ano passado (PÚBLICO, 11 jun. 2013).

Se a reabilitação do Centro Histórico de Guimarães tende a render dividendos políticos, seus custos sociais não são inexistentes e não passam totalmente despercebidos, mesmo diante de uma população altamente orgulhosa de seu patrimônio histórico e cultural. Nos depoimentos recolhidos por Carneiro (2004), algumas frases, como “viver no centro histórico é um exclusivo de poucos” ou “a aquisição de uma casa não é para todos” (p. 123-124) nos dão bons indícios desses custos. Com uma

população tradicional cada vez mais envelhecida e que tende a diminuir, a venda de imóveis tem conhecido um aumento contundente. Se as intervenções não resultaram diretamente na expulsão dos antigos moradores, ela supervalorizou a cidade intramuros e seus antigos casarões, de modo que morar no local exige cada vez mais investimento. Em 2005, uma pesquisa da Rede Atlante acerca do despovoamento de centros históricos mostrava que em Guimarães o arrendamento ainda era uma forma frequente de ocupação dos imóveis (cerca de 50%), ainda que naquele momento os preços praticados já fossem elevados e apresentados pelo relatório como um elemento que dificultava a atração de habitantes dos mais diversos extratos sociais.

Consumir na antiga área central também se tornou uma atividade cara. Além de investir na reabilitação dos espaços públicos, retirando, por exemplo, o tráfego e o estacionamento de veículos de muitas ruas e praças, a CMG trabalhou para criar uma agenda cultural para o centro histórico que contribuiu para a atração de novos consumidores. Festas, festivais, teatro, cinema na rua

Figura 56. Casarão do Centro Histórico de Guimarães sem reabilitação e colocado à venda. Fonte: Gesta (2002).

e apresentações de dança se tornaram constantes. Livres do trânsito, espaços públicos foram transformados em esplanadas de bares, restaurantes e cafés, estabelecimentos que se espalharam pela região e que foram cada vez mais adensados por um novo público; um público atraído não só pelos eventos promovidos pela CMG e outras entidades, mas também pelos novos aspectos de um espaço que se tornara “limpo e seguro” após as reabilitações; um centro histórico inventado para ser um exemplo para o restante da cidade. Se em 2012, quando estivemos em Guimarães, a intensa movimentação da zona central podia ser atribuída ao título de Capital Europeia da Cultura, jornais de épocas anteriores já nos mostravam que aquela havia se tornado uma área de diversão diurna e noturna, em uma nova configuração do espaço que em muito conflitava com a inicial perspectiva de se priorizar os usos residenciais.

Apesar da difícil coabitação com os interesses dos habitantes, os estabelecimentos do Centro Histórico de Guimarães atraem cada vez mais adeptos das noites longas à Cidade-Berço. O negócio parece estar em fase de expansão. Novas casas abrem as portas e trazem outro alento à animação nocturna. Depois dos protestos iniciais, os moradores acalmaram nas

reinvidicações. Mesmo assim, o barulho continua a incomodar aqueles que escolheram a zona antiga da cidade para fixarem a sua residência (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 16 fev. 2001, p. 16).

Figura 57. Na primeira imagem, Largo da Oliveira e Praça S. Tiago tomados do alto. Fonte: Gesta (2007). Nas demais imagens, outros espaços do Centro Histórico de Guimarães transformados em esplanadas de bares, cafés e restaurantes. Nos horários de grande movimento, passar por esses locais exige o driblar não só de cadeiras e mesas, mas também de olhares de reprovação, como se estivemos a invadir um local e um momento de natureza privada. Fotos da autora (2012).

O presidente da câmara assegura que o Largo da Oliveira não será sacralizado. É a resposta de António Magalhães à preocupação manifestada pelo Prior da Colegiada da Oliveira que defendeu uma utilização mais cuidada daquele espaço, que é palco privilegiado dos mais diversos eventos. “Vamos tentar atenuar a pressão que faz no Largo da Oliveira com acontecimentos de índole cultural. Temos educação religiosa, pelo que não abdicamos das raízes de nossa educação de base”. A câmara prometeu assim a atentar para a questão, seleccionando as iniciativas a se realizar no Centro Histórico Patrimônio da Humanidade. “Reconhecemos também que os habitantes locais estão a ficar cansados com tantos eventos. Mas, o Largo da Oliveira é o salão de visitas do Centro Histórico, por isso, há eventos que terão que continuar a realizar-se aí” (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 2 out. 2002, p. 8).

Segundo Nuno Pinheiro, ex-presidente do IPPAR, “era impossível dormir com o barulho que os jovens faziam no Centro Histórico. O turista cultural é vital para qualquer Centro Histórico. Se se começar a verificar que o turista cultural não vem ao fim-de-semana por causa do barulho, criam-se situações complicadas” (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 27 nov. 2002, p. 5).

Esses fragmentos de notícias mostram como a preocupação com a preservação de um patrimônio inegavelmente rico e com a transformação do Centro Histórico de Guimarães em um espaço de atratividade habitacional e

cultural da cidade foi, gradativamente, abrindo lugar para interesses turísticos mais claros. Se em São Luís esse interesse esteve explícito no primeiro projeto de

revitalização, em Guimarães ele começou a ser desenvolvido e exposto de maneira mais direta a partir de 1994, quando a CMG aprovou a proposta de candidatura do centro histórico a Patrimônio da Humanidade.

A partir de então, as ações de reabilitação passaram a ser pensadas na intenção do título e com o designo de atrair o turismo cultural, conforme fica claro na fala de Nuno Pinheiro no último fragmento apresentado acima. Não por acaso, um Projeto Especial de Revitalização Comercial do Centro Histórico, elaborado pela Associação Comercial e Industrial de Guimarães em 1997, ressaltava a importância de o setor comercial estar atento para o turismo e para o principal fator de atração dos visitantes, a saber: o acervo patrimonial e cultural da cidade, que deveria ser respeitado e valorizado. Guimarães começava assim a criar estratégias para entrar na concorrência intercidades dentro e fora de Portugal. Entre seus elementos de destaque, um Centro Histórico considerado o “Berço da Nação” e que seria facilmente transformado naquilo que Harvey (2006) denominou “renda monopolista”, subsidiada ali por um orgulho local que fazem de Guimarães um caso emblemático de identidade marcante e fortemente impregnada no discurso de seus moradores. Uma identidade materializada em seu patrimônio edificado e nos espaços e ruelas da medieval cidade intramuros.

CAPÍTULO 4 - DO NACIONAL AO MUNDIAL: O PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE EM SÃO LUÍS E EM GUIMARÃES

Cada pedra colocada na construção de uma cidade representa uma letra no alfabeto da história da Humanidade (Araújo Porto Alegre¹⁰¹).

Quando eu nasci, as frases que hão de salvar a humanidade já estavam escritas, só faltava uma coisa: salvar a humanidade (Almada Negreiros – a Invenção do Dia Claro, 1921).

4. 1 A Unesco e o Patrimônio da Humanidade

4.1.1 A Unesco e a cultura: conceitos e perspectivas

Ao longo de sua história, a atuação da Unesco envolveu mudanças e alargamentos em suas áreas de abrangência e possibilitou a construção de um conjunto de documentos que ressemantizou o campo do patrimônio, como permitiu a formação de uma “uma esfera pública mundial para questões de patrimônio” (ARANTES, 2009, p. 12). Sem dúvidas, contribuiu para essa mundialização das práticas de preservação a implantação da categoria de patrimônio que particularmente nos interessa: o Patrimônio Mundial.

Criada no pós-guerra com “o propósito de fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, os objetivos da paz internacional e do bem-estar comum da humanidade” (UNESCO, 2002, p. 2), a Unesco dedicou-se logo cedo à questão da cultura, embora seu campo de ação envolvesse outros elementos. Esse organismo, com seu ideal de universalidade, conseguiu formar e coordenar uma circulação simbólica e discursiva envolvendo organismos transnacionais e da sociedade civil, bem como governos nacionais, possibilitando disciplinar jurídica e politicamente uma variedade considerável de temas relativos à cultura e, por conseguinte, ao tema do Patrimônio Cultural.

O próprio conceito de cultura, tal qual é hoje utilizado por muitos governos e organizações não estatais, sofreu forte influência dos construtos da Unesco. Em sua

¹⁰¹ Poeta e urbanista que no final do século XIX atuou na cidade do Rio de Janeiro.

ambiência, até a década de 1950, a ideia de cultura era entendida a partir de dois pontos básicos: enquanto modo de vida, de existência, e enquanto obras e produções artísticas, contexto no qual se encaixava o patrimônio. Nesse primeiro momento, o conceito de cultura da Unesco estava envolto de uma tratativa de caráter iluminista e “no sentido de nutrir valores civilizatórios considerados superiores para a humanidade” (SILVA, 2012, p. 9). Já na década de 1960, período marcado pelos processos de descolonização, é a relação entre cultura e política que estará em foco, levando em conta a questão das identidades nacionais¹⁰².

É nesse período que a Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional (1966) é construída e estabelece que “cada cultura tem uma dignidade e um valor que deverão ser respeitados e preservados”, que “cada povo tem o direito e o dever de desenvolver a sua cultura” e que, “na sua rica variedade e diversidade, e nas influências recíprocas, que exercem entre si, todas as culturas fazem parte do patrimônio comum de toda a Humanidade” (UNESCO, 1996, p. 1). A referida declaração pressupõe também o desenvolvimento de cooperação internacional nos campos da cultura, da educação e da ciência enquanto um intercâmbio que poderia possibilitar a instituição de um Patrimônio da Humanidade. Essa década foi marcada pelas primeiras discussões acerca do “direito à cultura”, um debate que só foi consolidado em 2001 quando da formulação da Declaração Universal da Diversidade Cultural.

Mas é na década de 1970 que a Unesco desenvolveu uma expansão em seu conceito de cultura inicial, tratando-a de uma forma mais ampla e seguindo as discussões desenvolvidas no âmbito das ciências sociais, mais especificamente da antropologia. Na concepção de Silva (2012), a incorporação da definição antropológica de cultura

foi uma ampliação em relação à concepção instrumental que muito se baseava inicialmente em torno da universalização de valores considerados substanciais à humanidade e pautados pelos direitos humanos, a paz e a tolerância. A definição antropológica deu sentido às noções de diversidade e identidade cultural, em um momento inicial relacionada principalmente aos povos e nações, mas transitando para o entendimento de diversidade relativa aos diversos grupos étnicos, de gênero e religiosos (p. 15).

A partir de então, a ideia de cultura ultrapassou a perspectiva que a limitava aos aspectos materiais e passou a ser vista também como modo de vida. Nesse contexto, insere-se pela primeira vez o termo identidade cultural. Em 1976, a Recomendação

¹⁰² Nessa década, a ONU estabeleceu o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1996), entre os quais se assegura a liberdade de cada povo determinar seu estatuto político, assegurando livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

sobre a Participação e Contribuição Popular para a Vida Cultural, adotada pela Unesco, conjecturava que a “participação na vida cultural toma a forma de uma afirmação de identidade, autenticidade e dignidade”. No mesmo sentido, o documento considerava que a afirmação de uma identidade cultural não deveria “resultar na formação de grupos isolados, mas, pelo contrário, andar de mãos dadas com um interesse mútuo por contatos frequentes e amplos” (UNESCO, *apud* RANGEL, 2008, p. 8).

Essa conjuntura possibilitou que na década seguinte a diversidade cultural passasse a ser vista como um direito e como um elemento a ser articulado por meio de políticas estatais. Em 1982, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais concebia que o respeito à diversidade e a valorização das culturas e dos grupos locais e minoritários eram princípios importantes para apaziguar conflitos internacionais, principalmente considerando que há um empobrecimento da humanidade quando a cultura de um grupo é ignorada ou destruída. A referida conferência estava, portanto, baseada na esperança de que pudesse haver uma “convergência entre os objetivos culturais e espirituais da humanidade” (UNESCO, 1985, p. 2-3), assim como um intercâmbio entre os temas da cultura, da identidade e do desenvolvimento.

No documento construído por meio dessa conferência, conhecido como Declaração do México (1985), a cultura desponta como uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e é vista como grande contributo para a independência, a soberania e a identidade das nações. Visto frequentemente em termos quantitativos, a Unesco concebe a necessidade de se levar em conta a dimensão qualitativa do desenvolvimento, ou seja, “a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem”. Neste contexto, as políticas culturais são postas como o meio através do qual se poderia resgatar seu sentido profundo e humano. Obviamente, o patrimônio cultural, por vezes ignorado, “danificado ou destruído por negligência e pelos processos de urbanização, industrialização e penetração tecnológica”, é posto no documento como um dos elementos possíveis na busca desse desenvolvimento humanizado (UNESCO, 1985, p. 2-6).

São as prerrogativas da Declaração do México (1985) que vão balizar os documentos construídos no âmbito da Unesco nas décadas seguintes. A cultura, por seu turno, passou a ser entendida por esse organismo internacional como um dos elementos que compõe os direitos universais fundamentais. Mais recentemente, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), em ampla relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, relaciona de forma mais direta a cultura com as

questões da democracia e da cidadania, concebendo a própria diversidade enquanto um Patrimônio Comum da Humanidade. Por outro lado, a importância das políticas culturais ganha fôlego, principalmente enquanto forma de garantir a livre circulação de ideias e obras e de “condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial” (UNESCO, 2001a, p. 4).

Se para muitos especialistas a relação estabelecida pelo documento entre diversidade cultural e indústria cultural permitiu mais uma expansão no conceito de cultura, pode-se dizer também que houve certo abandono da ideia de cultura enquanto modo de vida, privilegiando-se seus aspectos mercadológicos. Apesar disso, a Declaração da Diversidade Cultural lembra que os bens e serviços culturais são de natureza distinta dos demais, exigindo assim que não fiquem a mercê dos imperativos do mercado, mas sejam gestados por meio de parcerias entre os setores público, privado e da sociedade civil; uma, diga-se de passagem, constantemente presente nos discursos de revitalização e reabilitação do patrimônio, mas que tem dificuldade de se estabelecer. Nessa ambiência, também não é incomum vermos o Estado tomando o lugar da iniciativa privada e as comunidades locais sendo excluídas do processo.

De qualquer forma, o tema do desenvolvimento e da importância econômica dos bens culturais tem se fortalecido dentro da própria Unesco, que embora faça ressalvas, tem cada vez mais apresentado a cultura como “um dos motores fundamentais do desenvolvimento” e incentivado o “fortalecimento das indústrias culturais em países” que necessitam se desenvolver (UNESCO, 2005, p. 1-4). Mais recentemente, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), destacou

a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, bem como da cooperação internacional para o desenvolvimento, e tendo igualmente em conta a Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), com sua ênfase na erradicação da pobreza (UNESCO, 2005, p. 1).

A passagem acima, além de confirmar a preocupação da Unesco com o que podemos chamar de “desenvolvimento humanizado por meio da cultura”, demonstra outro ponto de destaque na atuação dessa organização: a promoção da cooperação e da solidariedade internacional, tendo sempre em mente a ideia de integração da humanidade, esta surgindo como fator estruturante de uma realidade cada vez mais global. A cultura e o reconhecimento da diversidade cultural são elementos tomados e

difundidos pela Unesco enquanto exemplos do caminho de solidariedade crescente no qual a humanidade, para além do seu sentido filosófico e abstrato, deve ser dirigida. Um caminho que, na perspectiva dessa organização, é marcado pela existência de interesses cada vez mais comuns e também superiores se comparados a muitos dos interesses particulares de cada nação, e é como tal que o chamado Patrimônio Comum da Humanidade é apresentado.

4.1.2 O Patrimônio Mundial e os “interesses comuns da humanidade”: solidariedade ou competitividade?

Ao trabalhar a relação indivíduo e sociedade, Norbert Elias (1994) chama a atenção para o modo como o conceito de sociedade, por muito tempo referiu-se quase que exclusivamente àquelas organizadas enquanto Estados ou, em alguns casos, enquanto tribos. Dentro da investigação erudita, dirá ele, trabalhos teóricos e empíricos eram construídos tomando sempre o Estado enquanto contexto de desenvolvimento de uma sociedade. Nesse “estágio anterior da sociologia” (ELIAS, 1994), o modo como o Estado se apresentava como única unidade social passível de servir como modelo para o conceito de sociedade era, segundo o autor, um reflexo da própria realidade. Amplamente separados por grandes distâncias físicas e culturais, pensar, por exemplo, no conceito de humanidade era algo extremamente vago para se constituir enquanto ferramenta sociológica.

No decorrer do século XX, e principalmente no período que se segue à segunda Guerra Mundial, a aproximação desencadeada pelo avanço das telecomunicações e dos meios de transporte, o desenvolvimento do turismo global e o maior fluxo de mercadorias entre diferentes partes do mundo passou a gerar uma interdependência entre os Estados, numa rede que gradativamente foi ganhando mais densidade. Dentro do processo global de integração, a humanidade, quase nunca vista enquanto um processo social, vai ganhando outros contornos e uma importância analítica cada vez mais vultuosa. Nas palavras do próprio Elias, “em nossa época, no lugar dos Estados individuais, é a humanidade dividida em Estados que vai se tornando cada vez o quadro de referência, como unidade social, de muitos processos de desenvolvimento de mudanças estruturais” (1994, p. 135-136).

Se na época antecessora cada nação se via envolvida em seus próprios problemas fundamentais, o discurso que se constrói é que com os processos de globalização, esses problemas fundamentais passaram gradativamente a ser problemas comuns a todos os homens e a todos os países. Essa natureza global dos problemas requer, por conseguinte, soluções também globais. Ao se referir ao direito internacional, Pureza (1995 p. 11) concebe como a “comunidade nacional deixa de ser uma referência fechada para se perceber afinal vulnerável e pequena no quadro dos imperativos mundiais e da unidade trans-espacial e trans-temporal do gênero humano”.

É nessa conjuntura que desponta a centralidade da ideia de humanidade e, mais ainda, de seus supostos interesses comuns, formulados a partir da percepção de uma comunhão de destino quase que inescapável. A perspectiva de que existem determinados interesses comuns a todos os homens e que podem ou não coincidir com os interesses das soberanias nacionais é uma construção que contribuiu sobremaneira para que certos valores ocidentais fossem universalizados, com a Unesco apresentando-se como grande agente dessa universalização.

Dentro desses interesses comuns da humanidade, considerados a partir de uma perspectiva de interesses presentes e futuros, destaca-se o seu patrimônio, dividido em duas categorias: a de aspecto cultural, que envolve elementos valorativos de cunho estético, ético e histórico; e outro de caráter natural, cuja importância é vista como vital para a própria sobrevivência da humanidade¹⁰³. Esse patrimônio pode ou não envolver o acesso a benefícios econômicos o que, *a priori*, parece ser o caso dos bens culturais, mas que, conforme argumentamos, estão também eles revestidos de interesses competitivos e mercadológicos.

Se, como afirmam alguns estudiosos do direito internacional (PUREZA, 1995), a instituição e proteção do Patrimônio Comum da Humanidade nasceu com o intuito de promover um movimento de solidariedade entre os Estados, é na ambiência da Unesco e da formulação dos chamados direitos culturais que essa ideia de solidariedade se apresenta com maior veemência. Na Convenção do Patrimônio Mundial (1972), esse sentido de solidariedade aparece, principalmente quando considera que, diante das ameaças crescentes que colocam em perigo o patrimônio cultural, cabe “à coletividade internacional, no seu todo, participar na proteção do patrimônio cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de

¹⁰³ A exemplo do fundo dos mares, dos oceanos e da Lua.

uma assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complete de forma eficaz” (UNESCO, 1972, p. 1).

A criação da Lista do Patrimônio Mundial por iniciativa da Unesco surge de uma constatação: a de que os governos locais, diante dos processos acelerados de modernização, eram incapazes de sozinhos atuarem na preservação de grande parte do seu patrimônio. Foi assim que esse organismo internacional criou, ainda na década de 1950, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), e, anos mais tarde (1972), realizou em Paris conferência que resultaria na Convenção do Patrimônio Mundial. Esse documento, cuja função é definir os parâmetros de atuação na área, bem como os princípios que levariam à criação e inserção de bens nessa nova categoria, passou a estabelecer uma gama de justificativas e critérios para a proteção internacional de bens culturais e naturais.

De acordo com a Unesco, ficavam assim definidas as tipologias de bens culturais que podem adentrar à lista do patrimônio mundial:

Os monumentos: – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 3).

Entre os critérios utilizados, os quais só fizeram corroborar os valores do modelo francês de preservação, internacionalizando-o, instaurou-se o de excepcionalidade, com destaque para a autenticidade dos bens culturais e a monumentalidade dos naturais. Dessa forma, para que “toda a humanidade” se envolva na preservação de um bem patrimonial é necessário que este apresente carácter excepcional, seja ele antropológico, etnológico ou mesmo estético, e valor universal que justifique tal empenho. É necessário que ele seja um exemplar único das diversificadas tipologias criadas pelo homem. Isto, a princípio, pode parecer um contrassenso, já que exige de um bem duas naturezas tão contraditórias: excepcionalidade e universalidade. No entanto, a ideia é que justamente de sua excepcionalidade deriva o interesse universal de sua preservação.

Ainda de acordo com a convenção de 1972, os bens do patrimônio cultural, eleitos como mundiais, devem estar enquadrados em pelo menos um desses critérios:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
 - ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
 - iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
 - iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
 - v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
 - vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).
- É igualmente importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual ele esteja protegido e administrado (UNESCO, 1972).

De acordo com o documento e os procedimentos estabelecidos, para que um bem seja incluído na lista e receba o título de Patrimônio Mundial faz-se necessário que ele seja, a princípio, alvo de medidas protecionista em seu próprio país. Além disso, é o país no qual ele está localizado que deve solicitar a inscrição por meio de um dossiê abastecido de justificativas quanto à sua autenticidade e excepcionalidade. O pedido é analisado em primeira instância pelo Centro de Patrimônio Mundial, que verifica se o dossiê contém os itens necessários. Em seguida, o dossiê é enviado para a análise técnica do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), e segue posteriormente para o Bureau do Patrimônio Mundial que fará a análise dos pareceres emitidos pelos técnicos do Icomos. Por fim, a deliberação final é dada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, que conta com 21 representantes dos países-membros.

Embora não se possa negar que a eleição de um bem a Patrimônio da Humanidade passa por um processo internacional de avaliação, a necessidade de que seu país de origem seja o proponente da eleição deixa claro que o primeiro critério pelo qual ele passa é nacional, e não mundial, o que expõe o título a uma instância de interesses políticos e mercadológicos internos.

Contudo, desde a criação da lista, o processo de eleição e a credibilidade da Unesco pareceram conferir atratividade e qualidade inestimáveis aos bens inscritos na lista, e o status de Patrimônio da Humanidade tornou-se ponto de destaque no turismo internacional. Todo esse processo, que aparenta grande competência técnica, parece

confiar ainda mais significado ao título e status ao bem cultural, tendo como consequência um acréscimo considerável de seu potencial marqueteiro, mercadológico e turístico. A corrida por esse título e suas benesses se desenrolou de maneira tão exacerbada que a Unesco passou a limitar o número de inscrições para 30 ao ano.

O uso mercadológico exacerbado dessa categoria de patrimônio resultou em uma contradição bastante interessante quando pensamos que uma das intenções de salvar um bem como um Patrimônio da Humanidade é gerar uma solidariedade mundial e pertença comum, uma vez que passa ser da coletividade internacional a responsabilidade de preservar algo que diz respeito a todos. No entanto, a disputa das cidades e lugares por um lugar ao sol no circuito turístico mundial gera muito mais competitividade que solidariedade. Como visto, na lógica da competição, e principalmente por meio do *citymarketing*, trata-se de construir imagens-sínteses que, ao qualificarem de forma exacerbada o “nós”, acabam causando, de maneira indireta ou não, a desqualificação do “outro”.

No início de 2012, uma peça publicitária vinculada pelo governo do Maranhão em rede nacional nos dá uma boa amostra disso. O vídeo, que faz parte da campanha “Maranhão Único”, destaca as excepcionalidades do lugar e generaliza o título de Patrimônio Mundial concedido ao Centro Histórico de São Luís, apresentando não só imagens desse sítio, como de outros¹⁰⁴ e de suas paisagens naturais. O vídeo apresenta a seguinte narrativa:

Por que se contentar com o comum se você pode viver o único? Por que escolher um lugar qualquer se você pode ir para um lugar reverenciado pelo mundo? Por que aceitar o bom se você pode viver o inesquecível? Por que ver o ordinário se você pode experimentar o extraordinário? Venha viver um lugar como nenhum outro¹⁰⁵.

Como pode ser visto, a narrativa da peça trabalha em cima de pares de oposição que apresentam o Maranhão de maneira altamente positiva e minimizam os outros lugares. Se o Maranhão é um lugar como “nenhum outro”, incluem-se nessa generalização aqueles que também detêm o título concedido pela Unesco. Termos como “único”, “reverenciado”, “inesquecível” e “extraordinário” são utilizados em oposição a “comum”, “lugar qualquer”, “bom” e “ordinário”, em um movimento que qualifica o “nós” e desqualifica o “outro”.

¹⁰⁴ Muitas das imagens são do centro histórico de Alcântara, cidade vizinha a São Luís e que não obteve sucesso quando se candidatou a Patrimônio da Humanidade.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.silvanolago.com/2012/01/maranhao-lanca-campanha-publicitaria-de.html>.

Neste sentido, não seria errôneo afirmarmos que o processo de candidatura e a concessão do título são momentos e processos marcados por interesses que vão muito além da preservação e que, portanto, geram uma série de conflitos e jogos políticos que ultrapassam um processo puramente técnico de escolha de um bem. Enquanto espaço de disputa econômica, política e simbólica, ele é atravessado por agentes privados, públicos, ligados a organismos internacionais e, mais recentemente, a movimentos sociais, que hora se coadunam e hora entram em contradição.

Para corroborar essa proposição, podemos recorrer ao desequilíbrio das regiões representadas na lista da Unesco. Embora certo equilíbrio geográfico e cultural fosse tencionado por aqueles que instituíram a Lista do Patrimônio Mundial, até hoje, ainda que de maneira mais amena, determinadas localidades apresentam uma concentração de titulação que revela forte contradição com a ideia de universalidade proposta. Conforme lista apresentada pela Unesco nos primeiros meses de 2012¹⁰⁶, dos 18 países com maior concentração de patrimônios na lista, 11 são europeus, com destaque para Itália, Espanha, Alemanha e França, que juntos reúnem 154 bens dos 962¹⁰⁷ declarados Patrimônio da Humanidade¹⁰⁸. Quando consideramos as regiões definidas pela Unesco para a divisão geográfica da atual lista, essa discrepância fica ainda mais clara.

Gráfico 1

Fonte: unesco.org.br. Elaborado pela autora.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/#c154842>.

¹⁰⁷ Esses números envolvem 745 bens de natureza cultural, 188 naturais e 29 mistos. Esses valores, no entanto, podem aparecer em outras listas com pequenas diferenças, tendo em vista a metodologia empregada para a contagem, já que alguns bens podem pertencer a mais de um país e mais de uma categoria.

¹⁰⁸ Enquanto a Itália possui 45 bens inscritos pela Unesco, a Espanha tem 41, a Alemanha 35 e a França 33.

Para Costa (2009, p. 10), “essa geografia desigual da lista só é entendida no plano da política e da economia mundial, ou seja, no próprio quadro das relações internacionais, na posição de cada país signatário, no cenário planetário, e não determinada pelo quadro natural ou histórico de cada país”. Neste sentido, diríamos mais: essa desigualdade reflete diretamente a relação desses países com a indústria do turismo. Não é de se estranhar o fato de que há uma concentração dos bens patrimoniais nas cidades que mais recebem turistas no mundo.

Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) mostram que em 2010 51% dos turistas internacionais tiveram como destino a Europa e 22% a região da Ásia e do Pacífico¹⁰⁹. Esses números se aproximam dos percentuais de patrimônio inscritos na lista da Unesco e ficam mais significativos quando consideramos os países que nos últimos anos receberam o maior número de visitantes no mundo. Considerando os últimos cinco anos, os dados da OMT mostram como França, Estados Unidos, China, Espanha, Itália, Reino Unido, Turquia, Alemanha, Malásia e México ocuparam, respectivamente, a posição dos dez países mais visitados por turistas estrangeiros em todo o mundo.

Esses dados vão esclarecendo como a construção do patrimônio não obedece apenas a preocupações relativas a questões simbólicas, educativas e mesmo cognitivas. Esse processo apresenta-se como extremamente político e com intenções pragmáticas cada vez mais óbvias. Para além de elementos como identidade, memória e história, tão presentes nos discursos patrimonialistas, seus resultados econômicos e mercadológicos são cada vez mais levados à baila e constantemente entram em cena as ações que visam extrair aquilo que Harvey (2006) relacionou com as rendas monopolistas.

Ter o nome inscrito na lista de Patrimônios da Humanidade é apresentar um status internacional e uma distinção que incidem positivamente no desenvolvimento do *citymarketing*. Mais do que isso, configura-se em um acúmulo vantajoso de capital simbólico e de marcos de distinção que são imprescindíveis quando o objetivo é inserir os bens patrimoniais no circuito mundial de lugares e de cidades.

Embora não se possa negar a importância histórica e cultural dos bens inscritos como Patrimônio da Humanidade, os critérios adotados para a inscrição, como

¹⁰⁹ Dados na Organização Mundial do Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha-Dados_Turismo-15x21-web.pdf. Acesso em: 24 jul. 2013.

excepcionalidade, universalidade e autenticidade, acabam sendo usados como recursos para renda monopolista e colocam-se como bastante condizentes com as necessidades do turismo mundial, sendo utilizados por ele de maneira estratégica. A consagração de um bem como de interesse mundial é o álibi perfeito para despertar o interesse dos turistas e visitantes.

Scifoni (2004) é outra autora que nos mostra como as políticas patrimoniais internacionais e as mudanças pelas quais elas passam são movimentos que se constituem para além da esfera técnico-científica e dos valores imanentes de cada bem, perpassando relações políticas de “sustentação dos interesses nacionais dos países hegemônicos” (p. 11) ou mesmo emergentes no cenário econômico e turístico internacional. Para tanto, ela nos apresenta como o critério de autenticidade que foi revisado a partir de 1994 a pedido do Japão¹¹⁰. Por causa da rigidez desse critério, o país nipônico se via impedido de solicitar a proteção internacional de seus templos de madeira que, vez por outra, necessitava da substituição de uma de suas peças. Embora de forma legítima e beneficiando outros países para além do Japão, já que o critério de autenticidade não dava conta da diversidade arquitetônica existente, sua revisão¹¹¹ aponta mais uma vez para a ideia de que os valores culturais atribuídos a esses bens são produtos de embates e negociações que se estabelecem no campo das relações sociais, políticas e econômicas.

4.2 Patrimônio Mundial e política no cenário ludovicense

4.2.1 São Luís e a construção do mito da Atenas Brasileira

Enquanto os dados e elementos levantados anteriormente apontam para a existência de interesses patrimoniais que vão além das tradicionais questões identitárias e de cidadania, a análise do processo de candidatura e de eleição do Centro Histórico de São Luís a Patrimônio da Humanidade mostra mais diretamente como interesses e jogos políticos podem facilmente perpassar esse processo, a começar pelas imagens, histórias e personagens escolhidas para compor o dossiê de candidatura.

¹¹⁰ A revisão dos critérios de autenticidade foi feita durante conferência internacional realizada no Japão em 1994 e que resultou na Carta de Nara.

¹¹¹ Conforme apresentado na Carta de Nara (2004).

Com vimos, a cidade de São Luís é perpassada por um conjunto robusto de imagens e representações, as quais envolvem sua suposta fundação francesa e também seu urbanismo tipicamente português. Se essas duas representações foram primordiais no processo de revalorização da área central ludovicense ocorrido a partir da segunda metade do século XX, no processo de candidatura a Patrimônio Mundial, acrescenta-se a elas outra representação: a de Atenas Brasileira. No dossiê de propositura enviado à Unesco, a trajetória da cidade e de seu núcleo urbano é construída da seguinte forma:

Núcleo habitacional fundado por franceses, anteriormente visitado por espanhóis atraídos por um possível caminho até o El Dourado, conquistada e saqueada por holandeses, São Luís é, finalmente, colonizada por portugueses que consolidaram seu domínio em todo o território brasileiro. Destes primórdios que fazem caminho e destino de inúmeros povos, São Luís atravessou sua história como ativo participante na vida do Estado Colonial do Maranhão, que mantinha relação de comércio e poder diretamente com Lisboa. Porto de escoamento da produção de toda região Norte, pujante parque têxtil do princípio do século XX, São Luís manteve papel preponderante na cultura nacional que se traduziu na produção de seus poetas, escritores e políticos e materializou-se nos espaços urbanos, praças e solares (SILVA, 1997, p. 36).

Enquanto nesse primeiro momento do dossiê a ideia de França Equinocial e de cidade dos azulejos são destacadas, em um segundo momento, entra em cena a ideia de Atenas Brasileira, intimamente ligada a essa pujança cultural em destaque na citação acima e claramente frisada nas citações abaixo.

Todavia, graças ao comércio, a cidade foi florescendo, particularmente no século passado, quando foi chamada de “Atenas Brasileira” (ainda hoje se diz que a pronúncia de São Luís é uma das mais puras do Brasil) (SILVA, 1997, p. 64).

São Luís foi a primeira cidade do país a receber uma companhia italiana de ópera e uma das primeiras a ter ruas bem calçadas e iluminadas. Os navios traziam toda semana as últimas novidades da literatura francesa e as famílias ricas mandavam seus filhos estudar na Europa. Essa Idade do Ouro da economia do Maranhão teve um reflexo imediato na vida cultural da Província e no embelezamento da capital. São Luís ficou conhecida como a “Atenas Brasileira” por causa do grande número de escritores aí nascido ou que aí viveram, do seu papel na criação de movimentos literários renovadores e da sua forte tradição de ensino nas letras clássicas. O Maranhão é hoje o lugar do Brasil onde se fala melhor a língua portuguesa (MOREIRA, 1998, p. 24).

O título de Atenas Brasileira atribuído a São Luís relaciona-se ao progresso material e cultural possibilitados pelas intensas relações comerciais que o Estado do Maranhão manteve com a Europa a partir das últimas décadas do século XVIII e principalmente durante o período imperial. O fato de o Maranhão ter ocupado lugar de relevo na economia nacional da época refletiu na formação de uma elite fundiária que

logo buscou adequar seus costumes e bens materiais àqueles típicos da cultura europeia e, principalmente, da conhecida “capital do século XIX”. Os filhos dessa elite, mandados a estudar no velho continente, eram a principal ponte entre São Luís e o mundo “civilizado” e voltavam trazendo de lá o gosto pela arte, pela literatura e pelos costumes refinados. O interesse pelo teatro, por exemplo, teria refletido na vinda de companhias italianas e francesas para temporadas na capital ludovicense (CARVALHO, 2009). Desse intercâmbio cultural surgiram grupos literários cuja existência é representada a partir do mito de São Luís como Atenas Brasileira¹¹².

O primeiro deles, denominado Grupo Maranhense, marcou a vida literária do estado e do Brasil no período compreendido entre as décadas de 1830 e 1860 e, segundo Martins (2008), possibilitou o desenvolvimento de “um mito legitimador do Maranhão oitocentista” (p. 295). Entre os nomes de destaque do Grupo Maranhense¹¹³ podemos citar Odorico e Candido Mendes, Gomes de Sousa, João Lisboa e Gonçalves Dias, todos eles com considerável importância nacional.

Para Corrêa (1993), a adesão forçada do Maranhão ao processo de independência do Brasil é a principal pista para entendermos a criação desse mito ludovicense. Obrigado a se integrar ao Brasil, que cada vez mais tinha no Rio de Janeiro seu centro político e administrativo, o Maranhão desenvolveu uma identidade que pudesse colocá-lo novamente em posição de destaque nacional. Para isso, recorreu ao seu número significativo de poetas e escritores e ao seu suposto requinte e efervescência cultural, possibilitados pelo progresso econômico do estado. Obrigada a se integrar ao Brasil, país que considerava de limitações civilizacionais, as elites maranhenses criaram a autoimagem de representante da cultura clássica europeia, de modo que o mito da Atenas Brasileira foi formatado para ser um elemento de diferenciação. Até hoje, esse elemento é constantemente recriado e remontado com o intuito de apresentar a singularidade desse povo.

Ainda dentro desse mito, o Maranhão viu nascer um segundo ciclo literário (1868-1894), marcado por uma nova geração de escritores e poetas, entre os quais podemos elencar Artur e Aluísio Azevedo, Raimundo Correa, Graça Aranha, Nina Rodrigues e José Ribeiro do Amaral. Diferentemente do Grupo Maranhense, essa

¹¹² Segundo Martins (2008), outras cidades brasileiras, como Olinda e Rio de Janeiro, também tiveram atribuído ou atribuíram para si o título de Atenas Brasileira. Contudo, São Luís foi aquela que melhor deu conta de perpetuar essa representação literária.

¹¹³ A denominação “grupo” não significa que esses nomes participassem de um projeto coeso e que compactuassem das mesmas ideias. Ele é usado didaticamente para falar dessa primeira leva de literários maranhenses de destaque nacional e cuja importância ajudou na criação do mito em questão.

segunda geração migrou logo cedo para o sul do país e, em muitos casos, deu às suas obras um tom de crítica social, indo além da louvação dos aspectos sociais e estéticos da sociedade local, algo bastante empreendido pelo grupo anterior. As obras dos irmãos Azevedo nos dão um bom indício dessa mudança, principalmente quando nos lembramos das personagens satirizantes de Artur e da obra “O Mulato” de Aluísio.

Por conseguinte, o momento literário que se segue após a atuação dessa segunda geração é descrito pelos estudiosos das letras maranhenses e até mesmo pelos jornais e periódicos da época como um período decadente. Se a primeira geração, aquela do Grupo Maranhense, esteve intimamente relacionada ao ciclo de prosperidade da economia algodoeira, e se a segunda geração coincidiria com o ciclo da cana-de-açúcar, a terceira geração, conhecida como os Novos Atenienses (1894-1932), esteve diretamente ligada ao período de decadência da economia maranhense.

Essa terceira geração, de caráter saudosista, colocou-se enquanto herdeira das primeiras gerações e trabalhou para consolidar o projeto de São Luís enquanto Atenas Brasileira. Essa admiração para com o passado literário ludovicense é vista por muitos autores como um dos grandes problemas desse grupo, visto como de menor importância. Talvez por causa da proximidade temporal com a segunda geração, os Novos Atenienses são constantemente relatados como escritores menores se comparados aos prógonos e sua pujança intelectual. Acrescente-se a isso o próprio sentimento de admiração nutrido por eles para com seus antecessores, o que ajudou a consolidar uma visão quase sagrada da primeira e da segunda geração.

Apesar dessa imagem recorrente, a qual se soma o período decadente da economia, os Novos Atenienses tiveram uma participação inegável no desenvolvimento da literatura local, sendo responsáveis, por exemplo, pela criação da Academia Maranhense de Letras. Entre os seus principais nomes estavam Godofredo Viana, Antonio Lobo e Ribeiro do Amaral.

Formada a partir desses elementos literários, a verdade é que a ideia de Atenas Brasileira constitui um dos muitos mitos ludovicenses acerca de sua suposta singularidade. Enquanto muitos historiadores e a própria elite produzia e reproduzia esse discurso de pujança intelectual e cultural da capital maranhense, vozes discordantes surgiam dentro das próprias gerações literárias utilizadas para a construção da imagem ateniense.

João Lisboa, pertencente ao chamado Grupo Maranhense, foi um dos primeiros a questionar o título de Atenas Brasileira, mostrando que a ideia de uma São

Luís refinada e permeada por uma vida intelectual e cultural digna dos ambientes europeus não correspondia a uma cidade cuja principal festividade era aquela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios. O teatro, por seu turno, era uma atividade rara, sem a estrutura necessária, e as peças que lá chegavam eram, em sua maioria, vista com maus olhos pela sociedade conservadora local. Os jornais, por outro lado, eram abertos e fechados com muita constância, e quando surgiam sempre eram visto como uma nova possibilidade para acabar com o marasmo intelectual do estado (BORRALHO, 2000).

Os irmãos Azevedo também se constituem em intelectuais relacionados à ideia de Atenas Brasileira que questionaram essa analogia. Principais nomes da tão admirada segunda geração, eles conceberam:

Maranhão não é Atenas brasileira, Maranhão não é mais que uma triste província de terceira ordem, sem originalidade, sem caráter nacional, sem literatura, sem ciência de espécie alguma, sem a menor noção de Belas Artes, e sem comércio ao menos. A opinião pública é lá formada e dirigida por uma meia dúzia de portugueses ignorantes e retirados dos negócios; a sociedade diverte-se a falar mal da vida alheia; o trabalho mais rendoso é o tráfico de escravos, e os tais Atenienses de maior monta na província os únicos que ela respeita, não passam de alguns tipos pretensiosos, cheios de regras gramaticais e tolice. O único grêmio literário que lá existe é um desconjuntado Ateneu Maranhense, onde há trinta anos vão aos domingos alguns empregados públicos espiar as suas asneiras. De todo esses maranhenses que o generoso folhetinista citou, não há um só que deva à sua província o menor serviço, a menor prova de gratidão. Ela é principalmente ingrata com os filhos que mais a tornam conhecida (AZEVEDO, *apud* MÉRIAN, 1988, p. 328-9).

Para que esse título de Atenas, lembrança exótica de algum precursor hilariante Tartarin? É por amar o meu berço que protesto contra essa classificação que, longe de o engrandecer, o torna ridículo. É preciso não amar com desvario, mas com bom senso. Assim como não perdoaria o indivíduo que, examinando minha casa, me dissesse:

- ‘Você mora num palácio!’ – também não perdôo a quem venha dizer que sou filho da Atenas brasileira (AZEVEDO, *apud* BRANDÃO, 1979, p. 115-6).

Apesar das contradições encontradas no âmbito local e das críticas realizadas por seus grandes nomes, não se pode negar que muitos desses intelectuais são reconhecidamente de importância nacional, fato que acabou por contribuir para que o título de Atenas Brasileira, mesmo sem corresponder diretamente à realidade, se consolidasse no cenário brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda, em 1979, considerou a ascensão econômica e o significativo número de estudantes maranhenses que circulavam pela colônia e pela metrópole como fatores que contribuíram para esse título, asseverando que “não foi, certamente por um milagre que tivemos a famosa ‘Atenas Brasileira’” (HOLANDA, *apud* CORRÊA, 1993, p. 100).

Entretanto, a ida dos principais nomes da literatura maranhense para o Rio de Janeiro e outros centros urbanos é mais um indício de que as condições vividas em São Luís não eram suficientemente propícias ao desenvolvimento intelectual desses escritores. Boa parte da literatura que teria impulsionado o desenvolvimento desse mito ludovicense foi desenvolvida longe de São Luís. É a partir desses e de outros fatores que a historiografia maranhense contemporânea vem claramente tentando desconstruir esse mito, fato completamente ignorado quando se utiliza sem reservas a ideia de Atenas Brasileira no intuito de comprovar a singularidade de São Luís e sua vocação a patrimônio mundial.

Se essa imagem de uma cidade marcada por intelectuais letrados serviu para embasar o dossiê de candidatura, outra, mais recente e menos erudita, mas não menos importante, não teve o mesmo destino. O título de Jamaica Brasileira, pelo qual São Luís é claramente conhecida no contexto nacional, não mereceu nenhuma menção nem no dossiê de candidatura nem nas publicações oficiais divulgadas após a obtenção do título. Se a economia escravocrata do Brasil colônia esteve presente nesse dossiê, diretamente relacionada ao mito da Atenas Brasileira, a representação identitária que hoje se reveste de maior importância para a população negra ludovicense foi varrida para debaixo do tapete.

O Centro Histórico de São Luís, cuja formação urbana e arquitetônica foi o reflexo da prosperidade material da elite agrária maranhense, hoje é inegavelmente embalado pelo *reggae*. Passear por suas ruas, becos e escadarias implica deparar-se com o ritmo tocando em casas, bares e lojas de artigos musicais, como aquelas dedicadas exclusivamente a esse ritmo. Nas lojas de artesanato e souvenirs, entre as peças com motivos dos famosos azulejos e entre as miniaturas dos antigos casarões, facilmente encontramos camisetas estampando a figura de Bob Marley e pequenas peças nas cores vermelha, amarela e verde, lembrando-nos que também estamos na Jamaica Brasileira.

Embora o Bumba Meu Boi e o Tambor de Crioula sejam manifestações artísticas mais tradicionais e também ligadas àquele espaço, no cotidiano, o *reggae* se impõe de maneira mais perceptível. Ainda assim, é visto por muitos jornalistas e figuras locais mais tradicionais como um elemento intruso ao centro histórico e suas características mais “genuínas”.

O ritmo jamaicano chegou a São Luís na década de 1970 de maneira inusitada: em determinadas horas da madrugada, ondas de rádio vindas da região do Caribe podiam ser captadas em determinados locais da capital e do interior do estado.

De outro modo, também teria chegado por meio de LPs trazidos pelos trabalhadores dos navios que desembarcavam na região. Entre os ritmos captados pelas ondas do rádio e deixados no porto, o *reggae* foi aquele com o qual mais a população pobre, negra e moradora da periferia da cidade se identificou. Na década de 1990, quando a cultura reggaeira se consolida mais claramente na capital maranhense, os jornais da época buscavam entender os elementos dessa identificação, e destacavam:

Além do fato de serem ilhas e cultuarem o reggae, Jamaica e São Luís têm muitos outros pontos em comum. Em ambas, a população negra majoritária e o estado de miséria e violência a que esta população está submetida é semelhante. Quem é negro, pobre e mora na periferia, sabe a importância de um salão de reggae. O reggae é ritmo de preto, sim, e mesmo cantado em outra língua sua mensagem é captada pela negadinha de São Luís (O ESTADO DO MARANHÃO, 18 fev. 1990 *apud* CARVALHO, 2009, p. 117).

Ainda que a passagem acima possa denotar que o *reggae* foi absorvido na identidade da periferia ludovicense, alguns estudiosos do assunto apontam para o fato de que ali ele foi absorvido sem seus elementos políticos e de resistência. Sem a intenção de adentrar nessa seara, o que não podemos negar é que logo que caiu no gosto da periferia, o *reggae* foi absorvido pelo mercado radiofônico maranhense. Como assevera Aragão (2007, p. 67), “o reggae foi visto tanto pelos detentores dos meios de comunicação de massa, quanto pelos organizadores de festas, não como uma forma de lazer que poderia congrega a massa regueira, mas sim como mais um filão a ser explorado pelas suas indústrias”. De qualquer forma, e ainda que tenha sofrido com as adaptações da mídia até alcançar outras camadas da população, foi um movimento que se iniciou na periferia e que de alguma forma criou laços fortes com a identidade local.

Figura 58. A presença do *reggae* no Centro Histórico de São Luís. Na primeira imagem, produtos ligados ao ritmo jamaicano vendidos em uma loja de artesanato local. Fonte: <http://www.visitesaoluis.com/atividades/6-reggae-a-expressao-do-maranhao>. Na segunda, um dos bares de *reggae* mais famosos da cidade logo após a execução do Projeto Reviver. Entre os muitos bares dedicados ao *reggae* existentes na área central e em outro pontos da cidade, o Root's Bar é tido como aquele que mais preserva as raízes negras desse ritmo e o preferido pelos moradores das periferias da cidade. É, por assim dizer, o mais autêntico recinto do *reggae* em São Luís. Talvez por isso, nas incursões que realizamos durante o ano de 2012, notamos que o Root's era um dos que mais atraía turistas, principalmente nas noites de sexta-feira. Fonte: <http://reggaesaoluis-neturbo.blogspot.com.br/>.

Se, de um lado, esses laços são nutridos pela população de uma maneira geral e por alguns setores da mídia e da indústria radiofônica, por outro são atacados e desconstruídos, principalmente por aqueles que ainda tentam reconfigurar e atualizar a ideia de Atenas Brasileira. Nessa luta discursiva, a Jamaica Brasileira desponta como uma opção identitária para a população negra, pobre e iletrada, a qual nunca encontrou abrigo na representação helênica da cidade. Para outros mais conservadores, o título de cidade jamaicana no Brasil é sinal da decadência do passado de glória de São Luís. É como se seus ilustres intelectuais e escritores estivessem sendo substituídos pela estranha figura de Bob Marley. A cidade de fundação francesa, de arquitetura portuguesa e de elementos culturais e intelectuais refinados estaria dando as costas para seu passado europeu e civilizado, voltando-se para um tipo cultural periférico. Em 1991, uma importante figura do cenário político e intelectual da cidade destacou:

No momento em que os meios de comunicação maranhenses passam a cognominar à nossa São Luís não mais de “Atenas Brasileira”, mas de “Jamaica Brasileira”, urge que se repudie tamanho e tão deplorável abuso [...] Não se conhece na história da Jamaica feitos nos campos da letras, artes e ciências. [...] Eis que a ignomínia parece contagiar a cidade, profanando a sua cultura, maculando um passado de fastígio literário e artístico (RAYOL, apud, ARAGÃO, 2007. p. 73).

Talvez para não “macular” esse passado é que a representação imaginária da Jamaica Brasileira tenha sido deixada de lado no processo de eleição de São Luís a Patrimônio Mundial, embora esse fosse um fator passível de ser utilizado como outra das singularidades ludovicenses. De qualquer forma, e a despeito da tradição envolta na ideia de Atenas Brasileira, a verdade é que ela representa muito mais facilmente as oligarquias maranhenses, tão empenhadas em tornar a cidade um elemento de distinção mundial. Como veremos, esse empenho extrapolou o campo do patrimônio, da identidade e da própria memória, adentrando nos jogos da política. Por conseguinte, é preciso admitir que os principais elementos de identificação do povo maranhense, seus mitos e imagens, se mostram, acima de tudo, representados por seu suposto passado glorioso, ainda que agrário e escravocrata e, portanto, intimamente ligados às suas elites políticas.

Ignorando a participação dos negros e pobres em sua formação, os elementos da chamada Atenas Brasileira são justamente os que vão permear toda a montagem do dossiê e do seu discurso intrínseco. Um discurso que ainda hoje é reforçado nas publicações oficiais do Estado e amplamente lembrado nos escritos do maior representante atual dessa elite. Logo após a obtenção da chancela da Unesco, o

senador José Sarney escreveu que naquela terra não se erguiam “estátuas a heróis e soldados, políticos e administradores”. Para ele, como boa representante da cultura helênica, São Luís só se arvorava a erguer homenagens a “poetas e escritores”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 19 dez. 1997). Viria daí a criticada e fadada ideia de se erguer um mausoléu a José Sarney no Convento das Mercês? Se bem lembrarmos, o atual senador não é apenas o maior nome da política maranhense, mas também o atual representante do mito ateniense, haja vista sua inserção no campo literário e o fato de ser ele membro da Academia Brasileira de Letras. José Sarney assumiu o governo do Maranhão em 1966 proclamando que se tratava da “poesia no poder” e, não por acaso, o projeto político de obtenção do título de Patrimônio Mundial, levado a cabo por sua filha, passou inegavelmente pela exaltação do mito originado no campo das letras.

4.2.2 Patrimonialização à brasileira

Embora só tenha adquirido o título em 1997, a ideia de transformar São Luís em Patrimônio Mundial foi pensada primeiramente no governo de Cafeteira, momento no qual se desenvolveu o Projeto Praia Grande Reviver. Essa ideia, no entanto, não chegou a se desenvolver, já que na época o foco do IPHAN estava voltado para a cidade de Brasília, que em 1987 se tornou o único bem contemporâneo a receber a chancela da Unesco. Somente em 1996, já no governo de Roseana Sarney, é que se formou todo um lobby no sentido de fazer do Centro Histórico de São Luís o sétimo bem brasileiro de natureza cultural declarado Patrimônio da Humanidade¹¹⁴.

O percurso que levou o Centro Histórico de São Luís ao reconhecimento da Unesco começou a ser trilhado ainda nas campanhas de Roseana Sarney ao governo do Estado, quando o turismo foi inserido como uma das maiores vocações econômicas do estado.

O turismo é uma das atividades econômicas que será prestigiada na Administração Roseana Sarney, candidata ao Governo do Estado (...). O Maranhão está estrategicamente posicionado entre o Norte e o Nordeste, somando características e pertencendo a órgãos promocionais das duas regiões, como a CTI-Norte e CTI-Nordeste. Mas existem algumas deficiências que devem ser superadas como infra-estrutura e atendimento dirigido. O programa de governo de Roseana Sarney consiste na criação

¹¹⁴ Antes de São Luís, as Cidades Históricas de Ouro Preto (1980) e de Olinda (1982), as Ruínas de São Miguel das Missões (1983), o centro histórico de Salvador (1985), o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo (1985) e o próprio Plano Piloto de Brasília (1987) eram os únicos bens de natureza cultural declarados Patrimônio Mundial pela Unesco.

de balcões de investimentos turísticos para a captação de recursos para o setor. O mesmo será obtido junto a órgãos públicos como a Sudam, Sudene, EMBRATUR e até mesmo em bancos internacionais. (...) A recuperação de prédios históricos de interesse cultural, o treinamento de guias, garçons e funcionários da rede hoteleira, plano de desenvolvimento de áreas como a do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a do Delta do Parnaíba serão ações executadas paralelamente a campanhas nacionais e internacionais de divulgação do potencial turístico do Maranhão (O IMPARCIAL, 16 set. 1994, p. 3).

Uma vez eleita, Roseana dá início às tratativas para inscrever São Luís na lista do Patrimônio Mundial. Esse feito, desde cedo, tinha duas intenções claras: de um lado, criar uma singularidade, uma espécie de “renda monopolista” (2006), capaz de facilitar a aquisição de apoio financeiro para o setor turístico do estado e, de outro, inscrever definitivamente o sobrenome Sarney na história da patrimonialização ludovicense. Como vimos, ainda que apoiados pelo ex-presidente José Sarney, as várias etapas de revitalização do Centro Histórico de São Luís tinham atrelado aquele espaços urbano a outros nomes e políticos, a exemplo do ex-governador Cafeteira. Mesmo esse segundo objetivo, de natureza claramente política, fica explícito no dossiê encaminhado aos órgãos do Patrimônio Mundial.

Assim, após uma primeira consulta realizada em 1995 junto à Unesco, inicia-se o trabalho de montagem de uma equipe de arquitetos e de historiadores e de um documento cuja característica técnica foi mesclada com informações políticas e pessoais aparentemente desnecessárias. Dizemos aparentemente porque no fim do processo foram a diplomacia e o peso político dos agentes envolvidos que ajudaram a dar ganho de causa a São Luís.

Naquelas que consideramos as partes técnicas no dossiê, estavam destacadas a localização e a delimitação oficial do núcleo urbano em questão, as quais coincidiam com os espaços tombados pelo IPHAN, além de seus domínios jurídicos, como as leis federais, estaduais e municipais que davam sustentação legal a sua preservação. Fora isso, o dossiê contou com uma caracterização iconográfica, geográfica, histórica e arquitetônica do centro histórico, bem como com um detalhado relatório acerca de todas as etapas de revitalização que já haviam sido executadas. Nesse relatório, apresentou-se também o estado de conservação de seus casarões e espaços públicos.

Além do apoio técnico do IPHAN, a confecção do relatório contou com um forte e decisivo aliado: o apoio diplomático do historiador francês Jean-Pierre Halévy,

ex-diretor do Centro de Estudos Superiores de Monumentos Históricos da França¹¹⁵. Em entrevista, Andrès nos relata com detalhes as iniciativas de Halévy no sentido de construir a proposta de São Luís.

Ele foi lá na Unesco e perguntou: “o que é um bom dossiê?”. E colocaram pra ele dois documentos. Assim: um era um livro fantástico de policromia de uma cidade portuguesa, e outro era um colecionador, com umas separatas, grampeadas, umas “xerox”. E falou pra ele: as cidades às vezes acham que vão impressionar fazendo um documento luxuoso, encadernado, de policromia, e isso é péssimo, porque na verdade, esse comitê se reúne uma vez a cada ano (...) e eles vêm do mundo inteiro para Paris, pra se reunir, e tem muitas propostas. Então eles avaliam o que o ICOMOS, a expertise que o ICOMOS já fez, e em cima dessa avaliação eles distribuem. Por exemplo, se você faz parte do birô e é um arquiteto que está ligado mais à história, então eles distribuem a parte do dossiê que é mais ligado a isso. Então é mais fragmentado, muito mais fácil, eles não têm tempo, é só uma semana pra avaliar cinquenta processos. Se você pega um livro dessa grossura, o que vai fazer? Arrancar as páginas, ou então dá um livro enorme pra cada um, para o cara ir procurar lá o assunto que é da área dele? Então o melhor é seguir o formulário deles e qualquer coisa que você queira acrescentar além daquilo, colocar como anexo. Mas em separata. E foi assim, com essa orientação, que Halévy nos passou: “faça uma coisa modesta, não pretenciosa”.

Seguindo as indicações técnicas da Unesco e de Halévy, o dossiê apresentou as justificativas perpassando questões históricas e culturais, sempre destacando a singularidade urbana do bem em questão.

Palco de lutas pela afirmação nacional, a São Luís coube criar através da releitura da arquitetura portuguesa, uma arquitetura única: seja pela generosidade dos materiais construtivos utilizados, seja pelas soluções ambientais adotadas, a casa maranhense se distingue de toda arquitetura colonial do país. (...). Mais extenso conjunto urbano e arquitetônico colonial da América Latina, com seus mais de 3.500 imóveis representativos de nossa história, São Luís é definitivamente um dos mais acabados exemplos da maneira de viver do Brasil dos séculos XVIII e XIX (SILVA, 1997, p. 36).

Uma vez construída sua primeira versão, o dossiê foi prontamente encaminhado pela governadora Roseana Sarney ao Diretor Geral da Unesco, o Sr. Federico Mayor. Somente dois meses depois desse encaminhamento, já nos mês de julho, é que o referido documento foi enviado ao Ministério da Cultura (MinC) e ao IPHAN. Esse detalhe de datas nos apresenta a relação direta que se estabeleceu entre as autoridades ludovicenses e algumas instâncias da Unesco, sendo que nesse processo o IPHAN exerceu uma função secundária. Conforme a própria convenção do Patrimônio

¹¹⁵ Além disso, o historiador já havia sido Consultor Cultural da França no Brasil e membro do Comitê do Patrimônio Cultural em seu país. Halévy visitava com frequência o Maranhão e foi o responsável pela inclusão do estado no Acordo Brasil-França, que entre 1987 e 1990 permitiu que vários profissionais maranhenses realizassem, em Paris, estágios e cursos de especialização no campo do patrimônio.

Mundial (1972), a inscrição de um bem na lista “apenas poderá ser feita com o consentimento do Estado interessado”. No mesmo sentido, a convenção assevera que “cada um dos Estados parte (...) deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial, um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista (...)”. No caso de São Luís, o estado brasileiro, representado pelo MinC e pelo IPHAN, só teve acesso ao dossiê de propositura dois meses após seu encaminhamento oficial à Unesco. Extremamente centralizado nas mãos da equipe designada pelo governo, chefiada por Andrès, o processo de candidatura não contou nem com a participação da população, nem com a participação da prefeitura, na época ocupada por um grupo de oposição à família Sarney.

Nesse momento inicial, várias foram as correspondências trocadas entre o governo do estado e a Unesco, que sempre respondia com indicações acerca de elementos que precisavam ser incluídos no dossiê, até que em novembro daquele mesmo ano uma missão do Icomos chegou a São Luís visando construir uma avaliação preliminar acerca do seu centro histórico. Após apresentar sugestões de aperfeiçoamento e de adequação da proposta ludovicense, a referida missão considerou a candidatura de São Luís pertinente e encaminhou parecer favorável ao Icomos.

A partir daí, algumas mudanças no dossiê começaram a chamar atenção e a própria mídia começou a apresentar as relações pessoais que se estabelecem para além do protocolo estabelecido pela convenção do patrimônio mundial. Matéria publicada pelo jornal *O Estado do Maranhão* destacou, por exemplo, como foi “oportuníssima a intervenção do ex-presidente José Sarney junto à direção da Unesco para que o dossiê sobre a declaração de São Luís como cidade Patrimônio da Humanidade volte à ordem do dia naquela organização” (24 de janeiro de 1996). Se essa afirmativa pode apresentar-se como propaganda midiática, um anexo incluído no próprio dossiê torna a informação oficial.

Como amigo pessoal, há vários anos, do Diretor Geral da Unesco, Dr. Federico Mayor, o Senador José Sarney, discreta e diplomaticamente, como é do seu feitio, levou suas manifestações de apoio àquela instituição em todos os momentos e recebeu, do Dr. Mayor, sempre as melhores evidências de sincera reciprocidade nas ações culturais da Unesco. Trinta anos depois de deixar o Governo do Maranhão, o Senador José Sarney vê finalmente seus esforços em defesa do patrimônio cultural maranhense, levadas pelas mãos da Governadora Roseana Sarney, serem reconhecidos internacionalmente pela Unesco, a mais prestigiosa entidade cultural do mundo (SILVA, 1997, p. 102).

Enquanto José Sarney desponta no texto como o grande defensor do patrimônio ludovicense, é pertinente lembrarmos que foi justamente em seu governo estadual (1966-1970) que as políticas de urbanização da cidade privilegiaram a zona litorânea, enquanto a área central adentrava em seu maior estado de abandono. Afinal, a proposta desse seu mandato foi a de um “Maranhão Novo”, preocupado em modernizar a cidade e apagar as marcas do “atraso”. De todo modo, as últimas versões do dossiê extrapolam as questões do patrimônio e se apresentam como um documento de exaltação não só de José Sarney, mas também da sua própria família. Os trechos abaixo exemplificam bem essa questão.

Destaca-se, ainda, nesse período, a criação do escritório regional do IPHAN / MinC, cujo primeiro Coordenador foi o advogado Ivan Sarney, intelectual que manteve atuação destacada à frente daquela instituição (SILVA, 1997, p. 40, grifos nossos)

A aprovação técnica da inclusão de mais um bem cultural brasileiro na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco representa o reconhecimento da mais importante instituição cultural do mundo ao espírito elevado e ao grande discernimento da Governadora Roseana Sarney, que desde o início do seu governo deu continuidade aos trabalhos que vêm sendo feitos há 20 anos pela equipe da SEPLAN e da SECMA (...) (SILVA, 1997, p. 101, grifos nossos)

Se essas questões políticas e personalistas dão o tom das últimas versões do dossiê, o que estava para acontecer na 21ª Reunião Internacional do Bureau do Patrimônio Mundial, realizada em Paris em junho de 1997, nos mostra ainda mais do que a eleição de um bem como Patrimônio Mundial, ao menos no que se refere à patrimonialização à brasileira, extrapola a questão técnica, histórica e artística. Após o Icomos aprovar, com ressalvas, o parecer favorável da sua equipe – aquela que realizou a missão exploratória em São Luís – era a hora de a proposta passar pelo seu momento mais crítico, já que a decisão desse *bureau* costuma ser diretamente aprovada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, responsável pela entrega do título.

Presidindo uma grande comitiva¹¹⁶, Roseana Sarney seguiu para Paris junto com seu pai, José Sarney, à época exercendo o mandato de senador pelo estado do Amapá. Já na capital francesa, a comitiva brasileira foi informada por Halévy de que a proposta de São Luís não seria aprovada. As informações levantadas por ele nos bastidores eram de que faltava um estudo comparativo de várias cidades da América Latina, algo que o próprio Icomos estava realizando. Fora isso, e como visto no caso de

¹¹⁶ Que incluía Andrès e parte da equipe de arquitetos e historiadores responsáveis pelo dossiê, bem como representantes do IPHAN e da Unesco no Brasil.

Guimarães, as propostas para a inserção de um bem na lista do Patrimônio Mundial costumam apresentar uma comparação do bem em eleição com outro de mesma natureza, a fim de que seja possível estabelecer as questões da singularidade e da excepcionalidade. Esse era um elemento ausente no dossiê apresentado por São Luís. No trecho da entrevista concedida por Andrès, esse episódio mostra o peso político daquele título e os receios de não conquistá-lo.

A reunião dura uma semana e nesse momento teve um suspense, que é uma coisa que ninguém sabe. Mas no início da reunião descobrimos que havia sim um parecer favorável, porém, tinha uma condicionante que gelou o sangue da gente. Que era o seguinte: havia uma condição, que São Luís deveria aguardar o estudo comparativo de várias cidades da América Latina que estava sendo realizado. Caramba, nós gelamos, porque nós saímos daqui, imagina a província, pra buscar esse caneco. A expectativa daqui... imagina! Nós fomos lá pra buscar isso. Se eu volto de lá e digo, olha, não, não entrou, São Luís não entrou na pauta porque ainda falta um estudo, iriam dizer: “esse caras são incompetentes, não fizeram nada direito”. Ia ser crucificado. Jean-Pierre que descobriu isso. Chamou a gente lá, depois da reunião, e falou: “olha, corremos um sério risco” (...). E foi um pânico: se a gente voltar pra São Luís com essa notícia, estamos liquidados, vamos ter que sair de São Luís (ANDRÈS, entrevista à autora, 2012).

Se a população não foi envolvida na construção da proposta, os sentimentos de pertença e de orgulho para com o possível título já haviam sido trabalhados de tal forma pela publicidade oficial e pelos meios de comunicação, que voltar de Paris sem a indicação dessa distinção da Unesco era como assinar um atestado de incompetência, mesmo sabendo que a reprovação de propostas na reunião do *bureau*, ou mesmo o adiamento da aprovação para o ano seguinte, como seria o caso de São Luís, são bastante comuns. Mas no caso em questão, o adiamento faria o título perder sua força de coesão e colocaria em xeque não só o projeto político de Roseana, de ligar definitivamente o sobrenome Sarney ao patrimônio ludovicense, como dificultaria a aquisição dos tão esperados empréstimos e financiamento destinado a alavancar o turismo de São Luís. Neste sentido, por sugestão da arquiteta Dora Alcântara, importante nome do IPHAN e dos estudos arquitetônicos do Maranhão, cria-se uma justificativa para dispensar o estudo comparativo e garantir o título.

Nós sentamos em um bistrô lá e surgiu a ideia, da Dora, que falou assim: “(...) São Luís é a única cidade de origem portuguesa, as outras todas são de natureza espanhola. Aí tem aquela coisa do Buarque de Holanda que diz que os espanhóis são taxadores e os portugueses semeadores. E vamos dizer que são urbanismos de natureza diferente, que não dava pra misturar alho com bugalho, e que não tem nada a ver comparar o urbanismos português com o espanhol, e pedir que seja dispensado esse estudo. Aí o nosso representante, que falava muito bem o francês e tinha a pegada de um diplomata, escreveu uma intervenção e ficamos naquele suspense

tremendo. Terça, quarta, e quando chegou a vez de São Luís, na quinta-feira, projetaram os slides, e tal. Aquele clima solene, o plenário muito impressionante, lá na sede da Unesco e aí, quando colocou em votação, ele pediu a palavra (...) e curto e grosso falou assim: a delegação do Brasil aqui presente solicita que essa comparação seja dispensada do resultado (...), considerando que São Luís é a única cidade portuguesa e que não se compara... (...) E aí ele falou assim, curto e grosso. Foi rápido: “solicitamos que o Centro Histórico de São Luís seja dispensado do estudo comparativo, considerando que não há porque comparar cidades de urbanismos espanhol com português, que são natureza completamente diferente, e pronto”. Eu falei, caramba, esse cara foi muito grosso, isso que é diplomacia, eu pensei comigo? Aí deu aquele branco no plenário, o alemão pediu a palavra. E o cara concordou. Eu quase desabei, já não dormia direito. Aí veio um mexicano, um de bigodinho. Com esse eu acho que o Jean-Pierre conversou, ele era muito simpático, já tinha conversado com a gente lá nos intervalos. Aí ele concordou. (ANDRÈS, entrevista à autora, 2012, grifos nossos)

Bastante emocionado ao relatar o alívio sentido com a posterior aprovação do *bureau*, e, conforme pode ser vislumbrado na última parte do trecho acima, Andrès nos dá indícios dos trabalhos de bastidores feitos para que o título, para além da pertinência patrimonial que não se pode negar a São Luís, fosse aprovado naquele momento. Além da presença do ex-presidente do Brasil, que obviamente fez valer seu peso político, entrou em cena a figura de Halévy, bastante conhecida e respeitada no meio em questão.

(...) eu desconfio que o Jean-Pierre fez um trabalho de bastidores, junto aos... ele era muito diplomático, já tinha trabalhado por lá. Ele andou conversando com os representantes. Ele deve ter dito, “poxa, o pessoal veio lá do Maranhão e tal” (ANDRÈS, entrevista à autora, 2012).

Assim, sem negarmos seu valor histórico e cultural, a eleição do Centro Histórico de São Luís a Patrimônio Mundial foi permeada de influências políticas que nos ajudam a questionar o puro “interesse comum da humanidade” em preservá-lo. Sem apresentar um estudo comparativo de qualquer natureza, a zona central ludovicense foi considerada “um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca” (ICOMOS, *apud* ANDRÈS, 2012, p. 95). Dentre os seis critérios definidos pela convenção do patrimônio, o Icomos considerou, assim, que São Luís atendia a três deles: iii) é um testemunho excepcional de uma tradição cultural; iv) é exemplo destacado de um conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da Humanidade e; v) é um exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é representativo de uma cultura e de uma época.

Após a aprovação do Bureau do Patrimônio Mundial, em junho de 1997, restava então a chancela do Comitê do Patrimônio Mundial, cuja plenária se daria no mês de dezembro. Novamente em comitiva, Roseana Sarney e seu lobby seguiram para a Europa, agora para a cidade de Nápoles, na qual o Centro Histórico de São Luís finalmente recebeu a distinção de Patrimônio Mundial. Ainda lá, tratava-se de, finalmente, capitalizar politicamente o título. Em sua primeira entrevista após o título, José Sarney asseverou:

O grande desejo de um parlamentar é conseguir defender sua causa. Grande ou pequena, o essencial é vê-la vitoriosa. [...] Eu, hoje, sou o mais antigo parlamentar brasileiro. O único remanescente da Legislatura de 1955. Minha causa parlamentar tem sido a cultura. Há trinta anos apresentei o primeiro projeto de lei de incentivo à cultura. [...] Estou em Nápoles [...]. Assisti à Unesco [...] proclamar São Luís do Maranhão Patrimônio da Humanidade, o maior conjunto de arquitetura colonial dos trópicos, casario, fontes, edifícios, ruas e história. [...] A cultura, para mim, está acima de todas as coisas. Ela aproxima o homem de Deus. Fiquei emocionado. Ali estava a delegação do Maranhão, Estado da Cultura, desde sua governadora, que tanto lutou por esse reconhecimento; o prefeito de São Luís; este pobre marquês e todos que choraram por esse fato (O ESTADO DO MARANHÃO, 19 dez.1997).

Tendo a mídia como grande aliada¹¹⁷, Roseana Sarney e sua comitiva trataram de firmar o título como uma realização sua e, nas entrelinhas, vai desconstruindo a importância dos outros governos nas etapas de revitalização do Centro Histórico.

Outro governador poderia, se quisesse, ter candidatado São Luís para integrar-se a esse clube seletivo da Unesco. E por que não o fez? Se o Projeto Reviver, excelente projeto que contou com o apoio e o entusiasmo do Presidente Sarney era suficiente para justificar o título por que nunca procuraram a Unesco com esse objetivo? Ora, foi preciso que eu chegasse ao governo e acreditasse nessa possibilidade e por ele brigasse durante quase dois anos para que se transformasse em realidade. Se tenho algum mérito nessa história é o de sempre ter acreditado no valor histórico de São Luís e ter elegido essa questão como bandeira de luta. (...) A rigor, a prefeitura não participou do processo, mas, uma vez alcançada a primeira vitória, que foi a aprovação da proposta técnica em julho deste ano, e evidenciadas as chances de sua homologação, o prefeito Jackson Lago incorporou-se, a meu convite, à delegação brasileira que foi a Nápoles, e ali acompanhou com o mais vivo interesse e entusiasmo a votação definitiva e a proclamação do resultado (O ESTADO DO MARANHÃO, 19 dez. 1997).

¹¹⁷ O jornal *O Estado do Maranhão*, o de maior circulação no estado (IBOPE, 2009), foi fundado pelo próprio José Sarney em 1973. Além desse, a família Sarney tem influência direta em vários outros meios de comunicação local, sendo também a dona da maior emissora de televisão do Maranhão, o “Sistema Mirante de Comunicação”, que recebe o sinal e transmite o sinal da Rede Globo e da qual fazem parte 19 emissoras de rádio AM e FM do estado. Além disso, temos que considerar o peso do governo para outras emissoras e meios de comunicação, que vendem boa parte de seus espaços publicitários para o estado.

De um lado, Roseana minimizou a participação do poder municipal e apontou, nas entrelinhas, para uma aproximação interessada do prefeito Jackson Lago. Por outro, prontamente ignorou o nome Cafeteira, relacionando o Projeto Reviver ao seu pai, José Sarney. Cafeteira, por seu turno, não deixou seu nome passar despercebido e, logo em seguida, vinculou nas emissoras de televisão uma peça publicitária que falava do Projeto Reviver como a grande realização de seu governo e como elemento que se apresentou imprescindível na obtenção do título, como a própria fala da governadora havia frisado. Mais uma vez, a mídia desponta como o cenário mais propício para a batalha discursiva e política que se monta em torno do patrimônio local e, agora, do título recém-adquirido.

À população, deixada de lado durante todo o processo de montagem da candidatura, coube comemorar um título a respeito do qual ela muito pouco entendia, mas que lhe foi imposto como sinal de orgulho e de prosperidade. Um título que conta recortes da história selecionados pelas forças dominantes, os quais superestimam o mito da Atenas Brasileira e ignoram aquele envolto no ritmo jamaicano do *reggae*. Um título que se estabelece como um instrumento de dominação identitária, simbólica e que serviu prontamente como mais um elemento do projeto e dominação política dos Sarney. Por um bom tempo, e apoiado pelo discurso midiático, o Centro Histórico de São Luís, Patrimônio da Humanidade, foi tratado como o representante de toda a singularidade cultural e de todo o espírito elevado do Maranhão. Seus problemas sociais e infraestruturais, longe de terem sido resolvidos, foram minimizados e deram lugar a sentimentos de orgulho criados e manipulados pelos discursos dominantes, lembrando-nos, como fez Le Goff (1990), que a memória coletiva é, entre outras coisas, um instrumento e também um objetivo de poder¹¹⁸.

O título da Unesco, divulgado por meio do slogan “É do Mundo”, foi personificado pela governadora Roseana Sarney que, junto como ele, personificou o próprio patrimônio ludovicense e mostrou que os bens patrimoniais e as construções identitárias, independentemente de chancelas internacionais e dos “interesses comuns da humanidade”, continuam sendo manipulados localmente. Dessa forma, permanecem servindo a projetos dominantes, sendo que o próprio título entra para exacerbar essa possibilidade.

¹¹⁸ Ainda para Le Goff (1990, p. 473), não devemos esquecer de que os verdadeiros lugares da história, a exemplo dos Estados e dos meios sociais e políticos, “levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória”.

4.3 Patrimônio Mundial no cenário vimarense

4.3.1 Patrimônio e concorrência intercidades

Diferente de São Luís, que teve sua candidatura formulada e aprovada em pouco mais de um ano, o Centro Histórico de Guimarães percorreu um longo caminho até a obtenção do título. A princípio, o GTL formulou uma proposta de inclusão desse espaço na lista indicativa de Portugal, o que foi aprovado pela câmara municipal em 1994. Somente em 1997 é que órgãos portugueses do patrimônio confirmaram sua inserção na referida lista, já que se buscava seguir uma ordem de prioridades de candidaturas, conforme orientação da própria convenção do Patrimônio Mundial (1972). Desse modo, apenas no ano 2000 é que a candidatura foi formalmente enviada à Unesco, para no ano seguinte ser aprovada. Neste caso, todo o processo foi assistido e mesmo intermediado pelos órgãos centrais do patrimônio nacional, cuja parceria com a autarquia municipal foi sempre destacada na fala do presidente camarário de Guimarães.

(...) foi um processo moroso, que nos gerou alguma impaciência e preocupação ao longo de várias etapas e visitas técnicas que o incluíram. Tivemos sempre uma elevada colaboração da Comissão Nacional da Unesco e particularmente nesta fase final do Governo do País, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministro Jaime Gama. A dado momento compreendemos que deixava de ser Guimarães que estava e em causa, mas Portugal (MAGALHÃES, 2001, p. 16)

A ideia de buscar a chancela da Unesco para o Centro Histórico vimarense ocorreu no período denominado por Peixoto (2006) como o terceiro ciclo de governança das cidades portuguesas, marcado pelos esforços de “europeização” dessas cidades e pelos trabalhos ligados ao âmbito das políticas culturais. A busca de Guimarães por sua europeização se dá justamente pela via do reconhecimento mundial. O dossiê apresentado junto à Unesco reforça exaustivamente o fato de a cidade vimaranense ter sido o palco de fundação da nação portuguesa, “uma das mais antigas do continente europeu” (GUIMARÃES, 2001). Por outro lado, a busca pelo título se insere no momento de decadência da indústria local, quando a cidade tenta capitalizar sua história e patrimônio como forma de contornar os problemas estruturais daí derivados. Neste sentido, a candidatura de Guimarães junto à Unesco faz parte de um projeto de cidade que extrapola os objetivos político detectados em São Luís. O grande propósito de seus executores era, agora por meio da cultura, inserir Guimarães na nova formatação da

concorrência intercidades. Aliás, concorrência essa estimulada, ainda que indiretamente, pela própria Unesco, seu título e seus critérios, e que vai permear todos os textos do dossiê.

(...) temos frequentemente a sensação que o País ainda não reconheceu a Guimarães a importância que esta deveria desfrutar no panorama do urbanismo português e europeu. Este "esquecimento" resultará em parte do facto de Guimarães estar "entalada" entre a primazia religiosa e simbólica da vizinha Braga e a força burguesa do Porto. (...). Guimarães deverá mesmo constituir o exemplo para a maior parte das cidades portuguesas, no que respeita a articulação entre economia e cultura, entre passado e presente. Sendo das cidades mais laboriosas, não deixa de ser das mais ricas do ponto de vista patrimonial e cultural (GASPAR, 1996, p. 1).

A estratégia do dossiê de Guimarães baseou-se em apresentar toda a história urbana da cidade, desde seus séculos iniciais, destacando nesse contexto três pontos básicos: 1) sua importância para os eventos políticos e culturais que fizeram de Portugal uma nação, ou seja, a ideia de “Berço da Nacionalidade”; 2) a singularidade das técnicas de construção utilizadas no centro histórico e 3) toda a trajetória de reabilitação desse espaço urbano, sempre destacando a manutenção das técnicas tradicionais nos trabalhos executados pelo GTL. A atuação do GTL, por seu turno, ganhou bastante destaque e foi utilizada no sentido de mostrar como a preservação do Centro Histórico de Guimarães prezou pela autenticidade, diferenciando-se, assim, das reabilitações executadas em outras zonas históricas de Portugal.

Essa comparação com outros casos de reabilitação e com outras formações urbanas e históricas foi, por seu turno, um ponto bastante trabalhado no dossiê, atendendo assim a uma das prerrogativas da Unesco, justamente aquela ignorada no caso de São Luís. Logo após a caracterização e a delimitação geográfica do Centro Histórico, uma sessão dedicou-se a apresentar um comparativo com os Centros Históricos do Porto e de Évora, ambos já reconhecidos como Patrimônio da Humanidade, ressaltando-se sempre suas semelhanças, mas acima de tudo as diferenças que fazem do núcleo urbano vimaranense uma formação singular.

No caso de Évora, mais do que comparar a história e as características urbanas dos núcleos centrais, tratava-se também de comparar as regiões do Alentejo e do Minho, “as duas faces da génese da urbanidade em Portugal”, sendo que a formação urbana alentejana é apontada como uma importação, “transplantada pelos romanos, consolidada pelos germânicos e muçulmanos, engrandecida pelos reis portugueses a partir do século XIII” (GASPAR, 1996, p. 1) e, principalmente, de característica

monocêntrica. Como tal, diferencia-se do policentrismo típico da formatação inicial da urbe vimarense.

Se seus elementos urbanos apresentam essa distinção básica, o dossiê mostra como os centros históricos dessas duas cidades foram eleitos objetos de culto nacionalista pelo governo fascista, tendo sido restauradas como exemplares de cidades-museus. Mais tarde, segundo o dossiê, essas duas cidades também teriam caminhado juntas no desenvolvimento de uma olhar mais social para com o patrimônio urbano, surgindo assim os dois melhores modelos de gestão urbana e de cidade histórica de Portugal. Dessa forma, o documento enviado à Unesco assevera que seria contraditório

separar os destinos destas duas cidades (destes dois “Centros Históricos”), depois desse longo e paralelo percurso, reconhecendo um estatuto particular a uma (o de cidade inscrita na lista do património mundial) e negá-lo à outra, cuja exemplaridade enquanto qualidade de memória e enquanto método-processo de garantia da sua permanência, já foram mais que demonstrados e mesmo premiados, até numa perspectiva internacional (AGUIAR, 1998, p. 17).

Quando se trata de comparar o Centro Histórico de Guimarães à zona central da cidade do Porto, a questão que se coloca são os tipos de reabilitação ali empreendidos. Segundo o dossiê, Guimarães se diferenciava do Porto por ter adotado as famosas técnicas tradicionais de construção, “cuja origem está nos edifícios medievais, com integridade e autenticidade que sobrevivem até hoje” (GUIMARÃES, 2001, p. 8). O critério da autenticidade será então trabalhado para destacar a supremacia do patrimônio ludovicense frente a outros que, inclusive, já ostentavam a chancela da Unesco. Se, como aqui asseveramos, o título de Patrimônio Mundial estimula a concorrência intercidades – quando os discursos construídos qualificam o “nós” e desqualificam o “outro” – essa competição se inicia a partir do próprio critério de comparação exigido pela Unesco. No caso de Guimarães, o critério de autenticidade se sobressai como uma renda monopolista inexistente no caso do Porto.

Na verdade, a autenticidade e a força da imagem de Guimarães são assim protegidas no centro histórico (...). A metodologia da colisão com o projeto da cidade tentou enfatizar esta qualidade formal, ao adotar uma política de renovação urbana (...). Podemos dizer que a intervenção do centro histórico é baseado em um projeto de cidade diferente do Porto. (...). Enquanto o Porto adota uma política de reabilitação urbana que nem sempre mantém as características de construção de outros tempos, Guimarães adota a intervenção baseada na filosofia de backup (...), o que é essencial para a defesa da memória coletiva. A manutenção das técnicas tradicionais de construção e o rigor da execução levaram a uma ação exemplar que distingue Guimarães das outras cidades (GUIMARÃES, 2001, p. 9).

Sempre destacando suas singularidades em detrimento dos demais centros históricos usados para a comparação, o dossiê foi encaminhado à Unesco, que meses mais tarde enviou uma equipe de técnicos para a avaliação *in loco* dos pontos destacados no documento. A equipe do Icomos, por sua vez, fez recomendações quanto aos limites da zona candidata, bem como de sua área de amortecimento. Segundo seu relatório, fazia-se necessário estender os trabalhos de reabilitação e a proteção legal para a chamada zona tampão do Centro Histórico. Diferentemente do caso de São Luís, a visita da referida equipe teve pouca repercussão na mídia local e refletiu infimamente na opinião da população, que aqui também foi deixada às margens desse processo de patrimonialização.

Restrita à esfera do GTL, a candidatura só começou a repercutir nos meios populares e midiáticos após sua aprovação, em meados de 2001, junto ao Bureau do Patrimônio Mundial. Só a partir daí, com a possibilidade concreta do título, é que sua divulgação começou a ser feita de maneira mais contundente pela imprensa e pelos órgãos oficiais da cidade, espalhando-se as manifestações midiáticas de apoio e de especulação quanto aos ganhos turísticos e financeiros que daí derivariam. Se em São Luís a futura conquista foi abordada por meio do enaltecimento dos Sarney, em Guimarães fazia-se questão de lembrar o trabalho da equipe do GTL. Em outros casos, de oposição ao presidente da câmara municipal, tratava-se de logo cedo alertar para a ideia do título como uma conquista coletiva. Em artigo vinculado ao jornal “Notícias de Guimarães”, um de seus colunistas escreveu acerca dos perigos de posse dessa conquista; “da transformação de um galardão universal num galardão pessoal”, o que, segundo ele, resultaria em uma fossilização do prêmio: “a fossilização da inteligência, já de si estaladiça, capaz de transformar o que é do universo em posse de um umbigo” (TEIXEIRA, 2001, p. 9).

Lendo os receios de Teixeira (2001), parece estarmos diante de um crítico do processo de personificação do título empreendido em São Luís. Mas, ao contrário do que isso poderia anunciar, a postura assumida pelo presidente da Câmara Municipal de Guimarães se apresentou de maneira distinta. Antônio Magalhães não se fez presente na reunião que em 13 de dezembro, na Finlândia, concedeu a distinção de Patrimônio Mundial ao Centro Histórico de Guimarães. Diferentemente de Roseana, não agiu como se sua presença fosse indispensável para a vitória do pleito. Naquele dia, e após convocação feita pelos meios de comunicação, a população orgulhosa e curiosa se dirigiu ao Largo da Oliveira, no qual Magalhães também aguardava a confirmação do

título. Com “champanhe, toque de sinos e foguetes”, ele falou ao povo da conquista, acrescentando que o galardão da Unesco resultava de “um trabalho árduo, de muita gente, de todos os partidos. (...) Todos tiveram um quinhão de responsabilidade no título alcançado, acrescentando-se o público agradecimento, estima e apreço ao GTL” (NOTÍCIAS DE GUIMARÃES, 21 dez. 2001, p. 9).

Se a princípio nos pareceu que Guimarães ficou alheia às possibilidades de capitalização política da chancela da Unesco, após empreendermos melhor a análise, vimos que tratava-se de uma rentabilização mais amena, embora não inexistente. Constatamos que, de um modo ou de outro, o título de Patrimônio Mundial serve como um coringa nos jogos políticos locais. A modéstia do discurso do presidente camarário não impossibilitou que a conquista fosse vista como um galardão seu e de seus aliados. Não por acaso, poucos dias após a conquista, o jornal *O Comércio de Guimarães* publicou ampla matéria destacando que “ainda sob o efeito da euforia suscitada pela classificação do Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade, os eleitores foram às urnas renovar a maioria socialista em Guimarães” (18 dez. 2001, p. 1).

Longe de afirmarmos que o título definiu o pleito eleitoral realizado dias depois de sua conquista, não podemos negar, como bem sugere essa e outras matérias jornalísticas do período, que o galardão da Unesco apresentou-se como um elemento de peso nesse cenário, principalmente se levarmos em conta os fortes sentimentos de orgulho identitário tão arraigados na cultura local. Foi justamente essa identidade que abriu espaço para a aprovação da Unesco, que considerou a ideia de que Guimarães atende a três critérios da convenção de 1972, conforme especificações abaixo:

Critério (ii): Guimarães é de considerável significado universal, em virtude de as técnicas de construção especializadas desenvolvidas na Idade Média terem sido transmitidas para colônias portuguesas na África e no Novo Mundo, tornando-se sua principal característica;

Critério (iii): O início da história de Guimarães está intimamente associado ao estabelecimento da identidade nacional portuguesa e ao idioma português no século XII;

Critério (iv): Uma cidade excepcionalmente bem preservada, Guimarães ilustra a evolução de determinados tipos de construção do assentamento medieval para a cidade de hoje e, particularmente, dos séculos XV ao XIX (UNESCO, 2001b, p. 1 – tradução da autora).

Repletos de elementos geradores de renda monopolista, foram os elementos singulares apontados nos critérios acima que futuramente serviriam de base para a

reinserção de Guimarães na concorrência intercidades de nível nacional¹¹⁹. Ali ficava oficializado, a despeito de divergências historiográficas, que Guimarães era mesmo o “Berço da Nação”, da língua portuguesa e dos modelos de construção exportados por Portugal para suas colônias. Em seu parecer, a Unesco também confirmara o êxito do GTL e de seu trabalho, o qual teria resultado na excepcional preservação daquele espaço. Além disso, ao aprovar o dossiê sem reservas, a Unesco acabou corroborando a comparação ali existente, colocando Guimarães não só no mesmo nível competitivo de Évora, mas confirmando que a reabilitação urbana empreendida no Porto, ao contrário da vimarense, não prezou pelo critério de autenticidade.

Aqui, asseveramos mais uma vez a nossa tese de que o título mundial, além de rentabilizar politicamente em favor de grupos dominantes locais, serve muito pouco como instrumento de solidariedade internacional em busca dos “interesses comuns da humanidade”. Em ambos os casos, ele serviu – e ainda tem servido – para formatar o *citymarketing*, visando a inserção desses espaços na concorrência intercidades.

Nessa concorrência, nada mais comum que a constituição de uma rede de “discursos concorrentes” (HARVEY, 2006), com cada cidade ou lugar tentando sobressair a partir das mais diversas alegações de autenticidade, originalidade, tradicionalidade e outros tantos atributos excepcionais. Harvey (2006) chega a questionar que outros terrenos, além da esfera dos objetos e das práticas culturais historicamente constituídas são mais propícios a tais alegações.

Apesar de o turismo contemporâneo se apresentar como o lugar mais privilegiado para o desencadeamento desse processo que envolve as rendas monopolistas, a questão não se encontra aí restrita. Para Harvey (2006), trata-se de um processo no qual o capital simbólico coletivo, “isto é, o poder dos marcos especiais de relação aos fluxos de capital de modo mais geral” (p. 233), está em jogo. Dessa maneira, embora Bourdieu tenha trabalhado com o conceito de capital simbólico vinculado aos indivíduos, Harvey (2006) enxerga sua riqueza também para abordar as formas coletivas e o modo como indivíduos se colocam em relação a elas. Não se pode negar, por exemplo, que vantagens econômicas são suscitadas a partir do capital simbólico coletivo vinculado a determinados nomes e lugares. Para outros lugares, trata-se de aumentar o montante de capital simbólico e acrescer seus respectivos marcos de

¹¹⁹ São também esses elementos que mais tarde serão amenizados com o intuito de destradicionalizar a cidade de Guimarães, visando agora sua inserção em um contexto continental de concorrência intercidades.

distinção, os quais servirão, primordialmente, para as alegações de excepcionalidade e de singularidade que atuam gerando a renda monopolista.

Esses marcos de distinção e o capital simbólico coletivo, que são tão bem celebrados pela publicidade e trabalhados pelo *citymarketing*, perpassam, por suas próprias características, debates acerca do exercício do poder e acerca de seus “guardiões”, gerando conflitos e reivindicações de grupos distintos, mas continuam, por seu turno, sendo invocados pelas políticas urbanas contemporâneas para fazerem frente à competitividade que marca o atual mercado de cidades.

Embora a renda monopolista incida nas contradições e armadilhas apontadas pelo autor – de um lado, quando o item gerador da renda se move pelos caminhos da comercialização tende a perder seus marcos de distinção e, por outro, quando elabora esses marcos de maneira tão específica dificultando seu trânsito –, a verdade é que sempre estão em jogo elementos discursivos que definem o que um lugar, uma manifestação cultural e mesmo um bem arquitetônico tem ou não de especial, de singular, de autêntico.

4.3.2 Disciplina e controle do espaço público urbano

Tornar os antigos espaços centrais elementos de concorrência intercidades é um projeto que perpassa outra questão, socialmente muito cara. Adequá-los às expectativas do turismo e da imagem que se colocar à venda implica desenvolver novos modelos de urbanidade, quase sempre ligados àqueles da classe média. Afastar supostos riscos e atrair novas sociabilidades são mecanismos empreendidos nesses espaços urbanos por meio das políticas de revitalização e de reabilitação e que são exacerbados principalmente quando se trata de inscrevê-los na lista do Patrimônio Mundial. Nesse caso, o título, ou mesmo a possibilidade de adquiri-lo, é facilmente arregimentado para legitimar processos de enobrecimento urbano ou, no mínimo, de disciplinamento e controle desses espaços públicos¹²⁰, que no extremo resultam nos processos que Certeau (1994) denominou muito bem como “curetagem social”.

¹²⁰ Enquanto construção social, o espaço tem seu significado público conferido através da presença de ações que lhe atribuam sentido, de tal modo que é através da conexão entre espaço e ação, e da intersecção entre espaço urbano e esfera pública que se processa a existência de um espaço público. Não se deve enxergar nisto um simples cruzamento de diferentes categorias, mas sim uma convergência entre interações sociais, mais precisamente entre sociabilidades públicas e os espaços por elas arquitetados. Dessa forma, a categoria espaço pode ser compreendida no sentido de ser uma expressão da sociedade.

Nos casos aqui estudados, a tentativa de disciplinamento dos espaços considerados Patrimônio da Humanidade pode ser exemplificada pela publicação da “Cartilha do Centro Histórico de São Luís” e do “Manual do Morador do Centro Histórico de Guimarães”. Esse último documento se propõe, para além de informar questões jurídicas e regras de intervenção nos imóveis, a dar “conselhos úteis para uma boa convivência” (CASFIG, [200-]), numa tentativa de domesticação das sociabilidades públicas.

O controle do tráfego de veículos também é exemplar. Principalmente em Guimarães, onde o Centro Histórico continua a abrigar considerável número de moradores, a proibição de automóveis em muitas ruas e o controle das áreas de estacionamento foi bastante criticada pela população, que ficou refém, por exemplo, dos sistemas de cobrança e dos horários predeterminados para carga e descarga, entrada e saída de suas próprias ruas. Realizada poucos meses antes da obtenção do título, a proibição, segundo o presidente camarário, atendia à necessidade de se devolver ao Centro Histórico seus elementos originários. Mais do que isso, sua fala aponta para a necessidade de se criar um ambiente mais agradável para os turistas e suas andanças.

Ainda recentemente acompanhei um grupo de cidadãos de várias nacionalidades pelo Centro Histórico. Tudo ocorreu como num êxtase até chegarmos à Rua da Rainha; aí, todos os sinais eram de um desagrado simpático devido aos automóveis que tinham que se enfrentar durante o percurso. É a necessidade de se devolver ao Centro Histórico sua matriz, e sua matriz é sem carros (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 3 abr. 2002).

Em Guimarães, as tentativas de controle e disciplinamento do Centro Histórico foram empreendidas mesmo antes da obtenção do título. Em 1997, uma ação tornou-se simbólica desse controle: a aplicação de lixívia em determinados locais que tendiam a ser ocupados por usuários indesejados. Esses usuários eram, por seu turno, jovens que se aglomeravam principalmente na Praça São Tiago e no Largo da Oliveira e que eram acusados de serem usuários de drogas. A despeito das acusações serem verdadeiras ou não, a aplicação do produto destinado à limpeza ressoou como uma clara ação de higienização social.

Deve-se entender que o espaço ao mesmo tempo em que constrói é construído pelos processos sociais, possuindo não só um sentido material como também um domínio simbólico. Neste sentido, para que se possa entender uma configuração espacial é imprescindível que se compreendam os múltiplos circuitos de relações sociais e valores que são constitutivos de uma ordem social (LIMA, 2008). Como indica Sharon Zukin (2000b), a noção de espaço deve passar pela ideia de um agente forjado por múltiplas relações sociais, mas que ao mesmo tempo detém a capacidade de disciplinar usos e formas de condutas dos cidadãos.

Ainda no período que precedeu a obtenção do título, e sob a justificativa de que a candidatura teria mais sucesso se fosse demonstrado um maior cuidado para com aquele patrimônio, criou-se um controverso projeto de videovigilância para a área central vimarense. O propósito desse sistema de vigilância foi posto em dois sentidos: proteger os monumentos do vandalismo, ações que poderiam por em xeque sua autenticidade e preservação e, no mesmo sentido, tornar os espaços públicos do Centro Histórico ambientes mais seguros.

Mais uma vez, o discurso de que as antigas áreas centrais são espaços que sintetizam os riscos e os problemas urbanos entra em cena. Entretanto, nessa etapa, a intenção desse discurso não é mais legitimar o processo de intervenção urbana, já realizado, mas de garantir sua adequação à distinção honorífica que se estava prestes a conquistar. Agora, as ações ali desenvolvidas não são mais justificadas pelo fato de a área ser historicamente relevante para a cidade, mas porque ela agora será representativa para o mundo.

É como se o título, por si só, resultasse em maiores riscos de vandalismo e de depredação dos bens patrimoniais. Principalmente em se tratando de Guimarães, e como bem nos mostrou Peixoto (2006), esse tipo de disciplinamento se mostra desenquadrado das práticas cotidianas, principalmente se considerarmos os baixos índices de criminalidade dessa cidade, incluindo aí ações de vandalismo. Por outro lado, os discursos de insegurança não consideram que a fragilidade a que o patrimônio é exposto reside menos nas práticas cotidianas e mais nas atividades de lazer e de turismo estimuladas e desencadeadas pelo título e sua renda monopolista.

Embora rejeitado em 1997, o projeto de videovigilância é constantemente lembrado quando algum incômodo do tipo cotidiano é verificado no Centro Histórico de Guimarães. Falamos de “incômodo cotidiano” para diferenciá-lo daqueles que surgem com o consumo turístico desses bens.

Foi uma verdadeira batalha campal. Num ápice, o Centro Histórico transformou-se num espaço de terror. Eram dezenas de jovens em atos de violência pura. Fala-se de ajuste de contas entre grupos rivais da cidade que provocou prejuízos nas esplanadas do Largo da Oliveira. Para o presidente da câmara, os acontecimentos revelam a necessidade de mais policiamento nas noites do fim-de-semana e que o tempo lhe deu razão quando defendeu para aquele espaço a instalação de um sistema de vigilância de vídeo (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 23 out. 2002, p. 1).

Mesmo quando o problema poderia ter acontecido em qualquer parte de Guimarães, já que a matéria fala de “grupos rivais da cidade”, e mesmo sem relação

com o patrimônio e aquele espaço específico, a necessidade de controle é sempre ressuscitada. Isso reflete, para Peixoto (2006), uma das prerrogativas básicas do atual modelo de Planejamento Estratégico das cidades: a percepção de que uma sociedade regulamentada e formatada é melhor para toda a gente. Mesmo que o risco ou mesmo o sentimento de insegurança não existam, eles são inventados e estimulados pelas próprias propostas de vigilância. Mais uma vez, os riscos do ambiente urbano são superfaturados nos centros históricos; mais uma vez, resolver os problemas do centro é posto como resolver os problemas da cidade como um todo.

Na ocasião descrita na citação acima, é o próprio presidente camarário que nos dá a pista para o real teor desse tipo de preocupação, asseverando que eventos como aquele devem ser evitados no centro histórico “por causa da má imagem que fica” (PÚBLICO, 25 out. 2002, p. 1). Obviamente ele estava falando da imagem que fica para os visitantes.

Se os incômodos cotidianos são tratados pelo discurso da insegurança como dignos de controle e vigilância, quando se trata dos problemas causados pelas atividades de lazer e diversão, como os barulhos noturnos, parece não haver tanta atenção. Pelo menos é o que aponta os depoimentos de moradores do Centro Histórico de Guimarães em estudo realizado em 2011 e 2012:

“Os bares deveriam fechar mais cedo ou haver policiamento depois do fecho”.

“O problema não são os bares, isso eu até não me importo... O problema é que depois dos bares fecharem eles ficam cá fora (...) e é barulheira. E a polícia nem aparece, nem faz nada”.

“Isto à noite é uma pouca vergonha! E a polícia diz que não tem poderes para atuar”. (AZEVEDO, 2012, p. 58-59).

O que se percebe, principalmente no caso de Guimarães, é que o discurso de uma reabilitação voltada para a manutenção dos usos residências choca-se diretamente com as políticas de promoção turística e cultural daquele espaço. Além da forte especulação imobiliária e do crescente interesse do setor de serviços pelo centro histórico, as atividades de lazer e diversão tão estimuladas se transformam em grandes incômodos para a população ali residente, principalmente se considerarmos que se trata de um contingente populacional bastante envelhecido. Os discursos de se recuperar a vida pública cotidiana perdida em tempos de outrora, envolto em ideias como “reviver o passado”, “devolver o centro histórico à sua matriz”, garantir a “tranquilidade e a

segurança dos bons tempos” não se sustentam na prática, como não se sustenta qualquer tentativa de trazer o passado para o presente.

Em Guimarães, o que constatamos é que mesmo partindo de uma ideia ou de um discurso inicial de enobrecimento do tipo residencial, os projetos de reabilitação acabaram por desencadear o chamado enobrecimento turístico, sendo as práticas de lazer e de diversão as mais valorizadas na atualidade. Por conseguinte, os sistemas de controle e de segurança estão voltados, sobretudo, para as práticas cotidianas, enquanto deixam correr a solto os verdadeiros incômodos e os verdadeiros perigos a que estão expostos os bens patrimoniais.

Já no caso de São Luís, o movimento se deu ao contrário: primeiro buscou-se uma revitalização turística do centro histórico, o que resultou na especulação imobiliária e na consequente expulsão de parcelas da população ali residente. Como em um segundo momento a promoção turística não rendeu os frutos esperados, a revitalização, mesmo sem abandonar a perspectiva anterior, passou a incluir os projetos pilotos de habitação voltados ao funcionalismo público. Embora as características desse público-alvo não figure exatamente como um elemento enobrecedor, os mecanismos de controle e vigilância desse espaço trabalham constantemente para enobrecer esses moradores, tornando suas sociabilidades cotidianas adequadas ao consumo turístico e cultural do centro histórico, bem como adequadas a um espaço detentor de uma distinção mundial.

Assim, conclui-se que esses atuais processos de revitalização ou de reabilitação, mais cedo ou mais tarde, acabam resultando na expulsão direta ou indireta de antigos moradores, na segregação de determinados usuários indesejados e mesmo no controle das sociabilidades cotidianas, que passam a ser monitoradas pelos diversos aparatos de segurança e vigilância. Para legitimar tais ações, o título de patrimônio mundial e as expectativas de dividendos turísticos aí envolvidos servem perfeitamente.

Neste sentido, chama-nos a atenção um dos pontos destacados pela Convenção do Patrimônio Mundial (1972) e que nos leva a pensar uma das problematizações desse trabalho, isto é: indagar em que medida seria possível falarmos que a eleição de um centro histórico como Patrimônio Mundial serve para legitimar práticas de enobrecimento urbano. Segundo a convenção, um bem escolhido para ostentar tal título deverá se tornar um exemplo de “boa prática” no que se refere à gestão de áreas protegidas em todo o mundo. Essa ideia de “boa prática” estimula ainda mais as intervenções urbanas e os processos de revitalização desses bens que, cada vez

mais, são trabalhados no intuito de se fortalecerem enquanto simbólica e economicamente rentáveis.

4.4 A tragédia do patrimônio

Ao observarmos os dossiês de candidatura das cidades de São Luís e Guimarães, um fato em comum se estabelece: ainda que as intervenções urbanas não sejam um critério para a concessão da chancela da Unesco, esse é um ponto recorrente tanto nas proposituras das cidades quanto nas justificativas apresentadas pelos órgãos responsáveis pela atribuição do título. No formulário de apresentação da candidatura, um dos atributos a serem descritos no dossiê consiste no “estado de preservação e conservação” do bem patrimonial que pretende tal distinção. Nos dois casos estudados, esse espaço foi utilizado para apresentar os projetos de revitalização e de reabilitação já realizados nos centros históricos das duas cidades. Esse fato nos ajuda a pensar outra problematização da pesquisa, identificando a importância e o papel de destaque ocupado pelos processos de intervenção urbana na inscrição de centros históricos como Patrimônio Mundial.

No caso de São Luís, foi anexado ao dossiê um relatório contendo a íntegra de todos os projetos de revitalização do centro histórico, a começar por aquele de autoria do arquiteto americano John Gisiger. Junto a isso, um texto detalhando cada etapa vivenciada na revitalização da área central ludovicense. Se em São Luís o destaque foi dado ao Projeto de Revitalização, em Guimarães, foram as premiadas intervenções do GTL que ganharam destaque.

Nos dois documentos, a estratégia da candidatura foi evidenciar o antigo estado de degradação desses sítios urbanos, demonstrando a reversão desse processo por meio de seus respectivos processos de patrimonialização. Essa tática, por seu turno, se mostrou apropriada junto à Unesco e seus órgãos avaliadores, tendo em vista que nos pareceres de aprovação da proposta essa é uma questão que merece destaque. É como se o passado de projetos e intervenções fosse uma garantia de que os agentes envolvidos possuem interesse e capacidade de atuação no campo do patrimônio. Se essa é uma preocupação legítima por parte dos órgãos avaliadores, no plano local as intervenções são tratadas como as grandes responsáveis pela obtenção do título e servem também

para legitimar qualquer inconveniente que tenham provocado para a cidade e para seus usuários e moradores.

Em Guimarães, nos momentos em que a cidade vivia a expectativa da distinção, era comum encontrar jornais e revistas colocando o título e o reconhecimento internacional como “uma fatalidade do trabalho realizado pelo GTL no centro histórico” (PÚBLICO, 13 dez. 2001, p. 6). Se a reabilitação, em seu momento inicial, não é desencadeada visando a obtenção do título, serve para justificá-lo. Ao lermos os dossiês em questão e as matérias vinculadas na mídia, em muitos momentos temos a impressão de que a distinção da Unesco estava sendo buscada para os processos de revitalização e de atuação do GTL, e não para o centro histórico em si.

Foi já no ano passado que os responsáveis verificaram que o processo de recuperação do Centro Histórico estava em condições de ser apresentado ao Comité da Unesco. Hoje, não tem dúvidas quando é questionado sobre a avaliação que faz de todo os trabalhos desenvolvidos. Tudo que se sabe, neste momento, sobre o dossier de Guimarães, é que a candidatura está no bom caminho para receber o título (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 7 nov. 2001, s/p., grifos nossos)

A recuperação e requalificação do centro histórico constitui um dos pressupostos do desenvolvimento do processo de candidatura do Centro Histórico de Guimarães a Patrimônio da Humanidade. Tendo em conta este fato, a autarquia vimaranense decidiu interditar o trânsito, estacionamentos e paragens entre as 10 e 7 horas na Praça de S. Tiago e Ruas Santa Maria, Gravador Molarinho e Dr. Antonio Mota Prego já a partir de 8 de janeiro (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 3 jan. 2001, p. 3, grifos nossos)

Enquanto os processos de reabilitação e de revitalização são postos como os grandes responsáveis pela obtenção do título, é o turismo que novamente desponta como a “grande e mais feliz” consequência dele. Neste sentido, embora a Convenção do Patrimônio Mundial não tenha tido, originalmente, uma intenção turística, acabou por hierarquizar o patrimônio, concedendo uma distinção que logo foi transformada em uma “renda monopolista”.

Além disso, quando se pensa na candidatura de um bem a Patrimônio da Humanidade, a possibilidade apresentada na própria convenção da Unesco de que se receba apoios técnicos e financeiros dos países signatários e do Fundo do Patrimônio¹²¹ são obviamente fatores levados em consideração. Mas, trata-se também do poder simbólico que resulta dessa distinção; uma distinção que além de possibilitar a chamada renda monopolista, se apresenta como garantia na obtenção de financiamentos de

¹²¹ Criado pela Convenção do Patrimônio Mundial para receber contribuições financeiras periódicas de seus signatários e auxiliar na preservação de bens inscritos na lista.

programas como o Prodetur e até como garantia de empréstimos junto a agências financiadoras internacionais. Todas essas possibilidades, obviamente, desembocam na promoção turística do lugar. Esses são objetivos claramente explicitados no dossiê de candidatura do centro histórico de São Luís.

Esse honroso e importantíssimo título - "Patrimônio Mundial"- irá acelerar, sem dúvida, a conclusão das negociações do Gov. do Maranhão com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal, para contratação de recursos no montante de US\$ 65 milhões destinados a dois projetos de mais alta relevância para a preservação do Centro Histórico de São Luís: o projeto de Habitação e Promoção Social (US\$ 12 milhões); e o projeto de Desenvolvimento do Turismo Cultural – PRODETUR / BID / BNB (US\$ 53 milhões). Com o título da Unesco e os recursos previstos, a Governadora Roseana Sarney irá promover a maior obra de restauração e preservação de um centro histórico na América Latina e certamente, uma das maiores dentre todas as intervenções feitas nos atuais 506 bens já incluídos (até 1996) na Lista do Patrimônio Mundial (SILVA, 1996, p. 101-102).

O que se percebe então, é que na atualidade, quando se trata de sensibilizar a população local para a necessidade de preservação de um patrimônio, o que tem se destacado não são questões identitárias ou nacionalistas, mas principalmente os benefícios turísticos e econômicos que ela pode permitir.

A partir de janeiro de 2001, Guimarães “nunca mais será a mesma em termos de produção turística”, quem o diz é Amadeu Portilha¹²², para quem a inclusão da cidade-Berço na lista da Unesco, com a publicidade que se faz a nível mundial, vai determinar “afluxos muito significativos” de turistas em Guimarães. De resto, a curiosidade e a importância do destino, farão de Guimarães “uma espécie de âncora do turismo do Norte de Portugal daqui a dois anos”. Responsável (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 31 out. 2001, p. 9).

Os exemplos de Guimarães, dispersos no dossiê de candidatura assim como nas entrevistas e textos jornalísticos da época, corroboram ainda mais esse fato. Neste caso, o dossiê comportou uma sessão dedicada aos dados do turismo vimarense, apresentados como uma garantia de que o local tinha talento para constituir uma potencia turística, o que seria incentivado pela chancela da Unesco. Em outra sessão, tratou-se de apresentar todos os equipamentos culturais, turísticos e de serviços da cidade, como que garantido que o lugar estava preparado para receber um número maior de visitantes.

Se a Unesco não mercantiliza o patrimônio diretamente, levanta os elementos que acabam suscitando o interesse dos capitalistas e dos governos locais, ávidos pelas rendas monopolista ali presentes. Logo após a obtenção do título,

¹²² Na época, vereador de Guimarães pelo mesmo partido do presidente camarário.

autoridades vimarenses destacavam a responsabilidade de tal distinção. Também em São Luís, o momento foi marcado pela especulação quanto às suas vantagens financeiras e turísticas.

“Não é uma mera distinção honorífica, é um título que acarreta responsabilidades e encargos, pelas implicações patrimoniais, mas também turísticas e econômicas”, alertou Jorge Sampaio. Até esse momento, dois milhões de contos haviam sido gastos nas reabilitações. (O COMÉRCIO DE GUIMARÃES, 3 jan. 2002. p. 16)

Quando questionada sobre os efeitos práticos do “reconhecimento mundial”, ou seja, acerca dos benefícios que a cidade podia esperar a partir de então, a governadora Roseana Sarney sinalizou nessa direção

Quem acessar hoje a Unesco pela internet, em qualquer parte do mundo, vai se deparar com São Luís do Maranhão, apresentada como uma das joias do mundo, uma referência cultural para a humanidade. Essa projeção que São Luís passa a ter em todos os meios de comunicação social facilitará a obtenção de recursos internacionais envolvidos com a questão do Patrimônio Histórico. (...) Em seguida, e de maneira inevitável, virá o turismo cultural, para o qual a cidade precisa se preparar (O ESTADO DO MARANHÃO, 19 dez. 1997, p. 3).

Outra questão que a pesquisa tratou de nos esclarecer é a de que patrimônio tende a gerar patrimônio e revitalização tende a gerar revitalização. Em Guimarães, mesmo antes da confirmação do título, o GTL tratou de propor a ampliação da zona de proteção patrimonial da cidade, com vistas a preservar também a zona tampão do centro histórico e a atender as solicitações feitas pelo Icomos em sua visita técnica. A justificativa para tal era a própria proteção dessa zona histórica. Uma vez estendida essa proteção, e uma vez alcançado sucesso na candidatura do centro histórico, ou seja, da cidade intramuros, surge a ideia de candidatar a Patrimônio Mundial também a zona tampão.

Constatado o sucesso no Centro Histórico de Guimarães, agora Patrimônio Mundial (...), é a vez de candidatar outras zonas para uma intervenção semelhante, defende a Equipa Operacional do Projeto. Assim como não poderia deixar de ser, uma das áreas propostas representa um espaço de continuidade face à intervenção anterior, a chamada Zona Extra – Muros do Centro Histórico. Isso porque, não faz sentido que a área central da cidade, e o seu espaço mais representativo, esteja devidamente qualificado, enquanto que alguns espaços contíguos, mas igualmente emblemáticos, não apresentem a mesma imagem de qualidade, num centro histórico classificado Patrimônio Mundial (NOTÍCIAS DE GUIMARÃES, 21 jun. 2002, p. 8).

Os investimentos na zona tampão se intensificaram após a obtenção do título e passaram a abranger a chamada Zona dos Couros, região na qual funcionavam curtumes da cidade. Antigas fábricas foram reabilitadas e a região se transformou em uma espécie de polo de criatividade, com um centro de pós-graduação e um complexo multifuncional que engloba desde um *cybercentro* até uma pousada da juventude. O investimento nessa zona tampão foi desenvolvido visando diversificar os pontos de atração turística da cidade. Em 2013, a Câmara Municipal de Guimarães aprovou a candidatura dessa área a Patrimônio

Figura 59. Área Central de Guimarães. A mancha em vermelho escuro engloba a cidade intramuros e aquela em vermelho mais claro corresponde à zona tampão. No detalhe circulado, consta a chamada Zona dos Couros. Fonte: GESTA, 2007.

Mundial, em um processo que se encontra atualmente em construção. Nesse caso, tornar-se Patrimônio da Humanidade é um projeto que está sendo construído junto com o próprio processo de reabilitação.

Figura 60. Na primeira imagem, a zona dos couros em pleno funcionamento. Foto: autor desconhecido. Fonte: www.guimaraesturismo.com. Na segunda imagem, a zona após a reabilitação. Foto: Ivo André. Fonte: <https://www.facebook.com/IstoEumaPraca>.

Se em Guimarães a ideia de uma nova candidatura começou a ser pensada logo após o primeiro título, mas só recentemente começou a ser executada, no Maranhão ela foi anunciada no mesmo dia em que São Luís obteve a distinção. Ainda em Nápoles, a governadora Roseana Sarney anunciou que sua próxima luta seria eleger a cidade maranhense de Alcântara, uma candidatura que não obteve sucesso junto à Unesco. De todo modo, o governo do Estado continuou empreendendo obras de revitalização no centro histórico e, a partir desse momento, também em seu entorno¹²³. Em ambas as cidades, reabilitação e revitalização são palavras ainda hoje corriqueiras

¹²³ Conforme apresentados no Capítulo 2.

nas propagandas de governo e nos meios de comunicação em um processo que parece não ter mais fim.

Esse frenesi patrimonialista, que hoje engloba também os bens de natureza imaterial, nos leva a pensar como o conceito de “tragédia da cultura”, de Simmel (2005), pode ser pertinente para compreendermos esses atuais processos de estetização das estruturas sociais e da vida cotidiana. A exacerbada corrida patrimonial que permeia as cidades e os lugares na atualidade e a ideia de que tudo pode ser lançado no campo da cultura e do consumo cultural nos reporta ao trágico acúmulo da cultura objetiva descrito no pensamento simmeliano, nos fazendo pensar, na pista deixada por ele, em uma tragédia do patrimônio.

Tem se tornado lugar-comum nos debates sociológicos apontar para a tendência pós-moderna de estetização das estruturas sociais, bem como para a expansão da cultura para todos os domínios da esfera econômica. Contudo, se empreendermos um retrocesso básico, identificaremos que a busca de uma “sociologia culturalizada” como resposta a uma culturalização da vida social já se encontrava presente nos empreendimentos analíticos de teóricos sociais preocupados em interpretar as experiências iniciadas na modernidade e, mais especificamente, na cidade moderna.

Embora pareça simplista e restritivo, foi justamente nesse sentido que seguiram autores como Georg Simmel e Walter Benjamin quando desenvolveram seus estudos acerca das formas e práticas culturais e artísticas. Não obstante suas distintas análises, entre eles um denominador comum toma importância: o fato de colocarem direta e especificamente como problema sociológico questões ligadas à arte, à estética e à vida cultural, buscando a explicação desses fenômenos não a partir de si mesmos, mas tendo em foco o seu significado no conjunto de aspectos que enformam a vida social. Neste sentido, os domínios da estética e da cultura foram enfatizados e investigados não apenas como um campo de estudo digno de nota, mas principalmente como elementares para a própria teoria social.

De fato, para Simmel e Benjamin, o estudo da sociedade poderia ser mais profícuo se atribuíssemos atenção especial aos problemas da cultura. Mais do que compreender a maneira pela qual formas e processos sociais podem esclarecer a atividade estética e cultural, a questão estava em evidenciar como “as técnicas filosóficas e crítica de compreensão e interpretação das obras de arte, em conjunto com as expressões estéticas, poderiam ser úteis e necessárias para estudar a vida social” (CONNOR, 2002, p. 347).

Simmel apresenta-se como aquele que primeiro se preocupou em mostrar as possibilidades sociológicas de interpretação do sentido da cultura na modernidade e diametralmente na cidade moderna. Privilegiando os processos e os resultantes das interações, em detrimento das descrições generalizadas das estruturas sociais, Simmel colocou-se em posição metodológica refletida na busca do contingente, do particular e do efêmero que existe nas interações sociais. A sociologia serviria não apenas para explicar, mas também para exprimir a modernidade, sendo que os conflitos peculiares da vida social moderna ganham, para ele, desde cedo um sentido marcadamente estético (CONNOR, 2002, p. 348).

Isto fica mais claro quando colocamos em foco as concepções simmelianas acerca da cultura humana, a qual se expressaria a partir de duas formas igualmente opostas e essenciais, sendo uma objetiva e outra subjetiva. Cultura seria, por conseguinte, resultante do processo de mediação entre a vida interior do indivíduo, suas formatações espirituais, e suas criações objetivas.

Aquilo que compõe “o patrimônio material e espiritual da humanidade tanto quanto os conhecimentos e refinamentos manifestados pelo indivíduo” não seriam, de acordo com Simmel, suficientes para fechar o conceito de cultura. Este conceito liga-se diretamente ao esforço por meio do qual o sujeito modifica a si mesmo rumo a uma condição superior. Junto a isto se impõe a necessidade de que esta modificação seja feita partindo de determinados bens pertencentes à sua exterioridade. “Os conhecimentos, condutas e maneirismos de um homem só podem ser provas de sua cultura na medida em que constituem elementos representativos de uma condição realmente vivida como estágio de aperfeiçoamento individual” (RÜDIGER, 1999, p. 4)¹²⁴.

Com a hipertrofia da economia monetária, Simmel (2005) enxerga uma alteração exacerbada na relação entre o que vai chamar de espírito subjetivo e espírito objetivo. Naquilo que ele definirá como “tragédia da cultura”, e em consequência da divisão social do trabalho, o objeto deixa de ser mediador, autonomiza-se e passa ao

¹²⁴ Da relação entre sujeito e objeto, uma relação dialética de caráter circular (sujeito-objeto, objeto-sujeito) que desemboca na objetivação do sujeito e na subjetivação do objeto, surgiria, enquanto síntese do processo, a cultura. Em outras palavras, todo esse movimento teria como consequência o “cultivo” do sujeito, o qual é aperfeiçoado quando reincorpora o objeto, incrementando assim sua própria subjetividade e tornando-se mais completo do que fora antes, ou seja, tornando-se outro sujeito. Neste sentido, o sujeito é o fim e o objeto (espírito objetivado) assume a função de mediador desse processo, ele é o meio (WAIZBORT, 2006).

lugar dos fins. Ele torna-se um fim em si mesmo, assume a posição de sujeito e toma seu lugar como que assumindo uma vida própria, independente de quem o criou. Quando pensamos no Patrimônio Mundial, por exemplo, percebemos como esse elemento da cultura objetiva, o qual deveria ser meio para o “cultivo do sujeito”, acaba se autonomizando dentro das relações mercadológicas de concorrência intercidades, tornando-se um fim em si mesmo. Fetichizados, esses bens são como que dotados de valores próprios, autônomos, imutáveis e independentes do próprio contexto local em que se inserem. Deixadas de lado, as preocupações quanto à memória e à construção das identidades são substituídas pelas preocupações quanto à renda monopolista. Neste contexto, o objeto, ou seja, o patrimônio, que deveria ser o meio, transforma-se no fim, de modo que encontramos aí seu aspecto trágico.

Na modernidade, a experiência histórica – na qual se concretiza a relação metafísica de sujeito e objeto – testemunha uma mudança altamente significativa nessa “corrente”. (...) Na medida em que os objetos se autonomizam, eles se isolam dos sujeitos, em um processo de autonomização cada vez mais acentuado, até um ponto em que eles nada mais dizem aos sujeitos (embora não haja objeto independente do sujeito). (...) Ele próprio é um fim em si mesmo; não precisa mais relacionar-se naquela “corrente” e ganhar sentido a partir dela. Não mais relacionar-se: assim, com a perda das relações, o todo, de natureza estética, se perde (WAIZBORT, 2006, p. 125-126).

As diversas potencialidades culturais dos homens, expressas em trabalhos, técnicas e tradições, acabam resultando numa experiência objetiva que se posiciona para além daqueles que originalmente as produzem. As obras de arte, as religiões, os códigos legais, os conhecimentos científicos e os sistemas morais são exemplares destas formas externas da cultura objetiva. Contudo, ainda que sejam imprescindíveis para dotar de vida as expressões objetivas do desenvolvimento humano, a tendência é limitarem ou mesmo contrariarem essa vitalidade. Não seria esse o ocorrido quando um bem assume a representação de “toda a humanidade”? Ele se autonomiza e de certa maneira acaba se posicionando para além dos sujeitos que originalmente o produziram.

Para Simmel (2005), a modernidade segue uma tendência de dispor ao indivíduo um número cada vez maior de obras e criações cuja compreensão de suas composições internas é uma tarefa cada vez mais obscura para o sujeito. Ele trabalha em cima da hipótese de que houve um crescimento muito superior da cultura objetiva em detrimento da cultura subjetiva, causando, inclusive, uma discrepância que em muitos sentidos fez esta última diminuir. Entendemos que o número cada vez maior de bens

alçados à categoria de patrimônio, seja ele material ou imaterial, é apenas um exemplo desse crescimento da cultura objetiva.

Simmel (2005) admite que a própria característica da cultura moderna, que é predominantemente urbana, está na distância tragicamente irredutível entre as dimensões objetiva e subjetiva da cultura. Para ele, o denso e extenso espaço da metrópole impõe ao sujeito moderno a necessidade de se relacionar com o mundo exterior e com o outro através de um exacerbado objetivismo.

A vida metropolitana seria, portanto, rodeada de atitudes formais e de reserva por parte dos indivíduos resultando disto um poderoso “distanciamento mental”. O homem moderno seria intimamente massacrado por uma série de acontecimentos cotidianos, de imagens que se compõem e se recompõem rapidamente, de objetos hoje novos amanhã antigos, com aos quais ele deixa gradativamente de reagir adentrando uma espécie de anestesia descrita pelo autor por meio do conceito de atitude *blasé*, um comportamento, segundo ele, reservado à metrópole.

De qualquer modo, o indivíduo está cada vez mais incapacitado a se sobrepor à cultura objetiva. Ele foi rebaixado a uma quantité négligeable, a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que gradualmente lhe subtraiu todos os progressos, espiritualidades e valores e os trasladou da forma da vida subjetiva à forma da vida puramente objetiva (...). Basta notar que as grandes cidades são os verdadeiros cenários dessa cultura, que cresce para além de tudo o que é pessoal. Nas construções e instituições de ensino, nos milagres e confortos da técnica, que domina o espaço, nas formações da vida em comum e nas instituições visíveis do estado revela-se um espírito que se tornou tão impessoal, que se cristalizou em uma multiplicidade de tal modo imponente, que a personalidade, por assim dizer, não se pode contrapor a isso (SIMMEL, 2005, p. 588).

Na teoria social de Simmel (2005), a tragédia da cultura e a vida urbana, dois elemento amplamente interligados, são utilizados como chaves preponderantes para entender a modernidade. A metrópole seria o lugar por excelência da “cultura das coisas”, lócus de experiências múltiplas responsáveis por mudanças significativas no aparelho sensitivo do homem moderno, um ambiente marcado por novas relações socioespaciais e estéticas; o lugar preponderante da cultura objetiva. A cidade grande, segundo ele, passa a desempenhar um valor inédito no que se refere à história universal do espírito, ocupando, desse modo, um lugar “preenche de significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica” (SIMMEL, 2005, p. 589).

Quando este trata da “tragédia da cultura” e do acúmulo exacerbado de uma cultura objetiva, poderemos dizer, sem maiores embargos, que mais do que nunca as cidades nos proporcionam um cenário no qual “tudo hoje se arroga ter um valor

cultural” (¹²⁵SIMMEL, 1968 *apud* FEATHERSTONE, 1995, p. 10). Ao traçar um paralelo com esse pensamento de Simmel, Featherstone (1995) aponta como a produção e consumo de bens culturais tem ocorrido em uma aceleração cada vez maior e mais difícil de controlar, nos colocando diante de hierarquias simbólicas desestabilizadas e de uma gama altamente significativa de imagens e signos que em um mundo de consumo encontra nas novas tecnologias de comunicação os mecanismos perfeitos de desenvolvimento e difusão.

Cultura e espetáculo são tomados como elementos de dinamização das cidades, e o patrimônio, principalmente a partir de seu caráter estético e mercadológico, tende cada vez mais a uma banalização excessiva que tem levado ao que denominamos tragédia do patrimônio. De igrejas a antigos galpões industriais, de construções milenares a exemplares da arquitetura moderna: tudo pode ter um valor patrimonial atribuído. Por outro lado, esse patrimônio tem se mostrado cada vez mais destituído dos tradicionais valores identitários.

Tradicionalmente, o patrimônio costuma ser visto como a prova material de uma identidade (PEIXOTO, 2006); por meio dele uma identidade pode se legitimar e se tornar visível. Se considerarmos os processos de patrimonialização hoje amplamente imbricados nas políticas urbanas, e se pensarmos também a função do Patrimônio Mundial nesse contexto, cabe pensarmos o quanto essa equação tradicional é simplista e o quanto as políticas patrimoniais se asseveram com intenções mercadológicas cada vez mais claras. Se, por outro lado, considerarmos, como fez Peixoto (2006), que todo projeto de reabilitação ou revitalização urbana constrói uma identidade a partir de fragmentos do passado, cabe questionarmos que tipo de identidade se constrói a partir do Patrimônio Mundial.

4.5 Patrimônio Mundial e uma identidade genérica

O fascínio exacerbado pelos chamados lugares da memória pode ser elucidado quando consideramos o atual movimento de “aceleração da história”, contexto no qual a mudança assume o papel de fenômeno social mais contínuo e permanente, afetando diretamente a relação que temos com a memória e com a

¹²⁵ SIMMEL, Georg. On the Concept of the Tragedy of Culture. In: **The Conflict in Modern Culture and Other Essays**. Nova York: Teachers College Press, 1968.

recordação. Diante desse acelerado movimento, surge a percepção de impossibilidade da memória espontânea, manifestando-se assim a valorização dos lugares da memória. “Na medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente (...) sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história” (NORA, 1993, p. 15).

Neste mesmo sentido, Huyssen (2004) enxerga uma musealização do mundo intensificada, sobretudo, a partir da década de 1970 com os processos de revitalização e reabilitação dos antigos centros urbanos e com a explosão das modas retrô. Este movimento de “volta ao passado”, um passado muitas vezes inventado e imaginado – conforme pudemos demonstrar nos casos dos centros históricos aqui tratados – é visto por Huyssen (2004) também como um mecanismo de combate diante do medo e do perigo do esquecimento causado pelo “contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaços” (p. 27).

Contudo, ao observar que o pretérito tem vendido mais que o futuro, o autor questiona essa tendência de “volta ao passado” e infere ser demasiado simplista limitar essa análise ao modo como a musealização cultural proporciona mecanismos de compensação diante das destruições e mudanças causadas pela modernização no mundo social. Para Huyssen (2004), deve-se ir além da constatação de Nora (1993) e indagar o modo como esse próprio passado tem sido instrumentalizado pela indústria cultural musealizante e pela mídia. Em suas palavras, “a própria musealização é sugada neste cada vez mais veloz redemoinho de imagens, espetáculos e eventos e, portanto, está sempre em perigo de perder a sua capacidade de garantir a estabilidade cultural ao longo do tempo” (p. 30). Para começar, é preciso lembrar que muitas dessas memórias, amplamente comercializadas em massa, são do tipo “imaginadas” e, quando comparadas às memórias vividas, são muito mais fadadas ao esquecimento.

Quando pensamos na tragédia do patrimônio envolta na atual corrida pela obtenção da chancela da Unesco, nos reportamos diretamente à ideia de que essa tendência cada vez maior de acumular os traços e as realizações humanas parece se tratar de uma busca para construir uma imagem da identidade humana, tomando como base seus supostos interesses em comum, como se um único espelho fosse capaz de refletir essa identidade. Para Choay (2006), encontra-se aí um importante nó da questão: “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós,

membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem” (p. 240).

Embutidos de questões cada vez mais genéricas, a exemplo do “interesse comum da humanidade”, o patrimônio tende a trabalhar muito mais na produção daquilo que Choay (2006) denominou de “sistema defensivo, cuja função é garantir a recuperação de uma identidade ameaçada” (p. 241). Contudo, deve-se atentar para o fato de que a imagem que vemos no espelho, de caráter defensivo, ainda que possa ser reflexo de objetos reais, não deixa de ser ilusória. A tranquilidade que ela provoca, dirá Choay (2006), é resultado de uma seleção indiscriminada, banalizada, de uma atitude narcisista que trabalha em cima de um passado desejado e que eliminou as diferenças e escamoteou os conflitos.

Se aqui quisermos pensar conforme nos indicou Simmel (2005), é como se a própria imagem refletida no espelho tivesse ganhado vida própria, deixando de contribuir para o cultivo do sujeito. Diante dessa síndrome narcisista e da tragédia patrimonial tão incentivada pelas políticas de reabilitação e revitalização de antigas áreas centrais, pode-se dizer que o patrimônio mundial não contribui para a formatação de uma identidade cultural humana, muito menos uma identidade capaz de gerar sentimentos de solidariedade como pretendem seus idealizadores e defensores. Antes, coopera para uma “autocontemplação passiva” (CHOAY, 2006) e uma identidade genérica que não perpassa, como no passado, a formação de sentimentos de pertença e de localização. Como tal, servem muito mais a objetivos mercadológicos que se aproveitam e ao mesmo tempo formatam essa síndrome narcisista e essa constante volta e valorização de um passado que, no mais das vezes, nem chegou a existir.

CAPÍTULO 5 - “É DO MUNDO”: O GERENCIAMENTO DA TRADIÇÃO EM CENTROS HISTÓRICOS PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

5.1 As cidades e o patrimônio entre o global e o local

Como procurou-se argumentar até aqui, o planejamento estratégico que passou a gerenciar as cidades e os lugares históricos, ao instrumentalizarem o passado, a memória e a tradição em favor de seus objetivos mercadológicos, tornaram as práticas de patrimonialização um mecanismo que hoje vai muito além das tradicionais atribuições de valor que colocavam determinados bens como histórica e artisticamente importantes para a identidade nacional.

Se aqui quisermos considerar perspectivas de autores como Stuart Hall (2005), para quem o processo de globalização acabou por afrouxar essas antigas e centradas formações identitárias, há de se considerar que no processo de “descentramento do sujeito” – caracterizado pela fragmentação das identidades – a identidade nacional tende a perder cada vez mais espaço para as identidades locais. Nessa conjuntura, soma-se ao processo de globalização o fato de governos centrais transferirem cada vez mais poderes para administrações locais, desencadeando novos tipos de governação e gerenciamento citadino, de modo que os protagonistas dos processos de patrimonialização são agora as cidades, e não mais a nação. As identidades foram, assim, deslocadas do contexto nacional e presenciou-se um reforço das identidades locais, em um movimento realizado predominantemente pelas cidades. Se para muitos essa valorização das identidades locais é um fenômeno reativo aos processos de homogeneização típicos da globalização, apontaríamos outra chave possível de análise: essa valorização, mediada pelo consumo cultural e pelo turismo, é também resultado do protagonismo das cidades, que trabalham cada vez mais para se fortalecerem simbólica e economicamente.

Assim, ainda que não seja nossa intenção esgotar o assunto e afirmar a inexistência de um processo de homogeneização formatado pelas forças globalizantes, ou mesmo de movimentos reativos contra essa unificação, asseveramos que muito da valorização das culturais locais deve-se às estratégias das cidades para se inserirem no

próprio processo de globalização. Com as possibilidades de difusão de mercadorias e imagens daí derivadas, cidades médias e pequenas tendem cada vez mais a construir identidades e imagens que possam superar suas limitações territoriais e materiais, reinventando assim suas características simbólicas e mobilizando recursos que possam inseri-las não só em contexto locais, mas nacionais e globais. A proliferação de títulos como “capital da cultura”, “cidade criativa” e “cidade patrimônio da humanidade” são apenas alguns exemplos desse fenômeno, no qual administrações locais, principalmente por meio do turismo e do *citymarketing*, procuram projetar suas cidades em um imaginário de caráter mais universal. Para essa projeção, realiza-se uma seleção de marcos de distinção, de características peculiares, enquanto outras são disfarçadas, amenizadas ou mesmo jogadas a escanteio¹²⁶. Nos guias turísticos e páginas da Internet, constroem-se cidades que, não raramente, não existem quando se observa seu cenário “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002).

No caso de São Luís, o turista que ousa desviar das ruas apresentadas nos

Figura 61. Estado de abandono e restauração de casarões no Centro Histórico de São Luís. Foto da autora (2012).

mapas e guias surpreende-se ao se deparar com o estado de abandono de espaços públicos e casarões que formam o Centro Histórico, mas que, “esquecidos” no processo de revitalização, estão fora dos roteiros turísticos. Essa situação de confronto entre a realidade citadina e a imagem vendida pelo *citymarketing* torna-se

ainda mais dramática se este mesmo turista ousar conhecer outras zonas da cidade, para além de seu centro histórico e de sua zona litorânea. Em nossa primeira visita a cidade de São Luís, o taxista avisou que por conta do trânsito pegaríamos uma rota alternativa do aeroporto até o centro, fazendo questão de frisar que essa rota não era “tão bonita” quanto a outra feita mais corriqueiramente¹²⁷. Outro exemplo dos mecanismos usados

¹²⁶ Vimos que no caso de São Luís a imagem de Cidade do *Reggae* foi prontamente excluída de sua promoção.

¹²⁷ Em outras oportunidades pudemos fazer a rota mais corriqueira do aeroporto até o centro histórico. Nas primeiras vezes, o que mais saltou aos olhos foram as constantes inserções de *outdoors* ressaltando as atrações culturais e turísticas da cidade, bem como as benfeitorias que governo e prefeitura estavam a

na construção dessas cidades imaginadas pelo turismo são os ônibus destinados ao *city tour*, tão comuns em Portugal. Por meio deles, o visitante é levado por um roteiro estrategicamente escolhido e que, no mais das vezes, evita incômodos visuais, como a degradação urbana e a pobreza de determinadas zonas. Ao turista mais tradicional, só é permitido conhecer uma cidade imaginada e romantizada por elementos vinculados a discursos de valorização da história e da tradição.

Outra marca desses processos de intervenção urbana e de patrimonialização tem sido o deslocamento das práticas cotidianas e a inserção, nesses espaços, de elementos artificiais, mas revestidos da ideia de tradição e postos como típicos desses lugares históricos. Qual turista, depois de assistir a uma apresentação de Bumba meu boi no Centro Histórico de São Luís, ousaria dizer que essa brincadeira foi ali estrategicamente inserida, de modo que não se configura em uma tradição daquele espaço?

Cientes do potencial de renda monopolista embutidos nesse tipo de manifestação local, até o maior defensor das perspectivas de globalização apoiará seu desenvolvimento, mesmo que isso represente a formulação de um cenário com elementos apostos àqueles valorizados pelas forças globalizantes. A questão é, portanto, achar o equilíbrio e os mecanismos necessários para instrumentalizar esses elementos extremamente locais apenas no sentido de garantir a apropriação das rendas monopolistas que daí resulta sem, contudo, comprometer a venda desses lugares em um mercado global. O aspecto monopolista, que se baseia na incomparabilidade do item comercializado, recai em uma contradição presente de maneira significativa nas cidades atuais: “embora a particularidade e a singularidade sejam cruciais para a definição de ‘qualidades especiais’, o requisito relativo à negociabilidade significa que item algum pode ser tão único ou tão especial, que não possa ser calculado monetariamente” (HARVEY, 2006, p. 223). Quanto mais exclusivas são as características de um item ou evento, mais difícil é formar um mercado para ele. Em contrapartida, Harvey (2006) nos lembra de que quanto mais negociáveis eles se tornam, menos exclusivos e singulares vão se configurando, derivando daí a diminuição de sua renda monopolista.

Olhando para essa contradição, a princípio, a supervalorização das tradições locais pode se apresentar como um contrassenso, visto que parece mais propícia às

realiza na cidade. Nas outras vezes, desviando o olhar desse tipo de propaganda, enxergamos contradições urbanas pouco rentáveis para o turismo. Mesmo no trajeto oficial, um olhar mais atento é capaz de enxergar a pobreza e a desigualdade que marcam profundamente a capital maranhense.

práticas extensivas de consumo, lugares com características locais mais abrandadas e com tradições mais atenuadas, a fim de possibilitar uma maior circulação de componentes globais da cultura. Contudo, na lógica do turismo cultural, lugares amplamente desconectados de suas raízes e inscrições locais, mesmo que inventadas, são também pouco consumíveis, já que a tradição se apresenta cada vez mais como “componente cambiável nas interações sociais contemporâneas, mediadas como são pelas práticas de consumo” (LEITE, 2005, p. 79). Aqui, os espaços que passaram por processos de revitalização e de reabilitação se encaixam perfeitamente, já que costumam equilibrar muito bem essas duas necessidades, criando estratégias condizentes com suas realidades para contornar os possíveis contrassensos entre os elementos globais e locais. Neste sentido, as atuais intervenções urbanas em lugares históricos, conforme nos mostraram os casos empíricos aqui estudados, geram dois tipos de movimento: em maior ou menor proporção, flexibilizam e/ou (re)habilitam determinados conteúdos culturais locais, como forma de adequar esses espaços ao consumo cultural e ao lazer.

5.2 A (re)invenção do Centro Histórico de São Luís via elementos da cultura popular

Figura 62. Charge publicada em jornal local em 1997. Além da inscrição relativa ao título concedido pela Unesco, destaca-se a figura típica do Bumba meu boi. Fonte: CARDOSO, 2008.

Uma vez criadas as condições políticas e técnicas que no mês de junho de 1997 levariam o Centro Histórico de São Luís a obter a aprovação do Comitê do Patrimônio Mundial, o governo de Roseana Sarney passou a criar, ainda nesse ano,

condições para promover nesse cenário elementos da cultura popular maranhense, o que vai se intensificar nos anos seguintes. Enquanto o primeiro mandato de Roseana no governo do Maranhão (1995-1998) foi permeado de discursos carregados de expressões como “preservação arquitetônica”, “inspiração no passado” e “mente educada e culta”, no segundo mandato (1999-2002), conforme apurou Cardoso (2008), prevaleceu um tipo de discurso ligado a expressões como “tradição”, “construto artístico do povo”, “profano e religioso”, “vasto e rico quinhão” e “cultura popular”.

Ciente da importância da tradição para o consumo e, especificamente, para o turismo cultural, tratava-se agora de unir esses dois componentes: de um lado, o patrimônio edificado, de caráter elitista e representante de uma pretérita elite rural e de um tempo que desencadeou o mito da Atenas Brasileira; do outro, um patrimônio imaterial, vinculado às manifestações populares e às brincadeiras do folclore maranhense. Para tanto, Roseana, bem assessorada por uma equipe de artistas, intelectuais e produtores culturais, foi buscar elementos da cultura popular que haviam saído da marginalidade justamente no governo de seu pai: estamos falando do Bumba meu boi, hoje artificialmente vinculado ao espaço do Centro Histórico e que foi instrumentalizado para imprimir uma imagem de herói da cultura popular à figura de José Sarney já em seu primeiro mandato de governador, em um movimento que seria repetido por sua filha.

Os registros históricos acerca da presença do Bumba meu boi na cidade de São Luís remontam ao século XIX e dão conta de retratar uma manifestação de caráter popular altamente marginalizada que relata a história de um escravo e o boi do seu senhor¹²⁸. Até meados do século XX, a brincadeira era vista como uma dança dos negros e de arruaceiros. Em 1823, em seu romance histórico *A Setembrada*, o escritor maranhense Clóvis Dunshee de Abranches comparou “os ataques populares contra portugueses e seus estabelecimentos comerciais durante a guerra de Independência” com “a forma de um violento bumba-meu-boi” (IPHAN, 2011, p. 34). Já em 1861, um colaborador do jornal *O Imparcial* também nos dá pistas do preconceito e do caráter marginal dessa manifestação, marcada por forte segregação socioespacial.

¹²⁸ A brincadeira conta a história de Pai Francisco, um escravo de confiança do seu senhor que se viu obrigada a matar e arrancar a língua do boi preferido do seu patrão para atender aos desejos de grávida de sua mulher, a Mãe Catirina. Uma vez descoberto seu crime, Pai Francisco foi obrigado a fugir e é perseguido pelos peões da fazenda, bem como por caboclos e índios. Depois de preso e sob forte castigo, Francisco se vê forçado a ressuscitar o boi com a ajuda de um doutor. Com o precioso boi vivo, dá-se a festa com danças e cantigas.

Quando uma grande parte da população se empenha por fazer desaparecer os busca-pés, por serem fatais, concede-se licença para estúpido e imoral folguedo de escravos denominado bumba-meu-boi, incentivo para os busca-pés, e admira-se mais que isto aconteça, quando há anos a presidência ordenou à polícia que não consentisse esse folguedo, por ser oposto à boa ordem, à civilização e à moral. Quando por causa do bumba-meu-boi não aparecem cacetadas e mesmo facadas, é causa de uma enorme algazarra que prejudica o silêncio perturbando o sossego que deve haver para o sono, sossego que cumpre à polícia manter. Nós esperamos que a polícia reconsidere no passo irrefletido que cometeu, para não ser ela responsável perante a opinião pública, do mal que houver por causa do bumba-meu-boi (ABRANCHES, *apud*, IPHAN, 2011, p. 37).

No início do século XX, quando a área central ludovicense conheceu o auge de seu desenvolvimento material, as reclamações davam conta de falar da desobediência dos grupos de Bumba meu boi, que insistiam em ignorar as proibições e saíam de seus lugares (zonas da periferia da cidade) para brincar na região central rica e elitizada (IPHAN, 2011). Somente em meados do mesmo século é que a imprensa, muito influenciada pelo interesse de intelectuais pelo folclore brasileiro, começou a se posicionar a favor dessa manifestação popular, colocando-se, por exemplo, contrária às decisões policiais que proibiam a brincadeira nas regiões nobres da cidade, especificadamente o seu centro.

A mudança de opinião da imprensa foi o primeiro indício de um processo de valorização que se intensificaria durante o mandato de José Sarney (1966-1971) no governo do Maranhão. Se de um lado Sarney buscou desenvolver uma relação pessoal com os brincantes e líderes dos grupos de Bumba meu boi, do outro procurou aproximá-los do próprio aparelho estatal, criando os primeiros mecanismos de promoção turística dessa manifestação da cultura popular. Nesses dois sentidos, o então governador fez do sobrenome Sarney uma espécie de benfeitor do Bumba meu boi. O depoimento de Zelinda Lima, amiga de José Sarney e na época diretora do Departamento Estadual de Turismo criado por ele, mostra essas duas dimensões da relação do então governador com essa manifestação. Ao relatar a prisão do dono de um “boi” que ousou brincar fora dos limites demarcados, ela concebe:

Quando me comunicaram de manhã cedinho, na hora do café, eu bati lá no governador [Sarney] e disse: “olha, está acontecendo isso, isso e isso”. Ele botou a mão na cabeça e disse: “agora, que eu sou governador, o que é que eu vou fazer?” Vamos pensar, eu disse. Transferir o delegado? Não, não é o caso. Chamar o chefe de polícia? Talvez. Decidimos ficar por aí. Parecia pouco diante da barbaridade, mas estávamos iniciando um processo importante de mudança de mentalidade do maranhense frente à cultura popular de seu estado (*apud*, CARDOSO, 2008, p. 63, grifo nosso).

Importante para essa mudança de mentalidade relatada por Zelinda, muitos autores e brincantes relembram um evento realizado nos Palácio dos Leões, sede do governo e localizado no centro da cidade, no qual José Sarney convidou grupos de Bumba meu boi para se apresentarem. O evento simbolizou uma ruptura nos limites físicos demarcados para a brincadeira, bem como sua aproximação para com o poder executivo, personificado por Sarney. Sobre esse evento Zelinda relembra:

Naquela época, o governador Sarney estava realizando muitas obras no Estado, como a construção do porto do Itaqui. Veio uma comitiva pra visitar o Palácio, Odylo Costa Filho, uma série de pessoas da literatura e gente importante do país, jornalistas... Então, para comemorar e divulgar o fato na imprensa o governador me chamou pra organizar um cardápio com comidas típicas, pra selecionar uma cozinheira que fizesse um cuxá bem feito... Aí me lembrei e disse: ‘olha, governador, está aí uma oportunidade de acabar com a perseguição ao Boi. O senhor chama pra brincar aqui no palácio, que todo mundo vai achar maravilhoso!’ E assim foi feito. (...) Os donos dos bois nesse tempo já eram compadres do governador. Foi um choque pra sociedade! Aquilo foi um escândalo na cidade, as pessoas comentavam muito, e a imprensa ficou se perguntando, ‘Boi e tambor no palácio, como é que pode?’ (*apud*, CARDOSO, 2008, p. 64).

Eventos como esses e a proximidade pessoal que Sarney estabeleceu com os líderes dos brincantes resultaram na sua fama de protetor do Bumba meu boi, o que ajudou a reforçar seu nome junto aos grupos mais populares. Constantemente Sarney era convidado para apadrinhar os grupos, em um ritual que foi diversas vezes repetido por Roseana em seu governo. Por outro lado, o interesse pela cultura popular desencadeou, a favor de Sarney, o apoio de intelectuais que já haviam despertado para a importância dessas manifestações.

Nas duas décadas seguintes (1970 e 1980), com a saída de Sarney do governo e a quebra dessa relação pessoal entre o chefe do executivo e os grupos, constituiu-se o que o IPHAN denomina período de institucionalização do Bumba meu boi. Buscando inserirem-se nas prerrogativas burocráticas do Estado, que passou a criar fundos e verbas para cultura, muitos grupos buscaram a formalização jurídica e a criação de associações. Mas, apesar dessa relação mais formal com a estrutura estatal e da absorção dessa manifestação por eventos e festas do calendário oficial do Estado, os grupos continuaram criando suas festas e os espaços nos quais brincavam, mantendo ainda seu aspecto mais espontâneo.

Essa espontaneidade seria comprometida na gestão de Roseana Sarney, quando se iniciou a fase de “inserção do Bumba no mercado de bens culturais” (IPHAN, 2011). Um dos elementos mais marcantes desse período foi o movimento de

“retradicionalização” do Centro Histórico de São Luís, no qual o Bumba meu boi é habilitado como se fosse um elemento tradicional da área central. Essa “retradicionalização”, por seu turno, não representa exatamente um reconhecimento ou valorização das manifestações locais da cultura. Antes, pretende a estratégica inserção do patrimônio no chamado mercado global de bens culturais. A inserção de um elemento que até a década de 1960 era expurgado da área central visou a criação de mais uma atração capaz de agregar valor cultural àquele espaço – agora considerado Patrimônio da Humanidade –, bem como tencionou legitimar aquele como um lugar de tradição. Acerca desse fenômeno, Leite fala então de uma

relocalização da cultura, pela qual as tradições são reelaboradas e passam a dialogar em estado alterado com os processos e/ou produtos do mercado simbólico de bens culturais. Esse aspecto caracteriza a tendência predominantemente híbrida da cultura na alta modernidade, cujos termos “glocal” ou “glocalização” sobressaem-se como expressões que anunciam o caráter liminar da experiência social contemporânea (LEITE, 2005, p. 79).

Logicamente repleta de ilusão e retórica construída por engenhosas peças publicitárias, a ideia de que São Luís, por meio do título da Unesco, era agora uma cidade do mundo tomou conta dos discursos oficiais e da imprensa local. Por meio da expressão “É do Mundo”, o título de Patrimônio Mundial foi divulgado como se, a partir daquele momento, São Luís houvesse adentrado no rol da globalização, superando assim suas limitações físicas e econômicas. Supostamente inserida na lógica da globalização, a expectativa era de um novo fluxo de pessoas e de signos, de modo que se tratava, a partir de então, de garantir para aquele espaço elementos condizentes com sua nova posição, como uma infraestrutura adequada ao deguste turístico – o que tem desencadeado processos constantes de revitalização. Por outro lado, tratava-se também de criar para o Centro Histórico elementos atrativos ao consumo cultural e que fossem além da simples contemplação do seu patrimônio edificado.

Neste sentido, opera-se um processo de alienação e estetização do patrimônio, na medida em que se retira daquele espaço práticas sociais e os costumes locais construídos cotidianamente, transformando-o em lugar de fruição turística e consumo, ao passo que se constrói um movimento de “retradicionalização”, no qual o passado é transmutado para uma função de relíquia¹²⁹, o que sugere o domínio de

¹²⁹ Conforme assevera Giddens (1997, p. 126), “uma relíquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone de observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. (...) Uma relíquia é um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas”.

aspectos culturais, artificiais e “inventados”, a exemplo da relação construída entre o Bumba meu boi e o Centro Histórico de São Luís.

Figura 63. Na primeira imagem, apresentação do “Boi” no Parque Junino da Praia Grande. Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (2010). Na segunda foto, cortejo de bois no Centro Histórico da cidade. Foto: De Jesus (2013). Fonte: www.g1.com.br.

Principalmente a partir de 1997, quando a cidade conquistou o tão almejado título mundial, desencadeou-se um processo de inserção cada vez mais intensa do Bumba meu boi no espaço do Centro Histórico e, consequentemente, no mercado de bens culturais. Segundo o dossiê do Iphan que em 2011 considerou o Bumba meu boi patrimônio imaterial do Brasil, a valorização dessa manifestação popular deu-se em decorrência “de sua presença cada vez maior no centro da cidade e adjacências” (2011, p. 55). A inserção desse elemento com forte apelo tradicional e popular naquele espaço resultou, por seu

turno, na própria alteração das características dessa brincadeira. Acostumado a se apresentar nas ruas e arraiais construídos pelos próprios populares nos bairros e na periferia da cidade, o Bumba meu boi passou a fazer parte da agenda turística e cultural de São Luís, e principalmente de seu Centro Histórico.

Assim, se antes os grupos recebiam pequenas gorjetas e agrados como cachaça e tecidos, depois passaram a receber cachês do governo. A brincadeira, que se desenvolvia nos terreiros e de acordo com a demanda do grupo e de pessoas que traziam as brincadeiras para suas portas no intuito de pagarem promessas, hoje ocorre predominantemente regulada por contratos e nos locais determinados pelo poder público, com destaque para a área central. Os festejos juninos da cidade, cuja principal atração são as apresentações de Bumba meu boi, passaram a ser organizados e financiados pelo poder público, que hoje define todas as atrações e os arraiais

espalhados pela cidade, destinando uma programação especial para aqueles do Centro Histórico, destinados aos turistas e a uma parcela mais abastada da população local.

As apresentações perdem, assim, seu caráter de brincadeira e se desenvolvem enquanto espetáculo cada vez mais permeado de ornamentos e elementos alegóricos que tendem a seguir os padrões estéticos das escolas de samba do Rio de Janeiro e das Festas do Boi de Parintins. Do mesmo modo, se antes a brincadeira seguia um longo roteiro, este foi adaptado e muitas de suas partes constitutivas foram diminuídas, visando adequar a apresentação ao tempo dos eventos e aos interesses dos turistas, que geralmente se concentram na parte musical.

Para saírem da periferia e adentrarem no roteiro turístico e de eventos da cidade e, mais especificamente, do Centro Histórico Patrimônio Mundial, houve, portanto, uma necessidade de se adequarem aos padrões de um novo público, naquilo que a Fundação de Cultura do Maranhão chamou de “aprimoramento estético” (MARANHÃO, 2001, p. 3), mas que Cardoso (2008) enxergou muito bem como um “processo de assepsia de elementos considerados grotescos” (p. 27).

Nota-se então como tradições são inventadas e reinventadas e centros históricos são postos na condição de equipamentos culturais, para além de seus elementos arquitetônicos. Na acirrada concorrência intercidades, a mobilização de um patrimônio tido como digno de ser conhecido tende a aliar-se com a fabricação de artigos artesanais e festas tradicionais ou inventadas como tais. A estetização dos centros históricos ocorre, assim, em uma espécie de reação aos supostos processos de morte ou desvitalização das áreas centrais, em uma revivificação ancorada na animação e na (re)invenção de tradições. Neste contexto, esses espaços são vislumbrados como palcos de “sociabilidades espectacularizadas” ou ainda como locais de encenação do viver cotidiano posto entre o consumo e o lazer.

Contudo, no caso de São Luís, esse processo de valorização da cultura popular e sua inserção no espaço do Centro Histórico vão muito além dessas estratégias de retraditionalização visando o mercado de bens culturais. É também a continuidade do projeto político da família Sarney. A despeito da crítica de que as adaptações e mudanças empreendidas no Bumba meu boi e em outras manifestações da cultura popular local tem suscitado em intelectuais e artistas mais conservadores, Roseana souber perceber, durante o próprio processo de candidatura ao título da Unesco, os dividendos políticos que daí podiam derivar, assim como fizera seu pai. Se, como assevera Oliveira (2003) “em São Luís o principal grupo formador de opinião está

ligado à cultura” (OLIVEIRA, 2003, p. 50), a governadora soube muito bem perceber essa relação, agindo de tal modo que os artistas maranhenses “caem de amor” por ela.

Junto aos artistas mais populares e aos brincantes do Bumba meu boi as verbas e os eventos culturais realizados pelo poder público, em sua maioria subsidiados por parcerias que o Estado faz com empresas interessadas na Lei de Incentivo à Cultura, são favores da governadora a grupos locais. Essa imagem de benfeitora do patrimônio material e imaterial da cidade é trabalhada por meio de grandes investimentos em publicidade e propaganda. Em 1999, o panfleto de divulgação da programação junina da cidade trazia um poema que reflete muito bem essa veiculação publicitária: “(...) festa do perfume de rosa, de prosa, de Rosa, de prosa, da mulher guerreira. Vivas! Vivas! Vivas! (...) irresistível esta festa brasileira” (grifos nossos).

Figura 64. Charge publicada no jornal *O Estado do Maranhão* em 22 de junho de 1997, na qual a então governadora é representada como ama do Bumba meu boi do bairro Madre de Deus, localizado na região do Centro Histórico. Nela, a então governadora Roseana Sarney, fantasiada de brincante e montada em um boi, segura o maracá, instrumento que na brincadeira pertence ao amo e líder da manifestação.

Além de personificar essas verbas, Roseana e seu grupo de aliados desenvolveram estratégias clientelistas junto aos grupos de Bumba meu boi que superaram os eventos aquelas realizadas por José Sarney em seu governo:

Eu já vi foi Roseana dá de 20 mil na mão do presidente do Boi em dia de batizado. ‘Tá aqui, um presentinho pro Boi’. Por isso, que podem falar mal dela por aí, mas eu lhe digo uma coisa, ela foi muito boa pra cultura, ela se misturava com o povo. Antes de ser governadora, no Carnaval, ela já vivia aqui na Madre Deus vestida de fofão pra ninguém reconhecer... Esses outros políticos aí, não querem nem saber, não vem aqui, por isso que digo, eu sou Roseana (BRINCANTE, *apud*, CARDOSO, 2008, p. 141, grifo nosso).

O ato de batizar o boi é um ritual religioso realizado em meados de junho, quando o grupo recebe a benção do terreiro ou da igreja para dar início aos festejos juninos. Todo ano um padrinho ou madrinha é convidado(a) para realizar o batismo e é nesse momento que a figura de Roseana costuma entrar em cena, constituindo-se em uma espécie de heroína da cultura popular.

Vai ter batizado de Bumba-meu-Boi, quem é a madrinha? Ela mesma: Roseana Sarney, que chega toda paramentada, no interior de sua Pajero blindada, desce, dança e balança o maracá durante 5 minutos, tempo suficiente para a captação de imagens e fotografias para o império midiático. Em seguida, ela se retira rapidamente, porque cheiro de pobre não ficou para as suas delicadas narinas. No outro dia, lá está ela, na primeira página, com manchete e tudo mais, posando de mecenas número um da cultura do Maranhão. É festa, é festa, é festa! É cachaça e diversão e panela vazia em casa (JORNAL O PEQUENO, 8 jan. 2006).

Quando consideramos esses exemplos e a proximidade estabelecida entre a

Figura 65. Roseana Sarney representada no couro do boi, um lugar de honraria na lógica da brincadeira. Fonte: Cardoso (2008).

família Sarney e os elementos da cultura local, sejam eles de caráter material ou imaterial, salta aos olhos um aspecto que vai muito além daquilo que Leite (2005) considerou um processo de retraditionalização dos centros históricos. Se a inserção de elementos da cultura popular nesses espaços

revitalizados é vista por ele como movimentos que valorizam e tomam as tradições (inventadas ou não) enquanto um componente imprescindível para as práticas de consumo e turismo cultural, o caso de São Luís nos mostra um processo de retraditionalização que vai além desses aspectos mercadológicos. Aqui, retraditionalizar envolve, sim, interesses mercadológicos ligados à promoção turística da cidade, mas engloba também interesses políticos de um grupo oligárquico que, enquanto tal, não se acanha em tomar a tradição como palanque eleitoral.

Constrói-se, desse modo, uma contradição à brasileira que merece ser ressaltada: ao passo que se usa o título de Patrimônio Mundial para construir um discurso que insere a cidade em um contexto simbólico de caráter global, usa-se o mesmo título para reforçar elementos que fazem daquela uma cidade com aspectos oligárquicos e ainda provincianos, cujo campo da cultura dialoga com grupos

tradicionais da política de maneira clientelista e em um cenário em que as próprias verbas do estado são distribuídas e recebidas como benesses empreendidas pelas mãos da governadora e de seus aliados. Valorizar e manter tradições não se relaciona apenas com a extração das chamadas rendas monopolistas, mas também com a manutenção de um tradicional grupo dominante no poder. Neste sentido, antes de ser discursivamente uma “cidade do mundo” e da humanidade, São Luís é ideológica e politicamente uma cidade à mercê de governos personalistas que aprenderam muito bem a instrumentalizar o campo da cultura e do patrimônio a seu favor.

5.3 Capital Europeia da Cultura: destradicionalizando a rígida identidade vimarense

Assim como em São Luís, o processo de reabilitação e de patrimonialização da área central de Guimarães veio acompanhado da (re)inserção de eventos e manifestações populares tradicionais – ou com potencialidade de serem vistos como tais – de modo a legitimarem ainda mais aquele espaço enquanto um lugar cultural e historicamente relevante para a cidade. Em 2002, um ano após a obtenção do título de Patrimônio Mundial, a antiga Feira Joanina de Guimarães ganhou destaque na imprensa local e foi divulgada pela Câmara Municipal como um evento capaz de fazer o Centro Histórico vimaranense reviver os tempos medievais dos quais, enquanto berço da nação, foi testemunha privilegiada.

A ideia e funcionamento central desse evento era a recriação da feira instaurada na cidade por D. João I. Durante o seu único dia de realização, comerciantes e artesãos se vestiam com trajes de época e apresentavam produtos que tivessem ligação com os tempos

passados. Naquele ano, em uma coletiva de imprensa, o presidente camarário apontou a feira medieval como uma oportunidade de se recriar um típico mercado histórico

Figura 66. Banner de divulgação da Feira Joanina – 2012. Fonte: http://www.cm-guimaraes.pt/pages/991?news_id=775#.U3vV2fldX3Q.

medieval, que leva o visitante a fazer um recuo no tempo, mas também como uma oportunidade singular de manter o Centro Histórico Patrimônio da Humanidade um lugar vivo e atrativo.

Entretanto, a agenda cultural de Guimarães também deu continuidade a uma oferta de eventos e manifestações de caráter mais contemporâneo, a exemplo do Festival de Teatro Gil Vicente, iniciado em 1987 e realizado anualmente e sem interrupções desde então, e do Festival Guimarães Jazz, que teve sua primeira edição realizada em 1992 e que nos últimos anos se estabeleceu como o principal festival do gênero no país.

Conforme tivemos a oportunidade de esboçar em capítulo anterior, esse interesse crescente de Guimarães pela cultura e, mais especificamente, pela promoção de seu patrimônio – o que resultou na conquista do título mundial – fez parte de um projeto de cidade que, para além dos objetivos políticos e eleitoreiros detectados em São Luís, buscou capitalizar seu patrimônio material e sua imagem de “berço da nação” como forma de superar sua decadência industrial, inserindo-se em um novo contexto de concorrência intercidades. Esse projeto fica muito claro quando lemos o relatório executivo “Guimarães 2012”.

Estas indústrias, sobretudo a têxtil e a do vestuário, têm vindo a perder importância desde o início da década de 1990, em resultado, por um lado, da forte valorização cambial da moeda portuguesa naquela década e da posterior adoção do euro e, por outro, da forte concorrência resultante da abertura dos mercados europeus aos produtos asiáticos. Nas estratégias seguidas para combater os efeitos negativos daquele processo de desindustrialização, a aposta no sector terciário, nomeadamente no turismo, ocupa um papel central. Nesse contexto, o valor do património histórico da cidade de Guimarães tem vindo a ser potenciado nos últimos anos (MINHO, 2013, p. 17).

O que se presencia no cenário vimaranense é a instrumentalização da cultura e do patrimônio no sentido de substituir uma economia de caráter industrial e clássico, por uma que se costuma denominar economia criativa¹³⁰. Esse projeto de cidade, que ganhou maior robustez após o título da Unesco, tornou-se mais perceptível com a candidatura vimaranense à Capital Europeia da Cultura (CEC) para o ano de 2012. Ao justificar a proposta de Guimarães, seus promotores se mostraram convictos de que um novo modelo de governação, capaz de unir cultura e desenvolvimento cidadão, fazia-se necessário.

¹³⁰ Para mais informações sobre a chamada economia criativa, consulte: FERREIRA. Cultura e regeneração: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades. In: LEITE, R. P. (Org.). Dossiê cidades. **Revista Tomo**, n. 16, São Cristóvão, 2010.

A ameaça de declínio físico, social e económico paira sobre centenas de cidades em toda a Europa. (...) Neste campo, as cidades europeias de média e pequena dimensão são as que enfrentam os maiores desafios num contexto de intensa competitividade global pela atracção de investimento e de talento. Perante estes novos cenários e desafios importa construir novos caminhos. Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura pode e deve constituir-se como modelo de desenvolvimento para centenas de cidades europeias de dimensão semelhante, ao optar por um processo de regeneração suportado num modelo estratégico – Cultural-led Urban Regeneration. Neste modelo, a cultura é vista como um catalisador e um motor de regeneração urbana, social e económica (GUIMARÃES, 2009, p. 24).

Com o sucesso da sua candidatura e a preparação da cidade para esse evento¹³¹, Guimarães entrou definitivamente naquele terceiro ciclo de governança das cidades portuguesas, no qual se destacam os esforços de europeização. Assim como no caso do título de Património Mundial, que teve na chancela da Unesco, uma espécie de selo de qualidade, o título de CEC¹³² foi visto um sinal positivo da União Europeia de que a cidade tinha potencial para tornar-se um exemplo europeu de convergência entre cultura e capital capaz de inspirar outras cidades do continente.

A candidatura de Guimarães a Capital da Cultura foi iniciada em 2006¹³³, período no qual Portugal ocupou a presidência do Conselho da União Europeia. A escolha dessa cidade para representar o país ignorou outras possíveis candidatas, em uma decisão centralizada que considerou a singularidade da urbe vimaranense como berço da nacionalidade e o fato de seu “centro histórico ter conhecido uma reabilitação premiada internacionalmente que teve como consequência mais notória a sua classificação como Património Mundial da Unesco” (LIMA, 2006, p. 5). Amplamente utilizado por cidades de médio e pequeno porte no sentido de reforçar ou alterar suas imagens visando sua inserção em roteiros turísticos internacionais, o título de CEC, no caso de Guimarães, foi utilizado para articular cidade histórica e cidade do futuro.

Conforme assevera Fortuna (1997), as cidades podem apresentar dois tipos de imagens: uma de natureza orgânica, que evolui de forma mais ou menos pacífica ao longo da história e que se reproduz por meio de clichês, como é o caso da ideia de

¹³¹ Seguindo a tendência dos últimos anos de se escolher mais de uma cidade como CEC, além de Guimarães foi escolhida a cidade de Maribor (Eslovénia).

¹³² O projeto de criação da CEC foi construído em 1983 por iniciativa do Ministério da Cultura grego e teve o objetivo de valorizar os campos da arte, cultura e criatividade na Europa. O projeto foi aprovado em 1985 pelo Conselho de Ministros e firmou-se como um instrumento para aproximar os povos dos estados-membros e valorizar uma cultura coletiva marcada pela diversidade. Neste sentido, a promoção da diversidade deveria se dar em um duplo ponto de inflexão: “tornar acessível a um público europeu as particularidades da cultura da cidade, região ou país e concentrar na cidade em questão um conjunto de contribuições culturais de outros estados-membros para benefício dos habitantes dessa cidade”.

¹³³ A aprovação da candidatura pelo Conselho Europeu de Ministros da Cultura ocorreu em 2009.

Guimarães enquanto “berço da nação”, e outra de natureza induzida, menos pacífica e formada por meio da publicidade e da influência dos meios de comunicação, bem como por meio de processos de requalificação de espaços urbanos e da promoção de eventos culturais, a exemplo da CEC. Guimarães soube muito bem aproveitar o primeiro tipo de imagem, refletida no título da Unesco, para atrair um grande evento (CEC) e com ele legitimar a construção de uma outra imagem, esta intimamente ligada ao de cidade criativa, conforme podemos visualizar na fala da então ministra da cultura de Portugal na apresentação da candidatura da cidade ao título de Capital da Cultura.

Desenvolvendo conceitos de participação, visibilidade e sustentabilidade e associando dimensão europeia à participação activa dos cidadãos, em particular, dos jovens, Guimarães Capital Europeia da Cultura alcançará, certamente, em 2012, novas metas enquanto cidade de criatividade e conhecimento (...) (LIMA, 2006, p. 6).

Se considerarmos que a imagem de Guimarães esteve sempre intimamente ligada à ideia de “Berço da Nação”, ao candidatar-se a CEC, cabia construir, ou pelo menos apontar para a construção de uma imagem de marca que, embora considerando sua importância para história de Portugal, fosse além dela. Em outras palavras, cabia construir elementos que, junto com o título de Patrimônio Mundial, pudesse agir com maior atratividade junto ao público da União Europeia. Neste sentido, Guimarães, embora mobilizando velhas identidades e imaginários, passou a construir caminhos para que sua imagem pudesse incorporar elementos inovadores, modernos e globais.

O processo de reabilitação empreendido pelo GTL no centro histórico foi posto no dossiê de candidatura a CEC como uma garantia de que a cidade sabia olhar para o passado sem perder de vista o futuro. Em contrapartida, o título de CEC foi visualizado como uma oportunidade ímpar de dar continuidade ao processo de regeneração econômica, urbana e cultural da cidade, de modo que ela pudesse em definitivo tornar-se, pelo menos no campo simbólico, uma cidade global, europeia, mundial. Nesse documento, a constante menção ao centro histórico e ao título mundial buscou não a promoção de sentimentos nacionalistas tão comuns a uma cidade que ao longo de décadas se viu e se ofertou como berço da nação. Antes, se apresentou como uma garantia de que Guimarães tinha vocação para tratar a tradição de maneira inovadora. A todo o momento, à sua imagem de cidade antiga, tradicional e pequena foram acrescentados elementos como inovação e criatividade. Claramente estava sendo construído um movimento de redefinição daquela rígida identidade vimarense. Em

2011, as palavras proferidas pelo sociólogo Augusto Santos Silva¹³⁴ no salão nobre da Associação Comercial e Industrial de Guimarães dão o tom desse movimento que se pretendia executar por meio da CEC.

Entendo que não vale a pena lutar contra as mudanças a partir da reivindicação de uma identidade situada apenas no passado e que fosse ela própria imutável. A sua defesa tornar-nos-ia uma espécie de novos D. Quixotes, vendo os cavaleiros onde estão apenas moinhos de vento e, portanto, incapazes de fazer afirmar as nossas posições. Para além disso, defendo que as mudanças são elas próprias oportunidades para dar um novo conteúdo, forma e capacidade de afirmação à nossa identidade. As culturas locais, realidades que não estão paradas no tempo, são realidades plásticas, heterogêneas e em mudança (SILVA, 2013, p. 7).

Essa redefinição identitária, que em Guimarães vai ser desenhada a partir do título da Unesco para se consolidar mais efetivamente por meio de um evento de proporção continental, nos remonta ao que Fortuna (1997) denominou “destradicionalização do figurino identitário das cidades”, processo no qual tradição e inovação são fatores estrategicamente articulados. Nesse movimento descrito pelo autor, a destradicionalização consiste no uso da tradição a partir de elementos inovadores. O próprio título de Patrimônio Mundial pode vir a ser um exemplo de destradicionalização, na medida em que a conservação de elementos tradicionais se dá de forma inovadora, visando a concorrência intercidades e a inserção dos lugares históricos em um imaginário universal. Sendo assim, a destradicionalização atua por meio de duas frentes inseparáveis: promove remodelações no imaginário local e “projecta a cidade para fora de si própria” (p. 232), globalizando-a, mesmo que simbolicamente. Não por acaso, o planejamento estratégico da cidade de Guimarães para 2010 a 2012 visando, sobretudo, sua preparação para a CEC, concebe a necessidade de um programa cultural que

entusiasme a cidade e a região. Que reforce o sentimento de pertença e a participação cívica. Que valorize os recursos e as memórias locais. Que promova novas actividades e negócios. Que desafie os criadores e artistas locais a ultrapassar e transcender as suas fronteiras. Que encoraje práticas urbanas sustentáveis. Mas também um programa que celebre a diversidade. Que convoque originalidade. Que se abra à Europa e ao Mundo. Que desarrume o espaço público e surpreenda os visitantes. Que interrompa rotinas e gere novas práticas culturais. Que incentive a criação de narrativas. Que provoque novos desafios e aspirações. Que confronte e contamine (GUIMARÃES, 2009, p. 34, grifo nosso).

A destradicionalização consiste, por seu turno, em um movimento de modernização que incorpora antigos valores e imagens a uma nova lógica. Neste

¹³⁴ Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

sentido, não opera visando eliminar a tradição, mas sim no intuito de recodificá-la como elemento promissor de desenvolvimento local. Foi neste sentido que o planejamento e os projetos executados durante a CEC em Guimarães trabalharam para articular tradição e inovação no cenário do Centro Histórico. A Feira Joanina, por exemplo, foi reinventada e incorporada como um elemento criado pela e para a Capital da Cultura. Foi assim que em setembro de 2011, em uma coletiva de imprensa, o programador da

Figura 67. Imagens da Feira Afonsina. Fonte: www.proximasferias.com.br.

área “Espaço Público da CEC” anunciou um novo evento da cidade, cujo objetivo era “dar uma dinâmica diferente ao núcleo urbano mais antigo, de forma a cativar turistas nacionais e espanhóis da Galiza” (BASTOS, 2011, s/p). Surgia então a hoje famosa Feira Afonsina de Guimarães, que em 2014 chega à sua 4ª edição.

A própria mudança na denominação da feira nos mostra algumas importantes estratégias de promoção incorporadas ao evento. Se antes a feira medieval abordava o período da história de Portugal marcado pelo reinado de D. João V, a Feira Afonsina tem por intuito recriar o tempo do condado portugalense. Essa mudança se justifica se

considerarmos a intenção de atrair turistas espanhóis da Galiza e se lembrarmos das relações históricas de Guimarães com os galegos, a exemplo da Batalha de São Mamede, na qual D. Afonso Henriques lutou contra sua mãe e seu aliado, o conde galego Fernão Peres de Trava.

Fora isso, e para além da venda de produtos típicos e da indumentária de barracas e vendedores, a feira passou a ser realizada em três dias e ganhou proporções de um teatro a céu aberto, com encenações, espetáculos, recriações históricas, zonas de mercados, de artífices e de comidas, além de oficinas e workshops.

Assim, se em São Luís o Bumba meu boi foi gerenciado como uma manifestação popular que sempre esteve vinculada ao Centro Histórico, a Feira Medieval foi reinventada como um novo elemento resultante do título de CEC. Mais que isso, ganhou contornos de um grande evento e, de maneira inovadora, investiu em uma narrativa histórica capaz de atrair não só os portugueses. Aproveitou-se, desse modo, de um cenário com grande apelo tradicional, o Centro Histórico, e de um período histórico rico em acontecimentos capazes de interessar aos vizinhos espanhóis.

Nos dois anos que antecederam a CEC e principalmente no ano de sua realização, o Centro Histórico de Guimarães recebeu uma série de atividades culturais e espetáculos que buscaram, portanto, um uso inovador de seu patrimônio tradicional. Um claro exemplo desse processo de “retradicionização” da área central vimaranense é o projeto “Guimarães Noc Noc”¹³⁵, realizado pela associação “Ó de Casa” em parceria com a equipe da CEC. O projeto consiste em uma série de exposições e performances artísticas realizadas simultaneamente durante dois dias, em espaços improváveis do Centro Histórico, como casas, lojas, restaurantes, pousadas, mercados, escolas e repartições públicas. A ideia central do projeto é permitir que artistas das mais diferentes esferas da arte (pintores, dançarinos, músicos, arquitetos, designers, escritores, atores, poetas, artistas plásticos etc.) e dos mais diferentes lugares do mundo possam expor e apresentar seus trabalhos.

Figura 68. Banner do Projeto Noc Noc – 2011. Fonte: www.guimaraesnocnoc.com.

Hoje, muitos são os moradores que abrem suas casas e emprestaram sua sala de estar e muitos são os lojistas que cedem seus estabelecimentos comerciais para as

¹³⁵ Expressão que corresponde ao ‘toc, toc’ no Brasil.

exposições, possibilitando um dos maiores objetivos do projeto: permitir ao público conhecer o Centro Histórico de Guimarães por fora e por dentro. Em 2011, em sua primeira edição, participaram 300 artistas, espalhados em 40 locais de exposição. No ano da CEC, esse número subiu para 500 artistas, entre eles brasileiros, japoneses, ingleses, franceses, holandeses, norte-americanos, belgas, italianos, russos e irlandeses, todos espalhados em 70 espaços de exposição e apresentação¹³⁶. Durante três dias, centenas de visitantes e a própria população local puderam entrar em contato com uma miscelânea de produção artística e com os espaços interiores do Centro Histórico de Guimarães, muitos dos quais não permaneceriam longe do olhar do visitante não fosse o projeto. Segundo o estudo de impacto econômico da CEC realizado pela Universidade do Minho, o “Guimarães Noc Noc” foi o projeto que, segundo os comerciantes, mais resultou em dividendos econômicos, tendo em vista o grande fluxo de pessoas que percorreram os locais de exposição durante os seus dias realização.

Figura 69. Momentos do projeto Guimarães Noc Noc em diferentes edições. Fontes: www.noticias.pt.msn.com.

A realização da Capital Europeia da Cultura resultou também em outros importantes projetos culturais e de reabilitação do espaço urbano. Nesse sentido, podemos destacar a transformação do antigo mercado da cidade na “Plataforma das Artes e Criatividade”, um espaço multifuncional dedicado a atividades artísticas,

¹³⁶ Na logística do projeto, o artista se inscreve de maneira gratuita e pode indicar o local do centro histórico no qual realizará seu trabalho ou pode solicitar a indicação desse lugar aos organizadores.

culturais e econômicas, que engloba três equipamentos: o “Centro Internacional das Artes José de Guimarães”, que apresenta um acervo permanente e acolhe exposições temporárias, os “Ateliers Emergentes de Apoio à Criatividade”, direcionados a apoiar o trabalho de jovens criadores, e os “Laboratórios Criativos”, que trabalham apoiando iniciativas empresariais que desejem desenvolver atividades ligadas à indústria criativa. A Plataforma das Artes ainda é composta de espaços de convivência e lazer.

Além desse importante equipamento e das centenas de atividades culturais desenvolvidas durante o ano de 2012 (ver gráfico 2), ainda foi estabelecida, no âmbito da preparação da cidade para a CEC, uma importante parceria da autarquia local com a Universidade do Minho, o que resultou na criação do Campus Urbis, instalado na antiga zona dos couros da cidade, um espaço que como vimos passou por um intenso processo de reabilitação urbana logo após a obtenção do título de Patrimônio Mundial para o Centro Histórico da cidade. Em 2012, esse campus passou a abrigar um Instituto de Design, também criado no âmbito da CEC e por meio da articulação entre o poder público local e a universidade¹³⁷.

Figura 70. Plataforma das Artes e Criatividade de Guimarães.
Fonte: www.pitagoras.pt.

Gráfico 2. Programação por Tipo: CEC 2012 (Fonte: MINHO, 2013)

¹³⁷ Esse instituto é gerenciado por uma associação sem fins lucrativos, criada por meio dessa parceria, e que conta com a participação tanto da Câmara Municipal quanto da Universidade do Minho.

Além dos investimentos de caráter público, a CEC também estimulou o investimento de capitais privados vinculados à atividade cultural. Foi o caso da criação do Centro para Assuntos da Arte e da Arquitetura (CAAA) e da “Fábrica Asa”. O CAAA constitui-se em uma instituição sem fins lucrativos, criada por um grupo de arquitetos e artistas e instalada em uma antiga fábrica têxtil localizada no centro de Guimarães e que foi completamente restaurada por esse grupo. Esse centro tem como missão o apoio e estímulo à criação artística, aplicando métodos inovadores de produção e promovendo processos interativos entre a arquitetura e as distintas áreas de manifestação artística. Já a “Fábrica Asa” consiste em uma espécie de centro empresarial voltado para atividades e estabelecimentos de cunho criativo, como ateliês, estúdios e galerias de arte, instalado em uma antiga fábrica dos anos 1960 e que se apresenta como uma plataforma criativa voltada para a troca e fusão de experiências.

Figura 71. Esplanadas da Praça da Oliveira durante apresentação do grupo brasileiro “Gigantes Pela Própria Natureza”. Outubro de 2012. Fotos da autora.

O que se percebe no caso de Guimarães, é que a cidade tem construído estratégias de valorização de seus bens culturais mais tradicionais em parceria com projetos inovadores e que visam projetar a imagem de uma cidade histórica, mas também criativa e conectada com o futuro e com um novo tipo de economia. Esse objetivo fica claro em todos os documentos envolvidos na candidatura e preparação da cidade para o ano de 2012, e continua presente no discurso e nos objetivos pós-CEC.

E ao “C” de Cultura que há quase duas décadas intentamos juntar ao “C” de Cidade, queremos reforçar o “C” de Cidadãos, juntar o “C” de Ciência, o “C” de Criatividade, o “C” de Conhecimento. Aproveitando uma matriz

cultural e um património de forte identidade, com base no conhecimento e nos desafios da criatividade, queremos posicionar Guimarães no espaço europeu e internacional como CIDADE DE CRIAÇÃO CONTEMPORÂNEA. (...). Guimarães tem sabido ao longo de muitos anos salvaguardar os valores da herança cultural, transmitidos inclusivamente pelo seu património arquitectónico, de inegável notoriedade e singularidade, que justificou a classificação do seu centro histórico como Património Cultural da Humanidade. Mas Guimarães pretende também usufruir deste próximo grande evento, de escala europeia, para estimular, no seio da Europa, atitudes de interesse mútuo, de disponibilidade e de abertura para o relacionamento com os outros, e contribuir para universalizar os valores do diálogo, da compreensão e da cooperação (GUIMARÃES, 2006, p. 15-17).

Durante o período que separa a obtenção do título da Unesco e a realização da Capital Europeia da Cultura, a cidade de Guimarães desenvolveu uma clara estratégia de remodelação de sua identidade, que até então se encontrava quase que exclusivamente focada naquela ideia de “berço da nação”, disseminada sobretudo durante o governo de Salazar. Assim, além da construção de estratégias para se firmar enquanto cidade criativa, buscou-se desenvolver no imaginário local a ideia de que a cidade e seu cidadãos, além de portugueses, são também europeus. No mesmo sentido, seu património material, embora representante da história da nação, é também representativo para a história da humanidade. As palavras do diretor da Fundação Cidade de Guimarães, criada para gerenciar a realização da CEC, aponta para esse sentido de destradicionalização da imagem e da identidade vimaranense:

Guimarães 2012 representa e continuará a representar na memória coletiva vimaranense um ano singular na história da cidade-berço e património da humanidade. Em 2012, começámos o desafio de *fazer parte* e hoje, quando olhamos para trás e vemos o trabalho que fizemos em conjunto, sentimos que continuamos todos a *fazer parte*, cada vez mais. Da memória e da sua celebração, do presente, que nos convida à reflexão, e do legado, que nos transporta para o futuro e para o desenvolvimento humano, social e cultural, munidos de uma identidade refundada e indivisível (SERRA, 2012, p. 1).

A ideia de “fazer parte”, tão ressaltada na citação acima, constituiu o slogan de Guimarães Capital Europeia da Cultura. Por toda a cidade, em estabelecimentos comerciais e até em residências, um coração estilizado, com a inscrição “Eu Faço Parte”, tomou conta da urbe vimaranense. Nos dossiês e documentos de construção da proposta, a expressão foi conectada a algumas importantes perspectivas e mensagens apelativas. Primeiramente, destacou-se o posicionamento de que, “sendo Guimarães o berço da nação, é um lugar de onde todos os portugueses fazem parte” (MINHO, 2013, p. 29). Neste sentido, teve um apelo destinado ao público nacional, ao mesmo tempo em que lembrava a singularidade e a importância de sua história para o país. Em segundo

lugar, a expressão “Eu Faço Parte” buscou construir a ideia de que os vimaranenses eram imprescindíveis para aquele projeto, figurando como “parte” fundamental para sua realização e sucesso. Segundo seus executores, a divulgação desse slogan em 2011 representou, logo de cara, uma mudança no envolvimento da população com o projeto, já que esta, até então, receava que a CEC fosse um evento na cidade e não da cidade. Por outro lado, além de apelar para essa “participação” dos cidadãos locais, o slogan buscou construir um ponto de identificação do visitante com o evento. Assim como os vimarenses, os visitantes também eram parte integrante não só do projeto, como também da própria cidade de Guimarães.

Figura 72. Coração estilizado, símbolo da Capital Europeia da Cultura para o ano de 2012. Na segunda imagem, um exemplo das releituras feitas por comerciantes e moradores. Fotos da autora.

Por último, destacamos outro sentido envolto na expressão “Eu Faço Parte”: integrar a CEC era tornar-se definitivamente uma “parte” de destaque da própria Europa. Com um patrimônio reconhecido como importante para a história nacional e até da humanidade, restava a Guimarães ser reconhecida como uma cidade importante também para Europa. Restava também desenvolver em seus cidadãos um sentimento de identidade e de pertença que também ultrapassasse suas limitadas fronteiras.

O investimento que é proposto fazer na interpretação do seu patrimônio histórico e cultural, permitirá reforçar a imagem de Guimarães dentro do espaço nacional, mas também internacionalmente, fortalecendo na população o orgulho pelo contributo dado ao longo da história nacional e europeia. Se, por um lado, o evento contribuirá para aumentar o sentido de pertença da comunidade local, para aumentar o sentimento de auto-estima e para robustecer a coesão social, por outro, vai permitir alargar a projecção deste território social no espaço de identidade nacional e europeia. (...). A cidade de Guimarães partilha já com a cidades do Porto e de Santiago de Compostela, na fachada atlântica da Península Ibérica, a honra da designação de Património Mundial e, por conseguinte, o reconhecimento da sua universalidade, da sua excepcionalidade e da sua singularidade. Após 2012, deseja-se que Guimarães partilhe com as cidades da fachada atlântica da Europa, para além do prestígio de Património da Humanidade, as motivações as vocações e as circunstâncias para a consumação dos mais nobres actos de criação artística

contemporânea, bem como para a difusão universal da diversidade de cultura e da multiculturalidade (GUIMARÃES, 2006, p. 52-53, grifos nossos).

A instrumentalização do patrimônio dentro da proposta de eleição e de

Figura 73. Diferentes usos do patrimônio vimaranense durante a CEC. Em muitos momentos, as antigas fachadas em estilo pombalino do Largo do Toural foram transformadas em uma grande tela de projeção. Na terceira imagem, o patrimônio a emoldurar uma passarela de desfile de moda. Fotos: www.guimaraes2012.pt.

desenvolvimento da Capital Europeia da Cultura obteve, portanto, um sentido inovador e foi além das obras de reabilitação urbana, mesmo que estas não tenham deixado de existir. Essa instrumentalização foi direcionada para a tentativa de despertar um novo tipo de identidade e de imagem da cidade. Sem desprezar a imagem de “berço da nação”, mas utilizando-a como um elemento de promoção, Guimarães procurou destradicionalizar-se, tornando-se mais moderna e mais ligada aos ideais de uma cidade criativa, inovadora e europeia. Ao final desse grande evento internacional, as palavras de um jornalista vimarasense deram o tom, real ou imaginário, das mudanças que se pretendiam e que, segundo ele, puderam ser excutadas durante o projeto Guimarães 2012.

Durante um ano de eventos diversos, a cidade em mutação também morfológica, proporcionou aos vimaranenses um espelho mágico, reflectindo nele todos os possíveis de um tempo presente e convertendo-os nos heróis improváveis de

uma aventura que, ao contrário da outra, longínqua de mil anos, se afirmou inclusiva e multicultural. De onde que, daqui a 2 anos, talvez mais, haverá no Toural – tenha ele o desenho que o desassossego dos governantes quiserem – uma geração de anónimos, afonsinos mas cosmopolitas, reivindicando, nas conversas mais triviais, uma nostalgia desses dias

capitais, em que estiveram lá, na Guimarães que, tornada palco de si própria, acrescentou um capítulo novo às crónicas da sua História, ao texto que a cidade oferece e, mais importante, às narrativas que lhe conformam o imaginário (MADAIL, 2013, p. 41, grifos nossos).

Mesmo no que diz respeito a eventos que poderiam ser vistos como mais tradicionais, como foi o caso da feira medieval, buscou-se uma nova roupagem, até mesmo uma nova temporização visando, sobretudo, um alcance mais abrangente e um novo público. Com o “Guimarães Noc Noc”, o velho roteiro turístico que leva os visitantes a conhecerem um centro histórico ganhou uma nova roupagem, permitindo uma conexão direta entre um acervo arquitetônico tradicional e uma produção artística moderna e contemporânea. A velha zona dos couros, ao contrário de se tornar uma espécie de museu a céu aberto, com as típicas lojinhas de souvenirs destinadas ao consumo turístico, à contemplação e ao zoom das câmeras fotográficas, tornou-se um espaço de geração e promoção do conhecimento.

Assim, embora ambas tenham gerenciado a tradição no sentido de promoverem seu patrimônio material chancelado pela Unesco como de interesse de toda a humanidade, a verdade é que São Luís e Guimarães fizeram isso de maneira distinta. Enquanto a primeira retradicionizou o espaço do centro histórico com a inserção de eventos e manifestações da cultura popular, reabilitados enquanto tradicionalmente pertencentes àquele espaço, a segunda buscou uma destradicionalização, inserido ali eventos e estratégias visando uma remodelação da imagem e da identidade da cidade para além dos limites locais e nacionais. No mesmo sentido, embora interesses mercadológicos tenham inegavelmente permeado esses processos, a busca pela retradicionização do Centro Histórico de São Luís esteve envolta de interesses políticos inegavelmente locais, os quais se confrontam com a perspectiva de um patrimônio simbolicamente mundial e de interesse da humanidade. No caso de Guimarães, nos pareceu que os interesses mercadológicos foram melhores coadunados com a perspectiva de inserir a cidade e seu patrimônio em um contexto internacional – mais especificamente europeu –, mesmo que isso tenha resultado em elementos de remodelação de antigas imagens e velhas identidades.

6. Considerações Finais

Nas últimas décadas, a crescente preocupação da Unesco com um tipo de desenvolvimento econômico atrelado à cultura e ao respeito à diversidade cultural foi gerenciada no sentido de promover a cooperação e a solidariedade internacional, sempre considerando, nesse contexto, os interesses definidos como comuns da humanidade diante de uma realidade cada vez mais global. A própria proposta da Convenção do Patrimônio Mundial (1972) foi vista como um bom caminho, capaz de levar a humanidade na direção de uma solidariedade crescente e para além dos interesses particulares de cada nação. Portanto, foi no sentido de um desenvolvimento econômico humanizado por meio da cultura e de busca por uma solidariedade mundial que muitas cartas patrimoniais e documentos da Unesco foram elaborados e difundidos.

Contudo, há de se destacar que, embora não tenha sido o objetivo primeiro desse organismo internacional, a criação da categoria Patrimônio Mundial acabou por hierarquizar os bens culturais e por criar marcos de distinção que guardam uma renda monopolista altamente interessante para a promoção e venda de cidades e lugares históricos na atual concorrência intercidades.

A criação de uma esfera pública mundial no que tange ao patrimonial veio acompanhada de um novo tipo de governança das cidades, as quais surgem como novos protagonistas no gerenciamento do patrimônio, atrelando-o cada dia mais aos processos de intervenção urbana que buscam transformar antigos espaços públicos com forte inserção tradicional e histórica em novos bens de consumo cultural e em elementos de promoção turística. Nessa ambiência, o foco da patrimonialização deixa de ser a velha ideia da construção da identidade nacional e passa a estar relacionado à construção de imagens de marca, de gerenciamento das identidades locais e de uso mercadológico desses bens.

Nesse sentido, o título de Patrimônio Mundial, ao contrário de gerar aquela solidariedade de interesse comum da humanidade tão almejada pela Unesco, tem resultado em uma crescente competição entre os lugares históricos. Ter essa chancela tornou-se ponto de destaque no cenário internacional, contribuindo para a promoção turística, bem como para a aquisição de empréstimos e investimentos de agências

financiadoras nacionais e internacionais. No caso de São Luís, isso ficou bastante claro quando se pensa nos empréstimos gerados por meio do Prodetur e do BNDES.

Esse uso de cunho mercadológico, exacerbado ao extremo, ganha cada vez mais contornos de uma tragédia do patrimônio, que estetiza esses bens culturais, retirando dele seu conteúdo identitário e local, ao mesmo tempo em que o retira do próprio contexto social que lhe atribui sentido. Essa patrimonialização generalizada, ainda que possa parecer uma busca pela construção de uma imagem ou identidade humana, a qual não se sustentaria se pensarmos no imperativo relacional implícito na ideia de identidade, acaba por reverberar em uma identidade do tipo genérica e distante dos sentidos de pertença e localização.

Por outro lado, o título de Patrimônio da Humanidade tem estado bastante atrelado às políticas de intervenção urbana que permeiam o atual planejamento estratégico das cidades, o qual passou a enxergar na cultura um importante aliado na regeneração econômica, urbana e social, principalmente de cidades médias e pequenas. Nos dois casos estudados, os processos de revitalização e de reabilitação dos centros históricos estiveram intimamente relacionados ao sucesso da candidatura a Patrimônio Mundial. Nas duas propostas, as intervenções urbanas foram tratadas como garantias de que os agentes locais possuíam interesse e capacidade para salvaguardar esses bens, mesmo que por meio de mecanismo enobrecedores desses espaços públicos. Embora usem diferenciados neologismos, essas intervenções urbanas acabam por criar processos de segregação socioespacial, atraindo ou induzindo um novo tipo de uso e de usuários que colocam em xeque a democratização desses centros históricos.

Em São Luís, a intenção de desenvolver um tipo de enobrecimento de visitação, destinando aquele espaço ao consumo cultural e à fruição turística, esteve presente nas primeiras etapas do projeto de revitalização da área central. Contudo, mais recentemente, as estratégias também estiveram voltadas a atrair um novo tipo de morador, mais condizente com a imagem de um centro histórico Patrimônio da Humanidade. Ainda que esse público esteja longe da “nobre” sociedade ludovicense, as estratégias de promoção habitacional dessa área central têm buscado enobrecer os próprios hábitos e costumes desses novos habitantes, disciplinando suas práticas cotidianas e tornando-as mais apazíveis ao olhar do visitante e do turista.

No caso de Guimarães, esse disciplinamento foi exacerbado na tentativa de videovigilância do centro histórico, componente de um processo de reabilitação urbana que, a princípio, e pelo menos discursivamente, atuou tencionando conservar as

características habitacionais da área central. Contudo, o tão premiado trabalho do GTL resultou em uma forte e intencional valorização turística, a qual tem enobrecido o espaço e gerado uma forte especulação imobiliária. Em 2012, o Centro Histórico vimaranense estava completamente tomado por práticas de lazer, diversão e consumo cultural, as quais reverberam em situações de incômodo para quem ainda se mantém morador daquele espaço e revela suas atuais prioridades.

A análise dos processos e projetos de reabilitação e revitalização desses centros históricos tornou-se extremamente relevante para o entendimento da importância de mecanismo enobrecedores na obtenção da chancela da Unesco. O que apreendemos é que, no mesmo sentido em que servem para legitimar as intervenções urbanas já realizadas, como que provando que a cidade esteve e está no caminho certo, ser Patrimônio Mundial acaba por justificar também futuras ações de revitalização e de patrimonialização e, inclusive, outras candidaturas.

Quando se trata de justificar novas intervenções, notamos que uma questão tem entrado em cena: além do discurso de manutenção de um ambiente coadunado com tal distinção, ocorre uma constante difusão da ameaça de perda do título. Tanto em Guimarães quanto em São Luís, tornou-se comum jornais noticiarem que determinados problemas, como a degradação de um espaço público ou monumento, podem reverberar na cassação de tal honraria, inclusive apontando supostas visitas de técnicos da Unesco. Entretanto, nos dois casos, essas suposições nunca chegaram a ser comprovadas, mas se mostraram importantes para criar aquele sentimento de crise tão recorrente quando se trata de construir consensos.

Todos esses aspectos levantados só corroboram o fato de que, embora seja uma distinção mundial e envolta de questões técnicas legitimadas pelo prestígio da Unesco, o título de Patrimônio da Humanidade encontra-se também atrelado a interesses e influências locais de natureza mercadológica, mas também política. Isso ficou evidente na dispensa que foi dada a São Luís no que se refere à apresentação de um estudo comparativo inexistente no dossiê de candidatura. Também pudemos perceber como a chancela desse organismo internacional pode facilmente se converter em um poderoso instrumento de dominação identitária e política.

Em São Luís, a candidatura a Patrimônio Mundial veio no bojo de um projeto político da família Sarney e que se iniciou ainda com o programa de revitalização do Centro Histórico. No dossiê de candidatura, as referências à Atenas Brasileira não se deu por acaso, mas teve a intenção de promover uma construção

identitária muito ligada ao patriarca da família. Com o sucesso do pleito junto à Unesco, esse projeto político pôde ser mais claramente identificado, principalmente se pesarmos na maneira como o título foi personificado pela então governadora, que se colocou como a grande responsável por ele. Além disso, tivemos a oportunidade de abordar como essa mesma governante gerenciou a tradição no Centro Histórico de São Luís nos momentos que se seguem à conquista do título. No processo de retraditionalização daquele lugar histórico, o patrimônio imaterial foi também arregimentado no intuito de construir para Roseana Sarney uma imagem de protetora da cultura local. Nesse caso, retraditionalizar, para além das questões mercadológicas, esteve também envolvido com um movimento de reafirmação dessa família como tradicional grupo local dominante.

Em Guimarães, ainda que essas questões políticas não sejam inexistentes, sobressaem aquelas de caráter mais mercadológico e os elementos que nos fizeram ver na reabilitação e na eleição do Centro Histórico vimaranense um projeto de cidade construído diante do desafio de superar a estagnação de sua antiga economia de caráter industrial. Esse projeto de cidade, que visa o desenvolvimento de uma economia criativa, soube perfeitamente utilizar a distinção dada pela Unesco para atrair um evento internacional de grande porte, capaz de promover a cidade no contexto europeu e de permitir uma remodelação de velhas imagens e identidades cidadinas, naquilo que consideramos um gerenciamento inovador da tradição.

A despeito de suas diferentes estratégias para colonizar e/ou inovar a tradição – ou mesmo elementos com imagens potencialmente tradicionais – ambos os casos nos mostram como cidades estão tomando o patrimônio e a própria tradição como imprescindíveis na construção de suas imagens de marca, sejam elas ligadas à cultura popular, como visualizamos em São Luís, ou vinculadas a abordagens mais inovadoras, como no caso de Guimarães e a imagem de cidade criativa. De qualquer modo, e a despeito de tratarem-se de projetos de dominação política ou projetos de cidade, pouco fazem no sentido de democratizar o patrimônio, posto como está entre o consumir e o preservar, entre o local e o global.

No mesmo sentido, vale ressaltarmos que, vinculados como estão às políticas de intervenção e aos mecanismos de enobrecimento urbano, bem como aos processos de promoção turística e de consumo cultural, os centros históricos considerados Patrimônio Mundial não cumprem aquela solidariedade mundial tão presente nas intenções da Unesco em salvaguardar um bem enquanto de interesses da

humanidade. No máximo, geram cooperações técnicas e a formação de redes de cidades e eventos cujo fim principal é a promoção desses espaços na atual concorrência intercidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. A **Experiência de Reabilitação Urbana do GTL de Guimarães: Estratégia, Método e Algumas Questões Disciplinares**, 1998. Arquivo Disponível em: www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470419.pdf. Acesso em: 19 ago. 2009.

ALVES, A. N. **Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX**. Dissertação de doutoramento em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro. Universidade de Lisboa, 2009.

ALVES, C. F. P. **As Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos**. [200-]. Disponível em: http://www.projectopatrimonio.com/viseupedia/documentos/viseupedia_n05.pdf. Acesso em 21 jan. 2014.

AMARAL, J. R. **Fundação do Maranhão**. São Luís: Editora da UEMA, 2008.

ANDRADE, M. **Aspectos das artes plásticas no Brasil**. Brasília: Martins editora/INL, 1975

_____. Assim falou o papa do futurismo. In: LOPEZ, Telê Porto (Org.). **Mário de Andrade: entrevistas e depoimentos**. São Paulo: TA Queiroz, 1983.

_____. **A arte religiosa no Brasil**. São Paulo: Expeimento/Giordano, 1993a.

_____. Crônicas de Mazarte VIII. In: 100 anos de Mário de Andrade. **Revista de Estudos de Literatura – Centro de Estudos Literários**. Belo Horizonte, 1993b. Disponível em: <file:///C:/Users/Elaine/Downloads/1090-3455-1-PB.pdf>. Acesso em 28 mar. 2014.

ANDRÈS, L. P. C. C. (Coord.). **Centro Histórico de São Luís-MA: Patrimônio mundial**. São Paulo: Audichomo, 1998.

_____. **Monumentos Históricos do Maranhão**. São Luís: Edições Sioge, 2008.

_____. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís**. Revista Plural. n. 5. São Luís, 2012.

AQUINO, K. A. O projeto de Blaise Cendrars para a Sociedade dos Amigos dos Monumentos do Brasil e outros projetos patrimoniais dos anos 20 e 30. In: **Caderno de resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual**. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/viewFile/508/354>. Acesso em: 28 mar. 2014.

ARANTES, A. A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Orgs.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009, p. 11-24.

ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas Novas Gerações Urbanas. In: **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 11-74

ARAGÃO, E. R. O. **Atenas, Monchester, Ilha Rebelde e cidade francesa**: as representações imagéticas da cidade de São Luís. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de História. Universidade Federal do Maranhão, 2007.

_____. **Carta de Atenas**. 1933. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2012.

ATLANTE, Rede. **Estudo sobre o despovoamento dos centros históricos da rede**. Porto, 2005.

AZEVEDO, N. Olhares sociológicos a partir de dentro: deambulações exploratória no Centro Histórico de Guimarães. In: PRAÇA, Henrique. **Paisagem com cidade e maçãs vermelhas**: estudo multidisciplinar Centro Histórico de Guimarães - projeto de animação pedagógica, 2012, p. 47-67.

AZEVEDO NETO. Prefácio. In: CAFETEIRA, Epitáfio. **Reviver**. Brasília – Senado Federal: Centro Gráfico, 1994.

AZEVEDO, R. M. de. Uma ideia de metrópole do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 35. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 16 jun. 2007.

BASTOS, José. Feira Afonsina de Guimarães. In: **Guimarães Digital**, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mXBAjO-w9BY>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BAUDELAIRE, C. **Les fleurs du mal**. Paris: Didier, 1961.

BARBATO JR., R.. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BENJAMIN, W. Paris, Capital do Século XIX. In: FORTUNA, Carlos (Org.). **Cidades, Cultura e Globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997, p. 67-50.

BIDOU-ZACHARIESEN, C. **De Volta à Cidade**: dos processos de gentrification às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BORRALHO, J. H. P. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Dissertação de Mestrado em Universidade Estadual Paulista, 2000.

BRANDÃO, J. J. L. **Presença Maranhense na Literatura Nacional**. São Luís: UFMA/SIOGE, 1979.

BRASIL de Fato. **José Sarney, o Faraó do Maranhão**. 26 maio 2005.

BRASIL, República dos Estados Unidos do. **Constituição da República**, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 28 mar. 2014.

CAFETEIRA, E. **Reviver**. Brasília – Senado Federal: Centro Gráfico, 1994.

_____. **Projeto Reviver**, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/epitaciocafeteira/projeto.asp>. Acesso em: 23 fev. 2012.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Iphan; n. 23, 1994, p. 94-115.

CARDOSO, L. M. **O Teatro do Poder**: Cultura e Política no Maranhão. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2008.

CARNEIRO, A. M. P. de A. **Monumentos pátrios**: Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX. Tese de Mestrado. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Braga, 2004.

CARTA de Lisboa Sobre Reabilitação Urbana Integrada. (1995). In: **Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana**, 1995. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf> . Acesso em: 25 jan. 2012.

CARVALHO, M. de. Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito. In. **São Paulo em Perspectiva**. vol. 14, n. 4. São Paulo, 2000.

CARVALHO, C. de M. B. **A genealogia do patrimônio em São Luís**: da Athenas à capital da diversidade. Tese de doutorado. Programa de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras. Unesp/Araraquara, 2009.

CANTANHEDE, P. C. **Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão**: relatório apresentado ao Governo do Estado. São Luís: Typ. do Frias, 1902.

CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães. **Manual do morador**, [200-]. Disponível em: <http://www.casfig.pt/uploads/documentos/manualdomorador.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CIAM - CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. Carta de Atenas. In: **Assembleia do CIAM**. 1933. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 24 de jun. de 2013.

_____. Carta de Veneza. In: **Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos**. 1964. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2013.

COMITÊ DOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA. Manifesto de Amsterdã. In: **Congresso sobre patrimônio arquitetônico europeu**, 1975. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 16 fev. 2013.

CONNOR, S. A Sociologia da Cultura e as Ciências da Cultura. In: Bryans S. Turner (Org.). **Teoria Social**. Lisboa: Difusão Editorial – DIFEL, 2002, p. 347-375.

CORRÊA, R. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís, SIOGE, 1993.

COSTA, E. B. O lugar da América Latina na geografia do Patrimônio Mundial. In: **12 Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideo, 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1203_Costa_Everaldo.pdf . Acesso em: 23 out. 2011.

DAVIES, Rita. A cultura é o futuro das cidades. In: COELHO, Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M.. O Delineamento da Pesquisa Qualitativa. In: **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O Processo Civilizador**. Vol. 1 – Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

_____. A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura de consumo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, 1996, p. 105-124.

FERRÃO, B. O Conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranesa. In: **Guimarães: cidade património mundial**. Câmara Municipal de Guimarães – Gabinete Técnico Local, 1998. Disponível em: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470413.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2012.

FERRÃO, B.; AFONSO, J. F. A Evolução da forma urbana de Guimarães e a criação de seu património edificado. In: **Guimarães: cidade património mundial**. Câmara Municipal de Guimarães – Gabinete Técnico Local, 1998. Disponível em: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470413.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2012.

FERREIRA, C. Cultura e regeneração: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades. In: LEITE, Rogerio Proença (Org.). Dossiê cidades. **Revista Tomo**, n. 16, São Cristóvão, 2010.

FERREIRA, M. M. G. Centro Histórico de São Luís: fronteiras e regiões. **Revista Outros Tempos – Dossiê História da América**. vol. 5, n. 5, 2008.

FOLHA de São Paulo. **Casa de personagem de novela em São Luís vira atração**, 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u3929.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2012.

FONSECA, M. C. L. **Patrimônio em processo**: trajetória da política de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

FORTUNA, C. Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora. In: Fortuna, C. (Org.). **Cidade, Cultura e Globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997.

FREHSE, F. **O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império**. São Paulo: Edusp, 2005.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.

FUNARI, Pedro & PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2006.

GASPAR, J. Guimarães: cidade e urbanidade. In: **Guimarães: cidade património mundial**. Câmara Municipal de Guimarães – Gabinete Técnico Local, 1998. Disponível em: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470417.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2012.

GESTA, A. **Um ano de trabalho(s)**. In: Encontro Nacional de Gabinetes Técnicos Locais. 1º – Actas. Aveiro: [s. e.], 1986.

_____. **Relatório de Estágio**. Porto: ESBAP, 1987.

_____. Desafios e propostas de uma candidatura a património da humanidade. In: **Encontro organizado pelo Gabinete de Candidatura à Unesco**. Universidade de Coimbra / Câmara Municipal de Coimbra e ICOMOS – Portugal, 2007. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/gestachguimaraes.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2013.

_____. Seminário Internacional **Novas Centralidades: Regeneração Urbana e Mobilidade**. Lisboa, 2011.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: Giddens et al., **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. A vida em uma sociedade tradicional. In: Giddens et al., **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GISIGER, J. U. **Renovação urbana da Praia Grande**. São Luís: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Maranhão, 1978.

GONÇALVES, J. R. S. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, D. S. **Moro em edifício histórico, e agora?** Avaliação pós-ocupação de habitações multifamiliares no Centro Histórico de São Luís. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

GUIMARÃES, A. **Guimarães: Guia de Turismo**. Câmara Municipal, 1940.

GUIMARÃES, Associação Comercial e Industrial de. **Projeto Especial de Revitalização Comercial do Centro Histórico de Guimarães**. Câmara Municipal de Guimarães, 1997.

GUIMARÃES, Câmara Municipal. **RICUH – Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães**. Guimarães, 1994.

_____. **Proposition D’Inscription de Biens Sur la Liste du Patrimoine Mondial** (Dossier), 2001. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/1031>. Acesso em: 17 set. 2012.

_____. **Candidatura ao título de Capital Europeia da Cultura**. Câmara Municipal de Guimarães. Guimarães, Portugal, 2006.

GUIMARÃES, Fundação cidade de. **Plano estratégico 2010 – 2012**. Guimarães 2012: capital europeia da cultura, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HERCULANO, A. **O Bobo**. Lisboa: Editora Ulisseia [publicado originalmente em “O Panorama”, entre 1838 e 1839], 1992.

HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1870**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOLSTEIN, M. de S. **Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Disponível em: <http://purl.pt/321>. Acesso em: 22 jan. 2014.

HOLSTON, J. **A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Capela de São José da Quinta das Laranjeiras** (São Luís, MA). 19---. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1239. Acesso em: 19 jan. 2012.

_____. **Cidades históricas - inventário e pesquisa: São Luís**. Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2007.

_____. **Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão**. Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil. São Luís / Iphan, 2011.

IGESPAR – Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetónico e Arqueológico. **Carta Europeia do Patrimônio Arquitetónico**. Amsterdã, 1975. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Carta de Lisboa Sobre Reabilitação Urbana Integrada. In: **Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana**, 1995. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A Observação Direta e a Pesquisa Qualitativa. In: **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2008.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Portugal, 23 nov.1996.

JORNAL O PEQUENO. 8 jan. 2006.

KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil**: compreendendo notícias históricas e geográficas do império e das diversas províncias. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.

LACROIX, M. de L. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís: UEMA, 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas/São Cristóvão: UNICAMP/UFS, 2004.

_____. Patrimônio e Consumo Cultural em Cidades Enobrecidas. In: **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005, p. 79-89.

_____. Cidades, Consumo e Enobrecimento Urbano no Brasil e Em Portugal. In: **Latin American Studies Association**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://plasa.international.pitt.edu/.../lasa2009/files/ProencaRogerioLeite.pdf>. Acesso em: 19 set. 2009.

LIMA, E. F. **Enobrecimento Urbano e Centralidades**: A (Re)Invenção do Centro Histórico de Aracaju. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão – SE, 2008.

LIMA, I. P. de. Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012. In: **Candidatura ao título de Capital Europeia da Cultura**. Câmara Municipal de Guimarães, 2006.

LIPOVETSKY, G; Serroy, J. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Lisboa: Edições 70, 2010.

LOIZOS. Vídeo, Filme e Fotografia como Documentos de Pesquisa. In: **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOPES, J. A. V. Urbanismo e Preservação em São Luís: a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município. In: **Ciências Humanas em Revista**, v. 3, n. 1. 2005.

_____. **São Luís: ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de arquitetura e paisagem**. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MADAIL, Elmano. Cosmópolis Afonsina. In: **Guimarães 2012: o que fica no coração**. Guimarães: Gráfica Maiadoro, 2013.

MAGALHÃES, A. Trabalho de 20 anos. In: **O Comércio de Guimarães**. 12 dez. 2001, p. 16.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**. São Paulo, 2002.

MARANHÃO, Secretaria de Coordenação e Planejamento do. **Projeto de Urbanização da Praia Grande - 1ª etapa: Plano de Circulação no Centro Histórico (PCCH)**. São Luís, 1981.

_____. **Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís: (Projeto Praia Grande)** – versão preliminar período 1987/1991. São Luís, 1986.

_____. **Projeto Reviver – Praia Grande - Secretaria da Cultura**. Preservação do Patrimônio Cultural: São Luís, 1988.

MARANHÃO, Fundação Cultural. **Relatório de Atividades**, 2001.

MARTINS, R. S. **Atenienses e fluminenses: a invenção do Cânone Nacional**. Anais do Seta, Campinas, v. 2. 2008. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/viewFile/435/361>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MÉRIAN, J. **Aluisio Azevedo vida e obra (1857-1913): o verdadeiro Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MICELI, S. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 357-369.

MINHO, Universidade do. **Guimarães 2012**. Impactos econômicos e sociais: relatório final. Guimarães, 2013.

MONNET, J. “O Álibi do Patrimônio”. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996, p. 195-203.

MOREIRA, R. Breve História de São Luís. In: ANDRÈS, Luiz Phelipe de C. **Centro Histórico de São Luís Patrimônio Mundial**. São Luís: Audichoromo, 1998.

MURALHA, A. **Estatuto da associação de Guimarães para defesa do patrimônio**, 1981. Disponível em: http://www.muralha.org/uploads/6/2/8/5/6285999/estatutos_e_ri_fev12.pdf. Acesso em 4 ago. 2012.

NASCIMENTO, J. A. **Mário de Andrade e a cultura tradicional popular e erudita: das viagens pessoais à missão institucional no Departamento de Cultura e no SPHAN (1924 a 1945)**. Monografia de conclusão do Curso de História. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Departamento de História, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993, p. 20.

NOTÍCIAS DE GUIMARÃES. Guimarães, 12 dez. 2001. p. 18.

_____. Guimarães, 21 dez. 2001. p. 9.

_____. Guimarães, 21 jun. 2002. p. 8.

O COMÉRCIO DE GUIMARÃES. Guimarães, 3 jan. 2001. p. 3.

_____. Guimarães, 16 fev. 2001. p. 16.

_____. Guimarães, 31 out. 2001. p. 9.

_____. Guimarães, 7 nov. 2001. s/p.

_____. Guimarães, 18 dez. 2001. p. 1.

_____. Guimarães, 19 dez. 2001. s/p.

_____. Guimarães, 3 jan. 2002. p. 16.

_____. Guimarães, 3 abr. 2002. s/p.

_____. Guimarães, 2 out. 2002. p. 8.

_____. Guimarães, 23 out. 2002. p. 1.

_____. Guimarães, 27 nov. 2002. p. 5.

O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 25 jan. 1991. p. 11.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Quem Ama São Luís?** São Luís, 20 out. 1977. p. 30.

_____. 19 dez. 1997. p. 3.

_____. 12 de maio de 1985.

_____. 22 de dez. de 1989, p. 5.

O GLOBO. São Luís, 3 jul. 1948. s/p.

_____. São Luís, 13 jul. 1948. p. 4.

O IMPARCIAL. **Um plano para salvar São Luís, unindo o velho e o novo.** São Luís, 15 set. 1979. p. 20.

_____. São Luís, 16 set. 1994. p. 3.

OLIVEIRA, A. **Nome aos Bois:** tragédia e comédia no bumba-meu-boi do Maranhão. São Luís: Edição do autor, 2003.

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Normas de Quito.** In: Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse

Histórico e Artístico. Quito, 1976. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 16 fev. 2013.

PEIXOTO, P. **Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades**. Cidade do Porto, 2003. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2007.

_____. **O passado ainda não começou**: Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português. Tese de doutoramento em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006.

_____. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Orgs.). **Plural de Cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009, p. 41-52.

PESAVENTO, S. J. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Plano Diretor da Cidade de São Luís**. São Luís, 1974.

PRODETUR. **Apresentação**, 2013. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/apresentacao/gerados/apresentacao.as> p. Acesso em: 15 mar. 2013.

PÚBLICO. Portugal, 13 dez. 2001. p. 6.

_____. Portugal, 25 out. 2002. p. 1.

_____. 11 jun. 2013. Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/ps-candidata-antonio-magalhaes-a-assembleia-municipal-de-guimaraes-1597101>. Acesso em: 14 nov. 2013.

PUREZA, J. M. **O património Comum da Humanidade**: rumo ao direito internacional da solidariedade? Tese de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1995.

PINA, L. de. Plano Geral de Alargamento da Cidade, Memória descritiva e justificativa. In: **Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho, Memórias descritivas**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1925, p. 15-18.

PORTAS, N. Notas sobre a intervenção na cidade existente. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais Sociedade e Território**. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

RAMALHO, O. **O Culto da Arte em Portugal**. Lisboa: Livreiro-Editor, 1896.

RAMINELLI, R. História urbana. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínio da História e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

RAMOS, P. M. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Governo do Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, 1939.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Governo do Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, 1940.

RANGEL, L. de A. A Unesco e a construção do direito à identidade cultural. In: **Ecivitas - Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ecivitas. Acesso em: 25 mar. 2013.

RIBEIRO, M. C. **Arqueologia modernista: viagens e reabilitação do primitivo em Mário e Oswald de Andrade**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Antropologia do IFCH-UNICAMP. Campinas, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RUBINO, S. O Mapa do Brasil Passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4, Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

_____. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**. São Paulo, n. 53, 2002.

ROSAS, L. M. C. **Monumentos Pátrios: a arquitetura religiosa medieval – patrimônio e restauro (1835-1928)**. Dissertação de doutoramento em história da arte. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 1995.

RÜDIGER, F. A Tragédia da Cultura na Era da Técnica: Georg Simmel. **Revista Intexto**. vol. 1, 1999. Disponível em: www.seer.ufrgs.br. Acesso em: 6 ago. 2009.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SCIFONI, Simone. **A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais**. In: 2º Encontro da ANPPA, Indaiatuba, SP, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf. Acesso em: 23 out. 2011.

SERRA, J. Cultura Capital: as cidades 20 20. In: **Conferência Internacional As Cidades 20 20**. Guimarães, 2012.

SILVA, Augusto Santos. Cultura Local: identidade e transformação. In: **Guimarães 2012. O que fica no coração**. Fundação cidade de Guimarães. Guimarães, 2013.

SILVA, J. R. C. **A construção do Patrimônio: a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SILVA, L. F. **Unesco, cultura e políticas culturais**. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT07-08.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2013.

SILVA, R. A. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco**. 2. ed. São Luís, 1996.

SILVA, M. da. **Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães**. Porto: Câmara Municipal de Guimarães, 1949.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: **Mana**, vol. 11, n. 2, 2005, p. 577-591. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>> Acesso em: 1 fev. 2009.

SMITH, Neil. A Gentrification Generalizada: De Uma Anomalia Local à ‘Regeneração’ Urbana Como Estratégia Urbana Global. In. BIDOU-ZACHARIESEN, Catherine (Org.). **De Volta à Cidade: Dos Processos de Gentrification às Políticas de “Revitalização” dos Centros Urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-88.

SIMÕES, S. Defesa do Patrimônio. In: **Guimarães do Passado e do Presente**. Guimarães: Edição Câmara Municipal de Guimarães, 1985.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**, 1931. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 13 maio 2012.

TEIXEIRA, F. Patrimônio da Humanidade. In: **Notícias de Guimarães**. 4 out. 2001, p. 9.

TELLES, A. C. da S. Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, 1984, p. 29-32.

TELLES, M. de F. P. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do decreto-Lei 25/37. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador: Faculdade de Comunicação da UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cenacine.com.br/wp-content/uploads/19408.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2014.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção de Haia Para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado**, 1954. Disponível em: www.unesco.org. Acesso em: 24 jun. 2012.

_____. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, 1972. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 1 set. 2009.

_____. **Declaração do México**. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e do folclore**, 1989. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 4 out. 2012.

_____. **Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional**, 1996. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Infoma%C3%A7%C3%A3o/declaracao-dos-principios-da-cooperacao-cultural-internacional-de-4-de-novembro-de-1996.html>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**, 2001. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 4 out. 2012.

_____. **Declaração Universal da Diversidade Cultural**, 2001a. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_3.htm. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Centre historique de Guimarães**, 2001b. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/1031>. Acesso em: 17 set. 2001.

_____. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf> 2002. Acesso em: 22 fev. 2013.

_____. **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio cultural intangível**, 2003. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 4 out. 2012.

_____. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2005. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset_publisher/WORBGxCla6bB/content/convencao-sobre-a-protecao-e-promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais/10913. Acesso em: 12 jun. 2013.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-103.

WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

WIRTH, L. (1997). O Urbanismo Como Modo de Vida. In: Fortuna, Carlos (Org.). **Cidade, Cultura e Globalização**: Ensaios de Sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997, p. 45-65.

ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, Antonio (Org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000a.

_____. (2000b). Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: Arantes, Antonio. (Org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000b.